



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Ana Carolina de Frias Pais

A ENCOSTA DO CASTELO DE PENEDONO
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientada pela Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro
e pelo Professor Doutor Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos Correia
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra.

Julho de 2019

A Encosta do Castelo de Penedono

Uma proposta de intervenção



Nota à edição:

O documento segue com o novo Acordo Ortográfico e utilizou-se a Norma APA.

Para uma melhor compreensão do projeto, propõe-se o acompanhamento da leitura com os desenhos rigorosos presentes em anexo.

Agradecimentos

Por ter a perfeita consciência que há caminhos que não se percorrem sozinhos, agradeço a todas as pessoas que me acompanharam ao longo desta bonita viagem.

Aos meus orientadores

À Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro pela ajuda, disponibilidade, estímulo e liberdade para seguir os meus instintos.

Ao Professor Doutor Luís Miguel Correia por ter aceite acompanhar-me nesta jornada, sem hesitar. Pelo interesse permanente, pela paciência e pelo empenho inexcedível e saudavelmente exigente. Pela incansável orientação, estou-lhe imensamente grata.

Ao *The Beautiful Past*

Pelo carinho com que me ‘receberam’. À Ana, ao António, à Inês, à Jael, ao João, ao Pedro e em especial ao Tomás, pelo apoio e companhia diária.

Aos meus amigos

Por estarem presentes em todos os momentos. À Bea, à Carolina, à Cláudia, à Catarina, ao Diogo, à Inês, ao João Pedro e à Quiqui, agradeço o ânimo, a alegria e amizade sincera.

Ao Rafa

Pelo amor, compreensão e apoio incondicional. Pelo sorriso. Pela cumplicidade. E por muito mais do que isso.

Ao Pai, à Mãe e ao Tiago

Por serem as pessoas mais importantes da minha vida e por me permitirem realizar todos os meus sonhos. Ao meu pai, por me ter transmitido o gosto pela arquitetura. Pela confiança e orgulho que demonstra todos os dias. À minha mãe, por estar sempre, sempre, sempre presente e por ser o meu maior suporte. Ao Tiago, que mesmo sem saber, é a minha maior inspiração e a pessoa que mais gosto. A eles, dedico este trabalho.

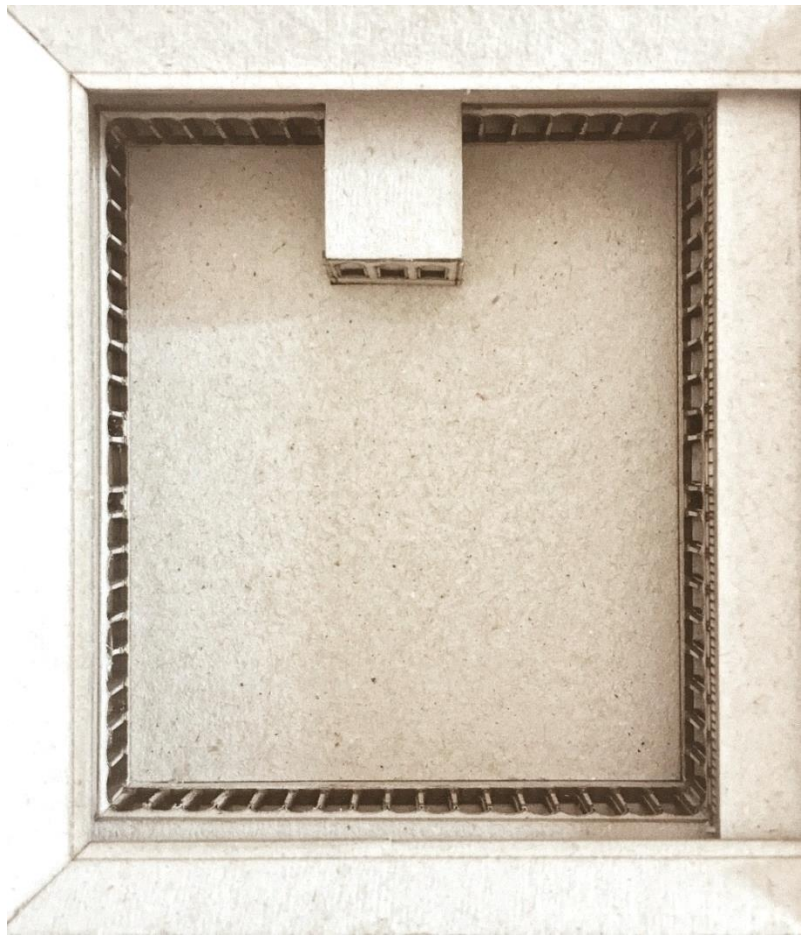


Fig. 2 - O D'arq.

À Câmara Municipal de Penedono

E, mais concretamente, ao seu Presidente, Carlos Esteves de Carvalho, por todo o material cedido, pelo genuíno interesse e, acima de tudo, pela forma afetuosa como sempre me recebeu.

Ao Nina

Pela preciosa ajuda desde o primeiro dia.

Ao D'arq

Por me ter acolhido de forma tão afetuosa. Por todas as manhãs, tardes e noites passadas no (nosso) pequeno claustro. Por todas as *memórias* que levo: desde o primeiro ano, debruçada sobre o estirador e o poliestireno, perdida em exercícios de sombra e de luz; ao último, dedicada a um estudo aprofundado do tema que escolhi para finalizar este caminho. O D'arq é muito mais que um cubo. O D'arq são as calças rasgadas nos pregos dos bancos instáveis do claustro. É o café do bar. A esplanada cheia. O Augusto e a Andreia. O Nina. A Biblioteca. O frio. A chuva nas salas. O calor e o fumo na Estufa. As diretas. As entregas (sempre) adiadas. Os elevadores avariados. As luzes acesas 24 horas por dia. O gabinete. O D'arq são as pessoas. Os alunos. Os professores. Os funcionários. A todos aqueles com quem tive o privilégio de me cruzar, agradeço eternamente. Por me fazerem sentir sempre em casa, neste lugar tão especial. Pelas conversas enriquecedoras, pela ajuda constante, pelos sorrisos sinceros e por me terem ajudado a crescer nestes últimos seis anos. *Aqueles que passam por nós não vão sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.*

Obrigada!

Resumo

Há séculos que o Castelo de Penedono é uma referência na região, marcante pela sua posição dominante no território e pela *atmosfera* ‘medieval’ que transmite a quem o visita. A vila de Penedono tem sido objeto de diversas ações de *planeamento urbano* com o intuito de a valorizar e dinamizar. Contudo, a sua construção mais simbólica, o Castelo, classificado como *monumento nacional*, permanece apenas como lugar de contemplação, ‘abraçado’ por uma Encosta maioritariamente inacessível e em *ruínas*. À época do Estado Novo afirmaram-se discursos políticos e orientações técnicas que devolveriam os *monumentos nacionais* a um *perfil arquitetónico* pretensamente primitivo, mediante diversas e vastas campanhas de obras levadas a efeito pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). No entanto, as políticas em vigor neste período condicionaram o futuro: não só o seu retrato, como também o seu contexto. A fixação, a partir de 1945, de *zonas especiais de proteção* e *áreas vedadas a construção* tem, no caso do Castelo de Penedono, travado eventuais intervenções nesta área. A colina histórica que o circunda, há muito abandonada, é por isso um tema pertinente e atual. Importa, pois, questionar a sua revitalização e valorização na relação com o Castelo e com a vila. Considerando estas circunstâncias, apresenta-se uma proposta que encontre no Castelo e na sua envolvente o *leitmotiv* para a sua aproximação ao quotidiano de Penedono e dos seus visitantes. A recuperação de alguns edifícios em *ruína*, a construção de outros novos e a criação de um percurso que permita a fruição completa da Encosta, decerto revertem uma situação que por hoje se acha inacessível e distante da vida da vila.

Palavras-chave: Penedono; Castelo; Monumento Nacional; Encosta; Zona de Proteção; Património.

Abstract

For centuries Penedono's Castle has been a reference in the region, outstanding by its dominant position in the territory and by the 'medieval' *atmosphere* that it transmits to whoever pays a visit. The town of Penedono has been object to diverse actions of *urban planning*, with the aim of enhancing it and making it more dynamic. However, the most symbolic construction, the Castle, classified as a *national monument*, remains as a place of contemplation, 'embraced' by an unapproachable hillside, in *ruins*. At the time of the Estado Novo, political speeches and technical orientations were made to return an allegedly primitive and architectural profile to a *national monument*, through various and extensive construction campaigns carried out by the Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). However, current policies in this period have conditioned the future, not only by its portrait but also in its context. From 1945 on, the fixation of *special protection zones and areas forbidden to construction* has, in the case of Penedono's Castle, blocked possible interventions in this area. The historical hill that surrounds it, long abandoned, is a pertinent and current theme. It is therefore important to question the Castle and Town's revitalization and value. In view of these circumstances, a proposal to find in the Castle and its surroundings the *leitmotiv* to its proximity with Penedono's everyday life and its tourists, is presented. The recovery of some buildings in ruins, the construction of new buildings and the creation of a route that permits the complete possession of this historical hill, surely reverts the situation that some today would think inaccessible and distant to life in the town.

Key words: Penedono; Castle; National Monument; Hillside; Protection Zone;

Patrimony.

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1: Contextualização da vila de Penedono e do seu Castelo	
1.1 Penedono	25
1.1.1 Penedono no espaço e tempo	25
1.2 O Castelo	35
1.2.1 Breve síntese histórica do Castelo de Penedono	35
1.2.2 Ruína e restauro - campanhas de intervenção da DGEMN	43
1.2.3 A autarquia e as políticas municipais	73
Capítulo 2: A Encosta e o Projeto	
2.1 A Encosta - pertinência e panorama	85
2.2 O programa	95
2.3 Património, contributos e casos de estudo	99
2.3.1 Património	99
2.3.2 Contributos	115
2.3.4 Casos de estudo	123
2.4 O Processo (e o projeto)	131
Considerações finais	163
Fontes das imagens	169
Referências bibliográficas	195
Anexos	197

Introdução

A dissertação que se apresenta, integrada no âmbito das unidades curriculares de *Seminário de Investigação em Arquitetura e Laboratório de Teoria*, sob orientação da Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro e do Professor Doutor Luís Miguel Correia, está associada ao tema *Cidade e reabilitação urbana: entre o planeamento institucional e as ações de cidadania*¹. O contexto da presente prova académica surge, inicialmente, de uma análise mais alargada da vila de Penedono. Contudo, com o desenvolvimento do trabalho, acabámos por selecionar uma área mais específica - a Encosta do Castelo de Penedono - que, através de uma proposta de intervenção, se pretende valorizar do ponto de vista cultural e social.

Como metodologia adotada nesta investigação, assumiram-se duas vertentes conceptuais: uma base analítica e outra de carácter mais prático. Assim, antes de qualquer intervenção prática, é fundamental estudar conceitos e aprofundar conteúdos, que, posteriormente, possam justificar as opções do projeto. Logo, numa primeira instância, foi realizada uma reflexão acerca do tema do seminário: a cidade e a *reabilitação urbana*. Como se sabe, a cidade é, nos dias de hoje, um assunto que, *per se*, informa um leque de problemas e interrogações de natureza urbana, arquitetónica, económico-social e cultural, cujas respostas desde sempre se procuram, seja por meio da formulação de teorias, seja através da elaboração de planos e projetos (Salgueiro, 1992). Os meios tecnológicos, industriais, sociais e culturais evoluem a um ritmo acelerado, aproximando cada vez mais as pessoas às cidades, conferindo-lhes, por isso, um acesso veloz e espontâneo a esses avanços. Observando tais circunstâncias atuais, quanto pertinentes, importou-nos perceber as suas consequências/efeitos naqueles contextos mais afastados das ‘grandes cidades’, sobretudo localizados no litoral português.

¹ Encontra-se, em anexo, o programa referente à unidade curricular de *Seminário de Investigação*, inerente ao ano letivo 2017-2018.



Fig. 3 - Fotografia aérea do Castelo de Penedono e área envolvente, 2019.

Conscientes de que a ‘cidade do interior’ também enfrenta idênticos ‘avanços’, interessa-nos, pois, averiguar, por via do projeto, como a ‘*reabilitação urbana*’ pode constituir um meio de atualização das antigas estruturas, sem, contudo, abandonar os testemunhos de épocas de outrora. Por estas razões, a intervenção nos apelidados *centros históricos* representa o mote desta dissertação.

Possuidora de uma considerável herança *patrimonial*, a vila de Penedono, inserida no concelho de Penedono, distrito de Viseu, foi escolhida como caso de estudo. Tal como a maioria dos aglomerados do interior nacional, Penedono regista, de acordo com os dados fornecidos pelo *Instituto Nacional de Estatística* (INT), índices de envelhecimento da população elevados. No entanto, mantém viva a tradição e história deste local, desejando (e fazendo por) perpetuá-las no futuro. Foi perante estas atuais questões, aliadas ao facto de ser um local que efetivamente ‘nos toca’ e nos é familiar, que decidimos escolher esta vila como nosso caso de estudo.

Dos diversos *imóveis de interesse público* que se encontram no concelho, o Castelo de Penedono (Fig. 3) é certamente o *monumento* que maior influência detém na configuração da vila. O *centro histórico* de Penedono tem sido, por parte da autarquia, alvo de vários planos e políticas de *reabilitação e requalificação urbana*. Estas ações incluem projetos que visam promover os espaços públicos e alguns edifícios para que a população local e os visitantes possam permanecer na vila, reforçadas por certos eventos culturais, como é o caso da Feira Medieval ou do Mercado Magriço, que têm idêntico objetivo. Existe um claro incentivo ao turismo, que simultaneamente deseja valorizar o espaço físico e incentivar o regresso e a visita de todos aqueles que deixaram a vila ou não a conhecem. Como constata Nuno Portas (1986, p.11), ainda que se refira de modo mais abrangente às ‘grandes cidades’, é de extrema importância assumir a vila como um todo, intervindo de forma conjunta e integrada:

“...políticas concretas têm de ter em conta que essas áreas dos aglomerados são teatro de conflitos de interesses que, se forem deixados a si mesmos, acabarão por minar as células dos órgãos e dos nervos da vida urbana e, como um cancro, levar o corpo à agonia”.



Fig. 4 - Encosta do Castelo de Penedono, 2019.

Ao tomar consciência dos recentes empreendimentos, expressos nas entrevistas efetuadas com o Presidente da Câmara Municipal de Penedono, Carlos Esteves de Carvalho, e nas visitas a algumas das obras realizadas para revitalizar este *centro histórico*, levantaram-se certas questões julgadas pertinentes. A saber: possuindo no centro do seu *núcleo histórico* uma estrutura classificada como *monumento nacional* porque razão todas as propostas de *requalificação urbana* não consideram a revitalização da sua encosta há muito abandonada?; por outro lado, deverão as *ruínas* existentes na Encosta do Castelo permanecer intactas? Dito de outro modo, dever-se-á valorizar o *culto da ruína*? Alberto Ustárrroz, através do seu trabalho - *La lección de las Ruínas* (1997, p. 15) - aborda a ruína de um modo que consideramos muito interessante, e com o qual nos identificamos:

“El arquitecto que mira a las Ruinas imita, innova, no rechaza lo antiguo, sintiéndose él mismo antiguo - coautor con los antiguos - ni lo nuevo, siendo también él nuevo, constructor del presente. Lo que no excluye la crítica, tanto de lo antiguo como de lo nuevo. porque al fin, lo confieso: no encuentro nada mejor que traspasar a las Ruinas - en este trato interesado con ellas - las propias agitaciones, deseos, problemas formales y constructivos; a veces incluso - por qué no decirlo - el propio desorden a la complejidad de estos fragmentos antiguos, donde se hace realidad que una forma, aunque opaca, puede ser *luminosa*”.

Perante tais questões, surgiu naturalmente a vontade de propor a valorização deste espaço que rodeia o Castelo de Penedono, através de uma proposta prática. Na sua íngreme encosta existiu toda uma vida que agora parece esquecida e triste (Fig. 4). As pequenas casas de pedra, que apenas vão mantendo as fachadas, têm sobrevivido ao tempestuoso clima. Muitas, já sem as antigas coberturas de telha, deixam espreitar, através de pequenas brechas nas paredes, um interior vazio e abandonado onde cresce cada vez mais vegetação. São muito poucos os habitantes que ainda habitam aquele espaço: os que já partiram, ali deixaram vários edifícios que, não sendo reclamados por ninguém, não são mais do que robustas paredes de pedra, cercadas pelas dezenas de pequenos gatos que ali encontraram um novo refúgio.

De modo a atingirmos os objetivos propostos, esta dissertação estruturou-se em dois capítulos:

O primeiro - *Contextualização da vila de Penedono e do seu Castelo* - encontra-se dividido em dois subcapítulos, onde expusemos uma breve síntese do contexto



Fig. 5 - Representação do espaço correspondente ao 'vazio urbano' (a verde) entre a vila (a amarelo) e o Castelo (a vermelho), desenho da autoria de Luís Miguel Correia.

geográfico e histórico de Penedono e do Castelo, analisando o conjunto de políticas e de intervenções aí realizadas pela Autarquia. Para a prossecução deste trabalho, procurou-se a leitura de algumas obras de referência que nos pudessem elucidar acerca das questões em análise e debate. Sobre o concelho de Penedono, o *Plano Diretor Municipal* (2004), assim como o *Plano para a Área de Reabilitação Urbana* (2016) de Penedono foram leituras obrigatórias. De igual modo, atendemos às obras de Luís Teixeira, *Penedono no contexto da reconquista* (2005) e *Penedono e o seu concelho* (2005), de Rui Bastos.

A respeito do Castelo de Penedono, o livro de João Ferreira da Fonseca, *Castelo de Penedono - mil anos de história* (2014) e o *Boletim n.º 73* (1953) da *Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* (DGEMN), constituíram referência maior. Além destas publicações, tivemos a acompanhar também os seguintes trabalhos: *Caminhos do Património* (1999), sob a edição da DGEMN; *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]* (2007) e *Monumentos, Território e Identidade no Estado Novo - da definição de um projecto à memorização de um legado* (2016), de Luís Miguel Correia.

Na passagem para o segundo capítulo, *A Encosta e o Projeto*, foi essencial compreender a organização do espaço de intervenção, observando juntamente o desejo de *salvaguarda* da(s) *memória(s)* e a necessidade de atualização das estruturas existentes, em favor de uma *reabilitação urbana integrada*. Como antes se apurou, é na Encosta do Castelo que centraremos a nossa especial atenção, já que a sua eventual transformação aproximará a velha estrutura militar da vida quotidiana da vila. Das citadas entrevistas com o Presidente da Câmara Municipal de Penedono, ficou evidente que este espaço *in between* (representado a verde na Fig. 5), a ‘cidade’ (vila) e o Castelo, representa um vazio urbano que urge reverter num espaço cultural de usufruto diário. Importante será realçar que, na nossa proposta, a criação de um espaço museológico, que divulgará a história da vila e do Castelo, não será mais importante que a valorização dos percursos da Encosta. Por outras palavras, são duas realidades indissociáveis, em que uma não faria sentido sem a outra. O desenho do espaço museológico, interessa referir, teve sempre uma relação de dependência com o tratamento dos percursos na Encosta, assim como estes influenciaram constantemente o pensamento sobre o museu.



Fig. 6



Fig. 7

Fig. 6 - Fotografia da visita realizada ao Castelo de Pombal, 2019.

Fig. 7 - Fotografia da visita realizada ao Moinho de Papel, 2019.

O trabalho de campo revelou-se de extrema importância, uma vez que eram escassos os levantamentos desta área. Foi, assim, necessário estudar em pormenor o espaço de intervenção, através de registos desenhados e fotografados *in loco*, complementados com documentos gráficos cedidos pela Câmara Municipal de Penedono e retirados do *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico* (SIPA), no Forte de Sacavém.

O desenho da intervenção nesta área teve a seu montante alguns projetos que mereceram a nossa leitura atenta: uns, cujos programas e escalas se aproximam da natureza desta proposta; outros pelo carácter dos critérios adotados. Dos casos de estudo selecionados, destacam-se: a intervenção no Castelo de Pombal (Fig. 6), de Luís Miguel Correia, Nelson Mota e Susana Constantino (COMOCO); e o Moinho de Papel (Fig. 7), em Leiria, de Álvaro Siza Vieira. Resumidamente, entende-se que: a intervenção no Castelo e envolvente do Castelo de Pombal experienciaram um estado próximo daquele que hoje graça a Penedono; e o Moinho de Papel, de Álvaro Siza Vieira, dá sentido ao princípio em que assenta a nossa proposta, isto é, a relação que um novo programa estabelece com o contexto - relação construído e território/vila.

Ainda que o nosso projeto se insira num contexto académico, assumimos sempre esta proposta de intervenção como uma possível/futura realidade. Através do novo ‘percurso museológico’, ambicionámos preencher ‘o vazio’ que atualmente existe entre o Castelo de Penedono e a vila. O novo percurso pretende valorizar toda a Encosta, permitindo assim uma nova vivência deste espaço. Ao mesmo tempo, ‘abraça’ e une o conjunto museológico, funcionando como um só. Com este projeto, pretende-se valorizar e acima de tudo respeitar o existente, nomeadamente todas as *ruínas* que achámos. Conscientes de que estas nos poderiam limitar em diversas circunstâncias no ato do desenho, nunca cedemos ao que, talvez, fosse o mais simples: demolir. Assumimos a Encosta com todas as suas características e adaptámos o nosso pensamento às mesmas, para que a história e a imagem deste local não perdessem a essência. Como resultado deste trabalho, espera-se que este possa estimular a mudança e gerar uma vontade maior em valorizar a Encosta e, conseqüentemente, o seu Castelo.

Capítulo 1

Contextualização da vila de Penedono e do seu Castelo

“Quando me concentro num determinado lugar para o qual devo elaborar um projecto, tento explorá-lo, perceber a sua figura, a sua história e as suas qualidades sensoriais. É então, neste processo do olhar preciso, que começam lentamente a penetrar imagens de outros lugares [...] que conheço e que em tempos me impressionaram [...]. Deste modo mergulho no lugar do projecto, sinto-o e, ao mesmo tempo, olho para fora, para o mundo dos meus outros lugares” (Zumthor, 2006, p. 41).



Fig. 8 - Fotografia aérea da vila de Penedono, 2019.

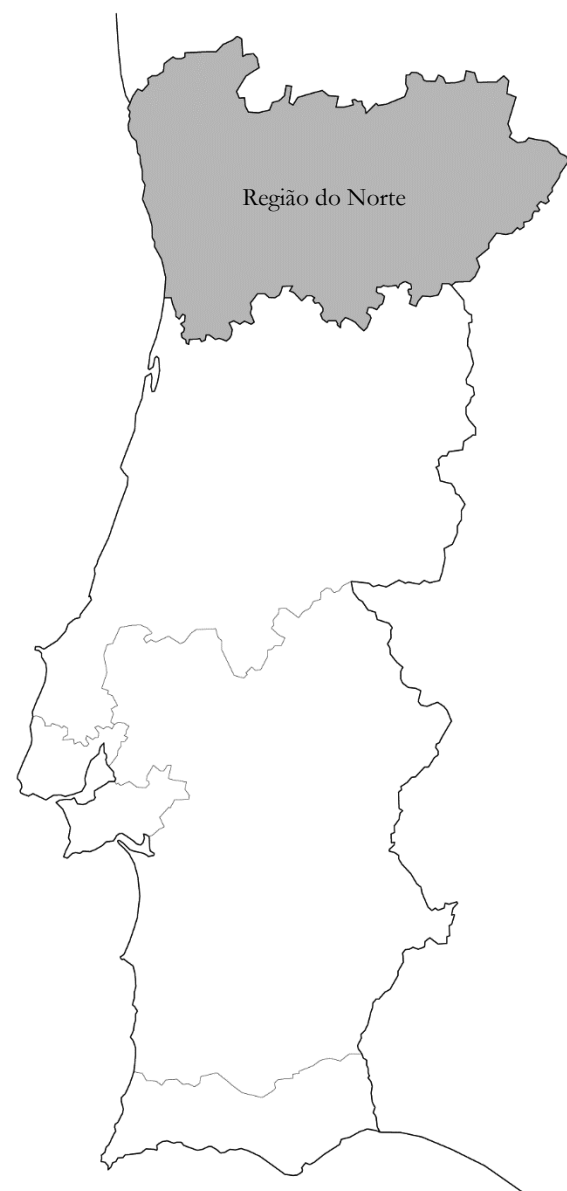


Fig. 9

Fig. 9 - Região do Norte no Mapa de Portugal Continental.

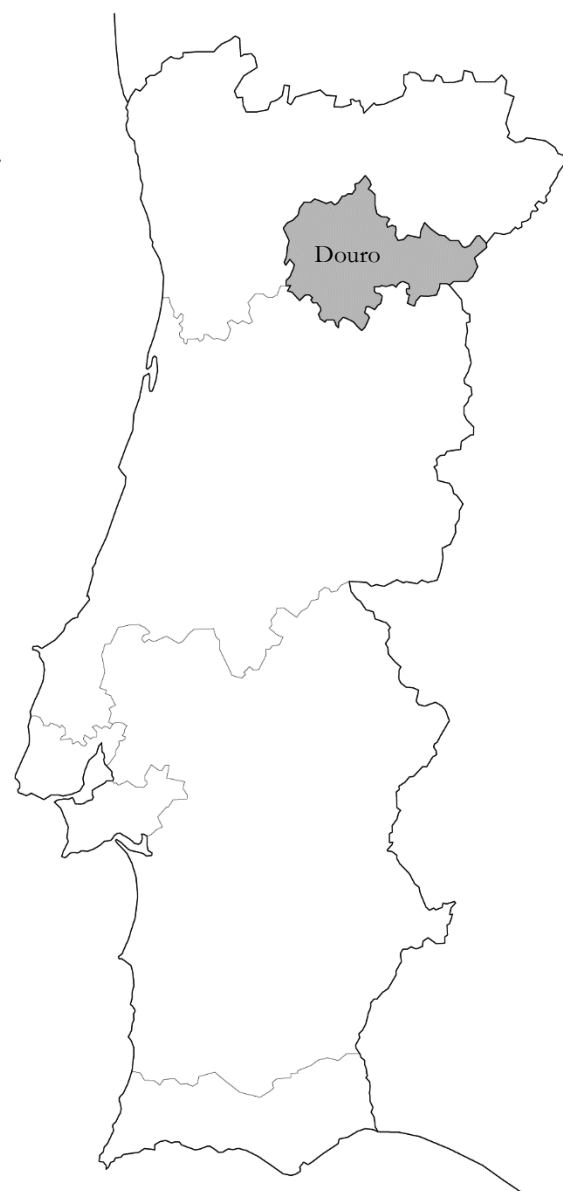


Fig. 10

Fig. 10 - Sub-região do Douro no Mapa de Portugal Continental.



Fig. 11

Fig. 11 - Distrito de Viseu no Mapa de Portugal Continental.



Fig. 12

Fig. 12 - Localização do Concelho de Penedono no distrito de Viseu.

1.1 Penedono

1.1.1 Penedono no Espaço e Tempo²

No panorama do território português, o município de Penedono (Fig. 8) insere-se na Beira Alta, uma província tradicional do Norte do país. Faz parte da Região do Norte e sub-região do Douro (Fig. 9-10), a par dos municípios de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Moimenta da Beira, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real. Integra o distrito de Viseu (Fig. 11), juntamente com outros vinte e três municípios: Armamar; Carregal do Sal; Castro Daire; Cinfães; Lamego; Mangualde; Moimenta da Beira; Mortágua; Nelas; Oliveira de Frades; Penalva do Castelo; Resende; Santa Comba Dão; São João da Pesqueira; São Pedro do Sul; Sátão; Sernancelhe; Tabuaço; Tarouca; Tondela; Vila Nova de Paiva; Viseu e Vouzela. Até 2013, compreendia 9 freguesias. Porém, em 2013, após a aplicação da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, Penedono passou a abranger apenas sete. Deu-se, então, a união das freguesias de Antas com Ourozinho, Penedono com Granja, completando este lote as freguesias de Beselga, Castainço, Penela da Beira, Póvoa de Penela e Souto. A sede do concelho é na freguesia de Penedono e Granja (Fig. 12), sendo a única considerada *Área Mediamente Urbana*, as demais são de feição rural. O maior núcleo urbano é a vila de Penedono, uma vez que representa 34% da população concelhia. Fatores como a deslocação de muitos habitantes para Viseu e outros aglomerados de maior dimensão, a própria emigração para o estrangeiro e o aumento da taxa de envelhecimento, aliado à diminuição da taxa de natalidade, têm contribuído, fortemente, para uma crescente ausência de vida em Penedono. Após este curto retrato geográfico, interessa de seguida conhecer a evolução do espaço no tempo. Por outras palavras, perceber como as estruturas edificadas foram construídas e reconstruídas desde a sua fundação até hoje. Em razão desta leitura perceber-se-á melhor algumas das principais circunstâncias que caracterizam a ‘urbanidade’ e ‘ruralidade’ de Penedono.

² Para redigir este subcapítulo, tivemos, maioritariamente, por base os estudos efetuados por João Ferreira da Fonseca na sua obra *Castelo de Penedono - mil anos de história* (2014), o *Plano Diretor Municipal de Penedono* (2004) e os documentos que constam do *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico* (SIPA).

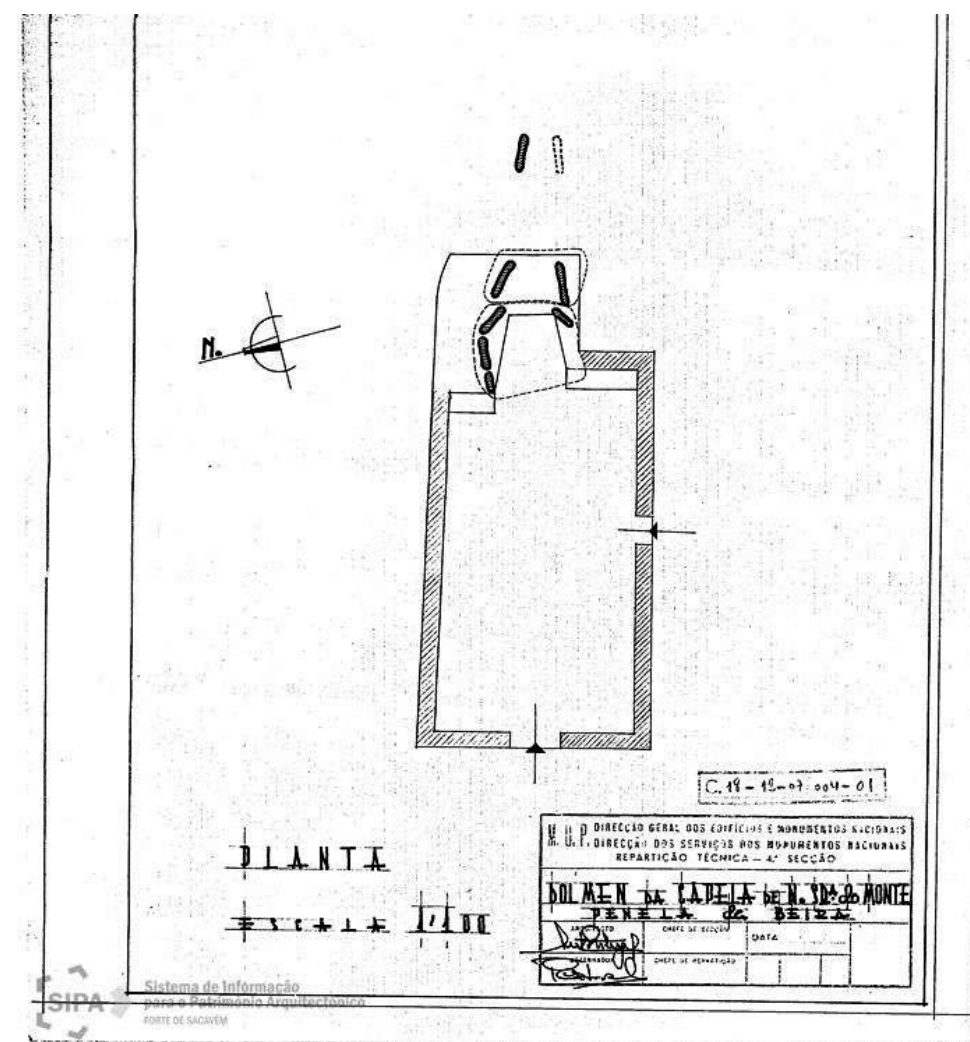


Fig. 13 - Planta do Dólmen.



Fig. 14 - Enquadramento da localização do Dólmen.



Fig. 16 - Corredor do Dólmen.



Fig. 15 - Entrada da antiga capela funerária.



Fig. 17 - Corredor do Dólmen.

Para delinear uma sequência coerente dos acontecimentos, referenciámo-nos nos estudos elaborados por alguns historiadores, a citar: João Ferreira da Fonseca, em *Castelo de Penedono - mil anos de história* (2014); Alexandre Alves, em *Penedono: apontamentos de História e de Arte. “Os Continbos”* (2000); e Luís Sousa Teixeira, na obra *Penedono no contexto da Reconquista: das origens à afirmação concelhia* (2005). É através da bibliografia referida que se aponta o século IX como a primeira referência a Penedono. Ainda assim, acredita-se que este concelho tenha sido habitado sensivelmente há 5000 anos atrás: “São antiquíssimas as terras de Penedono. Por todos os lados se depara com testemunhos de uma remota ocupação humana, cujos primórdios se perdem na névoa espessa dos tempos” (Alves, 2000, p. 5). Conquanto sem certezas, as diversas pistas espalhadas pelo concelho fazem prever que existiu uma vida passada e bem longínqua neste local. O leque de *ruínas*, objetos e fragmentos que se encontram dispersos nas diferentes freguesias é vastíssimo. Porém, é na União de Freguesias Antas e Ourozinho, Penela da Beira e Castainço que se descobrem os vestígios desta ocupação numa maior escala. Na aldeia de Antas, são dezenas as sepulturas existentes. Também na freguesia de Castainço, alguns dólmenes corroboram esta possibilidade. Em Penela da Beira, mais sepulturas, dólmenes e inscrições rupestres podem ser observados. É precisamente nesta freguesia que existe o *Dólmen da Capela de Nossa Senhora do Monte* (Fig. 13-17), que foi classificado como *monumento nacional* ³ em 1961. Segundo a informação recolhida no site oficial da Câmara Municipal de Penedono, esta classificação foi baseada nas suas dimensões, tendencialmente superiores. Acredita-se que seria usado como câmara funerária, dispondo de uma câmara poligonal, um corredor longo e um pequeno átrio.

³ O *Dólmen da Capela de Nossa Senhora do Monte* foi classificado como *monumento nacional* através do Decreto n.º 44075, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 281, de 5 de dezembro de 1961.

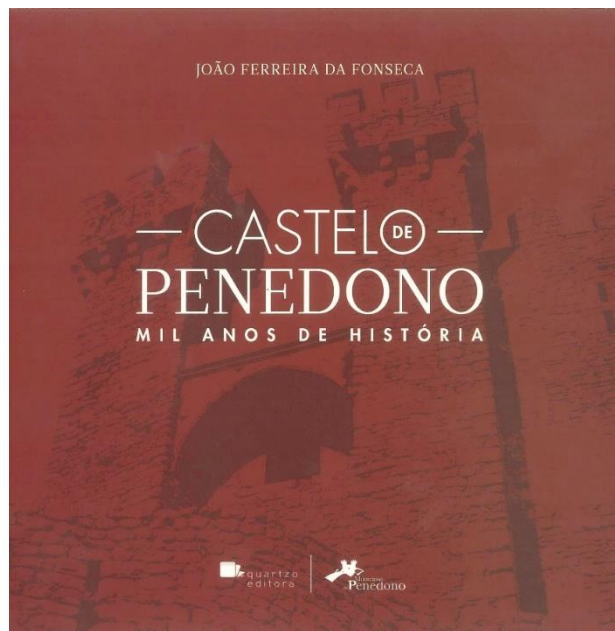


Fig. 18 - *Castelo de Penedono - mil anos de história* (capa), de João Ferreira da Fonseca.

Neste *monumento* megalítico, foram achados diversos vestígios arqueológicos, como lâminas e machados. Todos estes valores arqueológicos remetem-nos para um tempo passado e fazem-nos acreditar que estes espaços tivessem sido utilizados para combater as necessidades dos povos de outrora. Presumivelmente, funcionariam como abrigos, espaços de culto e cerimónias ou para sepultar aqueles habitantes julgados mais respeitados.

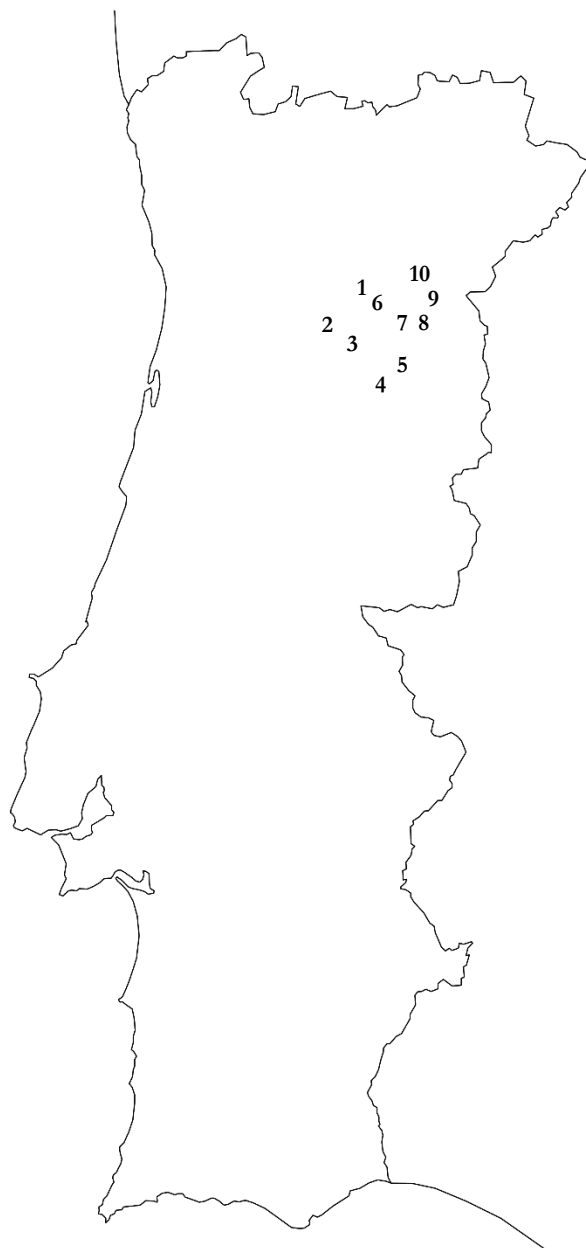
Algumas dúvidas subsistiam quanto à ocupação destas terras. Os estudos de João Ferreira da Fonseca (Fig. 18) sobre este tema apontam os Romanos como os primeiros a habitar as terras de Penedono, no século II a.C.. Sempre envolto em grande enigma, crê-se que seguidamente chegaram os Germânicos, que têm a sua passagem ligada a um clima de destruição e terror. Numa época da qual se conhece muito pouco, diz-se que “os bandos de germânicos trouxeram a destruição a estas terras, martirizando as populações pelos seus assaltos assassinos” (Fonseca, 2014, p. 68).

409 Posteriormente, Alanos e Vândalos tomaram posse da região que, atualmente, pertence ao concelho de Penedono. Do

585 mesmo modo, se fixaram os Suevos e os Godos. Contudo, é no início do século VIII que, vindo do Norte de África, surge o povo que durante mais tempo tomou posse desta terra, os Muçulmanos. Através das antigas estradas romanas

711 conquistaram a região da Beira (Fonseca, 2014). Este período tem sido esmiuçado nos últimos anos, no entanto, os documentos a ele referentes são muito escassos. Não obstante a falta de documentação, os vários vestígios conhecidos, têm permitido de alguma forma delinear uma sequência de acontecimentos, que dão corpo a uma linha cronológica

960 lógica. Apesar destas conjecturas, data de 960 o primeiro documento que menciona a vila na forma *de Pena do Dono*, o que significa Penha ou Castelo do Dono.



Castelos:

1 - Penedono; 2 - Caria; 3 - Sernancelhe; 4 - Trancoso; 5 - Moreira de Rei; 6 - Alcarva;
7 - Méda; 8 - Longroiva; 9 - Muxagata; 10 - Numão.

Fig. 19 - Localização territorial dos dez castelos de D. Flâmula Rodrigues.

960 Tal documento foi redigido pela “Châmoa Rodrigues [D. Flâmula Rodrigues], senhora poderosa e rica” (Mattoso, 1981, pp. 136-137), numa época em que se encontrava muito doente. Vendo a morte aproximar-se, D. Flâmula Rodrigues escolhe a sua tia, Condessa Mumadona Dias, fundadora do mosteiro de São Salvador de Guimarães e do Castelo de Guimarães, para que tomasse posse dos seus bens, que correspondiam a propriedades, povoações e estruturas militares. D. Flâmula Rodrigues expressa então a sua vontade em que esses bens fossem vendidos, cuja receita reverteria em benefício dos cativos, peregrinos e mosteiros. Até à redação desta missiva, em nenhuma outra circunstância tinha sido mencionado o Castelo de Penedono. Mas, entre os bens constantes neste ‘testamento’, um deles era precisamente o Castelo de Penedono, que, tal como os outros dez referenciados (Fig. 19), D. Flâmula tinha a intenção de vender. Em pleno século XXI, a origem do Castelo de Penedono é ainda um grande mistério. É apenas neste contexto que se fica a saber da possível existência deste *monumento*. Perante tais evidências, fica subentendido que o aparecimento do mesmo se deu antes do século X. Todavia, Joaquim Ferreira da Fonseca refere (Fonseca, 2014, p. 47), no contexto do Castelo de Penedono:

“[...] as primeiras construções castelares, enquanto estruturas amuralhadas para aquartelarem um corpo de soldados para defesa de um certo território, são ainda mal conhecidas. Julga-se que o seu aparecimento datará, provavelmente, dos inícios do século VIII, aquando da invasão muçulmana”.

MALDITO
CASTELO!!!



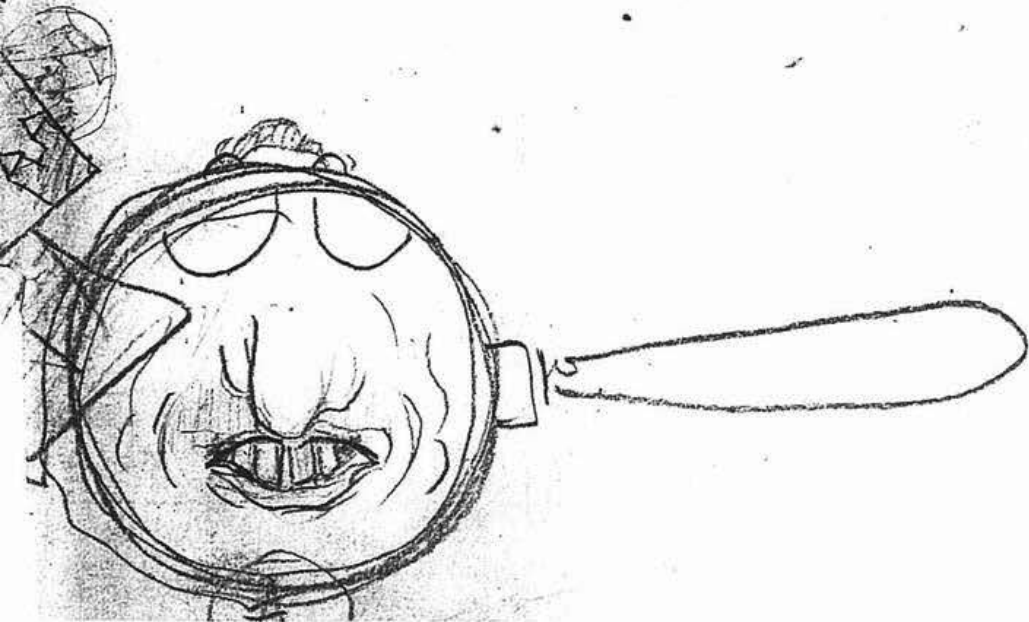




Fig. 20 - (página anterior) *Maldito Castelo*.

Fig. 21 - Castelo de Penedono, 2018.

1.2 O Castelo

1.2.1 Breve síntese histórica⁴

Na sequência da cronologia histórica elaborada no subcapítulo anterior, tentámos também dar-lhe seguimento envolvendo o seu Castelo, uma vez que a história deste se confunde com a da própria vila, envolvidas em algum mistério e baseadas em algumas suposições. Como constatámos, são questionáveis as hipóteses para aquela que foi a origem do Castelo de Penedono (Fig. 21). “Fragoso, áspero, altaneiro, possante, assim é o esporão onde os homens fundearam as muralhas do castelo de Penedono e que parece perpetuamente o segredo do seu nascimento” (Fonseca, 2014, p. 65).

Alguns estudos⁵ apontam os Romanos como aqueles que ergueram a primeira pedra deste *monumento*. Estes fundamentam este facto na suposição de que, há milhares de anos atrás, o Castelo de Penedono não era como o conhecemos hoje: acredita-se que terá começado por ser uma simples construção. Com os constantes ataques e lutas pela posse deste território, este povo teve necessidade de se defender, e através de técnicas e materiais simples, erigiram uma pequena fortificação, uma torre, para garantir maior segurança à população. Edificada em lugar estratégico, viria, julga-se, a manter-se inalterada até à primeira invasão muçulmana, em meados do século VIII. Tal conflito acabaria por ser vencido por Ramiro II, em 937, na *Batalha de Simancas*.

937

⁴ Para redigir este subcapítulo, tivemos, maioritariamente, por base os estudos efetuados por João Ferreira da Fonseca na sua obra *Castelo de Penedono - mil anos de história* (2014), a obra de Alexandre Alves, *Penedono: apontamentos de História e de Arte “Os Courtinhos”* (2000), o *Plano Diretor Municipal de Penedono* (2004), *Penedono no contexto da Reconquista: das origens à afirmação concelhia* (2005), de Luís Sousa Teixeira, o *Plano da Área de Reabilitação Urbana de Penedono* (2016) e os documentos retirados do *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico* (SIPA).

⁵ Ver nota de rodapé anterior.

PENA DE DONO

PEDEDONO

1105

Textum sumptuans ex charta autographa confirmationis Alphonsi II. Lectiones varias, quae nequidant, ex Lib. Foral. Antiquor. S. Crucis et ex Lib. Regest. Alphonsi II decerpimus.

In nomine sancte et individue trinitatis patris et filii et spiritus sancti¹: unius summi dei facimus cartam is, tam in ipsius nomine trinitatis. Ego rex S. Portugalensis² pariter cum filiis meis³ et filias vobis homines de Pena de Dono qui ibi unum populatores esitis per mandatum matris, et de filiis meis, cito qui venerint ad populandum, facimus vobis cartam sicut et fecimus per scripturam, et per preceptum nostrum firmiter teneatis, ut habeatis forum bonum sicut habent homines de Tronoso. Et non delis mibi neque ad progeniem meam, nec ad aliquem hominem pro homicidio, nisi vii⁴ ad palacium de ccc⁵ solidis appreciatura, per concilium et per manum de iudice: et nullum pectum neque ullam calumpniam non intret ibi nullo meirino⁶, nisi iudex de concilio. Et faciant fossadum la tercia de los caualeiros, et due partes stent in Pena de dono. Et de illa una parte que habuerit a andar in fossadum⁷ et non fuerit quomodo det in fossadeira⁸ solidos in appreciatura. Et non faciant⁹ fossadum nisi cum nostro senior, una vice in anno, aut nostra¹⁰ voluntas fuerit. Et peones¹¹ non faciant fossadum, neque clerici. Et non intret ibi nuncium nec manoria de nulloquoque homine per forum de Pena de dono. Et qui in termino de Pena de dono filiam alienam ransar extra suam voluntatem quomodo pectet ad palacium ccc solidos, et exeat homizieiro de suis parentibus. Et si aliquis inter uos in mercato aut in ecclesia aut in concilio plecato a pregon feridam fecerit ad suum vicium, pectet lx solidos ad concilium per manum de iudice. Et de furto quod-

N.º 1

1 sancti. Amos :
2 Port.
3 meiros
4 meirino
5 fossado
6 facturus
7 sexta
8 pedones

N.º 2

1 sancti. Amos :
2 Port.
3 meiros
4 fossado
5 facturus

Fig. 22 - Carta de foral de Penedono por D. Sancho I (em latim).

Segundo a documentação existente, foi depois desta conquista que houve uma consolidação da zona do Douro. O seu pai, o monarca leonês Afonso III, é apontado como aquele que anos antes deu início ao repovoamento deste local. Pressupõe-se que após esta batalha, esta fortificação tenha ficado praticamente destruída, razão pela qual se decidiu reedificá-la. Embora fosse previsível a construção para fins militares, segundo a bibliografia consultada, pensa-se que tenha sido utilizada como residência, acabando por ganhar naturalmente, uma volumetria diferente da anterior. Nesta mesma época, muitos outros castelos foram ‘levantados’, evidenciando dessarte uma rede defensiva que pretendia alcançar a *Reconquista*. À data, o responsável por estas terras era Rodrigo Tedoniz, pai de D. Flâmula Rodrigues, a quem terá oferecido o Castelo, que como já referimos antes, anos mais tarde mostrava vontade de o vender.

960

Apesar deste reforço das linhas defensivas, eis que sucede uma nova invasão muçulmana que se revelou duradoura. Na

1064

segunda metade do séc. XI foram derrotados e definitivamente expulsos pelo rei de Leão, D. Fernando, *O Magno*. Duas suas conquistas nesta época, ressalta a recuperação de diversos castelos, da região da Beira, conhecida por *Campanha das Beiras*. Depois desta vitória, o Castelo beneficiou de obras de *reparação* para colmatar os estragos causados pela guerra.

1195

Chegava-se ao século XII, e o Castelo, tal como as terras de Penedono, pertenciam à Coroa dos reis de Portugal. Num primeiro instante, D. Sancho I fixou-se aí e incentivou o repovoamento da vila, outorgando-lhe a carta de foral no ano de 1195 (Fig. 22). Também D. Afonso II, seu sucessor, e D. Dinis no final do século XIII, concederam importância a este território. Consta que data do século XIV a atual configuração do Castelo de Penedono. Foi neste século que, durante o reinado de D. Fernando I, Penedono passou a fazer parte do

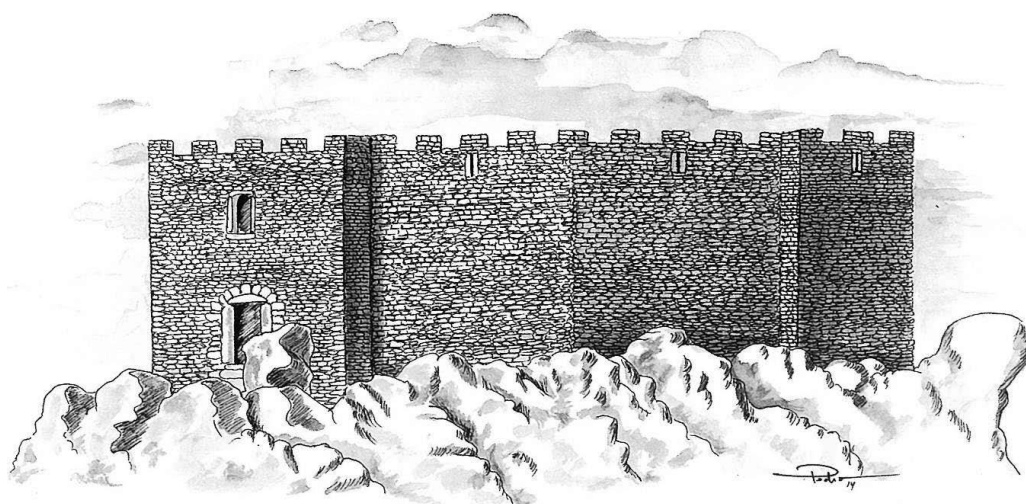


Fig. 23 - Esboço do castelo de Penedono dos séculos XI-XII.

termo de jurisdição de Trancoso, que, sentindo-se ameaçado pela força e significado do seu Castelo, o decidiu demolir.

1373 Defronte esta ameaça, Vasco Fernandes Coutinho recebe o Castelo da mão de D. Fernando I, como recompensa pela dedicação e serviços prestados, designadamente o louvor prestado em favor da *manutenção* desta estrutura militar. Registe-se que a família Coutinho é uma das famílias mais ilustres de Penedono que se encontra deveras associada à história da vila e do seu Castelo. Vasco Fernandes de Coutinho avança com obras de *reparação* do Castelo. Mas é após a sua morte e durante a vida do seu filho e sucessor,

1383-85 Gonçalo Vasques Coutinho, que se ergueria o ‘novo’ Castelo. Tais obras de *reconstrução* trouxeram ao Castelo melhores condições de segurança e defesa. Gonçalo Vasques Coutinho combate nas guerras fernandinas, e no final do século XIV, volta a ordenar novas *reparações* no Castelo, fruto da destruição causada pela guerra.

Quanto ao desenho deste Castelo, João Ferreira da Fonseca pressupõe que a sua imagem, após as obras efetuadas a mando de Vasco Fernandes de Coutinho e do seu filho, tenha sofrido alterações consideráveis, acabando por evidenciar o dobro da altura relativamente à estrutura precedente (Fig. 23). Tal se comprova, segundo o autor (Fonseca, 2014, p. 87), no perfil atual do Castelo:

“À primeira vista, as muralhas seculares do castelo de Penedono não parecem denunciar essas marcas de antigas reconstruções, mas se de relance não parecem nítidas, um olhar mais atento descobre a existência de traçados antigos que evidenciam nitidamente um antigo limite de altura, ao longo do qual ainda se desenham muitas das suas ameias”.

Além desta evidência física, a referência que faz ao Castelo de Penela, no concelho de Coimbra, corrobora este argumento, uma vez que entre os séculos XI e XII também apresentava a



Fig. 24 - Álvaro Gonçalves Coutinho, O Magriço.

a mesma volumetria. Para o historiador (Fonseca, 2014, pp. 87-92), alguns pormenores justificam este facto, nomeadamente: a presença de antigas seteiras “de abertura muito reduzida que, como se pode observar e concluir, estavam abaixo das ameias”; a evidência de antigas escadas no interior do Castelo que permitiam aceder a locais hoje inalcançáveis; a existência de duas estruturas arqueadas, que “foram uma solução técnica encontrada para suportar a pressão” quando se decidiu altear as muralhas; ou mesmo espaços da fachada que denunciam um preenchimento com pedra mais pequena, deixando adivinhar que outrora o Castelo teria outras dimensões das apresentadas atualmente.

1384 (?)

A história de Penedono, apesar de tão povoada ao longo dos séculos, nunca se afasta de uma figura: Álvaro Gonçalves Coutinho (Fig. 24), filho de Gonçalo Vasques Coutinho que, diz-se, ter nascido⁶ no próprio Castelo e vivido em nobres residências mandadas construir pelo seu pai nesta terra. Eternamente conhecido como *O Magriço*, não passou muitos anos da sua vida em Penedono. No entanto, os seus feitos vieram a conceder-lhe o título de ‘filho da terra’, como se constata no canto VI d’*Os Lusíadas*. Neste canto, Luís Vaz de Camões, narra a vitória dos doze de Inglaterra, episódio esse que destaca Álvaro Gonçalves Coutinho como herói. Um combate que surge na sequência de ofensas a doze damas inglesas, por parte de cavaleiros da mesma nacionalidade. Para honrar estas damas, são chamados doze cavaleiros portugueses, um deles *O Magriço*. Desta batalha, saíram os portugueses vitoriosos, destacando-se a prestação de Álvaro Gonçalves Coutinho. Mediante as conquistas e carácter nobre, ser-lhe-ia atribuída a posse do Castelo de Penedono no ano de 1408, alcançando assim o respeito dos penedonenses até aos dias de hoje.

1408

⁶ Segundo a obra de Alexandre Alves, *Penedono: apontamentos de História e de Arte “Os Courtinhos”* (2000), julga-se que Álvaro Gonçalves Coutinho terá nascido no ano de 1984.

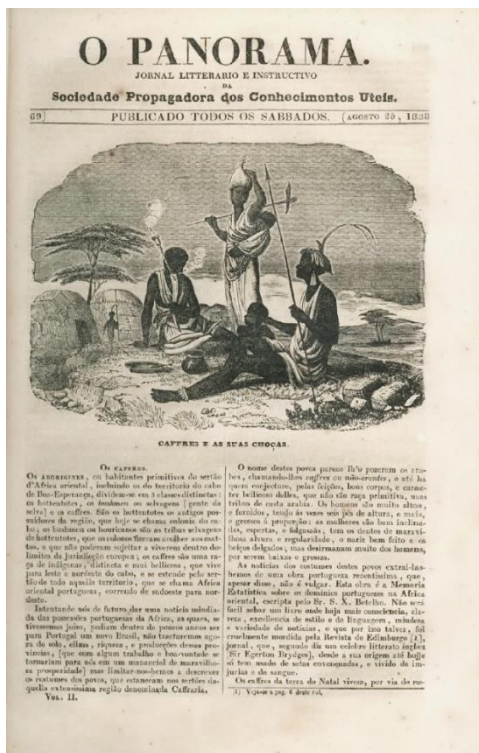


Fig. 25



Fig. 26

Fig. 25 - Capa da revista *O Panorama*, nº 69.

Fig. 26 - Capa da revista *O Panorama*, nº 70.

1.2.2 Ruína e Restauro – Campanhas de intervenção da DGEMN⁷

- 1534 O início do século XVI fica marcado pelo desaparecimento da família Coutinho. Nesta altura, o Castelo de Penedono encontra-se menos ativo, atravessando um período (séculos) em que não sofre qualquer intervenção de *conservação*. As gerações sucederam-se e o Castelo foi ‘envelhecendo’ também. Ante o clima severo vivido nesta região e o abandono a que esteve sujeito, o Castelo foi, naturalmente, assistindo à sua própria degradação.
- 1758 Consta do ano de 1758 a primeira memória do Castelo de Penedono em *ruínas*, demonstrada num inquérito⁸, respondido por um abade do concelho, João Sarayva. Mais tarde, viria a ser confirmado pelo historiador Alexandre Herculano aquando de uma visita às terras de Penedono, em
- 1812 1812. Anos mais tarde, foi diretor do jornal *O Panorama*, que tinha como objetivo divulgar conteúdos relativos à época em questão, que informassem e interessassem a todas as classes sociais. Foi neste mesmo jornal que publicou “quatro violentos artigos a denunciar o vandalismo perpetrado contra os *monumentos*” (DGEMN, 1999, p. 23) (Fig. 25-26). Nesta época correspondente ao *Romantismo*, a *Idade Média* era um tema que suscitava um interesse maior. Defendia-se, grosso modo, que a história de um povo só poderia ser contada através dos seus *monumentos históricos* e que apenas com a sua *valorização* este se assumiria como uma verdadeira Nação.

⁷ Assim como no subcapítulo anterior, baseámo-nos nos estudos efetuados por João Ferreira da Fonseca na sua obra *Castelo de Penedono - mil anos de história* (2014), no *Plano Diretor Municipal de Penedono* (2004), no *Plano da Área de Reabilitação Urbana de Penedono* (2016), em documentos retirados do *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico* (SIPA), na tese de mestrado de Luís Miguel Correia, *Castelo em Portugal - Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]* (2007) e na respetiva tese de doutoramento, *Monumentos, Território e Identidade no Estado Novo - da definição de um projecto à memorização de um legado* (2016).

⁸ O inquérito em questão é mencionado nas *Memórias Paroquiais*. Foi ordenado pelo Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, com o objetivo de obter informações sobre a vila de Penedono (Fonseca, 2014).

SIPA.TXT:01590233



MINISTERIO DO COMERCIO
E
COMUNICAÇÕES

Direcção dos Monumentos Nacionais
 da Norte

*autorizada a visita o Castelo de Penedono e
elaborar o orçamento das obras de que necessita.
Apresento para esse fim o orçamento orçamentário e fotografico
para a classificação do Monumento Nacional de Penedono
de Penedono e bem assim os de Abrunhosa-a-Velha e Sernancelhe.*

21-3-32
Baltazar da Silva Castro

Exm^o. Snr.

Ofício N.º 181

Por ocasião da minha visita a Sernancelhe, para cumprimento das Ordens de Serviço de V.Ex.^a.n.ºs. 312 e 314, de Janeiro proximo findo, fui informado de que o Castelo de Penedono - Monumento Nacional - ameaça ruína.

Venho por isso rogar de V.Ex.^a. autorização para visitar o referido Monumento afim de levantar a respectiva planta e colher elementos para elaboração do orçamento das obras de que ele careça.

Aproveito o ensejo para propor a V.Ex.^a. que seja classificado Monumento Nacional, o Pelourinho de Penedono.

Oportunamente enviarei a V.Ex.^a. as respectivas fotografias e relatório e bem assim os de Abrunhosa-a-Velha e Sernancelhe.

Saude e Fraternidade

Exm^o. Snr. Director Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais

L I S B O A

Porto, 18 de Março de 1932

O Arquitecto Director, interino

Prof.
DIRECCAO GERAL DOS EDIFICIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

RECEBIDA
18 MAR 1932
CAIXA 41

Baltazar da Silva Castro

SIPA
Sistema de Informação
para o Património Arquitectónico

Fig. 27 - Despacho elaborado por Baltazar da Silva Castro, informando que o Castelo de Penedono ameaçava ruína.

É, portanto, nesta data, que se começa a debater temas como a *defesa e conservação* das construções com *valor histórico*. Alexandre Herculano foi uma das figuras que mais emprestou o seu esforço a este movimento. Tais ideias acabariam vingando, e, no final do século XIX, surgem as primeiras medidas com vista à *salvaguarda* dos *monumentos*, ainda não referidos como nacionais. No decurso do século XIX, especialmente nos seus últimos 25 anos, várias comissões e conselhos de *monumentos nacionais* são criadas tendo como objetivo a inventariação e classificação daquelas construções que atestavam a nossa *identidade* nacional desejada. Registe-se que já em 1881, o Castelo de Penedono integraria uma dessas primeiras inventariações, sendo que só em 1910 viria a ser, por fim, classificado como *monumento nacional*⁹, pelo ministro das Obras Públicas desta época, Dr. Manuel António Moreira Júnior. Em 1929, com a fundação da DGEMN, a *valorização* dos *monumentos nacionais* conheceu então uma ‘nova’ intervenção que, no caso dos castelos, lhes alteraria o *perfil arquitetónico*. Tal viria a suceder com o Castelo de Penedono, como se comprova na Fig. 27, através de um ofício escrito por Baltazar da Silva Castro¹⁰, uma importante figura da DGEMN até final dos anos 40, cujo percurso contribuiu, “decisivamente, para a fundação *oficial* de um *modelo* a seguir no *restauração dos monumentos nacionais*” (Correia, 2016, p. 473). “Uma *prática* que vigoraria por muito tempo” (Correia, 2016, p. 473), a que não foi alheia a longevidade da sua carreira e de outros técnicos nesta direção, especialmente do diretor-geral Engenheiro Henrique Gomes da Silva, que lá permaneceu de

⁹ O Castelo de Penedono foi classificado como *monumento nacional* através do Decreto de 16-06-1910, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 136, de 23 de junho de 1910. Por sua vez, a *Zona Especial de Proteção (ZEP)* do Castelo de Penedono, foi instituída por uma Portaria publicada em sede de *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 239, em 14 de outubro de 1955.

¹⁰ Baltazar da Silva Castro foi o responsável pela Direção dos Monumentos Nacionais do Norte, e mais tarde, também pela do Centro, numa divisão que sucedeu no ano de 1930. Em relação à região Sul, cabia à responsabilidade do arquiteto António do Couto Abreu.

SIPA.TXT:01590291

H/P.

MINISTÉRIO
DAS
OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
DIRECÇÃO GERAL
DOS
EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS

S. R.

Exm.^a. Senhor Engenheiro Director Geral dos
Edifícios e Monumentos Nacionais:

APROVADA 9/40
Lisboa 1/12/40
O DIRECTOR GERAL

N.^o 824

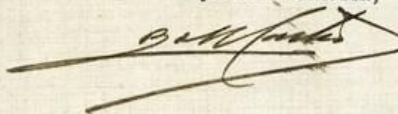
Tenho a honra de enviar à apreciação de V. Ex.^a. a inclusa proposta de ajuste particular, do constructor civil, Francisco Pinto Loureiro, pela qual se compromete a executar diversos trabalhos no CASTELO DE PENEDONO, até à quantia de 50:000\$00.

Cumpre-me informar V. Ex.^a. que sendo o proponente pessoa idonea, competente e cumpridora dos anteriores contractos, a julgo nas condições de merecer a aprovação de V. Ex.^a.

A Bem da Nação

Lisbã, Direcção dos Monumentos Nacionais, em 29 de Abril de 1940.

O ARQUITECTO DIRECTOR,



PROCO
DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

30 ABR 1940

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA
601 00
CAIXA

Fig. 28 - Despacho elaborado por Baltazar da Silva Castro, destinado a Henrique Gomes da Silva, a dar conta da única proposta para as obras no Castelo de Penedono.

- 1932 de 1929 a 1960. Neste documento fica visível que em 1932 o Castelo de Penedono se achava em *ruína*, adiantando-se, desde logo, que este deveria ser objeto de uma intervenção. Como se verifica no trabalho de Luís Miguel Correia, a *ruína* do Castelo de Penedono estava longe de ser única no País, e perante este panorama, no período compreendido entre 1930 e 1940, são intervencionadas várias estruturas militares e não só. Esta campanha muito se deveu à institucionalização do regime do Estado Novo, que definiu uma política de obras públicas, onde se incluía a *reparação* de inúmeros *monumentos nacionais*. Por certo, esta estratégia enquadra-se ao abrigo do projeto gizado por Oliveira Salazar, que vislumbrava os *monumentos nacionais* como veículos de afirmação do seu discurso nacionalista. Seria neste contexto que em 1940, aquando das comemorações dos centenários, o Castelo de Penedono receberia as primeiras obras de *conservação e restauro*. Através dos documentos disponibilizados no arquivo da antiga DGEMN, sabe-se que coube ao construtor Francisco Pinto Loureiro a execução da respetiva obra, até a um valor próximo de 50.000\$00¹¹ (Fig. 28). No que diz respeito a esta primeira intervenção, a proposta tinha como objetivos principais: a “escavação de terras e entulhos existentes”; a “construção de paredes de alvenaria assente em elevação com argamassa de cal hidráulica e areia”; a aplicação de “cantaria apicoada e assente em degraus, patamares e lageado para pavimentos”; a “construção de parapeito e merlões nos adarves da Tôrre”; a “construção de armação completa de telhado com madeira de pinho nacional incluindo a cobertura de telha nacional dupla”, e a “remoção e transporte das terras e entulhos provenientes dos trabalhos a realizar para fora do recinto dos trabalhos”.
- 1940

¹¹ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Francisco Pinto Loureiro, 27 de abril de 1940, Doc.º SIPA TXT.01590289 e SIPA TXT.01590290.

SIPATXT:01590346



DOS SERVIÇOS
NACIONAIS
20 JUL 1953
N.º 505 178... 2.

PROPOSTA

MANUEL DE JESUS CARDOSO, casado Construtor Civil Diplomado, residente em Coimbra na Rua Ocidental de Montarroi nº 24, depois de tomar perfeito conhecimento do objecto da empreitada para a execução das obras de Reparação do Castelo de Penedono, obriga-se perante a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a executar os trabalhos que constituem esta empreitada, constando do arranjo dos degraus da entrada do Castelo, alvenarias nas paredes das muralhas, construção da verga da porta em pedra de granito, refechamento e recalce de juntas das paredes do Castelo, construção de uma escada em pedra de granito de acesso ao passadiço superior do Castelo, Construção de duas portas de madeira de castanho com manças de ferro e ferragens especiais, construção de dois pisos servindo de tecto em madeira de carvalho, grades de ferro de protecção ás escadas e passadiço do Castelo incluindo pintura, limpeza e transporte de entulhos para fora do local do Castelo, e em conformidade com as indicações que me foram dadas pela quantia de Esc: 28.400\$00 (Vinte e oito mil e quatrocentos escudos), no prazo de 30 dias.

Mais declara que se compromete a acatar todas as indicações da 1.ª Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais e bem assim que renuncia a qualquer foro especial e se compromete a cumprir e a fazer cumprir a legislação portuguesa em vigor.

Coimbra 18 de Julho de 1953

Manuel de Jesus Cardoso

DIRECTOR GERAL DOS SERVIÇOS NACIONAIS
21 JUL 1953
N.º 488/173269/53

Fig. 29 - Proposta de Manuel de Jesus Cardoso para obras de reparação no Castelo de Penedono.

- 1941 No ano seguinte, em 1941, foram propostas outras pequenas intervenções de reparação¹². No entanto, por questões de ordem administrativa relativas à posse do Castelo¹³, tais obras foram sendo adiadas, tão-só conhecendo o seu início no
- 1942 Verão de 1942¹⁴. Todavia, segundo documentos da época, estas obras não chegaram a ser concluídas, uma vez que em
- 1943 1943 Baltazar Castro comunicou ao seu diretor-geral que o Castelo se encontrava ainda em estado de abandono¹⁵.
- 1949 Até 1949, mais nenhuma obra se conhece. Neste ano, o Castelo de Penedono volta a ser alvo de preocupação originando um número considerável de despachos acerca da necessidade se realizarem obras de *reparação*, mencionando algumas das principais obras de que carecia¹⁶. Contudo, só em
- 1952 1952 o processo seria retomado. Consequentemente, as obras
- 1953 prolongaram-se durante o ano de 1953, como se pode comprovar pelo relatório elaborado pelo arquiteto de 2ª classe, à data, Luiz Amoroso Valgode Lopes, após fazer uma inspeção a esta obra¹⁷.

Desta última intervenção (Fig. 29), resultaram, sumariamente, a *reconstrução* de algumas estruturas do Castelo que ainda se apresentavam em mau estado, bem como de alguns acessos que necessitavam de reparos urgentes, respondendo assim a alguns dos objetivos propostos por Manuel de Jesus Cardoso (construtor cuja proposta para obras de *reparação* no Castelo de Penedono, em 1953, foi eleita):

¹² Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Carlos Augusto d'Arrochela Lobo, 10 de fevereiro de 1941, Doc.º SIPA TXT.01590295.

¹³ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Baltazar da Silva Castro, 20 de junho de 1941, Doc.º SIPA TXT.01590301.

¹⁴ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Baltazar da Silva Castro, 18 de julho de 1942, Doc.º SIPA TXT.01590317.

¹⁵ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Baltazar da Silva Castro, 27 de março de 1943, Doc.º SIPA TXT.01590327.

¹⁶ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Álvaro da Silva Bessa, 2 de maio de 1949, Doc.º SIPA TXT.00796905

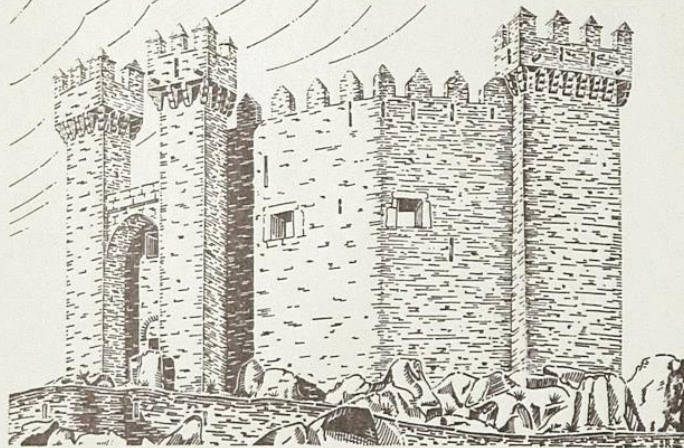
¹⁷ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Luiz Amoroso Valgode Lopes, 2 de julho de 1953, Doc.º SIPA TXT.00796911.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS



REPUBLICA
PORTUGUESA

BOLETIM
DA DIRECCAO GERAL
DOS EDIFICIOS E MO-
NUMENTOS NACIONAIS
MONUMENTOS



CASTELO DE PENEDONO

SETEMBRO DE 1953

73

Fig. 30 - Capa do *Boletim* n.º 73, referente do Castelo de Penedono.

“[...] o arranjo dos degraus da entrada do Castelo, alvenarias nas paredes das muralhas, construção da verga da porta em pedra de granito, refechamento e realce de juntas das paredes do Castelo, construção de uma escada em pedra de granito de acesso ao passadiço superior do Castelo, construção de duas portas de madeira de castanho com mancais de ferro e ferragens especiais, construção de dois pisos servindo de tecto em madeira de carvalho, grades de ferro de protecção às escadas e passadiço do Castelo incluindo pintura, limpeza e transporte de entulhos para fora do local do Castelo [...]”.

1953

O Boletim da DGEMN, referente ao Castelo de Penedono (nº 73) (Fig. 30), data igualmente de 1953. Tal como todos os outros lançados até então, este boletim tinha como objetivo mostrar ao País as obras que andavam a ser realizadas e o esforço que o Estado Novo empreendia nestas campanhas:

“Os trabalhos ordenados pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a bem do Castelo de Penedono e a bem da Nação, não tiveram em verdade, na sua maioria, aqueles aparatosos aspectos que não raro buscam, para aquilatarem o valor de certos empreendimentos, as pessoas que mais facilmente se deixam enganar pelas aparências. O fim desses trabalhos foi principalmente, como devia ser, o de conversar vivificando, isto é, restituir ao monumento, com novos e duradouros elementos de resistência, o seu antigo ser histórico dentro do seu antigo ser material: a alma bem viva dentro do corpo bem forte” (MOP-DGEMN, 1953, p. 2).

Segundo consta neste boletim, até setembro de 1953 teriam sido cumpridos no Castelo de Penedono os seguintes trabalhos:

“I - Limpeza do pátio interior, compreendendo o arranque da vegetação que ali se criara, remoção

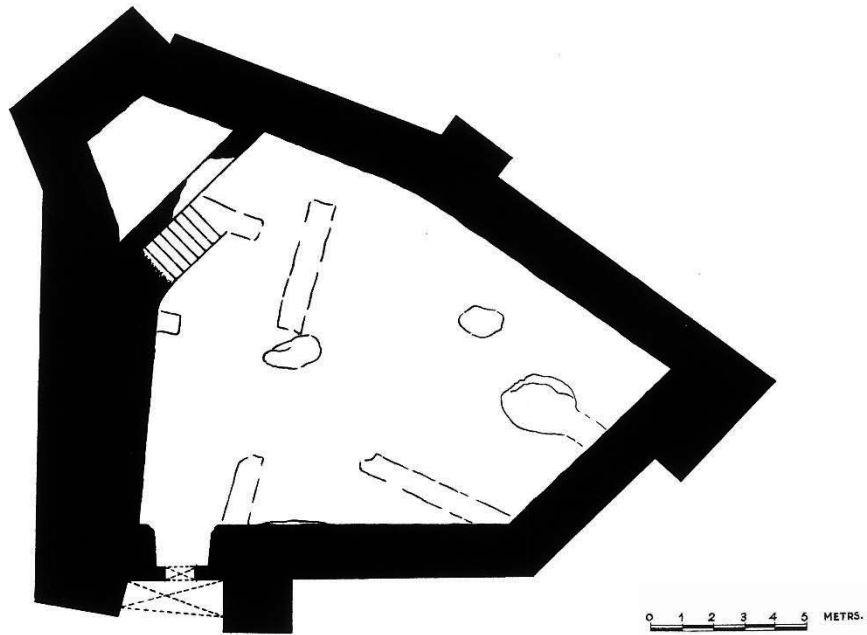


Fig. 31

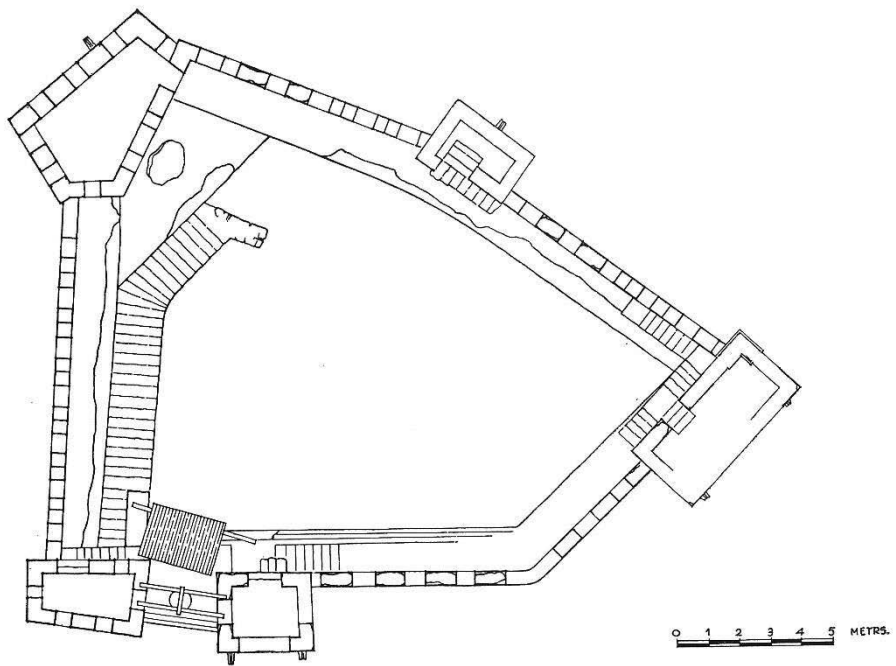


Fig. 32

Fig. 31 - Castelo de Penedono - Planta ao nível da entrada, antes das obras.

Fig. 32 - Castelo de Penedono - Planta superior antes dos trabalhos.

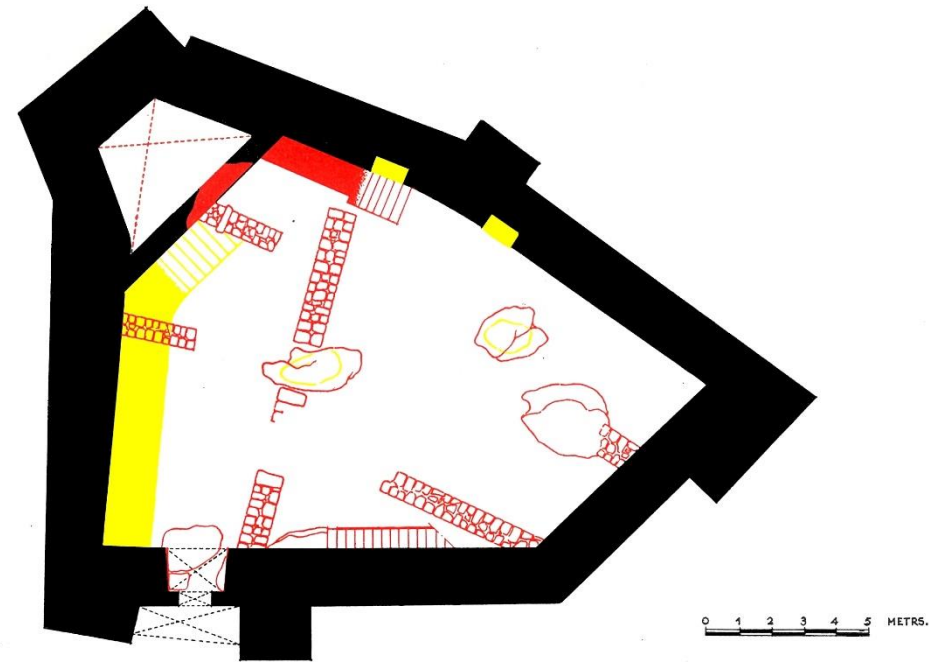


Fig. 33

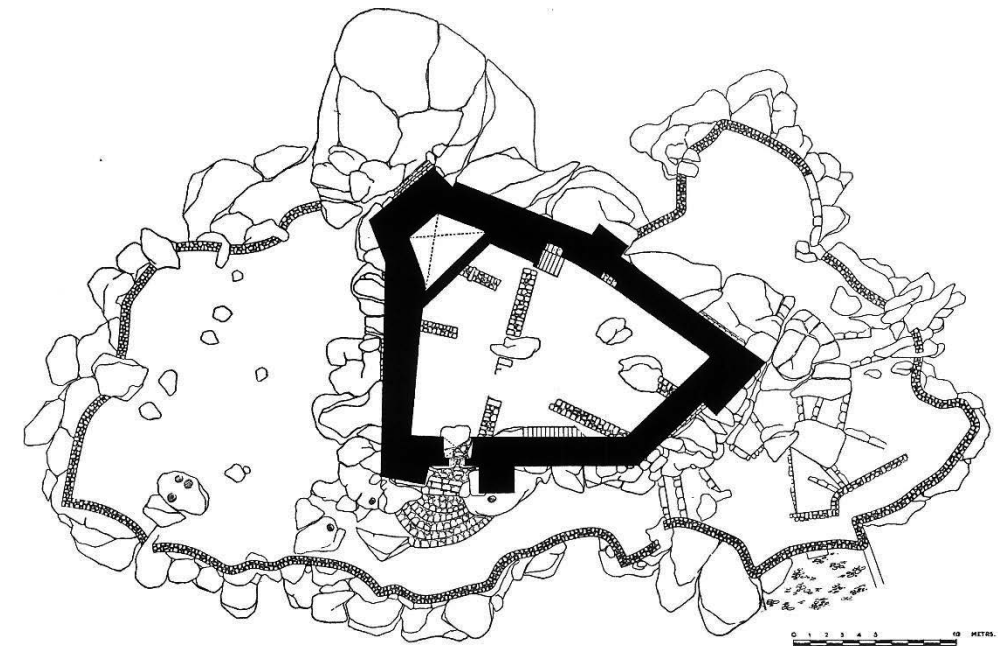


Fig. 39

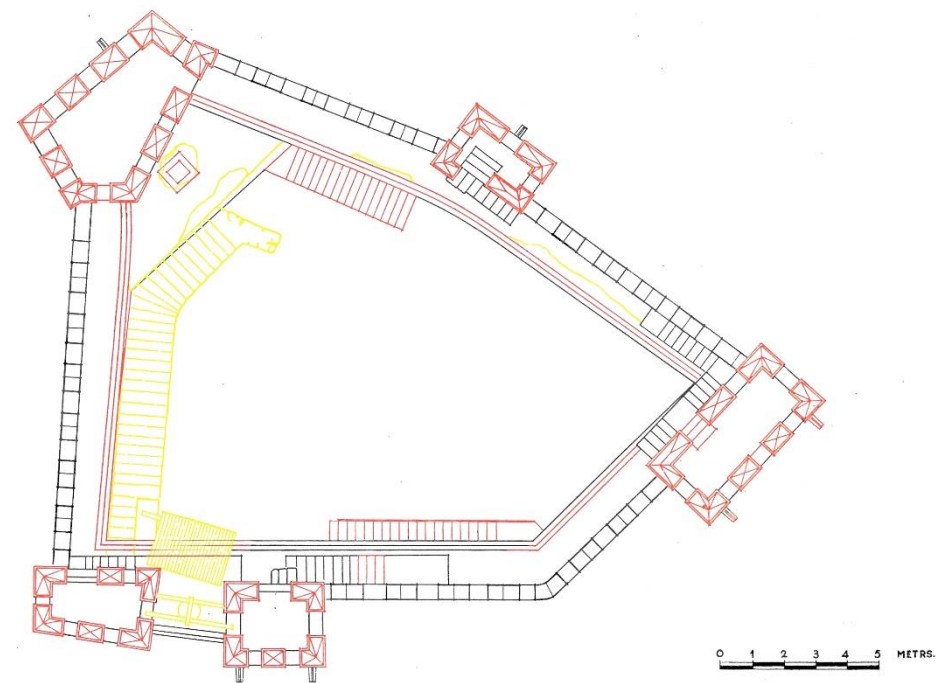


Fig. 34

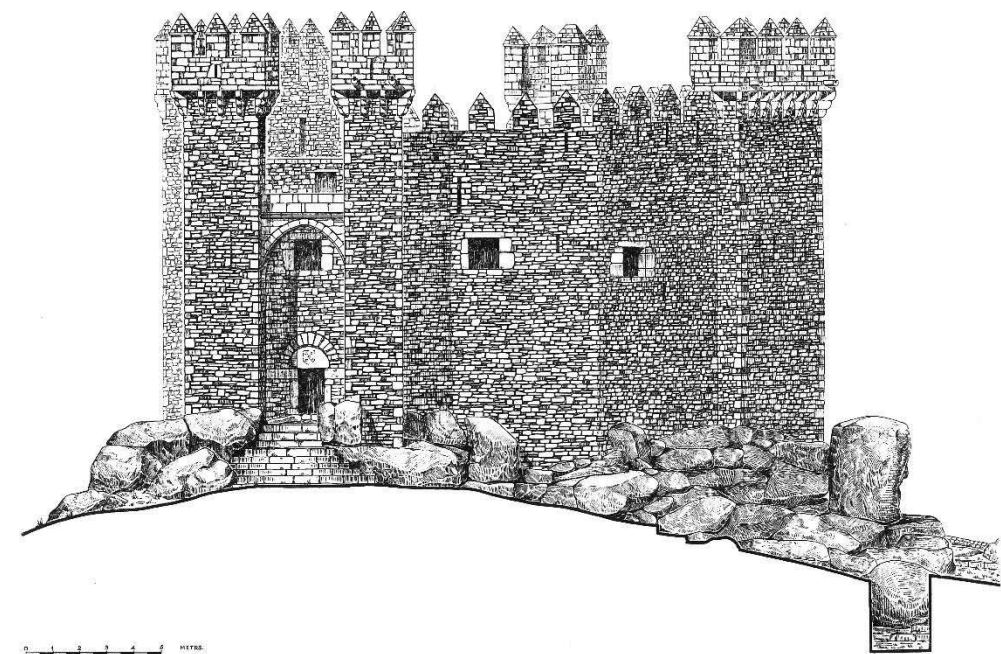


Fig. 40

Fig. 33 - Castelo de Penedono - Demolições (amarelo) e construções (vermelho).

Fig. 34 - Castelo de Penedono - Demolições (amarelo) e construções (vermelho).

Fig. 39 - Castelo de Penedono - Planta geral com indicação da muralha da barbaca.

Fig. 40 - Castelo de Penedono - fachada principal.

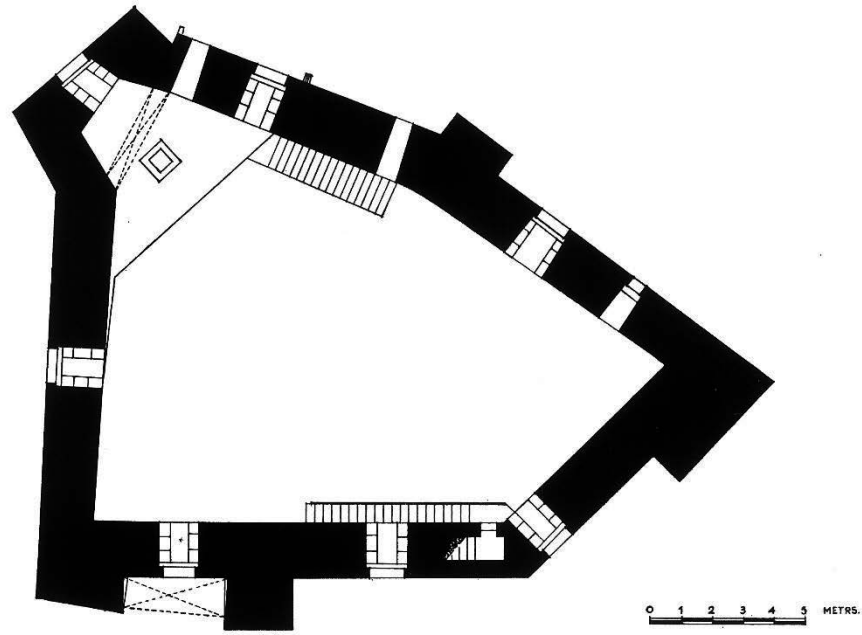


Fig. 35

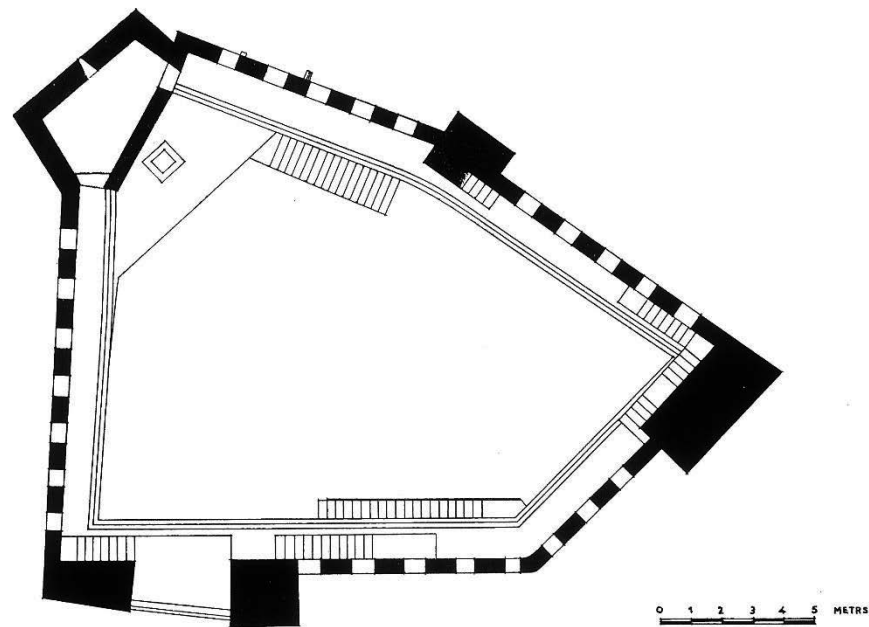


Fig. 36

Fig. 35 - Castelo de Penedono - Planta ao nível da cisterna no seu estado atual.

Fig. 36 - Castelo de Penedono - Planta ao nível dos adarves.

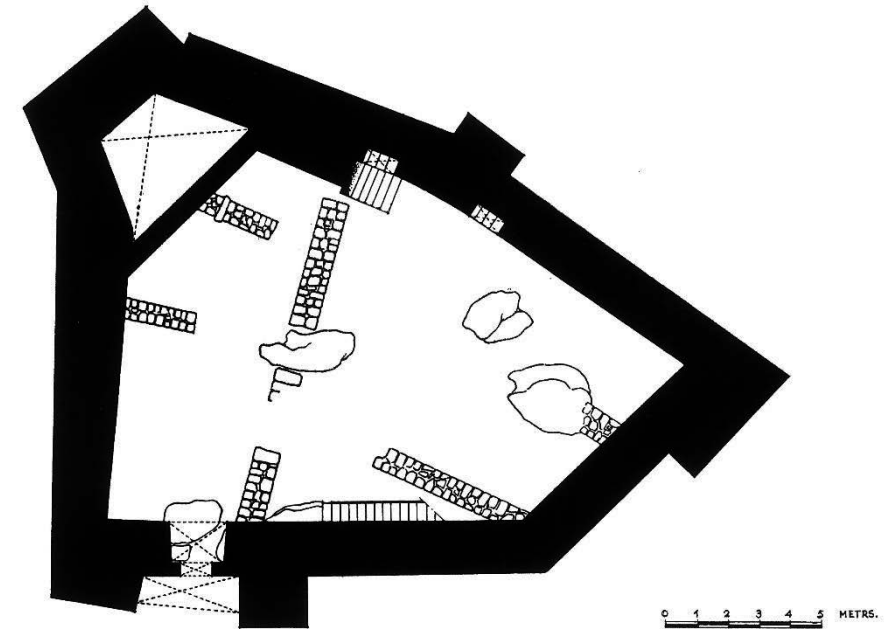


Fig. 37

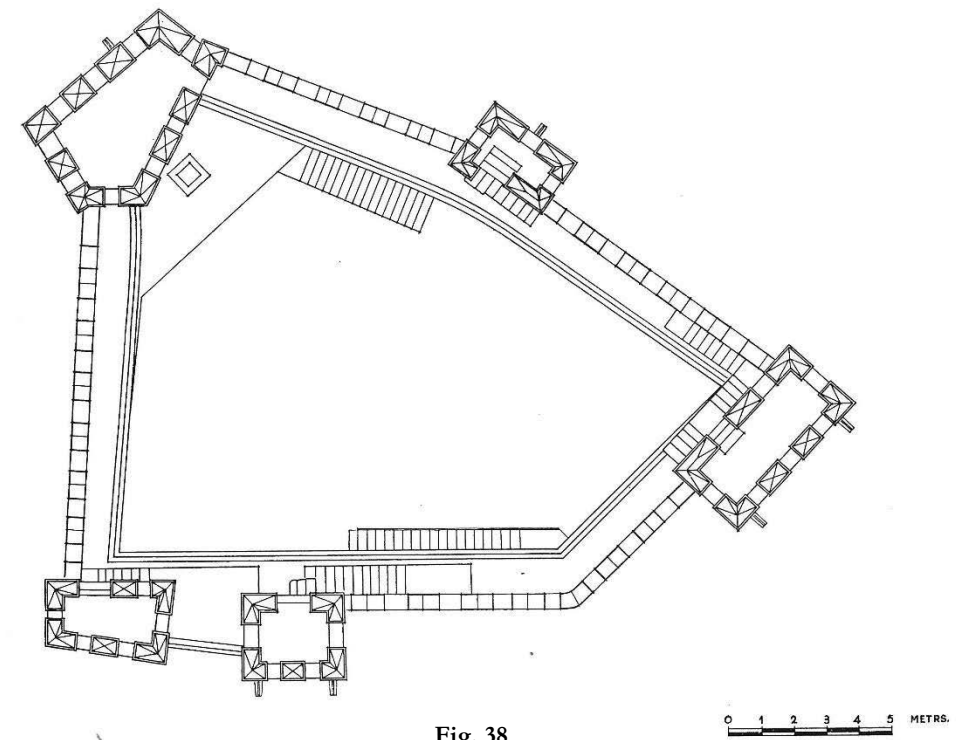


Fig. 38

Fig. 37 - Castelo de Penedono - Planta ao nível da entrada, depois das obras.

Fig. 38 - Castelo de Penedono - Planta superior depois dos trabalhos.

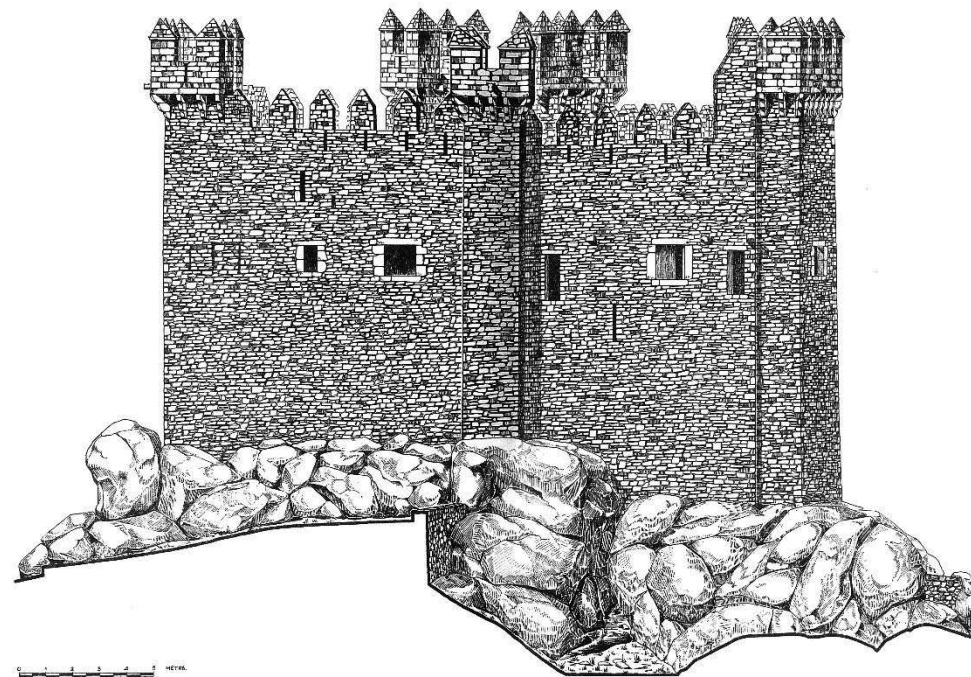


Fig. 41

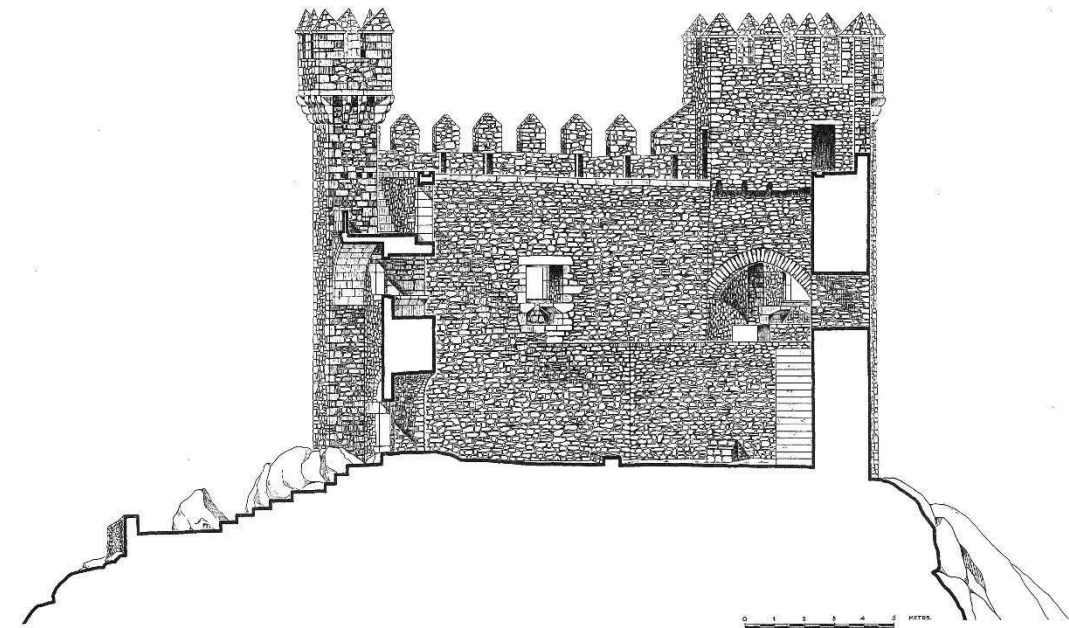


Fig. 43

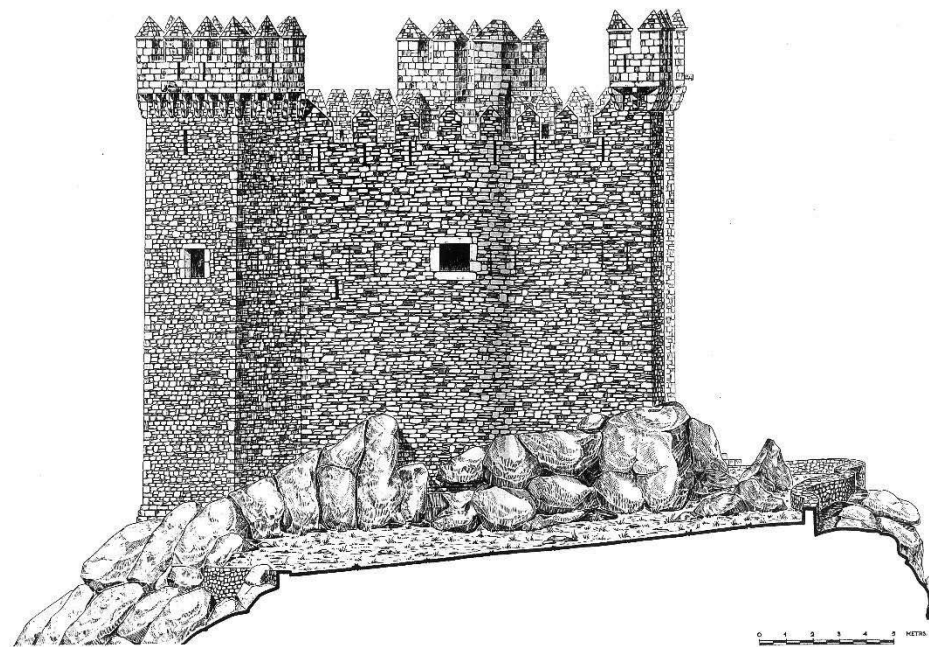


Fig. 42

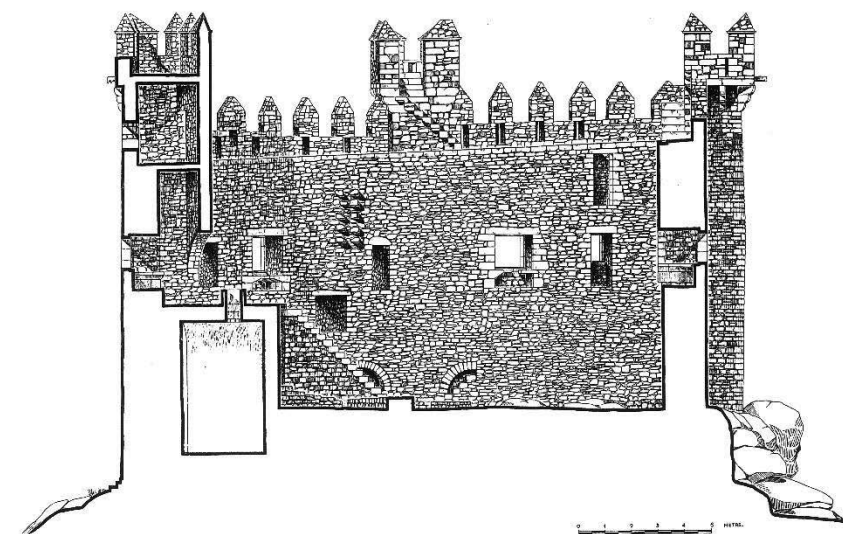


Fig. 44

Fig. 41 - Castelo de Penedono - Fachada posterior.

Fig. 42 - Castelo de Penedono - Fachada Poente.

Fig. 43 - Castelo de Penedono - Corte transversal.

Fig. 44 - Castelo de Penedono - Corte longitudinal.



Fig. 45



Fig. 47



Fig. 46



Fig. 48

Fig. 45 - Castelo de Penedono - Fachada principal antes das obras.

Fig. 46 - Castelo de Penedono - Fachada principal depois das obras.

Fig. 47 - Castelo de Penedono - Fachada Sul e Poente depois das obras.

Fig. 48 - Castelo de Penedono - Fachada Nascente e Poente depois das obras.



Fig. 49



Fig. 50

Fig. 49 - Castelo de Penedono - Torreões da fachada Sul antes das obras.

Fig. 50 - Castelo de Penedono - Torreões da fachada Sul depois das obras.



Fig. 51



Fig. 52

Fig. 51 - Castelo de Penedono - Torreões da fachada Sul antes das obras.

Fig. 52 - Castelo de Penedono - Torreões da fachada Sul depois das obras.

1953

de entulhos, desaterros, e consolidação de antigas paredes ali existentes.

II - Limpeza, escavação e regularização do morro, em volta do Castelo, com destruição completa das plantas bravas que ali também tinham crescido, e demolição de algumas alvenarias incluídas na confusão geral.

III - Regularização e construção de acessos às portas da muralha e do Castelo.

IV - Demolição de várias construções incaracterísticas que em alguns lugares se tinham arrimado aos muros e aos torreões.

V - Reconstrução parcial das muralhas, além de numerosas consolidações.

VI - Consolidação de diversas portas e reconstrução dos respectivos mancais.

VII - Regularização do passadiço da muralha e reconstrução de todos os adarves.

VIII - Construção do acesso à plataforma da cisterna.

IX - Reconstrução da escada para o passadiço da muralha.

X - Reconstrução parcial do remate dos torreões, e construção de algumas das respectivas ameias, paredes e escadas de acesso aos terraços.

XI - Construção de pavimentos e coberturas em alguns dos torreões.

XII - Construção de tecos de madeira em um dos mesmos torreões.

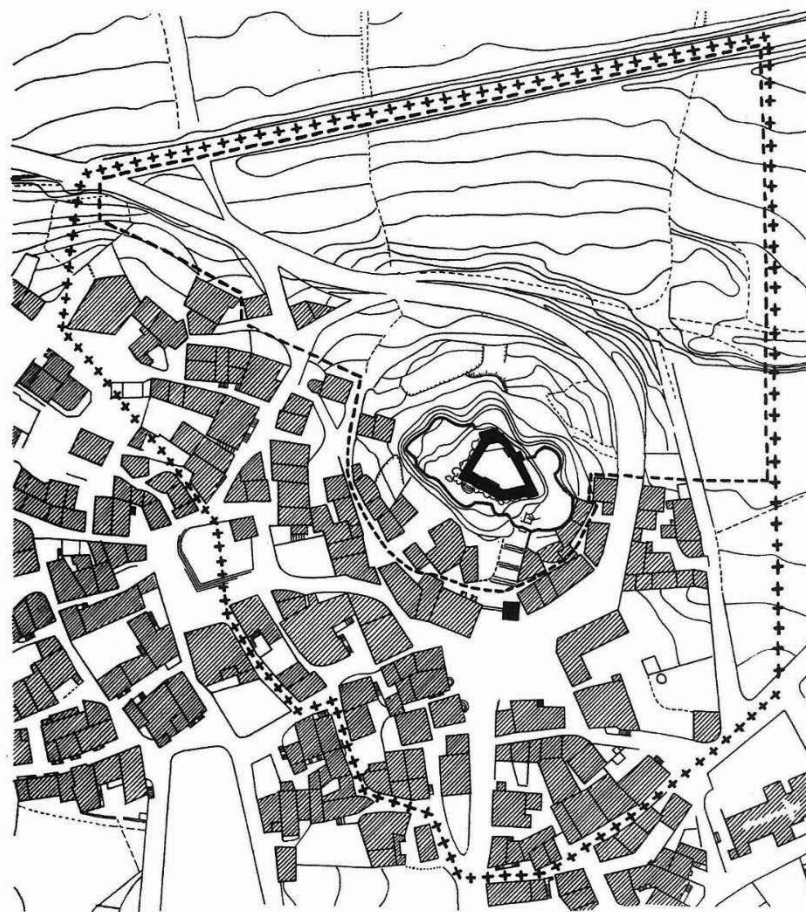
XIII - Consolidação de janelas e paramentos das muralhas, compreendendo limpeza geral e refechamento de juntas, a cimento.

XIV - Construção de duas portas exteriores, com suas ferragens e pregaria.

XV - Reparação e limpeza da cisterna.

XVI - Reparação e consolidação de toda a muralha da barbacã.

XVII - Refechamento geral das juntas nos paramentos exteriores e interiores das muralhas”.



0 50 METROS

LIMITE DA ZONA DE PROTECÇÃO ++++++

AREA VEDADA A CONSTRUÇÃO -----

Fig. 53 - Planta referente à Zona Especial de Protecção do Castelo de Penedono.

Destes trabalhos, verifica-se que apenas os tetos em madeira, a construir num dos torreões, não foram realizados (Fonseca, 2014). Todos os demais foram acabados, como se pode comprovar pela reportagem fotográfica que se apresentou anteriormente, onde se evidenciou o ‘antes’, o durante e o ‘depois’ das obras.

Em síntese, pode afirmar-se que a configuração do *perfil arquitetónico* do Castelo de Penedono reedificado nesta época se mantém, como antes se revelou, até presentemente, ainda que já apresente certas marcas de desgaste.

Da investigação realizada, registámos que os desenhos que constam do *Boletim do Castelo de Penedono* foram executados para este efeito, e não preparados para informar as obras. Isso verifica-se na consulta que produzimos, com o apoio de Luís Miguel Correia, aos desenhos de levantamento do Castelo (apresentados nas páginas que se seguem nas Fig. 54-58).

- 1955 O ano de 1955 fica assinalado pela conclusão do *Anteprojecto de urbanização de Penedono*¹⁸, um documento que foi necessário elaborar para completar o processo da *Zona de Protecção* (Fig. 53). Este anteprojecto deixava bem definidas as *áreas de protecção* e *áreas vedadas a construção*, com o intuito de *salvaguardar* o Castelo e controlar as futuras intervenções neste local. Com este processo praticamente concluído, em 1958 começaram a levantar-se novas questões que, até então, nunca teriam sido equacionadas: a existência de construções na encosta do Castelo. Perante este problema, foi elaborado um despacho¹⁹ alertando para a necessidade de demolir tais construções consideradas espúrias. No entanto, não se registariam desenvolvimentos de maior. Em 1959, apontam-se pequenas

¹⁸ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Manuel de Sá e Melo, 16 de junho de 1955, Doc.º SIPA TXT.00797012.

¹⁹ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Luiz Amoroso Valgode Lopes, 6 de janeiro de 1958, Doc.º SIPA TXT.00797044.

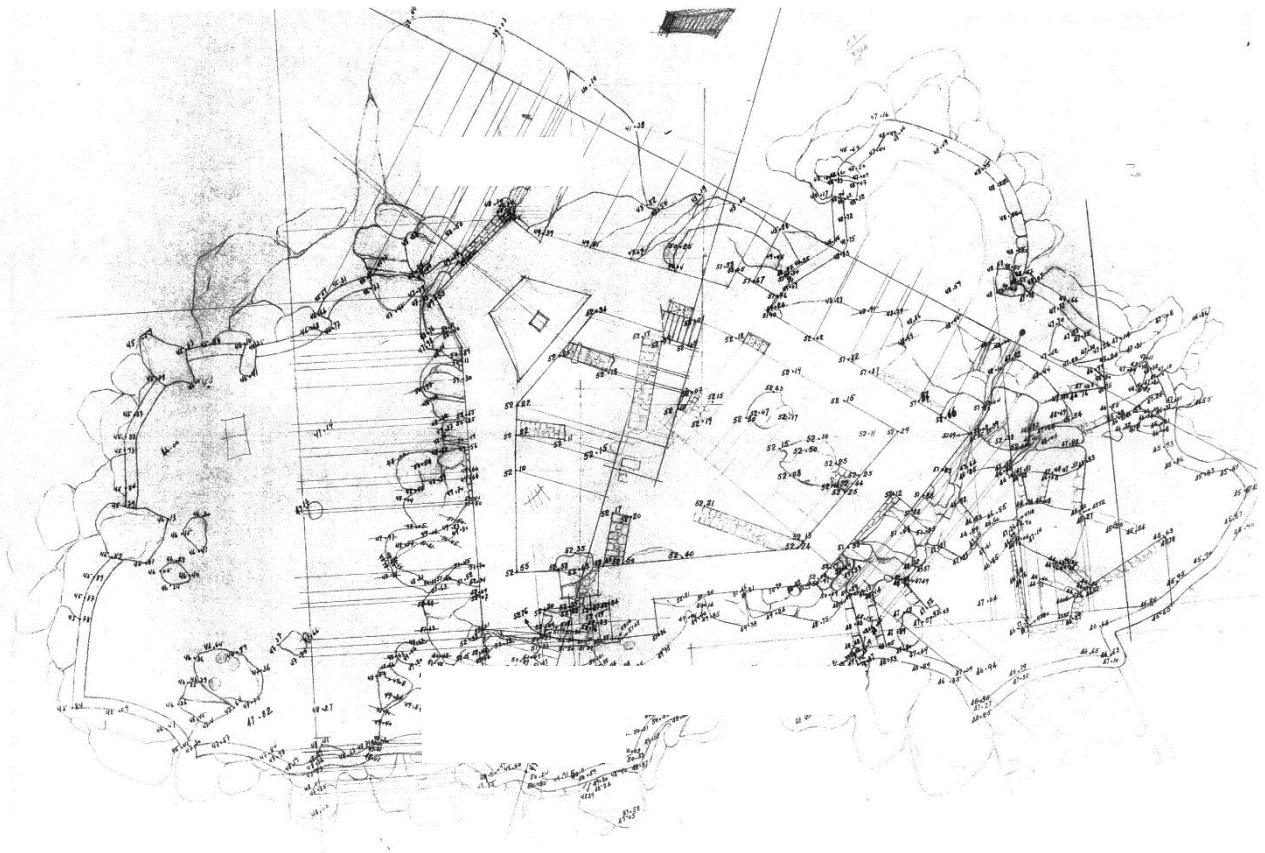


Fig. 55 - Desenho referente à planta ao nível da entrada do Castelo de Penedono e respetiva barbaca.

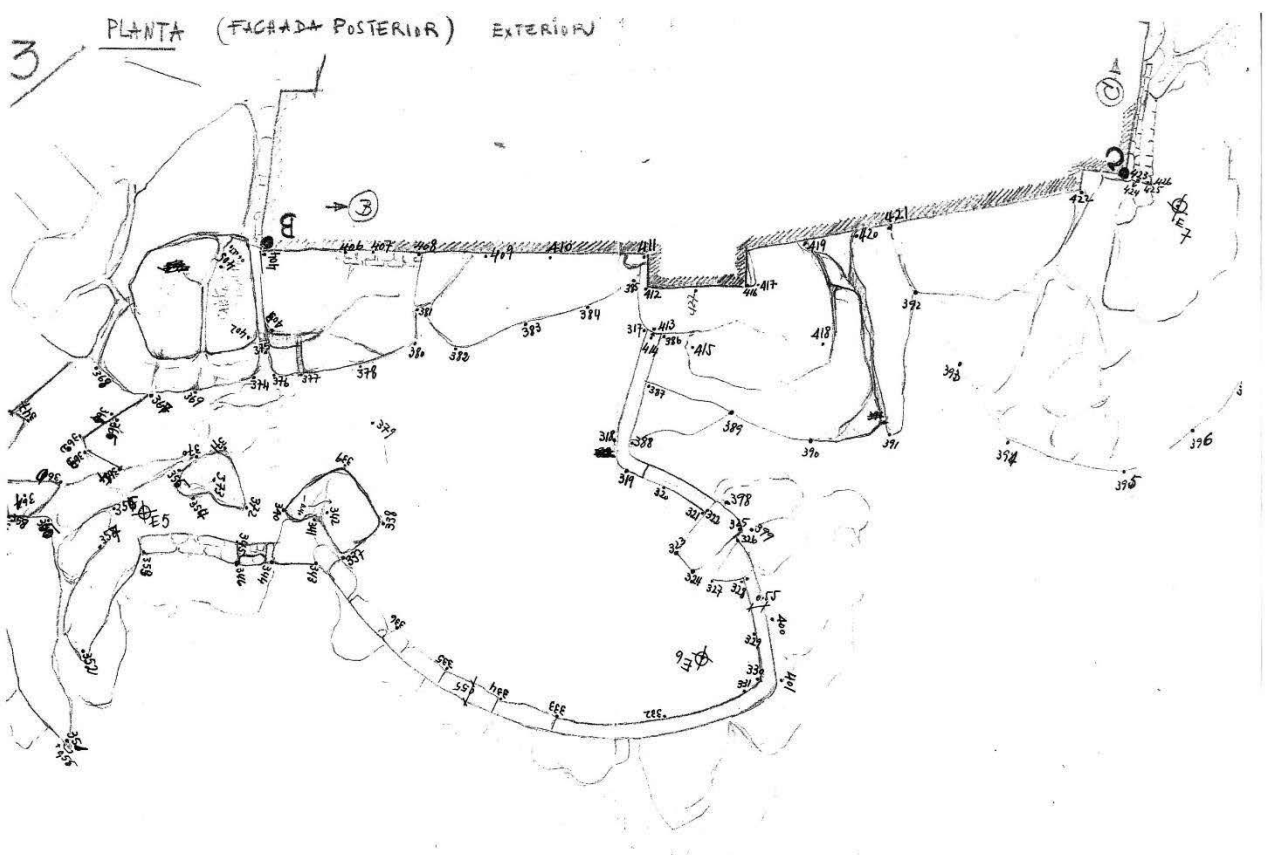


Fig. 56 - Desenho referente à planta de uma parte da barbacã..

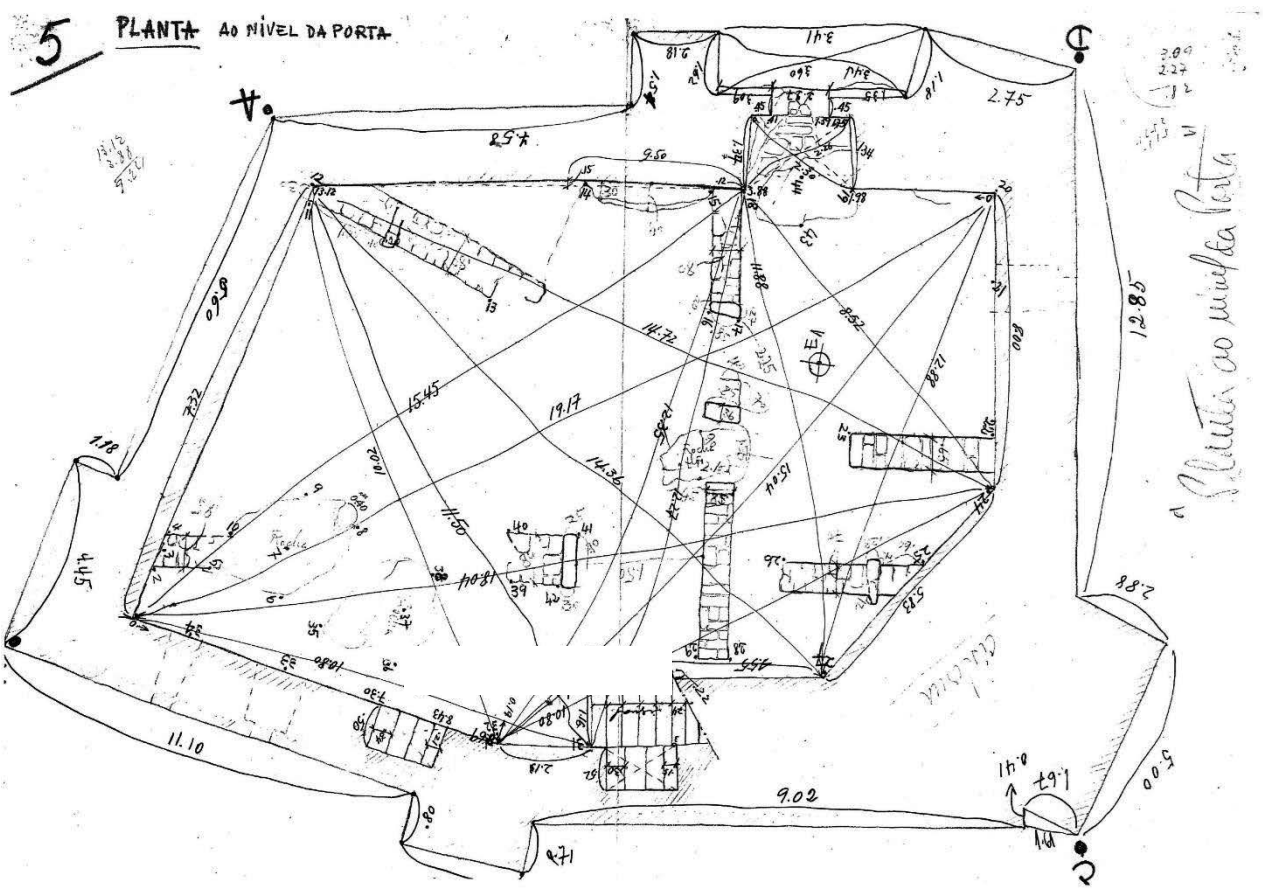


Fig. 57 - Desenho referente à planta ao nível da entrada do Castelo de Penedono.

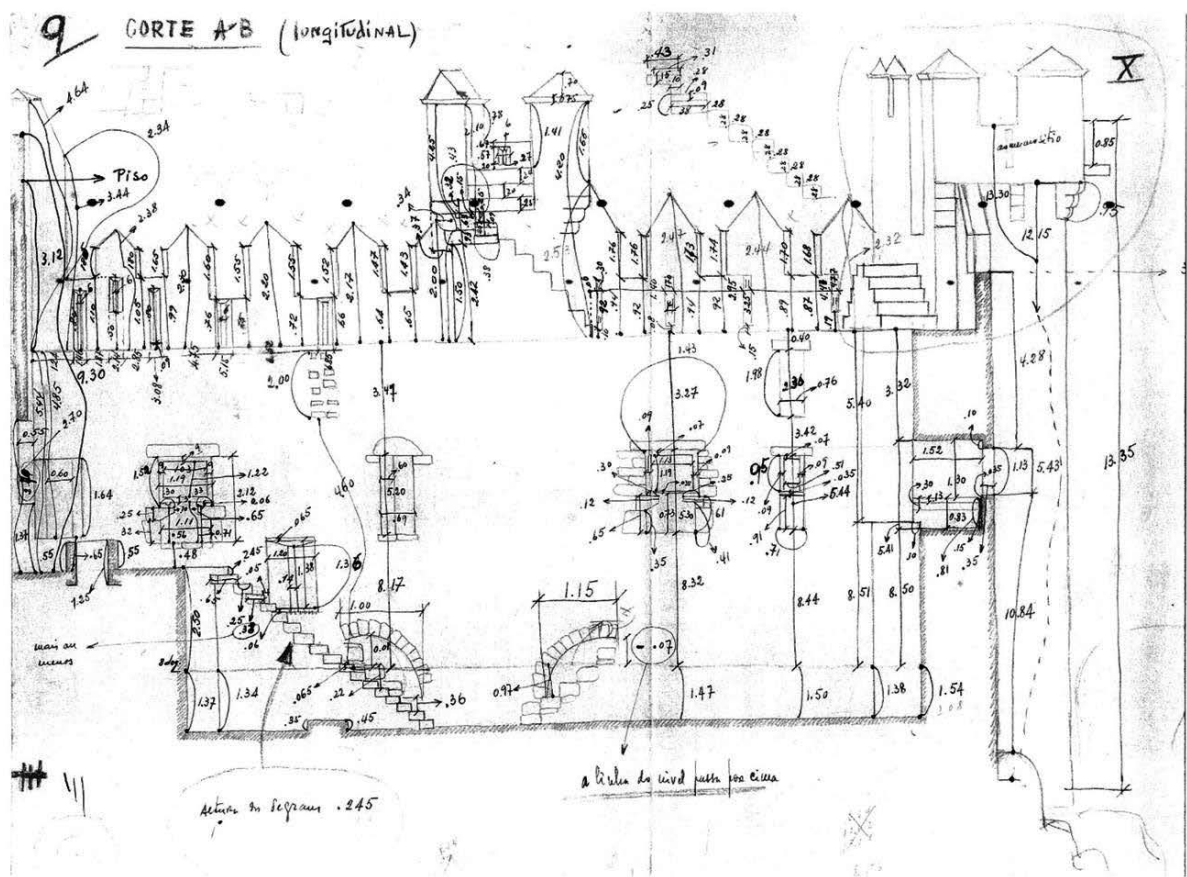


Fig. 58 - Desenho referente a um corte longitudinal do Castelo de Penedono.

- 1960 obras de *reparação* e limpeza²⁰, que duraram um único mês, contudo, em 1960, o aspeto do Castelo voltou ao mesmo, existindo registos de que se encontrava abandonado mais uma vez²¹. A DGEMN nada fez, justificando-se com o facto de o Castelo ter sido alvo de intervenção pouco tempo antes, deste modo permanecendo, ‘abandonado’ até 1969²².
- 1969 Nesta data, consta que foram feitas novas limpezas no interior do *monumento*, a propósito da visita a realizar durante o Congresso do IBI²³ (Instituto Internacional dos Castelos Históricos). E assim ocorreu.
- 1971 Com a crescente preocupação em valorizar o Castelo, nos anos seguintes é novamente abordada a possibilidade de intervir na área envolvente do Castelo. Porém, nesta altura, e ao invés do sucedido em 1958, a direcção das Obras Públicas pediu com urgência um estudo onde se apresentassem as condições da envolvente²⁴. Tal solicitação, de 1971, foi rapidamente aceite. E não durou mais do que um ano até que o estudo fosse finalizado. O *Projecto de Valorização da Zona Envolvente do Castelo de Penedono*²⁵, envolvia o estudo das casas inscritas nesta área, indicando-se quais deveriam ser demolidas ou beneficiadas. Igualmente, propunham-se várias soluções para que o Castelo tivesse maior protagonismo, objetivo único deste plano. Este projeto teve um papel fundamental na elaboração desta dissertação, já que apresenta algumas semelhanças com o que nos dispusemos fazer.

²⁰ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Luiz Amoroso Valgode Lopes, 12 de maio de 1959, Doc.º SIPA TXT.00796960.

²¹ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Fernando Augusto Pereira, 4 de julho de 1960, Doc.º SIPA TXT.01590395.

²² Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, (assinatura ilegível), 19 de setembro de 1960, Doc.º SIPA TXT.01590396.

²³ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Luiz Amoroso Valgode Lopes, 14 de julho de 1969, Doc.º SIPA TXT.00796994.

²⁴ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Mário Pinto Alves Fernandes, 22 de fevereiro de 1971, Doc.º SIPA TXT.01590442.

²⁵ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, (assinatura ilegível), 20 de junho de 1972, Doc.º SIPA TXT.01590428 e SIPA TXT.01590439.

SIPATXT:00797191

EXPOSIÇÃO

SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO
EXCELENCIA

M. E. C. - Gabinete do Ministro	
DATA	15 MAR 79 2143
C. L. Cultura	
(Cott. ofício)	
C. B. CULTURA	
<input type="checkbox"/>	C. Pedido de informação
CHefe DO GABINETE	
Em 13/03/79	

José Maria Nogueira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Penedono, vem junto de V. Ex^{sa}. expor o seguinte:

Primeiro

Tal como os meus descendentes, nasci nesta terra, nesta pobre mas bem situada sede de Concelho e, como tal, fui crescendo e ouvindo toda a sua história, uma história rica e bela mas desde sempre condenada ao abandono, à miséria e à pobreza. E se assim não é, queira V. Ex^{sa}. atender:

Tem esta vila ligações com a sede do Distrito a que pertence através de três carreiras diárias; ligações com a Estação dos Caminhos de Ferro do Pocinho, através de uma carreira diária; ligações com a Estação dos Caminhos de Ferro do Pinhão, através e também de uma carreira diária.

Como se verifica pelo atrás exposto, tem esta sede de Concelho, uma situação excelente, e por conseguinte, em boas condições para a abertura de um bom turismo. Tem o que poderemos chamar de um Santuário em honra de S.^{ta} Eufémia pois, todos os anos, a ele vêm rezar gentes de todas as camadas sociais e dos mais longínquos pontos do País e até já do Estrangeiro. Pois quiseram os nossos emigrantes espelhar a sua fama além-fronteiras.

Tem um castelo, monumento Concelhio e Nacional, monumento de longa e longínqua história e ainda de rara arquitectura. Como Português de hoje e de sempre, como filho desta terra, interessado na sua história e beleza, interessado no seu progresso, no bem estar das suas gentes, aqui trago, a V. Ex^{sa}., o ponto mais fulcral da minha exposição. Considere, antes de mais que, ser Português, não é procurar os

SIPA
Sistema de Informação
para o Património Arquitectónico
FORTE DE SACAVÉM

Fig. 59 - Excerto da carta de José Nogueira direccionada à DGEMN.

Depois de enviado este processo ao diretor-geral da DGEMN, nota-se que não houve uma resposta totalmente favorável²⁶. Nos anos que se seguiram o assunto foi sendo esquecido, pois nunca existiu acordo quanto às obras a executar. Em 1979, o Castelo é objeto de nova denúncia a respeito do seu ‘abandono’ e do seu suposto estado de degradação. Uma carta (Fig. 59) de José Maria Nogueira, antigo Presidente da Assembleia Municipal do concelho de Penedono, dirigida à DGEMN, é testemunho desse panorama. Apesar da sua revolta, a resposta não foi a esperada, já que no despacho²⁷ de resposta à sua carta, se declarava que o *monumento* se encontrava em bom estado e não seriam necessárias quaisquer intervenções. Anos mais tarde, o Castelo padeceu de novas obras de *reabilitação*, que incidiram, principalmente, na colmatação de falhas que existiam nas muralhas do Castelo²⁸. Nesta altura foi também colocada uma guarda no passeio de ronda do Castelo para melhorar a segurança daqueles que se deslocassem a este patamar mais elevado. No término dos anos oitenta, a Câmara Municipal insistia de novo em dar um fim turístico ao Castelo²⁹, mas estas pretensões foram negadas³⁰. Em 1987, a DGEMN propôs a utilização deste *monumento* para a realização de espetáculos e eventos que o dinamizassem³¹. Ironia do destino, ou não, o Castelo é em pleno séc. XXI palco de vários eventos tradicionais que o tentam revitalizar.

1987

2019

²⁶ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Baltazar da Silva Castro, 28 de junho de 1972, Doc.º SIPA TXT.01590445.

²⁷ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Luiz Amoroso Valgode Lopes, 25 de maio de 1979, Doc.º SIPA TXT.01590475 e SIPA TXT.01590476.

²⁸ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lucia Costa Pessoa, 4 de maio de 1983, Doc.º SIPA TXT.01590504.

²⁹ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, João Manuel Rodrigues de Carvalho, 16 de junho de 1987, Doc.º SIPA TXT.01590556.

³⁰ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Florindo Belo Marques, 12 de outubro de 1987, Doc.º SIPA TXT.01590559.

³¹ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Florindo Belo Marques, 12 de outubro de 1987, Doc.º SIPA TXT.01590559.

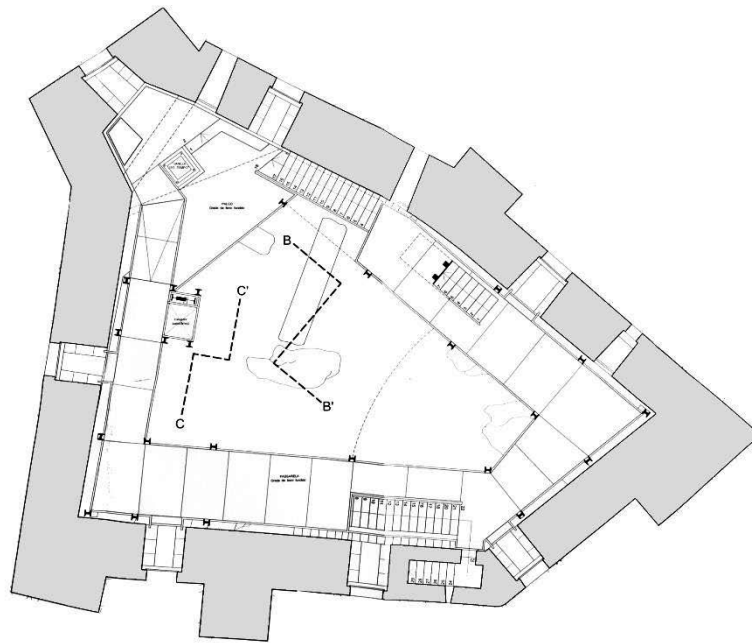


Fig. 60

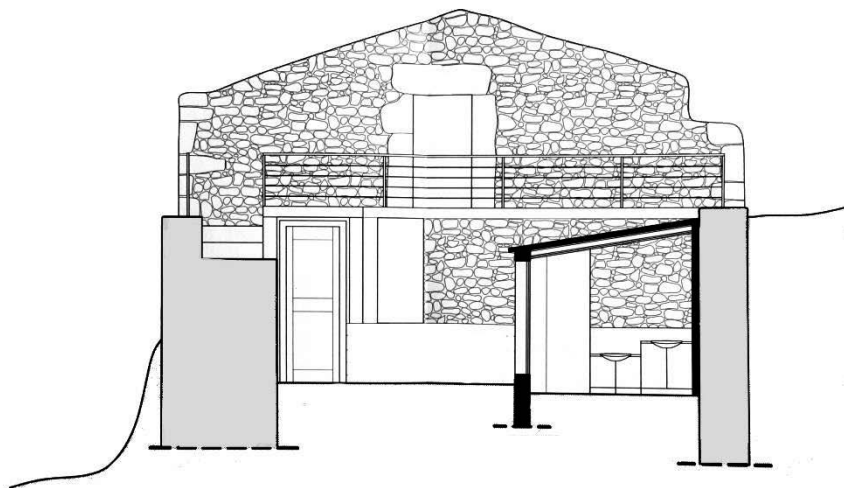


Fig. 61

Fig. 60 - Planta da proposta de intervenção no Castelo de Penedono, de Joaquim dos Santos, ao nível da entrada.

Fig. 61 - Corte da proposta de intervenção num dos edifícios em ruína, de Joaquim dos Santos.

Como referimos, as últimas obras de *requalificação* no Castelo de Penedono datam de 1983. Até ao ano presente, a par do *Projecto de Valorização da Zona Envolvente do Castelo de Penedono* de 1972, existiram, apenas, duas intenções para intervir na Encosta do Castelo de Penedono, sem desenvolvimentos práticos. O *Plano de Pormenor da Área Urbana Degradada* de Penedono (1996) (Fig. 62) propunha: um Posto de Informação Turística na Encosta, adaptando um edifício existente a esta função (a vermelho). Sugeriu igualmente o desenho de diversos “percursos históricos” nesta área, complementados com a apropriação de mais duas construções existentes que lhes servissem de apoio (a laranja) e ainda a conversão de toda a colina em “espaço verde de integração paisagística” (a verde). Por fim, a reabilitação do Castelo também fazia parte deste plano que, encontrando-se ainda em vigor, não foi elaborado. Em 2003, também o arquiteto Joaquim Rodrigues dos Santos apresenta à Câmara Municipal de Penedono uma proposta de reabilitação do Castelo de Penedono e área envolvente, realizada no âmbito de uma especialização em reabilitação patrimonial, na Universidade Federal da Bahia, no Brasil, onde foi recomendado, através de uma carta pela autarquia em questão. Finalizou o doutoramento sobre reabilitação de fortificações medievais em Portugal e foi nesse contexto que realizou este projeto e o enviou à Câmara Municipal de Penedono, na figura de um estudo prévio. Após o contacto com este arquiteto, percebemos que este projeto propunha: o arranjo do acesso ao Castelo a partir do Largo 25 de Abril; o desenho de plataformas intermédias ‘agarradas’ às paredes interiores do monumento que permitissem circular em trajetos que já existiram (Fig. 60); a recriação do percurso que, outrora, já existiu na sua envolvente, de modo a aproximar as pessoas do Castelo; e a apropriação de algumas ruínas existentes com o mesmo fim (Fig. 61). Por último, este projeto também previa a iluminação cénica do conjunto, Castelo e envolvente. Dezassexes anos decorreram sem que houvesse avanços relativamente a este projeto ou outro que visasse a *requalificação* desta colina histórica de Penedono. Contactado o atual Presidente da Câmara Municipal de Penedono, Carlos Esteves, a respeito da possibilidade de intervir nesta zona, comprovámos que tal situação se deve em grande parte à inclusão desta Encosta numa *zona especial de proteção*, que inclui uma *área vedada à construção*.



Fig. 63 - Área de Reabilitação Urbana de Penedono, 2019.



Fig. 62 - Planta de implantação referente do Plano de Pormenor da Área Urbana Degradada de Penedono, escala 1:1000.

Creemos, pois, que o estado de degradação e abandono da Encosta do Castelo de Penedono em muito se deve a esta delimitação constituída à época do Estado Novo, que, citando Luís Miguel Correia (2016, p. 7) tinha por objetivo fixar no território as obras por eles idealizadas:

“A delimitação automática de uma zona de protecção de 50 metros ou de uma zona especial de protecção de contornos exclusivos, circunscrevendo, ou não, áreas vedadas à construção cujos fins se prendiam com a salvaguarda dos imóveis e a correspondente minimização de eventuais impactos à ordem criada, reflectia, crê-se, não apenas a querença de cristalizar no espaço as feições tangíveis e intangíveis de certo símbolo de episódios venturosos e de tradições seculares da história portuguesa, como, em simultâneo, o ensejo de memorizar, qual ficção patrimonial, o real vulto das exigentes obras realizadas ou daquelas que se anteviam fazer no futuro”.

1.2.3 A Autarquia e as políticas municipais

Perante esta questão - recorde-se, decorrente da *zona especial de proteção* do Castelo de Penedono - decidiu estudar-se em pormenor o *Plano Diretor Municipal* (PDM) (2004). Através do PDM, ambicionámos perceber quais as estratégias de desenvolvimento urbano da Autarquia, nomeadamente referentes à nossa área de intervenção. Neste seguimento, destacamos a delimitação de uma *Área de Reabilitação Urbana* (ARU) (2014) que abrange quase na totalidade a área total do lugar (35,9 hectares), englobando não só o núcleo antigo da vila de Penedono como também a zona consolidada de aglomerado urbanístico (Fig. 63). Esta área delimita um espaço que a Autarquia tem vontade de preservar e revitalizar, considerando previamente as insuficiências de que carecia. Esta avaliação teve por base o edificado e o seu estado de degradação, mas, também, as infraestruturas, equipamentos coletivos e espaços de lazer que se encontravam danificados ou abandonados. A partir desta análise foram desenvolvidas um conjunto de propostas sintetizadas num plano: o *Plano da Área de Reabilitação Urbana de Penedono* (PARU) (2016, p. 38), onde se refere:



1 - Rua das Fontes; 2 - Centro de Inovação Social e Cultural; 3 - Largo do Pelourinho;
4 - Centro de Mostra e Divulgação.

Fig. 64 - Localização das quatro obras destacadas, escala 1:6000.



Fig. 65



Fig. 67

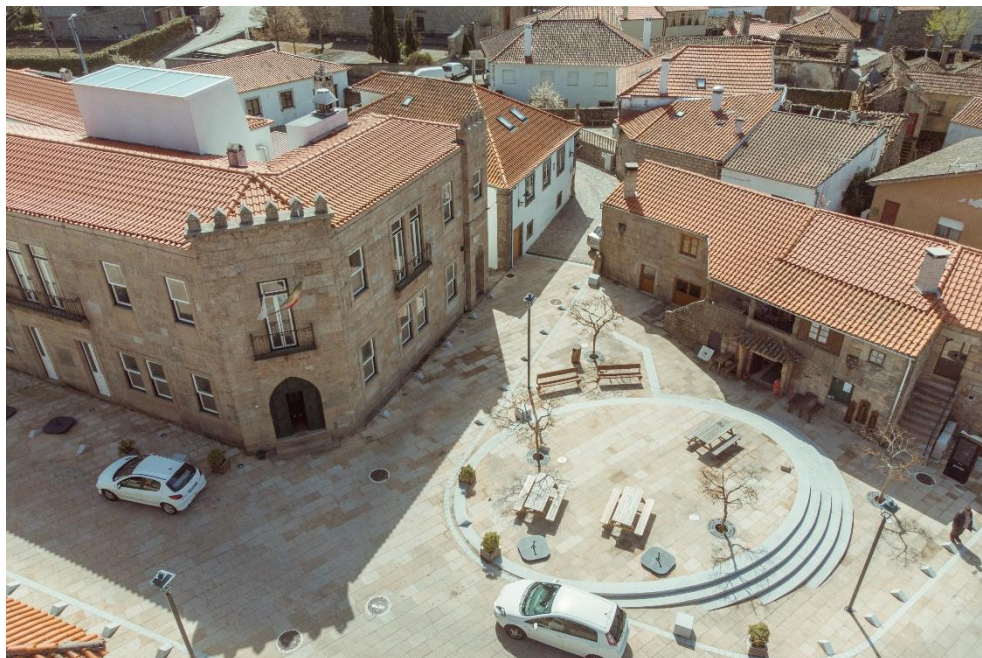


Fig. 66



Fig. 68

Fig. 65 - Fotografia aérea da *Rua das Fontes*, 2019.

Fig. 66 - Fotografia do *Largo do Pelourinho*, 2019.

Fig. 67 - Fotografia aérea do *Centro de Inovação Social e Cultural*, 2019.

Fig. 68 - Fotografia aérea do *Centro de Mostra e Divulgação*, 2019.

“Propõe-se um processo de modernização/atualização das funções e atividades instaladas, com particular ênfase para os sectores estratégicos baseados no conhecimento, novas tecnologias e criatividade, consubstanciadas na reabilitação do património arquitetónico e espaço público, otimizando as condições de atratividade populacional e empresarial do centro histórico e gerando sinergias com impacto nas atividades económicas como o turismo”.

A partir do PARU, a Câmara Municipal de Penedono, avançou com várias intervenções, das quais se destaca (Fig. 64): a requalificação e modernização da *Rua das Fontes* (Fig. 65); a requalificação do *Largo do Pelourinho* (Fig. 66); a reabilitação de um edifício municipal para instalação de *Centro de Inovação Social e Cultural* (Fig. 67); e a reabilitação do antigo posto de turismo para instalação de *Centro de Mostra e Divulgação* (Fig. 68). As duas primeiras obras enquadram-se na *Valorização do Espaço Público*, enquanto que as restantes se circunscrevem na *Valorização do Edifício*. Destes quatro projetos, acham-se concluídos o *Centro de Mostra e Divulgação* e a requalificação do *Largo do Pelourinho*. De momento, o *Centro de Inovação Social e Cultura* encontra-se em obra e espera-se o início da qualificação da *Rua das Fontes*. Destes quatro projetos, realça-se o esforço da Autarquia ao promover e dinamizar a vila. De facto, a requalificação do *Largo do Pelourinho* (Fig. 69) demonstrou-se uma obra bem-sucedida, por ser um espaço que confronta diretamente com a entrada do Castelo e o Pelourinho. Assim, esta praça apresenta-se como elo de ligação entre dois imóveis classificados, o edificado envolvente e os distintos acessos, preparada também para receber os eventos culturais que ocorrem ao longo do ano. Este desejo de potenciar a zona como área de convívio e lazer, no núcleo histórico de Penedono, tornou esta intervenção muito positiva. Também a requalificação da *Rua das Fontes* (Fig. 70), ainda que ainda não tenha sido iniciada, se adivinha um projeto pertinente. Este arruamento sobre uma via existente, permitirá um acesso direto e mais facilitado ao *Largo do Pelourinho* e conseqüentemente ao Castelo. Ao promover novos trajetos ao centro da vila, valoriza-a, respondendo assim aos objetivos da Autarquia. Por outro lado, apesar de constituírem duas intervenções relevantes, o *Centro de Inovação Social e Cultural* e do *Centro de Mostra e Divulgação* apresentam opções discutíveis.









- CASTELO DE PENEDONO -

- PLANTA DA ZONA DE PROTECÇÃO -

Fixa-se esta planta em atenção ao objectivo de valorizar este precioso Imóvel, estabelecendo-se duas zonas:

- a) - vedada à construção
- b) - de protecção

Com a primeira das zonas tem-se em vista libertar todo o morro que o Castelo coroa, dando-lhe o desafogo indispensável e permitindo ainda que a sua silhueta não seja entrecortada em larga zona da perspectiva em que se abrange da estrada que lhe fica a norte.

Com a segunda zona - a de protecção - visa-se impedir a construção de edifícios que pelo seu vulto, concepção arquitectónica ou sentido decorativo de côr, possam constituir motivo de desvalorização do conjunto acastelado.

Coimbra, 14 de Julho de 1955
O Arquitecto de 2.ª Classe,

(Luiz Amoreoso Valgode Lopes)

Fig. 71

Fig. 69 - (anterior) Fotografia aérea do Largo do Pelourinho, 2019.

Fig. 70 - (anterior) Fotografia aérea da Rua das Fontes, 2019.

Fig. 71 - Memória descritiva da Zona Especial de Protecção do Castelo de Penedono.

Acresce que a Autarquia tem desenvolvido inúmeros outros projetos que visam aumentar a qualidade de vida da sua população, dos quais se evidenciam: a reabilitação da antiga estalagem para converter no *Hotel Medieval de Penedono*; a reconversão de antiga taberna para *Fornos do Rei*; a regeneração do *Jardim Municipal*; a alteração da iluminação exterior noturna de imóveis e espaços públicos; o desenvolvimento do parque temático *Jardins dos Infantes*; a criação de um picadeiro medieval junto à envolvente da estalagem/*Hotel Medieval de Penedono*; a beneficiação das infraestruturas das redes de abastecimento de água, saneamento e águas pluviais; a aplicação de energias renováveis (painéis fotovoltaicos, solar térmico, entre outros) em edifícios públicos: edifício dos *Paços do Concelho*, *Piscinas Municipais de Penedono*, *Cine Fórum de Penedono* e *Loja interativa de Turismo*; a beneficiação das infraestruturas das redes de abastecimento de água, saneamento e águas pluviais; e o desenvolvimento do mobiliário urbano e toda a sinalética geral, viária e comercial de forma a padronizar o conceito histórico (ARU, 2014).

Além destas propostas e intervenções, a Câmara Municipal tem tentado dinamizar o espaço através de feiras medievais, espetáculos, eventos e mercados tradicionais e festivais diversos. Contudo, apesar de assumirem o Castelo como o seu *monumento* mais precioso, não existem tentativas ou propostas de melhoramento do Castelo, ou da sua área envolvente, que, a ser valorizada, iria certamente dar outra vida a este espaço.

De facto, constata-se que o Castelo constitui um valor inquestionável em Penedono e para a vida de quem aqui habita. Por outro lado, e das entrevistas cometidas com o atual líder da Autarquia, fica também visível que há um interesse em inverter o presente estado de abandono e degradação da Encosta do Castelo. Todavia, tal manifestação não se traduz, ainda, em qualquer projeto. Uma situação que, como antes se mencionou, advém da *Zona Especial de Proteção do Castelo de Penedono*, cuja memória assinada por Luiz Amoroso Valgode Lopes, o demonstra (Fig. 71).

Capítulo 2

A Encosta e o Projeto

“Quando faço um edifício, um grande ou um pequeno complexo, gosto muito de imaginar que este se torna parte integrante do espaço envolvente. [...] E é este o espaço envolvente que se torna parte da vida, da minha ou, na maioria dos casos, da vida de outras pessoas. [...] Mas o mais belo é quando as coisas se encontram, quando se harmonizam. Formam um todo. O lugar, a utilização e a forma” (Zumthor, 2006, p. 64-69).

SIPATXT:00797037

N.º 555

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS
DIRECÇÃO GERAL
DOS
EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS
DOS MONUMENTOS NACIONAIS

S. R. *A. B. G.*
Exm^o Senhor *21-4-58*
Arquitecto Chefe da Repartição
Técnica
Lisboa

REPARTIÇÃO TÉCNICA
4.ª SECÇÃO
JCP

REFERÊNCIA CASTELO DE PENEDONO
Visou II

A CONSIDERAÇÃO DO EX.º SENHOR
DIRECTOR DOS SERVIÇOS
10-7-58

(Poleteira 43)
6512

28-4-58 Em cumprimento da Ordem de Serviço n.º 2715
de 1 de Maio p.p., tenho a honra de informar V.Ex.ª:

O restauro do Castelo de Penedono foi concluído recentemente, pelo que as obras que necessita são bem diminutas. Assim, apenas se verifica a necessidade de se proceder à reparação da porta principal de acesso e de alguns merlões. Estes trabalhos podem realizar-se com o dispêndio de uns 2.500\$00. ~~que porém se tornava necessário para a valorização do Castelo e demolir algumas casas que se elevam no morro e cujo valor total, segundo a informação que junto envio a V.Ex.ª, e foi fornecida a esta Secção pelo Regedor da Freguesia de Penedono, é de 40.900\$00.~~

A resposta solicitada julgo que poderá ser dada directamente por V.Ex.ª, se assim o entender.

... que se refere a obras do castelo
A Bem da Nação
Coimbra, 4.ª Secção, em 11 de Julho de 1958
O Arquitecto Chefe da Secção

12 JUL 1958

2715 337044

Mo. 25

Fig. 72 - Despacho que propõe, em 1958, a demolição das casas existentes no morro do Castelo.

SIPATXT:00797046

S. R. N.º 235

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS
 Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
 Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais
 Repartição Técnica

Exm.ª Senhor Arquitecto Chefe da Repartição Técnica

Comissão de Estudos, Lisboa, 26.2.59

REPARTIÇÃO TÉCNICA 4.ª SECÇÃO

JMO/

DIRECÇÃO DO CASTELO DE PENEDONO Viseu II

Em cumprimento da O.S. n.º 75, de 7 do mês findo, tenho a honra de informar V.Ex.ª:

Da consulta dos antecedentes deste processo, os quais constam do arquivo da R.T., verifica-se que, para realização de obras torna-se necessária a verba de 2.500\$00 e como valor do casario a demolir e segundo elementos fornecidos pelo Regedor de Penedono, se indica a quantia de 40.900\$00 (Com. n.º 533, de 11 de Julho de 1958).

A Bem da Nação
 Coimbra, 4.ª Secção, em 21 de Fevereiro 1959
 O Arquitecto Chefe da Secção,

23 FEV 1959

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

Fig. 73 - Despacho com o orçamento necessário para as demolições propostas.

SIPATXT:01590439

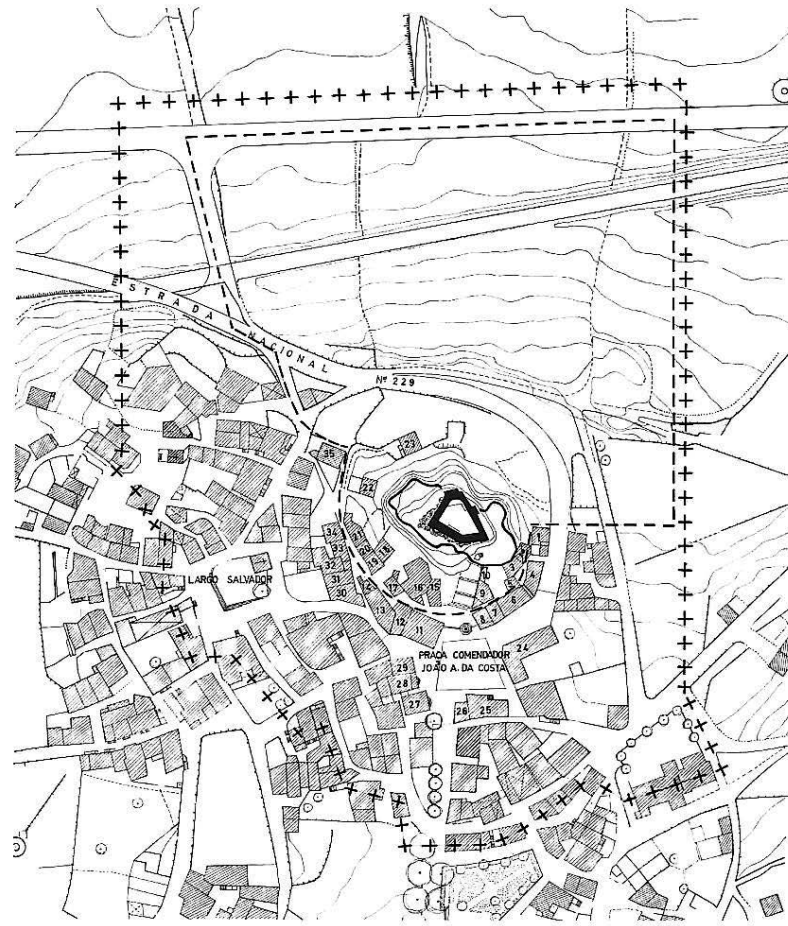
M.O.P.
 DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DOS MONUMENTOS NACIONAIS
 DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS DO CENTRO

CASTELO DO PENEDONO
 VALORIZAÇÃO DA SUA ENVOLVÊNCIA

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

Fig. 74 - Capa da memória descritiva referente ao Plano de Valorização da Zona Envolvente do Castelo de Penedono.



N

++++ LIMITE DA ZONA DE PROTECÇÃO

---- ÁREA VEDADA À CONSTRUÇÃO

▭ CONSTRUÇÕES A BENEFICIAR

▭ CONSTRUÇÕES A DEMOLIR

▭ PAVIMENTAÇÕES A EXECUTAR

▭ CONSTR. ENVOLVENTES SATISFATÓRIAS

M.O.P. DIRECTÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECTÃO DOS SERVIÇOS DOS MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECTÃO DOS MONUMENTOS DO CENTRO

CASTELO DO PENEDONO
VALORIZAÇÃO DA SUA ENVOLVÊNCIA

DIRECTOR: _____ ESCALA: 1/1000 PROJ. Nº: 11V

INDICADO: _____ DATA: 25.5.72 DES. Nº: 7

C.18-1L-06 001-08



Fig. 76

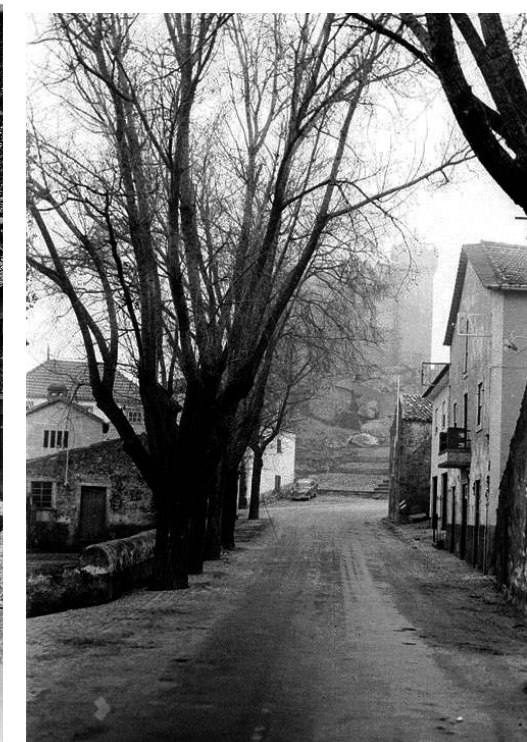


Fig. 77

Fig. 76 - Fotografia dos acessos ao Castelo de Penedono.

Fig. 77 - Fotografia dos acessos ao Castelo de Penedono.

Fig. 75 - Planta do Plano de Valorização da Zona Envolvente ao Castelo de Penedono.

2.1. A Encosta - Pertinência e Panorama³²

A primeira preocupação referente à Encosta do Castelo de Penedono consta, como referenciámos no capítulo anterior, do ano de 1958. Relembramos que foi elaborado um despacho que dava conta de algumas casas que começavam a elevar-se no morro do Castelo, propondo a sua demolição (Fig. 72). No entanto, a demolição das mesmas e o consequente realojamento das famílias implicaria valores altos, a rondar os 40.000\$00 (Fig. 73), o que ditou o adiamento deste plano. Apenas no início dos anos 70 o assunto assumiu contornos mais relevantes. Elaborado o *Projecto de Valorização da Zona Envoltante do Castelo de Penedono* (Fig. 74), destaca-se da respetiva memória descritiva o seguinte:

“O Castelo de Penedono apresenta bom estado de conservação e limpeza, mas a forte presença do Monumento fez reconhecer a necessidade de um estudo de valorização da sua envolvente mais próxima, constituída por uma série de construções de flagrante mau aspeto e mesmo inconvenientes [...] Este plano obriga à expropriação de algumas habitações, currais, arrecadações e respectivos terrenos e também exige a beneficiação de alguns prédios que, devendo conservar-se, têm actualmente uma presença demasiado perturbadora para a ambiência a proteger” (SIPA TXT.01590437).

No texto em questão, surgem mencionadas as casas a demolir e a beneficiar, bem como outras intervenções previstas. Para complementar o texto, é referida uma planta que estaria em anexo, mas que, no entanto, não se encontrava disponível no inventário online. Foi através de um Técnico Superior do Forte de Sacavém, João Nuno Reis, que tivemos acesso à mesma (Fig. 75), tendo sido um enorme contributo para a compreensão deste plano. Posto isto, elaborámos uma nova planta onde é possível perceber com mais clareza as demolições (a amarelo) e a beneficiações (a laranja) que foram propostas. Além disto, são reveladas outras intervenções, que incluíam o tratamento do pavimento circundante do Castelo (Fig. 76-77), a eliminação de algumas árvores bem como a limpeza de toda a Encosta.

³² Para redigir este subcapítulo, baseámo-nos nos documentos retirados do *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico* (SIPA).



Fig. 78



Fig. 79

Fig. 78 - Estado de degradação das construções existentes, 2019.

Fig. 79 - Estado de degradação das construções existentes, 2019.

Em 1973, um novo despacho³³ notifica que estariam a ser estudadas, em conjunto com a Câmara Municipal de Penedono, soluções para realojar as famílias que viviam em algumas das casas em questão. No entanto, este projeto nunca chegou a ser realizado, uma vez que não existiu consenso em momento algum entre as entidades envolvidas. Se, por um lado, se manifestava a vontade de libertar o morro do Castelo, por outro, o valor das expropriações constituía um grande entrave. Logo, dos objetivos indicados no plano, nenhum se realizou. Atualmente, na Encosta, o número de famílias neste espaço diminuiu drasticamente, agravando-se o estado de degradação das construções (Fig. 78-79). Mas mantendo-se, no entanto, as mesmas habitações que nos anos 70, ainda que a maioria se encontre em *ruínas*. Nas páginas seguintes, demonstraremos esta mesma realidade, através de fotografias da altura da elaboração do *Projecto de Valorização da Zona Envoltante do Castelo de Penedono*, também reproduzidas por nós, no ano presente. Este registo fotográfico deixou evidente que quase tudo se mantém (Fig. 80-91). Todas as pequenas casas permanecem, conquanto o tempo e o clima tenham alterado a sua imagem. São várias as coberturas derrubadas, as portas danificadas e mesmo as robustas paredes de pedra apresentam sinais de alguma deterioração.

Este projeto adquiriu uma importância especial na elaboração da nossa proposta. Embora tivéssemos assumido, desde logo, a Encosta como a nossa maior preocupação, não tínhamos conhecimento de que, outrora, tivesse existido um plano que espelhasse de forma semelhante esta inquietação. Ainda que idêntico num panorama mais amplo - valorizar a Encosta - contém, porém, algumas diferenças em relação à nossa intenção, que não passa por demolir a maioria das construções existentes. No nosso entender, para evidenciar a Encosta, não é necessário demolir tudo o que existe. Apesar de propormos demolições pontuais, valorizamos o existente, recuperando-o e desenhando novos volumes complementares. Contudo, apesar destes aspetos díspares, estudámos afincadamente todos os objetivos expostos na memória descritiva do plano referenciado, chegando a algumas conclusões, que, a nosso ver, são muito pertinentes.

³³ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Luiz Amoroso Valgode Lopes, 29 de janeiro de 1973, Doc.º SIPA TXT.01590450.



Fig. 80



Fig. 81

Fig. 80 - Curral na Encosta do Castelo de Penedono, nos anos 70.

Fig. 81 - Curral na Encosta do Castelo de Penedono, 2019.



Fig. 82



Fig. 84



Fig. 83

Fig. 82 - Habitação na Encosta do Castelo de Penedono, nos anos 70.

Fig. 83 - Ruína na Encosta do Castelo de Penedono, 2019.



Fig. 85

Fig. 84 - Habitação na Encosta do Castelo de Penedono, nos anos 70.

Fig. 85 - Ruína na Encosta do Castelo de Penedono, 2019.



Fig. 86



Fig. 88



Fig. 87

Fig. 86 - Habitação na Encosta do Castelo de Penedono, nos anos 70.

Fig. 87 - Ruína na Encosta do Castelo de Penedono, 2019.



Fig. 89

Fig. 88 - Habitação na Encosta do Castelo de Penedono, nos anos 70.

Fig. 89 - Ruína na Encosta do Castelo de Penedono, 2019.



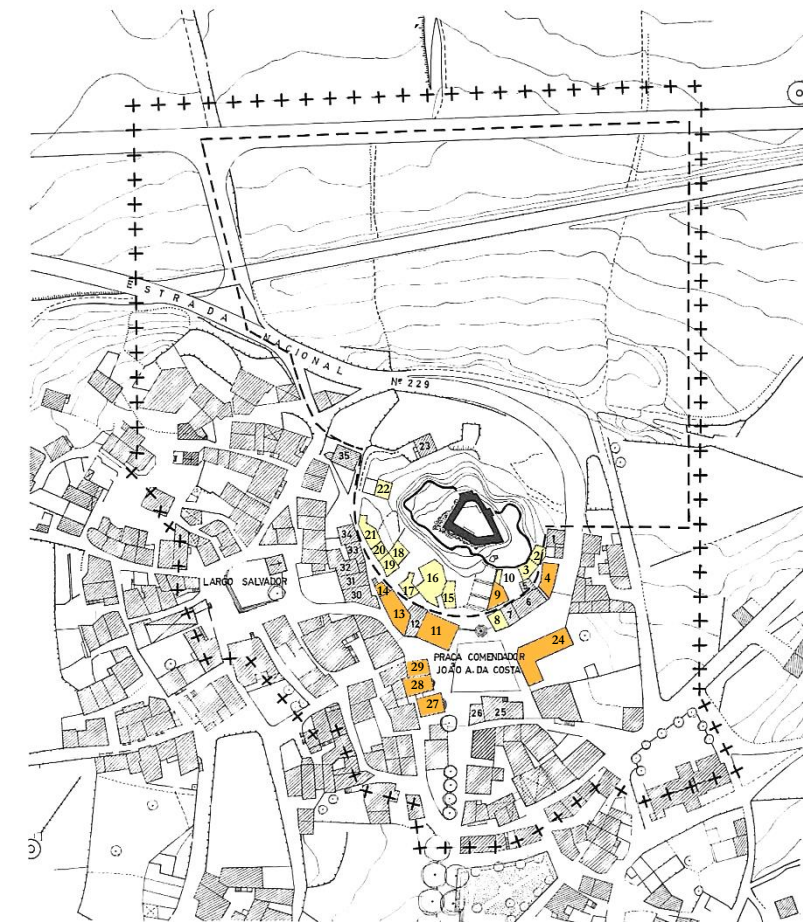
Fig. 90



Fig. 91

Fig. 90 - Curral na Encosta do Castelo de Penedono, nos anos 70.

Fig. 91 - Edifício abandonado na Encosta do Castelo de Penedono, 2019.



	++++ LIMITE DA ZONA DE PROTECÇÃO	<table border="1"> <tr> <td colspan="2">M.O.P. DIRECTORIO GERAL DOS EDIFICIOS E MONUMENTOS NACIONAIS</td> </tr> <tr> <td colspan="2">DIRECCAO DOS SERVICOS DOS MONUMENTOS NACIONAIS</td> </tr> <tr> <td colspan="2">DIRECCAO DOS MONUMENTOS DO CENTRO</td> </tr> <tr> <td colspan="2">CASTELO DO PENEDONO</td> </tr> <tr> <td colspan="2">VALORIZACAO DA SUA ENVOLVENCIA</td> </tr> <tr> <td>DIRECTOR</td> <td>ESCALA 1/1000. PROJ. TIV</td> </tr> <tr> <td>DESIGNADO</td> <td>DATA: 25.5.72 DISTR. 7</td> </tr> <tr> <td colspan="2">C.18-11-06 001-08</td> </tr> </table>	M.O.P. DIRECTORIO GERAL DOS EDIFICIOS E MONUMENTOS NACIONAIS		DIRECCAO DOS SERVICOS DOS MONUMENTOS NACIONAIS		DIRECCAO DOS MONUMENTOS DO CENTRO		CASTELO DO PENEDONO		VALORIZACAO DA SUA ENVOLVENCIA		DIRECTOR	ESCALA 1/1000. PROJ. TIV	DESIGNADO	DATA: 25.5.72 DISTR. 7	C.18-11-06 001-08	
	M.O.P. DIRECTORIO GERAL DOS EDIFICIOS E MONUMENTOS NACIONAIS																	
DIRECCAO DOS SERVICOS DOS MONUMENTOS NACIONAIS																		
DIRECCAO DOS MONUMENTOS DO CENTRO																		
CASTELO DO PENEDONO																		
VALORIZACAO DA SUA ENVOLVENCIA																		
DIRECTOR	ESCALA 1/1000. PROJ. TIV																	
DESIGNADO	DATA: 25.5.72 DISTR. 7																	
C.18-11-06 001-08																		
----- AREA VEDADA A CONSTRUÇÃO																		
	CONSTRUÇÕES A BENEFICIAR																	
	CONSTRUÇÕES A DEMOLIR																	
	PAVIMENTAÇÕES A EXECUTAR																	
	CONSTR. ENVOLVENTES SATISFATORIAS																	

Fig. 92 - Recriação da planta do Plano de Valorização da Zona Envolvente ao Castelo de Penedono.

A Fig. 92 é uma recriação da planta que nos foi fornecida pelo técnico João Nuno Reis e esclarece quais as demolições e beneficiações previstas. De um modo geral, é notória a vontade de demolir praticamente todas as construções existentes, na época, na Encosta do Castelo, independentemente se seriam habitações familiares, currais ou anexos. As que não faziam parte deste grupo, assumiam-se como casas que precisariam de obras de melhoramento. Quanto à justificação particular de cada demolição, destaca-se da memória descritiva³⁴ o seguinte: as casas nº 2, 3 e 10 por serem currais encostados à muralha, o que era “indiscutivelmente inconveniente”; as casas nº 15 a 21 por se encontrarem em “muito mau estado” resumindo-se a “anexos ou currais [...] com esgotos que escorrem diretamente para o estreito arruamento”; a nº 22 por estar encostada à barbacã; e por último, a casa nº 8 que “deveria ser demolida não só por afrontar demasiado o Pelourinho como também por ter uma forma muito agressiva na perspetiva mais nobre que é possível desfrutar do Castelo”. Quanto às possíveis beneficiações, refere-se na respetiva memória: aceitava-se que a casa nº 9 permanecesse se, ao ser beneficiada, não perdesse a imagem arquitetónica que tinha até então; nas casas nº 4, 13, 14, 27, 28 e 29, deveriam ser intervencionadas através da substituição das telhas; a nº 11 exigiria uma “profunda remodelação pela importância que assume no enquadramento do Castelo”, passando também por “substituição de telhas, modificação da chaminé, picagem de rebocos” e “substituição de caixilharias de ferro por outras de madeira”; e por fim, a casa nº 24, que precisaria de uma “beneficiação geral ao aspeto da construção que, remodelada, poderia vir a alojar nas melhores condições as famílias cujos fogos serão expropriados”.

No *Projecto de Valorização da Zona Envolve do Castelo de Penedono*, propunha-se também: a pavimentação com calçada à portuguesa do percurso que rodeia o Castelo e a Encosta, em concreto no espaço junto ao Pelourinho, que “deveria ser uniformemente tratado com pavimento a estudar”; e o tratamento do terreno envolvente ao Castelo, que precisaria de ser “simplesmente limpo ficando aparentes afloramentos rochosos que ali abundam”.

Relativamente a estas intenções, podemos afirmar que nenhuma casa foi demolida, sendo ainda construídos, uns anos mais tarde, alguns pequenos anexos

³⁴ Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, (assinatura ilegível), 19 de maio de 1972, Doc.º SIPA TXT.01590438; SIPA TXT.01590437; SIPA TXT.01590436; SIPA TXT.01590435; SIPA TXT.01590434; SIPA TXT.01590433 e SIPA TXT.01590432.



Fig. 93



Fig. 94

Fig. 93 - Largo do Pelourinho, nos anos 70.

Fig. 94 - Largo do Pelourinho, 2019.

complementares a estas construções. Porém, algumas casas foram beneficiadas recentemente pela Câmara Municipal de Penedono, nomeadamente as casas nº 2, 11, 24, 27 e 28. Destas, destacamos a nº 11, que atualmente pertence ao novo *Centro de Turismo*, e a nº 24, que passou a ser o *Hotel Medieval de Penedono*. Em suma, e tendo em conta todos os objetivos previstos aludidos anteriormente, constatámos, uma vez mais, que existe um claro ‘afastamento’ da Encosta e, conseqüentemente, do Castelo, aquando do desenvolvimento de obras de intervenção que ambicionem revitalizar o *centro histórico*. Apenas se beneficiaram algumas casas que não se encontram implantadas no interior da *área vedada a construção* e se requalificou o *Largo do Pelourinho* (Fig. 93-94) bem como o percurso que rodeia a colina. Nem a simples limpeza da Encosta do Castelo de Penedono, que era um dos objetivos, se concretizou, demonstrando nitidamente que existe, há muitos anos, bastante relutância em intervir nesta área.

Considerando este quadro, a nossa proposta tem como principal objetivo incentivar a intervenção neste espaço, ainda que não pretendamos ser tão ‘radicais’ no que diz respeito às demolições. Embora existam, de facto, algumas construções que em nada se enquadram no *perfil arquitetónico* da vila, muitas outras merecem a nossa atenção seja pela sua pequena escala, seja igualmente pela sua materialidade. De certa forma, este conjunto implantado no sopé do Castelo caracteriza a imagem da vila de Penedono.

Consolidada a ideia inicial de intervir na Encosta, tornou-se essencial definir um programa. Ao invés de se ‘idealizar’ um programa, decidiu-se criar esse mesmo programa com base numa ‘opinião real’ de alguém que estaria mais próximo das necessidades da vila. Foi então que contactámos o Presidente da Câmara Municipal de Penedono, Carlos Esteves, que nos ajudou a compreender de que modo a autarquia vê a possibilidade de intervir no espaço em questão. Sabemos que se trata de um projeto académico. Todavia, foi do nosso interesse conferir à proposta de intervenção na Encosta do Castelo uma certa realidade, cuja participação do Presidente da Câmara se julgava pertinente e indispensável.



Fig. 95



Fig. 96

Fig. 95 - Panorama atual da Encosta do Castelo de Penedono, a Sul e a Este, 2019.

Fig. 96 - Panorama atual da Encosta do Castelo de Penedono, a Oeste e a Norte, 2019.

2.2 O Programa

A ideia base que definimos, de início, incluiu sempre toda a Encosta do Castelo de Penedono. Tão importante como intervir na zona que se encontra em *ruínas*, foi tentar valorizar toda a área que envolve o Castelo. Na troca de ideias que tivemos com Carlos Esteves, e depois de transmitirmos a premissa principal da nossa proposta, foi claro que se desejava um futuro núcleo museológico, que englobasse e aproveitasse todas as *ruínas* que estivessem em condições para tal.

A Encosta assume duas ‘faces’ muito díspares: se por um lado existe uma área, a Sul e a Este (Fig. 95), bastante consolidada no que respeita ao edificado, por outro, tem um espaço muito significativo, a Norte, completamente desprovido de construção (Fig. 96). Os afloramentos rochosos são comuns a ambas as áreas. No entanto, é na área Norte que subsistem em mais abundância. Estes afloramentos ‘desenham’ áreas distintas, a diferentes cotas, ao mesmo tempo que delineiam percursos que já existiram, mas que atualmente se encontram ‘escondidos’ pela vasta vegetação.

Diante este panorama, o programa englobou o desenho de um novo espaço museológico, ‘unindo’ a maioria das *ruínas* existentes através de um percurso único. Não se trata de um mero percurso/espço de circulação: este percurso é o elo de ligação entre todos os espaços que formam o núcleo museológico. Da mesma forma, faculta a circulação em redor de toda a área circundante ao Castelo, como explicaremos com mais detalhe no último subcapítulo.

Relativamente ao programa específico do núcleo museológico, a ambição da autarquia seria que este contemplasse vários espaços de exposição onde se pudessem expor: objetos centenários, que incluíam instrumentos de trabalho e vários utensílios utilizados pelas povoações mais antigas do concelho de Penedono, dando assim a conhecer a todos os visitantes os diversos costumes dos mesmos e de que modo a vida das pessoas se vai alterando ao longo do tempo; vestuário antigo e tradicional de povos antepassados; e uma maquete que fosse alusiva à própria intervenção, permitindo, a uma escala mais reduzida e simplificada, mostrar às pessoas a ‘nova’ Encosta do Castelo de Penedono. Além das áreas de exposição referidas, o Presidente da Câmara indicou outras valências necessárias, como:

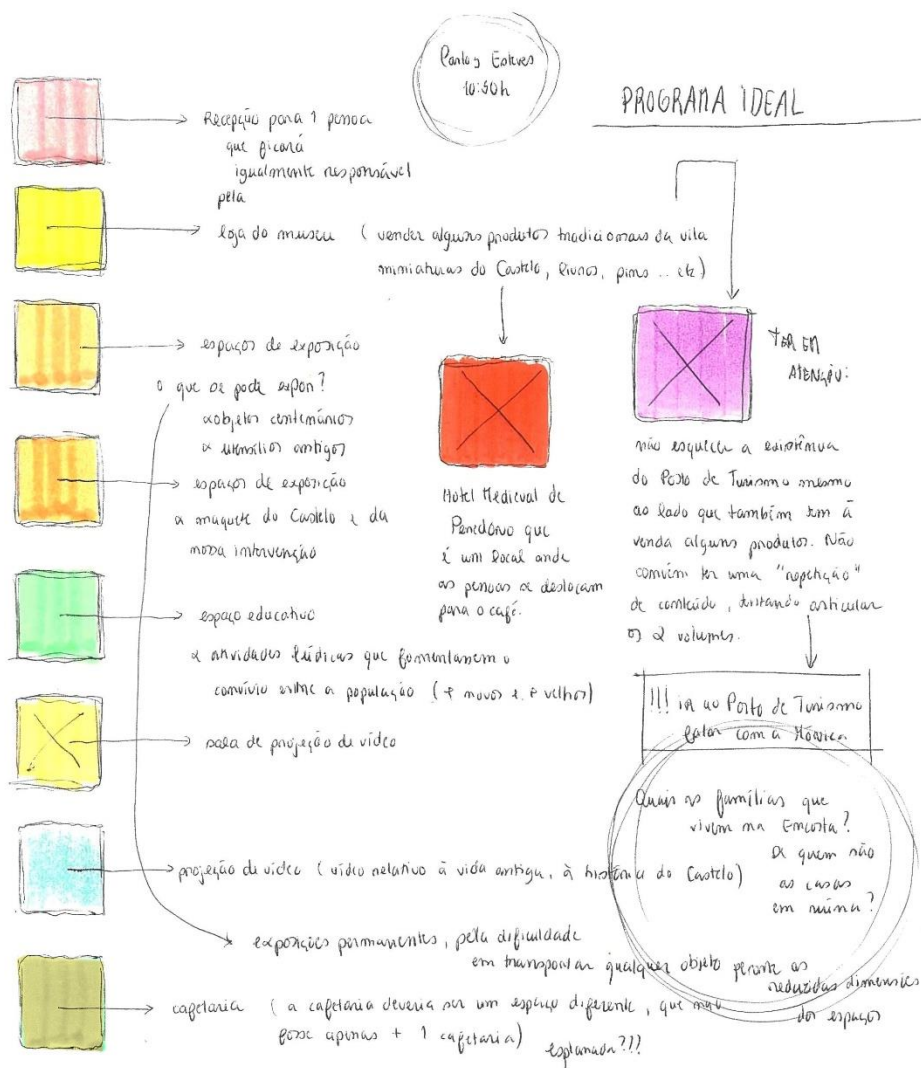


Fig. 97 - Digitalização de uma página do caderno da autora, referente à conversa com o Presidente da Câmara Municipal de Penedono sobre um possível programa.

um espaço de entrada que funcionasse como uma pequena recepção, cuja função fosse orientar e ajudar a comunidade; uma loja onde estivessem à venda pequenas lembranças tradicionais; um local que funcionasse como centro educativo, onde se realizariam atividades lúdicas; e, por fim, uma sala com condições para que fosse possível projetar alguns vídeos com conteúdos históricos sobre a vila e o Castelo (Fig. 97).

Atendendo a estes objetivos, tentámos idealizar um programa que fosse ao encontro destas expectativas reais. A todos estes espaços, achámos pertinente juntar também o desenho de uma nova área destinada a uma cafetaria, garantindo, assim, que a Encosta tenha uma ocupação diária por aqueles que vivem e visitam a vila.

No processo de desenho deste núcleo, levantaram-se sempre diversos e distintos desafios. Depois de definido o programa e estudado o espaço de intervenção, a nossa primeira grande questão foi ‘o existente’. Perante um espaço delicado, em *ruínas*, quais deveriam ser os critérios de intervenção? Sabemos que esta área é *património arquitetónico*. Logo, tínhamos em vista a sua *salvaguarda*, incluindo algumas construções em *ruína*.

Para que se tornasse mais claro o nosso pensamento, foi tão necessário como essencial, aprofundar o nosso conhecimento acerca da vasta questão do *património*, um tema amplo e deveras complexo que nos acompanha diariamente. Conscientes de que são infinitas as ‘partes’ deste conceito, elucidaremos, no próximo subcapítulo, os métodos de intervenção com que mais nos identificámos e que, naturalmente, serviram de base e inspiração para a nossa proposta. Alguns projetos e obras marcaram inevitavelmente o nosso processo de desenho, justificando, de certo modo, algumas opções.



Fig. 98



Fig. 99

Fig. 98 - Fotografia da visita ao Castelo de Pombal, 2019.

Fig. 99 - Fotografia da visita ao Moinho de Papel, 2019.

2.3 Património, contributos e casos de estudo³⁵

2.3.1 Património

Como é natural na arte de projetar é fundamental existir um princípio de intervenção que justifique o ‘caminho percorrido’ desde o processo até ao projeto final. Neste subcapítulo faremos, inicialmente, uma breve abordagem aos teóricos que impulsionaram o debate em relação à *preservação do património*, mencionando aqueles cujos ideais considerámos mais pertinentes, fundamentando em que medida contribuíram para a nossa proposta. Seguidamente, faremos alusão a um conjunto de contributos essenciais à elaboração do nosso projeto, nomeadamente conferências e aulas a que assistimos, assim como viagens realizadas, que se tornaram muito enriquecedoras no desenvolvimento do nosso pensamento perante a arquitetura. Por fim, elegemos dois casos de estudo - a intervenção na Encosta do Castelo de Pombal, dos COMOCO (Fig. 98), e a recuperação e reconversão do Moinho de Papel, de Álvaro Siza Vieira (Fig. 99) - que se aproximam em vários aspetos da nossa proposta de intervenção. Na impossibilidade de citar e desenvolver todos os exemplos pertinentes ao longo deste trabalho, foram selecionadas apenas as duas obras mencionadas, embora os contributos positivos tenham sido muitos.

Perante a intervenção numa *área histórica*, nomeadamente na Encosta do Castelo de Penedono, e sendo este considerado *monumento nacional*, a preocupação inerente à *preservação da identidade* do espaço, e mais amplamente à *conservação do património arquitetónico*, está sempre presente. O tema do *património* tem sido largamente discutido ao longo dos anos, e enquanto existir vida, os avanços tecnológicos permitirão novos debates que conseqüentemente mudarão mentalidades e conceitos. Neste seguimento, Françoise Choay (2000, p. 9)³⁶ afirma:

³⁵ Para redigir o subcapítulo em questão, baseámo-nos, maioritariamente, na leitura das obras *A Alegoria do Património* (2000) de Françoise Choay, *The Seven Lamps of Architecture* (1989) de John Ruskin, *A History of Architectural Conservation* de Jukka Jokilehto (1986), *Os Restauradores* (2002) de Camillo Boito, *L'Urbanisme Face Aux Villes Anciennes* (1998), *Gustavo Giovannoni - Textos escolhidos* (2013) e a *Carta del Restauro Italiano* (1932) de Gustavo Giovannoni, e *O Culto Moderno dos Monumentos* (2014) de Alois Riegl.

³⁶ Edição consultada: *A Alegoria do Património* (2000). Edição original: *L'allégorie du patrimoine* (1982).



Fig. 100 - Françoise Choay (1925).

“[...] a ideia de património foi-se alterando ao longo do tempo e continua a alterar-se [...] a condição de património passou a abranger as mais diversificadas manifestações culturais, desde as de suporte material e natural às intangíveis. A uni-las o reconhecimento da sua capacidade de representar valores e necessidades que estabelecem vínculos entre o presente e o passado, dando assim coerência a um mundo em constante transformação [...]”.

Importa referir que a leitura da obra de Françoise Choay (Fig. 100), *A Alegoria do Património*, foi um contributo fundamental no estudo desta matéria. Através da simplicidade com que aborda e distingue os mais variados *conceitos históricos*, demonstrando sempre nas suas palavras uma postura crítica perante os mesmos, a autora permite codificar e compreender de forma clara todo o processo que envolve esta temática. Os debates que visam a *preservação* do *património* têm ganho um lugar de destaque nos dias de hoje, contudo, datam da sequência da Revolução Francesa e das enormes transformações geradas pela Revolução Industrial na Grã-Bretanha as primeiras inquietudes acerca desta questão. Foi nesta época que se começaram a tomar as primeiras medidas legislativas que demonstravam a preocupação em *salvaguardar* o *património* e que levaram, mais tarde, à introdução de novos conceitos, como a *conservação* e *restauro* (Aguiar, 2002).

No seguimento das nossas primeiras inquietações, procurámos respostas através de algumas teorias de *conservação* e *restauro* que julgámos pertinentes. Tentámos apurar da melhor maneira quais as implicações que esses pensamentos tiveram na prática. A partir do momento em que se começam a abordar conceitos tão amplos como estes, é inevitável a pesquisa relativa aos procedimentos e *doutrinas* de *proteção* dos *monumentos históricos* que datam do séc. XIX. Como afirma Beatriz Mugayar Kühl, na apresentação redigida pela própria na obra *Os Restauradores* (2002, p. 10)³⁷:

“A restauração, até se afirmar como ação cultural no século XIX, passou por lento processo de maturação no decorrer do tempo.

³⁷ Edição consultada *Os Restauradores* (2002). Edição original: *I Restauratori: conferenza tenuta all'Esposizione di Torino il 7 giugno 1884* (1884).

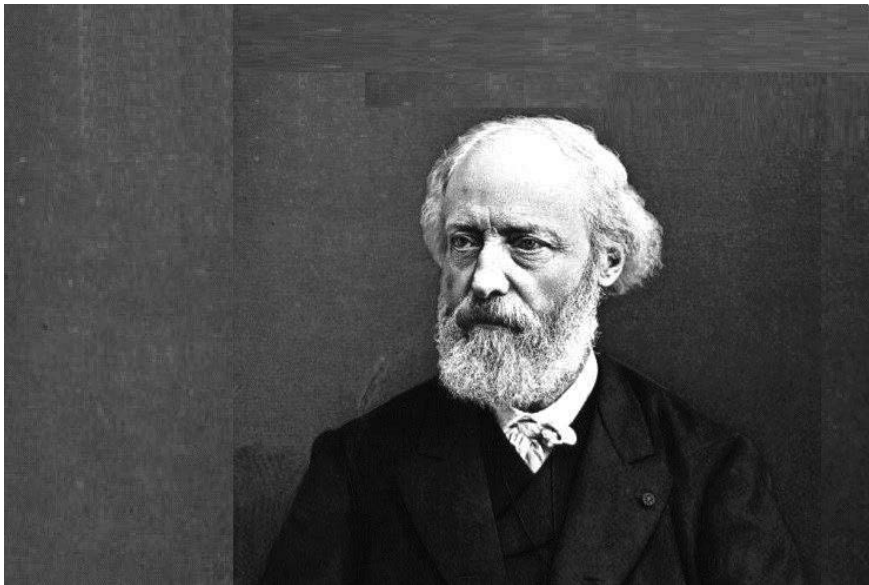


Fig. 101 - Eugène Viollet-Le-Duc (1814-1879).

Anteriormente, as intervenções feitas em edifícios preexistentes eram resultado, geralmente, de exigências práticas e voltadas para sua adaptação às necessidades da época”.

É precisamente no século XIX, que surgem duas figuras incontornáveis e com visões completamente distintas na abordagem à intervenção no *património*: o francês Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879) e o inglês John Ruskin (1819-1900). Importa referir que, em relação à nossa proposta de intervenção, os pensamentos e ensinamentos de Viollet-le-Duc e John Ruskin não foram aqueles que mais ‘inspiraram’/’impulsionaram’ o nosso processo. No entanto, é irrefutável que tanto um como outro tiveram um papel fulcral no debate sobre a *preservação e restauro dos monumentos históricos*, sendo os instigadores para novas ideias e *teorias* que surgiram anos mais tarde. Como tal, é importante compreender o papel de ambos nesta época. Como afirma Françoise Choay (2000, p. 127):

“Querer e saber ‘classificar’ monumentos é uma coisa. Saber depois conservá-los fisicamente e restaurá-los é um outro assunto, que assenta sobre outros conhecimentos. Ele exige uma prática específica e praticantes especializados, os ‘arquitectos dos monumentos históricos’, que o século XIX inventou”.

Viollet-le-Duc (Fig. 101) foi um dos primeiros ‘teóricos’ a encarar a *preservação do património histórico*. Assumia uma postura muito cautelosa em relação ao *restauro*, aceitando-o, mas dando sempre ênfase, no seu discurso, à descrição que se deveria ter ao intervir (Jokilehto, 1986). Defendia que um *restauro* mal executado poderia ter consequências mais graves que os efeitos provocados pelo passar dos séculos (Jokilehto, 1986, p. 283):

“The idea, however, of restoring a monument to its ideal form seems to have existed in the mind of Viollet-le-Duc already around 1842, when he reported about a church that «total abandon was preferable to a misconceived restoration» intending to say that it was better to wait until there were skilled workmen for the job rather than spoil the building through unqualified work”.

Viollet-le-Duc afastava todas as tentativas de acrescentos de épocas anteriores à primitiva do edifício, defendendo que o arquiteto deveria imaginar



Fig. 102 - John Ruskin (1819-1900).

o projeto base da pessoa que projetou a obra inicial e apenas intervir no *monumento* se fosse para o converter o no seu estado inicial ou em “[...] un état complet [...]” (Viollet-le-Duc, 1986-1988, p. 14) que, eventualmente, possa corresponder a uma imagem que nunca existiu.

Na vertente oposta, quase em simultâneo, surge um novo pensamento, ‘desenhado’ por John Ruskin (Fig. 102). Ainda que, inicialmente, pudéssemos pensar que existiriam pontos em comum com Viollet-le-Duc, nomeadamente no facto de este também não concordar com os acrescentos de outras épocas distintas à do edifício original, a verdade é que as teorias defendidas por cada um eram contrárias. Ruskin afirmava que a Revolução Industrial e a tendência de substituir ‘a mão pela máquina’ fazia com que os edifícios intervencionados assumissem um aspeto falso (Choay, 2000). Com uma atitude radical, defendia que os *monumentos* do passado deveriam manter a sua imagem inicial, sem sofrer qualquer intervenção até ‘desaparecerem’ por completo, “aconselhando manutenções periódicas, mas admitindo a possibilidade de ‘morte’ de uma dada edificação”, como afirma Beatriz Mugayar Kühl (2013, p. 14). John Ruskin, na sua obra *The Seven Lamps of Architecture* (1889, p. 196)³⁸, mais precisamente na ‘sexta lâmpada’ - *The Lamp of Memory*; confirma o que afirmarmos anteriormente:

“Do not let us talk then of restoration. The thing is a Lie from beginning to end [...]. Take proper care of your monuments, and you will not need to restore them [...]. Its evil day must come at last; but let it come declaredly and openly, and let no dishonoring and false substitute deprive it of the funeral offices of memory”.

Haveria muito a dizer acerca destas *doutrinas* e de muitos outros intelectuais que, de igual modo, também as seguiram ou contribuíram no debate da *preservação* do *património* nesta época, como por exemplo William Morris. No entanto, focar-nos-emos, de seguida, noutras figuras cujos saberes mais interessaram ao nosso trabalho. É indiscutível que a *preservação* dos *monumentos*, enquanto parte de uma ‘cidade’, é muito importante e é neles que as teorias de Viollet-le-Duc e John Ruskin se focam.

³⁸ Edição consultada *The Seven Lamps of Architecture* (1889). Edição original: *The Seven Lamps of Architecture* (1849).

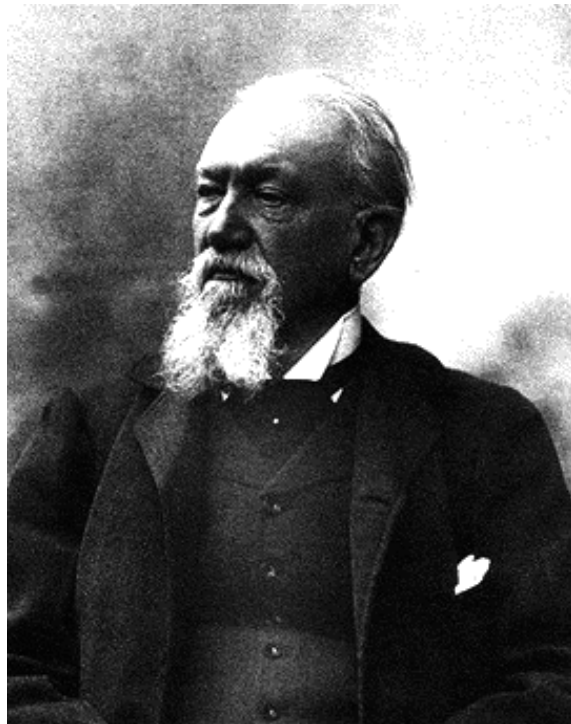


Fig. 103 - Camillo Boito (1835-1914).

Contudo, tendo em conta o nosso espaço de intervenção e os objetivos da nossa proposta, a nossa prioridade/preocupação nunca se baseou apenas no Castelo de Penedono, como já aludimos anteriormente.

No final do séc. XIX, também Camillo Boito (1835-1914), Gustavo Giovannoni (1873-1947) e Alois Riegl (1858-1905) assumem um papel importante neste debate. Foram exatamente as visões que estes defendiam que despertaram o nosso interesse maior, embora por razões distintas. Pertencem a um grupo de arquitetos que, perante os princípios de Viollet-le-Duc e John Ruskin, acabam por elaborar as suas próprias *teorias* que ainda hoje se aplicam.

Camillo Boito (Fig. 103) adota uma postura intermédia em relação aos seus ‘antecessores’. Apoiava a *manutenção* periódica dos *monumentos*, de modo a evitar o *restauro*, que, na sua opinião, deverá existir somente quando necessário (Choay, 2000). Porém, perante essa necessidade, não tolera a ideia da reconstrução proposta por Viollet-le-Duc, esclarecendo que as intervenções devem ser mínimas, mas reconhecidas como acrescentos modernos, valorizando assim as ‘partes’ antigas do *monumento* (Jokilehto, 1986). Relativamente a John Ruskin, Camillo Boito não concorda que o edifício seja deixado à sua sorte acabando por cair em *ruína* (Choay, 2000). As suas afirmações, na conferência que realizou na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884, traduzidas por Beatriz Mugayar Kühl (2002, p. 57), são demonstração disso mesmo:

“A arte do restaurador, volto a dizê-lo, é como a do cirurgião. Seria melhor (quem não o vê?) que o frágil corpo humano não precisasse dos auxílios cirúrgicos; mas nem todos creem que seja melhor ver morrer o parente ou o amigo do que fazer com que lhes seja amputado um dedo ou que usem uma perna de pau”.

Camillo Boito é perentório naquilo que defende. Tal como esclarece Jukka Jokilehto (1986, p. 338): “placed all styles in the same position; he conceived an historic monument as a stratification of contributions of different periods, which should be respected”.

Esta visão perante a intervenção no *monumento* vai ao encontro daquilo que quisemos na nossa proposta de intervenção: assumir a *ruína*, respeitando-a acima de tudo. A *ruína* constitui um ‘pedaço’ da história, e como tal, a nossa intervenção pretendeu sobretudo garantir a *manutenção* dos edifícios em questão, concedendo-lhes um novo uso, através de técnicas e materiais modernos.

Gustavo Giovannoni

Points

L'urbanisme face aux villes anciennes



Inédit Essais

Fig. 104 - *L'urbanisme face aux villes anciennes*, de Gustavo Giovannoni.

As *teorias* defendidas por Gustavo Giovannoni foram aquelas em que mais focámos a nossa atenção. Gustavo Giovannoni faz parte da geração seguinte à de Viollet-le-Duc, John Ruskin e Camillo Boito. Também ele nascido em Itália, pode dizer-se que é um ‘seguidor’ de Camillo Boito, todavia alarga amplamente os ideias que este defendia. Marca o início do séc. XX com a ‘implementação’ de um novo conceito, o *património urbano*. Conceitos como a *restauração*, e mais concretamente o *restauro urbano*, passaram a ser temas mais consolidados nesta época (Choay, 2000). Gustavo Giovannoni considera que os aglomerados urbanos mais antigos devem assumir o mesmo valor que os mais recentes, não concordando com o ‘isolamento’ que muitas vezes se dá aos novos espaços contemporâneos com fins turísticos. Para o arquiteto e urbanista, é necessário contextualizar o *monumento* com a área que o envolve, assumindo ambas as áreas como sendo um só. Só assim se conseguirá afastar a tendência de intervir no monumento desprezando as características envolventes (Giovannoni, 1998)³⁹. Gustavo Giovannoni chega mesmo a afirmar na sua obra (Fig. 104) que “l’altération de son contexte peut détruire un monument plus sû qu’une atteinte à sa propre structure physique” (Giovannoni, 1998, p. 13). Com isto pretende chamar à atenção para o afastamento entre o *monumento histórico* e a *malha urbana envolvente*, no caso quebrando todas as ligações existentes. Note-se que Gustavo Giovannoni segue os ideais defendidos por Camilo Boito. No entanto, abre novos caminhos no que diz respeito à questão *urbana*:

“En matière de pratique professionnelle, la notion de contextualité, qui nie l’autonomie des édifices singuliers et fait de l’îlot l’unité architecturale minimale, suppose que tout architecte soit nécessairement engagé dans l’aménagement urbain aux diverses échelles, locale et régionale. Il est obligatoirement architecte et urbaniste, non l’un ou l’autre. De plus, la notion de «nouvel organisme urbain», qui intègre le noyau urbain ancien dans le processus d’urbanisation, suppose que l’architecte-urbaniste possède aussi une compétence patrimoniale” (Giovannoni, 1998, p. 15).

³⁹ Edição consultada *L’urbanisme face aux villes anciennes* (1998). Edição original: *Vecchie città ed edilizia nuova* (1931).



Fig. 105 - Alois Riegl (1858-1905).

A visão de Gustavo Giovannoni marca a verdadeira preocupação com o *património urbano*. A tentativa de integrar a ‘cidade’ neste princípio, permitia que esta passasse a fazer parte das estratégias de *planeamento urbano*. Com base na *Carta de Atenas* (1931), estes princípios foram evidenciados na redação da *Carta del Restauro Italiano* (1932), transcrita por Gustavo Giovannoni, de onde destacamos alguns pontos que resumem o seu pensamento:

- “1. Che al di sopra di ogni altro intento debba la massima importanza attribuirsi alle cure assidue di manutenzione alle opere di consolidamento, volte a dare nuovamente al monumento, la resistenza e la durevolezza tolta dalle menomazioni o dalle disgregazioni;
[...]
4. Che nei monumenti che possono dirsi viventi siano ammesse solo quelle utilizzazioni non troppo lontane dalle destinazioni primitive, tali da negli adattamenti necessari alterazioni essenziali all’edificio;
[...]
6. Che insieme col rispetto pel monumento e per le sue varie fasi proceda quello delle use condizioni ambientali, le quali non debbano essere alterate da inopportuni isolamenti, da costruzioni di nuove fabbriche invadenti per massa, per colore, per stile [...]”.

Esta maneira de encarar a vertente *urbana* fez, faz, muito sentido na nossa proposta. Tal como Gustavo Giovannoni, a intervenção que propomos pretende ir ao encontro de todos os projetos e obras que têm sido realizadas no *centro histórico* da vila, pela Câmara Municipal de Penedono. Assumindo a Encosta do Castelo de Penedono como área que também importa preservar, pretende-se integrá-la nas políticas de *requalificação urbana*, valorizando-a e conseqüentemente realçando o *monumento* que lhe pertence. Na realidade, o objetivo é que se assumam as intervenções como um todo, incluindo também aquela que é considerada a maior referência da vila: o Castelo.

Também Alois Riegl (Fig. 105), historiador de arte nascido em Viena, trouxe um pensamento crítico e pertinente acerca da temática em questão. Ganhou mais destaque nesta discussão aquando da sua nomeação para Presidente da Comissão Austríaca dos Monumentos Históricos, no início do séc. XX. Com este cargo foi-lhe atribuída a tarefa de elaborar novas regras relativas à *conservação* dos *monumentos*, e é neste contexto que lança a sua obra mais conhecida, *O Culto Moderno dos Monumentos*.



Fig. 106 - *O Culto dos Monumentos*, de Alois Riegl.

Nesta obra (Fig. 106), redige vários princípios de acordo com aquilo que eram os seus ideais. O que mais destacamos da sua *teoria* é o facto de este assumir o *monumento* como algo que, antes de tudo, tem uma história que deve ser respeitada. No entanto, essa história não deve privar um novo uso do *monumento*, devendo existir um equilíbrio entre as duas parcelas, criando uma nova vivência num espaço histórico. Citando Miles Glendinning (2013, p. 147), podemos comprovar esta postura favorável de Riegl em relação à incorporação da história do *monumento* numa possível intervenção contemporânea:

“Riegl argued that monuments could kept ‘one’s own’, and that national ‘egoism’ must eventually give way to the wider picture: ‘Monuments [will] attract us from now on as testimonies to the fact that the great context, of wich we ourselves are part, has existed and was created long before us’”.

Ainda que não o fizesse diretamente, condenava os princípios defendidos por Viollet-le-Duc, apoiando as *manutenções* necessárias para garantir a integridade do *monumento*, mesmo que ao longo dos anos a sua essência inicial fosse alterada. Ainda neste seguimento, afirma na sua obra o seguinte:

“Se o domínio da natureza enquanto renovação constante da vida deve ser garantido, o mesmo cuidado é aplicado às *interpretações* que o monumento foi sofrendo nos séculos, que são partes fundamentais de sua existência. Ele leva tão longe a defesa do monumento como organismo que não teme afirmar a impossibilidade de *conservação eterna* dos vestígios do passado. A ela contrapõe a *representação eterna do ciclo de criação e desagregação [...]*” (Riegl, 2014, p. 15)⁴⁰.

Opunha-se à estagnação do *património*. Para Alois Riegl, o *monumento* deve assumir-se com as características que foi adquirindo ao longo do tempo e adaptado a novos usos, evitando tornar-se num ‘objeto museológico’ destinado ao turismo. Na sua opinião, o *monumento* deveria ser integrado na malha que o envolve, funcionando em conjunto. Só assim existiria uma dinâmica permanente, não consentindo que este caísse em desuso (Choay, 2000).

⁴⁰ Edição consultada: *O Culto Moderno dos Monumentos* (2014). Edição original: *Der moderne Denkmalkultus, sein Wesen seine Entstehung* (1903).



Fig. 107 - Álvaro Siza Vieira (1933).

Alois Riegl assume-se, deste modo, como um ‘teórico’ de referência. Através do seu raciocínio crítico baseado numa teoria de *valores*, criticou a postura que se tinha, à época, sobre os *monumentos históricos*. Para o historiador, só uma perfeita conciliação entre os mais diversos *valores*, como por exemplo o da *rememoração*, *contemporaneidade*, *antiguidade*, *uso*, *artístico* e *histórico*, poderão transmitir ao *monumento* uma vivência perdurada (Choay, 2000). Em continuidade com este pensamento, também a *Carta de Veneza* (1964) constitui uma referência maior. Além de apresentar uma visão mais alargada relativamente à *Carta de Atenas*, integrando obrigatoriamente o *monumento* na malha que o envolve, aborda a diferenciação entre o ‘novo’ e o ‘velho’. Ao permitir a simbiose entre estas duas realidades, assume-se como um dos princípios mais importantes para o nosso trabalho. Citando a obra de Flávio Lopes e Miguel Brites Correia (2004, p. 105):

“Artigo 9.º [...] qualquer acrescento ou complemento, que se reconheça indispensável, por razões estéticas ou técnicas, deverá harmonizar-se arquitectonicamente com o existente e deixar clara a sua contemporaneidade”.

Assim, e igualmente de acordo com os critérios defendidos por Riegl, a nossa proposta de intervenção deseja demonstrar que a história/*memória* e a intervenção contemporânea podem, de facto, harmonizar-se, se nunca forem esquecidos e desrespeitados os ditos *valores*.

2.3.2 Contributos

Como referência no nosso trabalho, não se enaltecem apenas os ‘teóricos’ que citámos antes. Durante o desenvolvimento desta dissertação, tivemos oportunidade de assistir a uma extensa rede de eventos, organizados por docentes ou alunos do Departamento de Arquitetura de Coimbra, que nos permitiram abrir horizontes e alargar a nossa perceção acerca dos mais temas da arquitetura, e não só. Estas iniciativas (conferências, aulas e conversas entre vários nomes de referência na arquitetura portuguesa) foram um contributo muito enriquecedor no nosso percurso. Uns, pelas obras cuja pertinência, escala ou programa se aproximaram ao nosso projeto, e outros pelos ensinamentos através dos seus testemunhos enquanto arquitetos. Álvaro Siza Vieira (Fig. 107),

DARQ, Sala T2, 20 Março, 2019
 10h - 13h30h
 P. Teresa Pôrco (Org.)

DESE- NHAR EM PRO- JECTO

SETE
PERCURSOS

DARQ, Sala T2
 12 Março, 2019
 José António Bandelrinho,
 Luís Miguel Correia
 e Armando Rabago (Org.)

O ENSINO DO PRO- JECTO

→ ENCONTRO DE
ESCOLAS DE
ARQUITECTURA

DARQ 30 anos
 Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra



RE-HABITAR MENORES 12

Conferências Arquitectura Anozzo
 Sala Almeida, Convento São Francisco
 8 Dez - 18h00

José Ramón
 Gonzalez
 de la Cal
 +
 Javier
 Bernalte

SÍLVIA BENEDITO, DIOGO BURNAY, GONÇALO BYRNE, JUAN DOMINGO SANTOS, JORDI GARCÉS + DARIA DE SETA, RICARDO BAK GORDON, NELSON MOTA, BRUNO SILVESTRE

SEGUNDO COLÓQUIO

APRENDER COM A VIAGEM A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ARQUITECTURA

15 DE MARÇO, 10:00
AUDITÓRIO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
LANÇAMENTO DO LIVRO DE VOLTA À VIAGEM

Organização: Teresa Pôrco, Luís Miguel Correia, José António Bandelrinho, Armando Rabago
 Patrocínio: FCT, DARQ, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra

OBRAS PÚBLICAS no ESTADO NOVO

6 e 7 de Novembro de 2018
 Auditório II da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Organização: Teresa Pôrco, Luís Miguel Correia, José António Bandelrinho, Armando Rabago
 Patrocínio: FCT, DARQ, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra

DARQ 30 anos

COIMBRA

STUDIO

2018 - 19

CONFERÊNCIAS AVANÇADAS EM ARQUITECTURA
 2018 - 19

CONFERÊNCIAS AVANÇADAS EM ARQUITECTURA
 2018 - 19

CONFERÊNCIAS AVANÇADAS EM ARQUITECTURA
 2018 - 19

Encontro de arquitectura Escola de Coimbra

Audiotéca de História da Universidade de Coimbra / 2 de Novembro de 2018 / 10h30h - 12h30h

organização: Bárbara Antunes, Diogo Burnay, Luís Miguel Correia, Teresa Pôrco, José António Bandelrinho, Armando Rabago

participação: Alice Santiago Vieira, Cidália Silva, Bárbara Miguel, Pedro Bala, Mafalda Estrela, Argelindo Monteiro, Paulo Vale, Afonso Tingu do Vale, Argelindo

moderação: Rui António, Luís Tavares Pereira

organização: João Manuel Ribeiro, Catarina Fortuna, Luísa Ribeiro, Paulo Prigida

organização: Darq / FCTUC

DARQ 30 anos

Fig. 108 - Cartazes relativos a alguns eventos assistidos ao longo da prova de dissertação.

na sua obra *01 Textos*, onde constam 153 textos escritos pelo mesmo ao longo da sua carreira, profere algo pertinente relativamente à importância das referências aquando da elaboração de um projeto:

“O arquitecto é o observador atento dos problemas a resolver e das discussões que à volta desses problemas se levantam. Em vez de ser função de uma soma de opiniões, o resultado do seu trabalho será uma síntese de todos os contributos, depois de escrupulosamente discutida e verificada a justeza de cada um” (Siza, 2009, p. 15).

Dos diversos eventos a que assistimos nos últimos dois anos (alguns cujos cartazes de divulgação se encontram na Fig. 108), indicamos, por exemplo, as conversas sobre o desenho e a importância que este tem no processo do projetar. Nas atividades *Desenhar em Projeto*, *Da Aprendizagem à Concretização* e *Desenhar em Viagem* foi bastante notório o incentivo ao desenho, pela relevância que este terá ao longo da nossa vida profissional. Na primeira, os testemunhos distintos dos arquitetos João Mendes Ribeiro e Paula del Río, oriundos de Escolas diferentes, mostraram ter algo em comum: o desenho como ferramenta de comunicação, seja na Escola, no trabalho, em viagem ou no quotidiano. Também os arquitetos António Belém Lima, Carlos Antunes e Domingos Tavares partilharam a sua visão perante o tema, em *Desenhar em Viagem*, evidenciando o quão enriquecedor pode ser passar para o papel aquilo que visitamos e vivenciamos.

Algumas conferências tornaram-se essenciais, pois permitiram conhecer, com mais detalhe, algumas obras e estudos que interessavam à nossa prova. Destas relembram-se as comunicações de Luís Miguel Correia e Ana Tostões apresentadas no Colóquio *Obras Públicas no Estado Novo: Os Monumentos Nacionais: a construção de um legado* e *A Arquitetura das obras públicas como instrumento do Governo*, respetivamente. Expressam de forma clara um tema que esteve presente na nossa dissertação, uma vez que o Castelo de Penedono se enquadra também nas campanhas públicas promovidas pelo Estado Novo. Assim sendo, o balanço realizado por estes dois autores despertou o nosso interesse maior. Percebemos quais e de que modo as figuras principais destas campanhas construíram este legado.

Mencionamos também uma das *Conferências Arquitetura Anozero - Re-Habitar Menores 12* - onde os arquitetos José Ramón Gonzalez de la Cal e Javier



Fig. 109



Fig. 110

Fig. 109 - Fotografia de grupo na viagem realizada à Alemanha, *Wohnhaus Schlesisches Tor - Bonjour Tristesse*, Berlim, 2018.

Fig. 110 - Fotografia de grupo na viagem realizada à Alemanha, *Brandenburger Tor*, Berlim, 2018.



Fig. 111



Fig. 112



Fig. 115

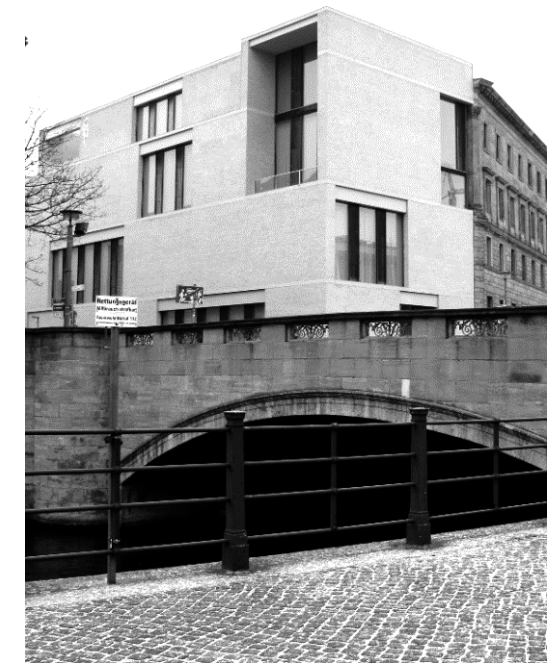


Fig. 116

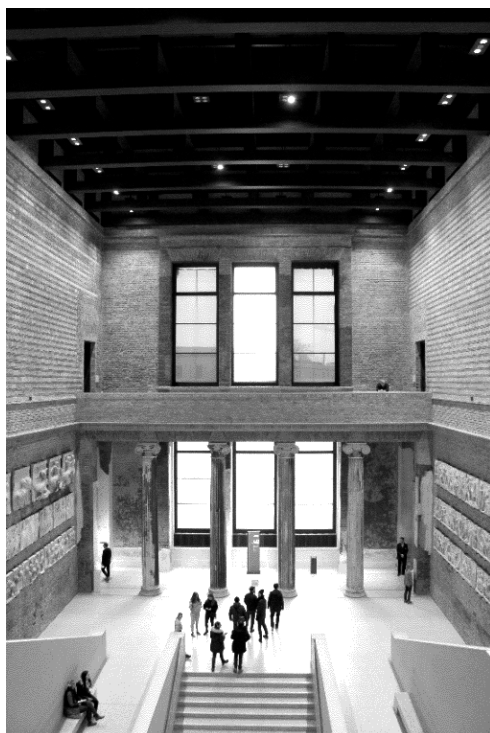


Fig. 113



Fig. 114



Fig. 117



Fig. 118

Fig. 111-114 - Fotografias da visita à obra *Neues Museum*, Berlim, 2018.

Fig. 115-118 - Fotografias da visita à obra *Gallery Building Am Kupfergraben*, Berlim, 2018.

Bernalte, apresentaram uma obra de reabilitação que lideraram tendo a colaboração de vários alunos da Universidade de Toledo, onde são docentes. O projeto em questão demonstrou-se deveras interessante, não só pelo facto de existir uma cooperação entre docentes e comunidade estudantil, mas também, e acima de tudo, pela precisão, entusiasmo e clareza com que partilharam a sua experiência ao intervir num edifício que apresentava vestígios de vários séculos passados. A conferência de Nuno Mota em *Aprender com a Viagem* (2ª conferência), foi importante porque aí explicitou os critérios que estiveram na base da intervenção na Encosta do Castelo de Pombal, contribuindo para um conhecimento mais profundo da obra, que viria a tornar-se um caso de estudo desta dissertação. Efetivamente, estes foram apenas alguns contributos que vieram a contribuir em muito para o desenvolvimento de uma proposta para a Encosta do Castelo de Penedono. Todos eles, de modos distintos, nos fizeram aprender e crescer enquanto estudantes e futuros arquitetos.

Por último, mas não menos importante, destacamos as viagens. As visitas aos casos de estudo, que apresentaremos em seguida, assim como a viagem que tivemos a oportunidade de realizar no âmbito da unidade curricular de *Seminário de Investigação - The Beautiful Past*, foram uma mais valia. As primeiras, pelo conhecimento e perceção que nos trouxeram acerca das obras em questão. A segunda pela pertinência que todas as obras visitadas demonstraram. Da viagem à Alemanha (Fig. 109-110) (mais concretamente a Colónia, Dessau e Berlim), embora todos os projetos merecessem referência, mencionaremos apenas alguns que mais se aproximam da proposta que apresentamos: *Neues Museum* (Fig. 111-114) e *Gallery Building Am Kupfergraben* (Fig. 115-118), de David Chipperfield. Os edifícios que albergam o *Neues Museum* foram muito afetados durante a Segunda Guerra Mundial, ficando parcialmente destruídos, restando apenas algumas *ruínas*. As recentes intervenções constituem uma referência especial, uma vez que David Chipperfield respeitou as *ruínas* existentes. Na visita realizada ao museu (obra finalizada no ano de 2009) foi notório que o contraste entre a história/*ruínas* e o novo faz-se de forma ‘quase’ impercetível; pretende-se continuar mais do que assumir formal e materialmente o ‘novo’, ainda que esta distinção exista. A estrutura histórica foi preservada e as continuidades do edifício são respeitadas na nova intervenção. Foi extremamente marcante a comunhão entre as duas realidades.

Peter Zumthor **Atmosferas**



Fig. 119 - *Atmosferas*, de Peter Zumthor.

A *ruína* assume-se, transmitindo a quem visita esta obra, a ideia de que o *restaur*o foi baseado na estrutura original, mas nunca com a intenção de a imitar. No *Gallery Building Am Kupfergraben* (intervenção finalizada em 2007) existe a mesma relação entre o presente e o passado. O edifício demonstra uma preocupação em preservar o contexto histórico em que se insere. Mas não tenta replicá-lo, é contemporâneo. Este princípio de *David Chipperfield* perante o *património histórico* foi muito encorajador, sentimento geral relativamente a esta viagem que tivemos a sorte de poder cumprir. Interessa ainda mencionar que, não obstante não tivesse sido possível visitar o *Kolumba Museum*, de Peter Zumthor (encontrava-se em obras), o exterior falou por si: sentimos o mesmo que no *Neues Museum* de *David Chipperfield*. O edifício ‘recompôs-se’ através das *ruínas* existentes, acabando por se tornar numa obra *intemporal*. Destas *memórias* da viagem, outras referências poderiam ser citadas e desenvolvidas. No entanto, focámo-nos apenas em duas obras que se assemelham muito ao nosso trabalho, como já aludimos previamente: a intervenção no Moinho do Papel, de Álvaro Siza Vieira e na Encosta do Castelo de Pombal, dos COMOCO. Estas obras constituíram um exemplo, não apenas por razões programáticas, funcionais, construtivas, entre outras de natureza disciplinar, mas, sobretudo, por serem referências pela *magia do real* (Zumthor, 2006) que sentimos ao vivenciá-las. Tal como *Peter Zumthor* (2006, pp. 11-19) afirma na sua obra *Atmosferas* (Fig. 119), reconhece-se a qualidade arquitetónica de uma determinada obra pelas sensações que ela nos transmite, através da sua *atmosfera*:

“Qualidade arquitetónica só pode significar que sou tocado por uma obra. Mas porque diabo me tocam estas obras? [...] Uma denominação para isto é a atmosfera. [...] a atmosfera comunica com a nossa percepção emocional, isto é, a percepção que funciona de forma instintiva e que o ser humano possui para sobreviver. [...] Existe um efeito recíproco entre as pessoas e as coisas. E é com isto que me identifico como arquitecto. E é isto a minha paixão. Existe uma magia do real. No entanto, conheço bem a magia dos pensamentos. E a paixão dos pensamentos belos. Mas aqui estou a falar daquilo que muitas vezes acho ainda mais incrível: a magia do verdadeiro e do real”.

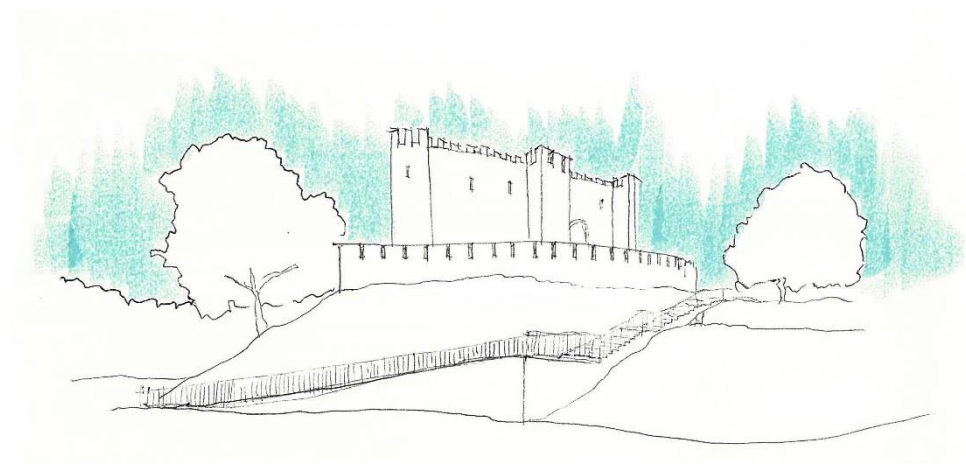


Fig. 120



Fig. 121



Fig. 122

Fig. 120 - Desenhos da visita ao Castelo de Pombal, Pombal.

Fig. 121-122 - Fotografias da visita ao Castelo de Pombal, Pombal, 2019.



Fig. 123



Fig. 124



Fig. 125

Fig. 123-124 - Fotografias da visita ao Castelo de Pombal, Pombal, 2019.

Fig. 125 - Desenho de Luís Miguel Correia referente à época da obra.

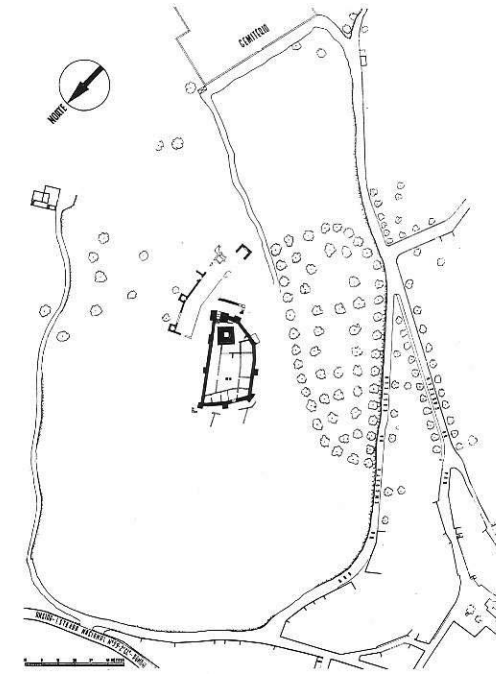


Fig. 126

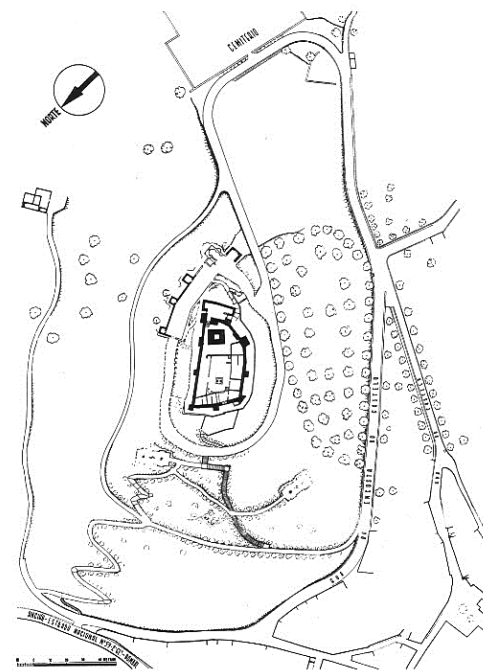


Fig. 127

Fig. 126 - Planta topográfica do castelo antes das obras.

Fig. 127 - Planta topográfica do castelo depois das obras.

2.3.3 Casos de Estudo

A escolha do caso de estudo em questão surgiu, numa primeira fase, através da procura e necessidade de encontrar referências que se adaptassem à nossa própria proposta. Depois de estudarmos alguns exemplos, os dois que abordaremos de seguida foram aqueles que mais se aproximaram à escala e contexto urbano daquela que é a nossa área de intervenção. O projeto associado ao Castelo de Pombal, e que envolve a sua Encosta, é um exemplo claro da importância do papel urbano no contexto da valorização do *monumento* e do *património*, como comprovámos na visita ao local (Fig. 120-124) e através do projeto e de alguns desenhos referentes à época da obra, cedidos por Luís Miguel Correia (Fig. 125). Acerca da história deste Castelo muito se poderia dizer, contudo, é nas questões que, a nosso ver, mais se tornaram pertinentes para o nosso trabalho, que nos iremos centrar.

O Castelo de Pombal, assim como o Castelo de Penedono, foi classificado como *monumento nacional*⁴¹ em 1910. Como consequência de uma das Invasões Francesas, em 1807, o Castelo acabou por ser abandonado e mais tarde começou a apresentar sinais de *ruína*. Também fez parte das campanhas levadas a cabo pelo Estado Novo, sofrendo obras de *restauro* em 1940 (Fig. 126-127) pela DGEMN, que contribuíram em grande parte para o *perfil arquitetónico* que ainda apresenta atualmente, segundo os testemunhos de Luís Miguel Correia, Nelson Mota e Susana Constantino (COMOCO) em algumas palestras realizadas no Departamento de Arquitetura de Coimbra. Embora tenha sido alvo de novas intervenções no início do século XXI, nomeadamente a valorização da torre de menagem (projeto de Luís Miguel Correia), foi apenas em 2004 que os três arquitetos elaboraram uma proposta que englobava a paisagem circundante ao Castelo. Foi esta intervenção em particular que despertou o nosso interesse maior. Até 2004, consta que o Castelo de Pombal e a Encosta se encontravam ‘afastados’ da *cidade*. Eram uma espécie de ‘objeto’ de contemplação, uma referência na história local, mas que não mantinha nenhum tipo de relação com a população. É neste contexto que a Câmara Municipal de Pombal avança com a iniciativa de dinamizar esta área. A intervenção realizada pelos COMOCO tinha como objetivo criar relações entre as várias partes do conjunto: se, por um

⁴¹ O Castelo de Pombal foi classificado como *monumento nacional* através do Decreto de 16-06-1910, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 136, de 23 de junho de 1910.

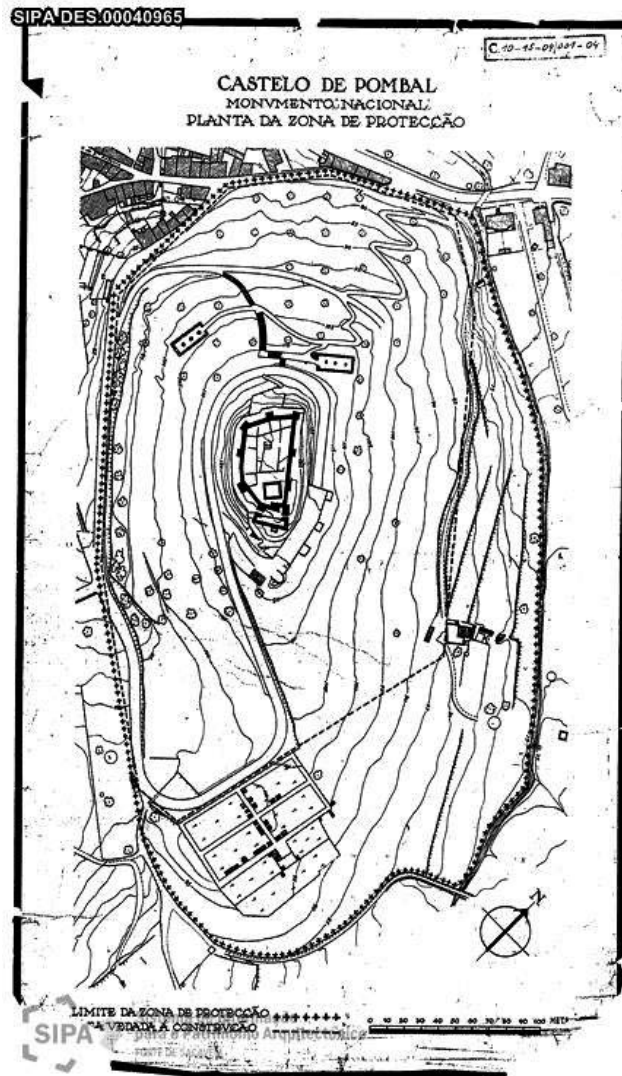


Fig. 128 - Planta da Zona Especial de Proteção do Castelo de Pombal.

lado, a ligação do Castelo e da Encosta à cidade era um ponto fulcral; por outro, também a ligação da própria Encosta ao *monumento* constituía um problema a resolver. Assim, foram redesenhados acessos que funcionam como elo de ligação entre a *malha urbana envolvente* e o Castelo, permitindo de igual modo descobrir novos espaços, tanto de descanso como de contemplação, ao longo da Encosta. Para além dos percursos, também se desenhou uma cafetaria e um novo estacionamento.

O estudo do projeto em questão foi um contributo muito positivo para a nossa proposta, não só pela diversidade de sensações que transmite a quem percorre a Encosta, através dos elementos novos colocados em locais estratégicos, mas conjuntamente pela forma como a intervenção se ‘dissolve’ na natureza, sem colocar em causa a história, a paisagem e as estruturas existentes. Todavia, aquilo que consideramos mais pertinente nesta obra é o facto de esta se circunscrever numa *zona especial de proteção (ZEP)*⁴², que inclui uma *área vedada a construção* (ou *zona non aedificandi*) (Fig. 128). Num artigo escrito por Luís Miguel Correia (2011, p. 192), para a revista *Estudos do Século XX* (nº 11), consta:

“[...] em 1945, são decretadas as primeiras *zonas especiais de proteção*, algumas delas com *áreas vedadas à construção*. Esta circunstância traduziria não só a vontade de *crystalizar* no espaço a qualidade material de um dado objecto, [...] que as normais *zonas de proteção* não asseguravam, mas também a possibilidade de propiciar uma oportunidade, [...] de *congelar*, alargada ao contexto envolvente, a representatividade das intervenções realizadas ou que se anteviam realizar no futuro”.

O objetivo seria deixar o *monumento* totalmente isolado, “destacando-o de qualquer proximidade construída, e impedindo que qualquer urbanização futura pudesse vir a prejudicar esta sua leitura” (Figueiredo e Santos, 2002, p. 109). No entanto, tais normas não foram impedimento para esta obra. Perante isto, torna-se obrigatório questionar (uma vez mais) porque razão a ZEP do Castelo de Penedono constitui um entrave tão forte a uma futura intervenção dentro dessa mesma área? A intervenção dos COMOCO na Encosta do Castelo de Pombal é um exemplo muito positivo e inspirador para aquela que pretende ser a nossa proposta.



Fig. 129



Fig. 130



Fig. 131

Fig. 129 - Desenhos da visita ao Moinho de Papel, Leiria.

Fig. 130-131 - Fotografias da visita ao Moinho de Papel, Leiria, 2019.

⁴² Portaria publicada no *Diário do Governo*, 2ª Série, nº 12, de 15 de janeiro de 1947.

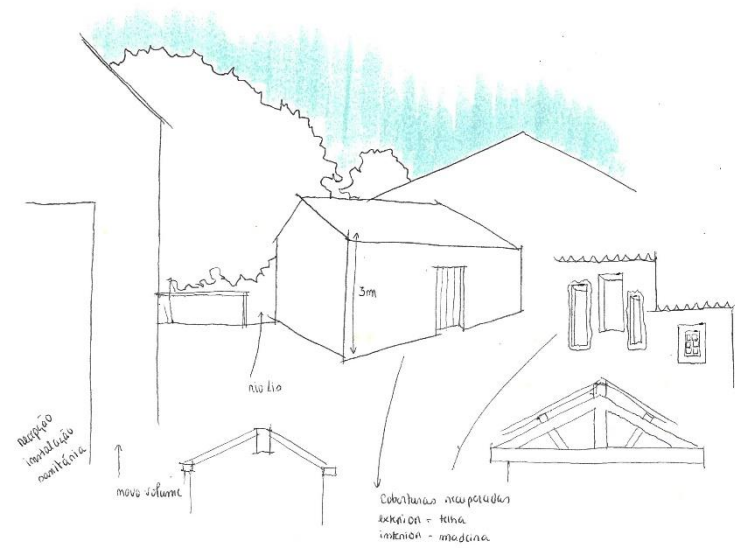


Fig. 132



Fig. 133



Fig. 134

Fig. 132 - Desenhos da visita ao Moinho de Papel, Leiria.
 Fig. 133-134 - Fotografias da visita ao Moinho de Papel, Leiria, 2019.

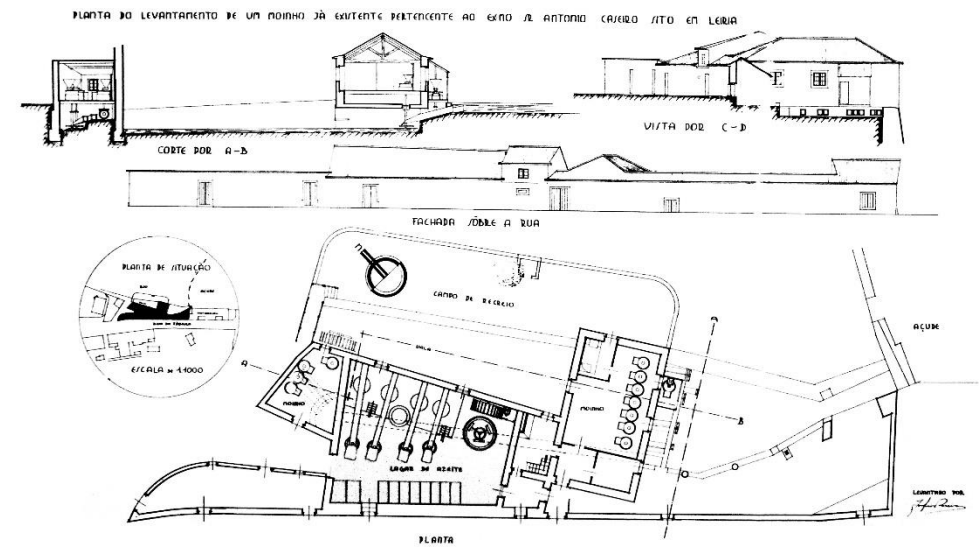


Fig. 135

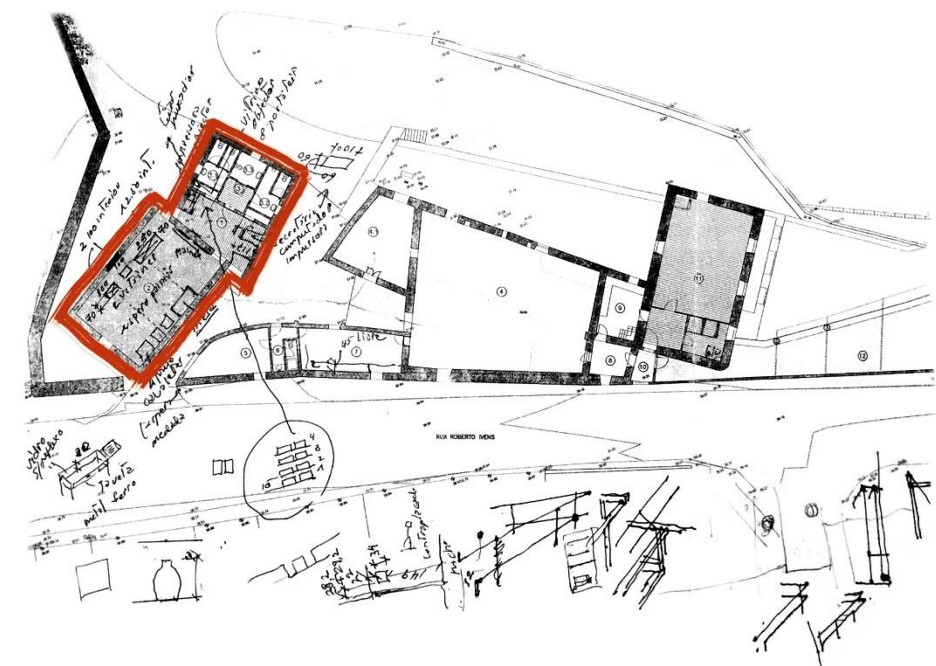


Fig. 136

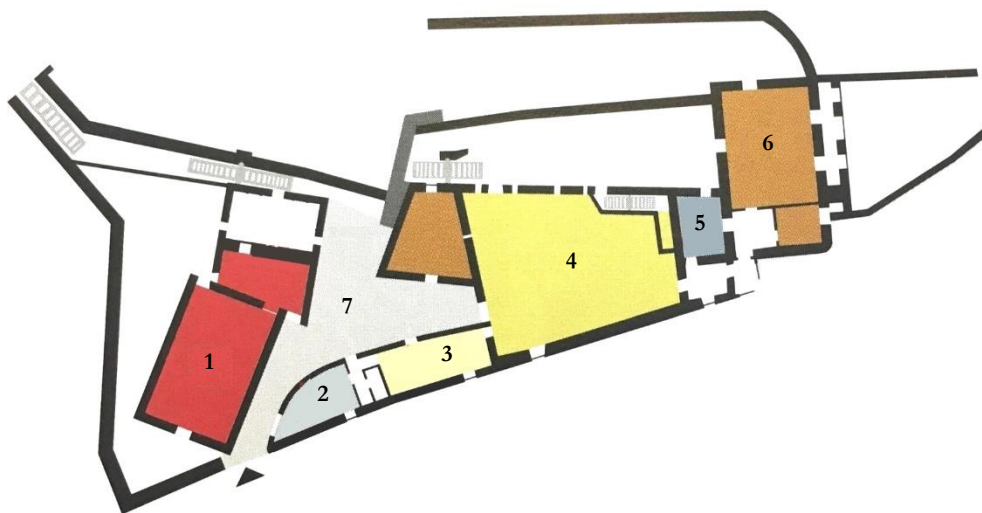
Fig. 135 - Levantamento realizado antes da intervenção de Álvaro Siza Vieira.
 Fig. 136 - Novo volume projetado por Álvaro Siza Vieira.

Ainda que os arquitetos responsáveis estivessem conscientes que, de facto, existia uma ZEP, e que toda a sua proposta estava incluída nessa área, o projeto realizou-se em prol da dinamização deste espaço, contribuindo para promoção tanto do conjunto como da própria *cidade*. O Castelo e a sua envolvente deveriam fazer parte do quotidiano da vida dos pombalenses e dos turistas que habitualmente desejam ver esta construção histórica.

Intervenção no Moinho do Papel

A intervenção no Moinho do Papel, em Leiria (finalizada no ano de 2009), é da autoria de Álvaro Siza Vieira e surgiu no âmbito do *Programa Polis*. A par da intervenção na Encosta do Castelo de Pombal, foi um contributo importante no nosso trabalho. Numa breve contextualização, que foi explicada com bastante clareza na visita ao museu, através de uma visita guiada (Fig. 129-134), percebemos que neste espaço existiu a primeira fábrica de papel do País. É um edifício construído no início do século XV e que se localiza na margem esquerda do Rio Lis. Na altura em que foi mandado construir o moinho, a sua função principal era fazer ferro, papel, serrar madeira e fazer a moagem de cereais. Já no século XX, passou a produzir também azeite. Além dos moinhos, também existia um armazém e uma casa do moleiro.

A intervenção do arquiteto Siza Vieira compreendeu “a recuperação do edifício existente, a construção de um corpo novo e o tratamento e requalificação dos espaços exteriores adjacentes” (Siza, 2009, p. 5). A figura 135 representa aquela que seria a planta inicial deste núcleo. No entanto, após as obras de *requalificação*, Álvaro Siza Vieira desenha um novo edifício à esquerda dos existentes (Fig. 136). Depois de conhecermos todos os espaços deste núcleo museológico, reforçámos a ideia de que era, de facto, um projeto muito pertinente. Quando visitámos o local houve, desde logo, uma relação de proximidade com a escala dos edifícios, que se adequa muito à do nosso espaço de intervenção. Os edifícios têm dimensões reduzidas (um piso único), assim como os espaços de ligação entre eles. Ainda antes de entrarmos, foi notória a simbiose entre o ‘novo’ e o existente. As obras basearam-se em criar uma harmonia entre aquilo que já existia, conferindo-lhe alguns reparos e *restauros*, e o novo corpo, que seguiu o mesmo *perfil arquitetónico* que os restantes edifícios.



Programa:

- 1 - Recepção, espaços multimédia e sanitário; 2 - Serviços; 3 - Armazém; 4 - Papel; 5 - Cozinha;
6 - Cereal; 7 - Acesso exterior.

Fig. 137 - Planta referente à distribuição do programa no Moinho de Papel.

Esta imagem exterior torna-se bastante coerente e demonstra a preocupação em respeitar a história do edificado. Não obstante a escala e o programa distintos, esta obra lembra-nos o *Neues Museum* de David Chipperfield. Do mesmo modo, Álvaro Siza Vieira desenha as novas construções em continuidade com as existentes, conferindo-lhes uma vertente contemporânea. Tal como a nossa proposta, este museu foi pensado para ter uma função turística e pedagógica. Mais do que pensar num espaço direcionado apenas para o turismo, é essencial pensar nas pessoas que vivem diariamente a *cidade*. Para isso, a vertente pedagógica, neste caso, é muito importante, facultando aos visitantes conhecer e aprender alguns ofícios tradicionais, como o fabrico do papel ou a moagem dos cereais. Posto isto, também o programa para este museu se mostrou muito próximo do nosso. Além da receção e das instalações sanitárias, situadas no novo edifício, existe igualmente uma sala dedicada a uma exposição permanente que, através de fotografias, objetos e textos nos elucida quanto à história do edifício. As construções existentes são dedicadas a uma cafetaria, um espaço para o fabrico do papel e outra para a moagem dos cereais, onde em conjunto funcionam também algumas oficinas pedagógicas (Fig. 137). Relativamente aos arranjos exteriores, as obras abrangeram: a repavimentação entre os vários edifícios, em calçada à portuguesa; o desenho de um novo estacionamento; a substituição de materiais de uma ponte e de umas escadas no exterior, deixando de ser em betão para passar a ser de madeira e pedra; e o tratamento da vegetação. Uma vez mais, o facto de existir uma preocupação também com o exterior e com a envolvente, e não apenas com os edifícios sem si, reforça a nossa proposta de requalificar toda a zona circundante ao Castelo, uma vez que só o tratamento do espaço em conjunto fará com que tudo funcione em harmonia. Por fim, o interior. Em relação às coberturas é evidente a vontade em desenhá-las muito idênticas às existentes. A telha é assente em estruturas de madeira, que foram reabilitadas sempre que possível, quando apresentavam um razoável estado de conservação. Quando não existiu essa possibilidade, foram desenhadas novas asnas, madres e barrotes. As caixilharias, interiores e exteriores, também são de madeira, o que nos ajudou no projeto de execução, aquando do desenho dos pormenores. Em suma, este projeto é uma referência importante: a escala, o programa e o desenho dos arranjos exteriores e interiores mantém uma relação muito próxima com os objetivos da nossa intervenção, tendo sido um contributo essencial.

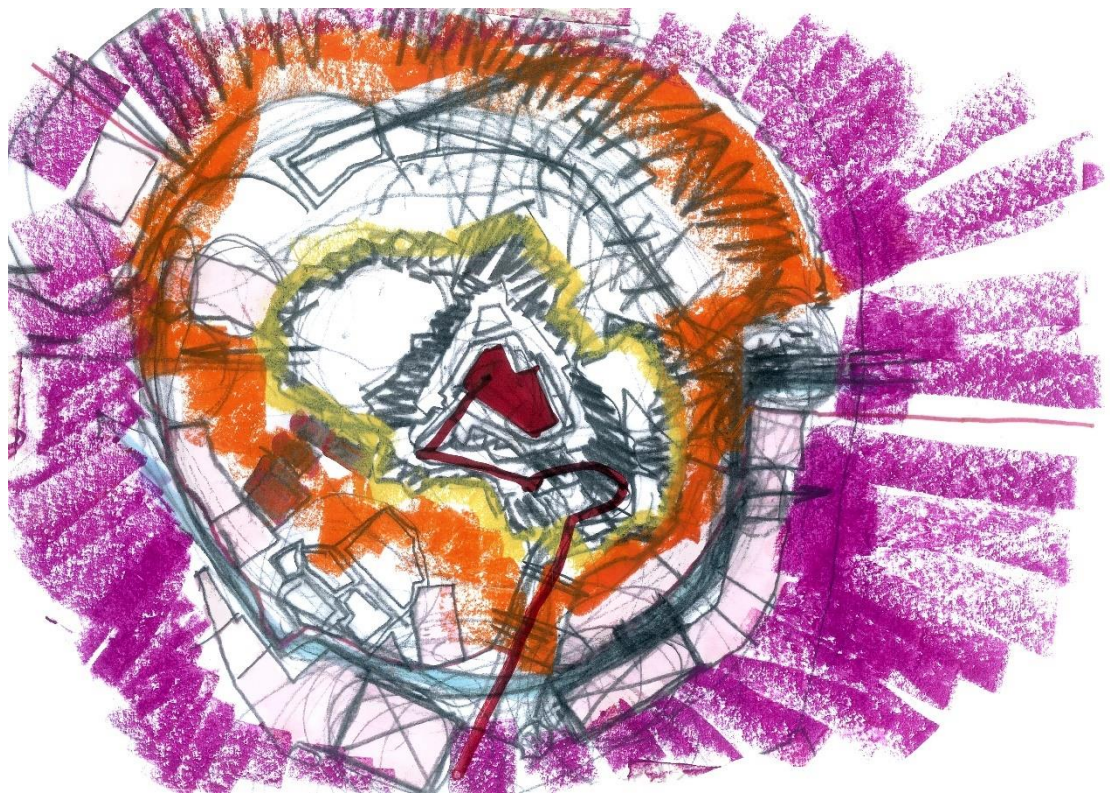


Fig. 138 - Esquisso de aula, desenho da autoria de Luís Miguel Correia.

2.4 O Processo (e o projeto)

Como referido no subcapítulo 2.2 *O Programa*, a nossa proposta de intervenção abrange tanto a reabilitação de edifícios existentes, como o desenho de novos corpos, interligados por meio de um percurso único que abraça a totalidade do conjunto edificado da Encosta do Castelo de Penedono. Como ponto de partida foi necessário estudar as particularidades do espaço a intervir, bem como as características arquitetónicas da *malha urbana* que o envolve. Ainda antes de qualquer proposta, era certo que a ideia para aquela área teria obrigatoriamente de respeitar o perfil ‘antigo’ que toda a vila apresenta, não entrando de modo algum em confronto com a mesma.

A Encosta surge como espaço de intervenção a partir do momento em que acreditámos que a estratégia para potenciar a vivência do Castelo passava por valorizar a sua envolvente e não por uma intervenção no próprio *monumento*. Inicialmente, encarámos o Castelo como principal problema, no entanto, rapidamente percebemos que este se encontrava rodeado de questões bem mais pertinentes e preocupantes. Decidiu-se então ‘conhecer’ a Encosta. Para isso, foi essencial o levantamento, o mais rigoroso possível, dos afloramentos rochosos que predominam nesta área, assim como de todo o edificado, dada a escassez de material obtido relativamente a este espaço. Propor um projeto na Encosta mostrou-se, ao longo do trabalho, uma ideia que seria aceite e da vontade tanto da Autarquia como da população. Uma vez que o investimento na recuperação do edificado e espaço público tem vindo a aumentar nesta vila, tanto para uso habitacional como para fins turísticos, a nossa proposta surgiria, assim, em continuidade com as presentes políticas municipais.

O terreno em questão, além dos afloramentos rochosos, caracteriza-se também pelos distintos níveis, separados por uma diferença de cotas de 6 metros, entre a cota mais baixa e a mais alta da Encosta. Apresenta vários níveis que vão sendo mais íngremes conforme nos aproximamos da muralha do Castelo. É neste contexto que, num dos primeiros estudos realizados, perante o existente, se definiram três ‘áreas’ distintas (Fig. 138): o Castelo, envolvido pela sua muralha (a amarelo), percorrível em toda a sua extensão; a Encosta que, devido à vasta vegetação e a alguns anexos que foram construídos ao longo do

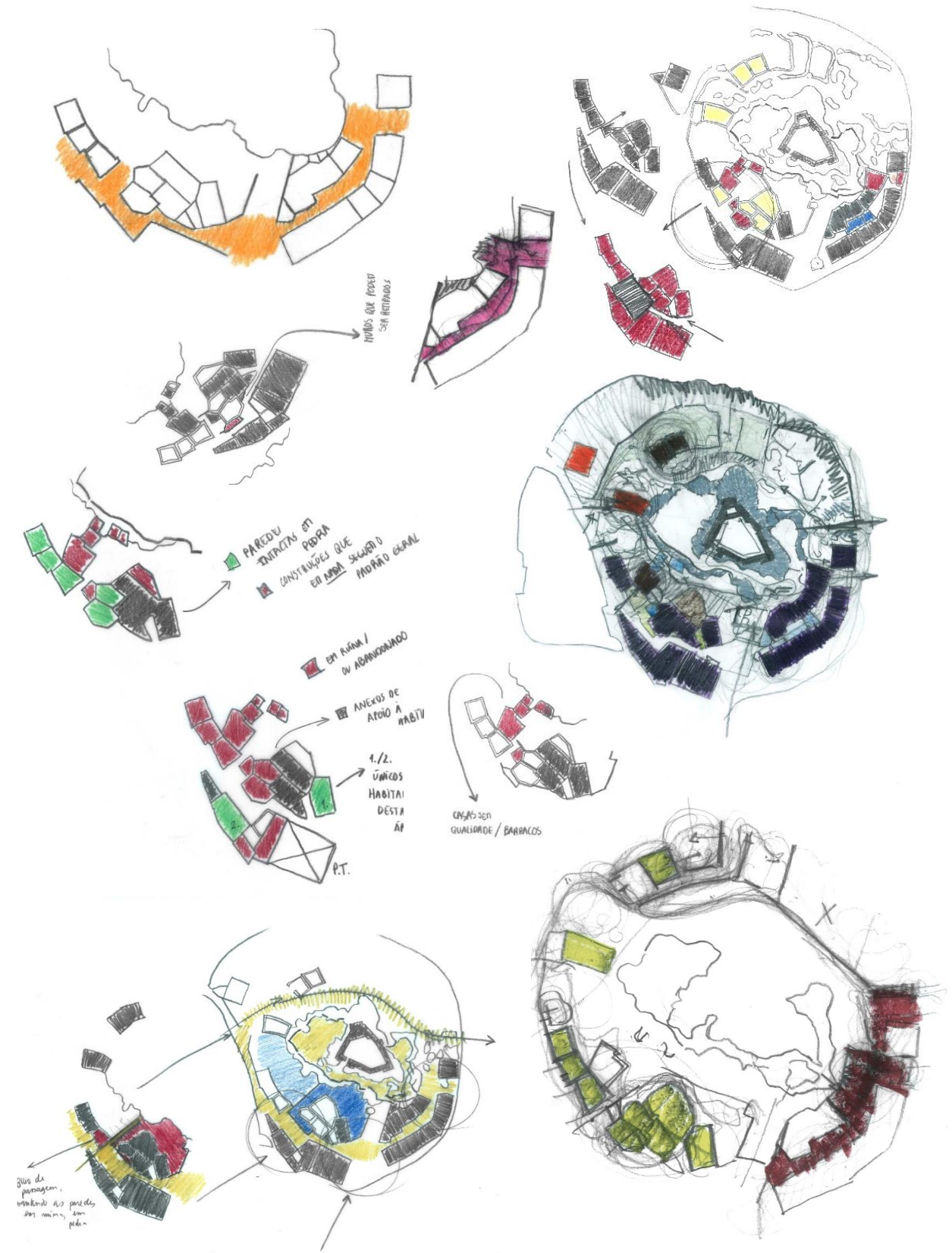


Fig. 139 - Esquissos de estudo da autora, na fase inicial do projeto.

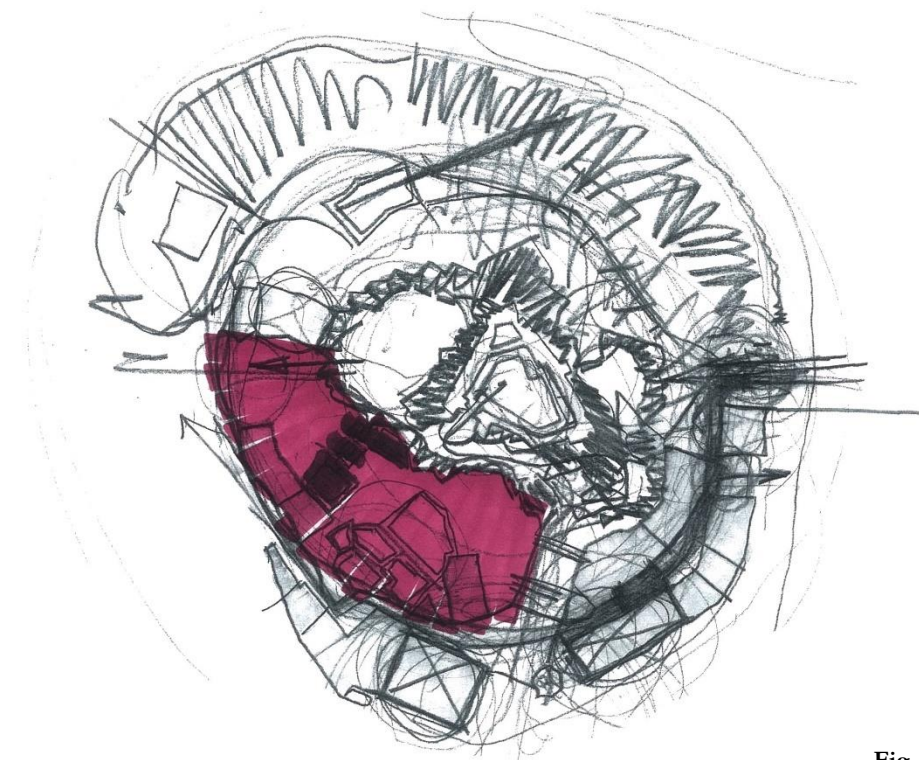


Fig. 140

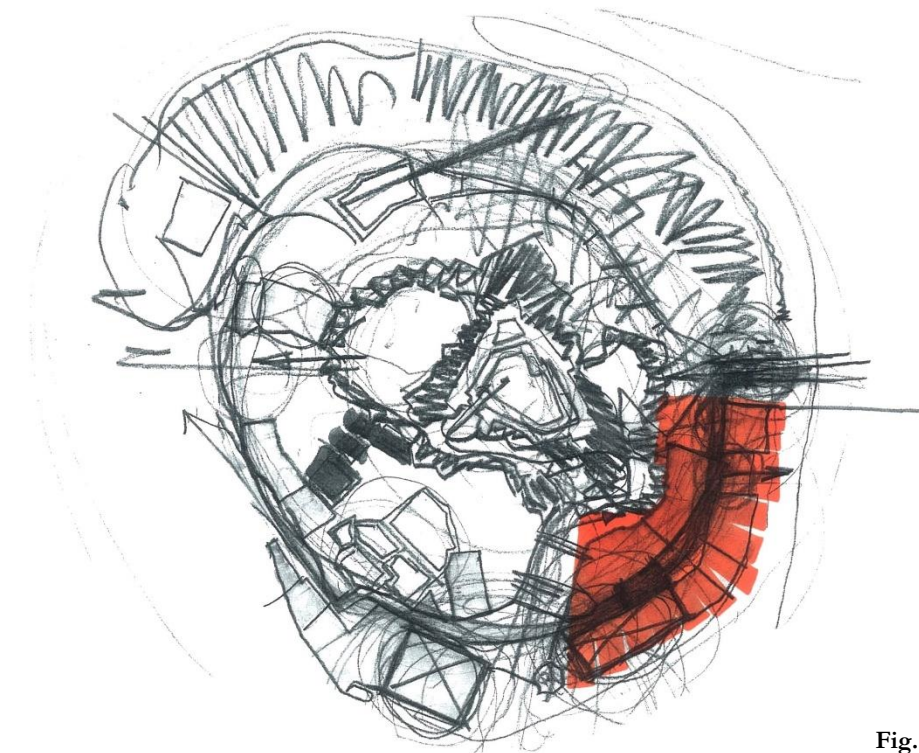


Fig. 141

Fig. 140 - Área Sul da Encosta, desenho base de Luís Miguel Correia, edição da autora.

Fig. 141 - Área Este da Encosta, desenho base de Luís Miguel Correia, edição da autora.

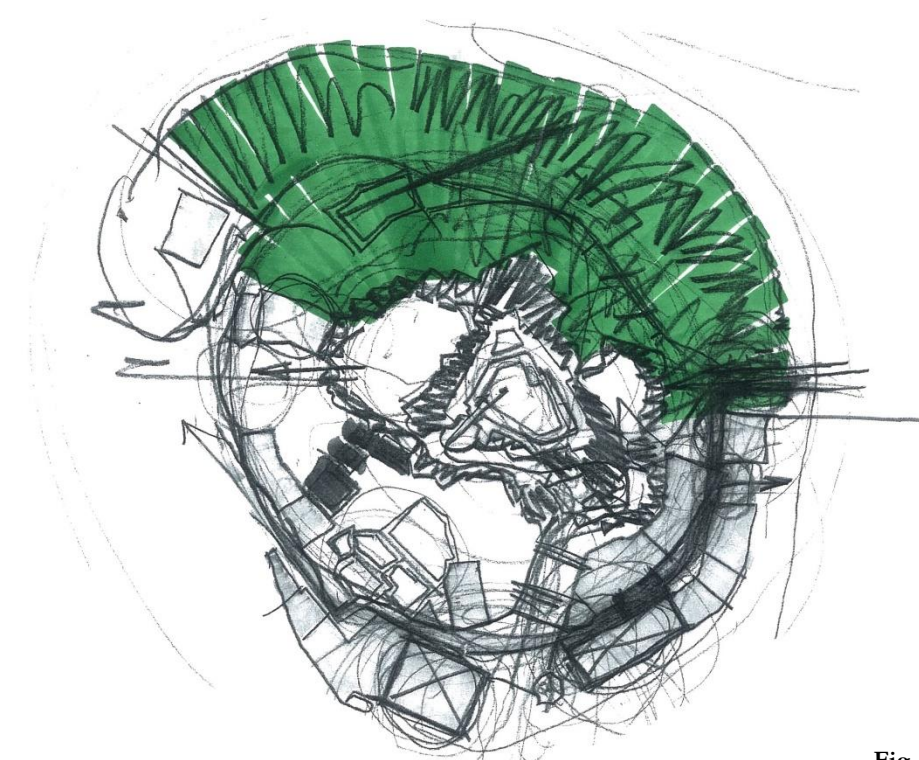


Fig. 142

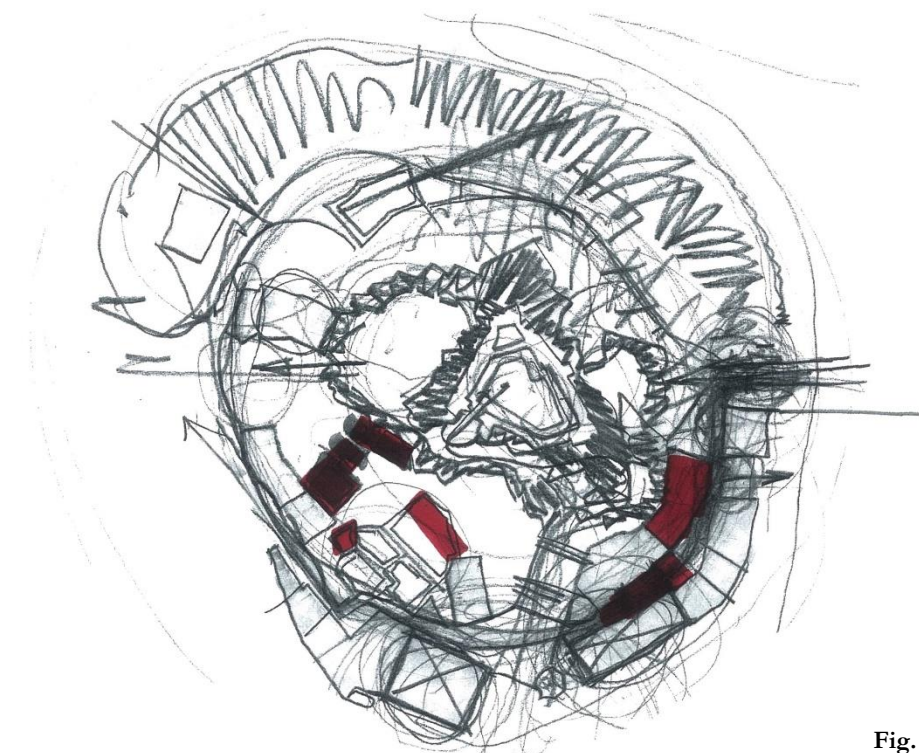


Fig. 143

Fig. 142 - Área Norte da Encosta, desenho base de Luís Miguel Correia, edição da autora.

Fig. 143 - Demolições propostas, desenho base de Luís Miguel Correia, edição da autora.

tempo, não permite a sua completa fruição (a laranja); e, por fim, a área que envolve as duas últimas, separada das mesmas através de um antigo caminho de terra, mas que foi repavimentado recentemente com calçada à portuguesa (a roxo). Estes três pontos, definiram, desde logo, a nossa intervenção. Se, por um lado, o Castelo/muralha e o percurso envolvente exterior não necessitavam de obras de *requalificação*, do ‘interior’ não se poderia dizer o mesmo. O acesso ao Castelo faz-se através de um único percurso, derivado do trajeto exterior que referimos anteriormente, e não permite ligações diretas a grande parte da área da Encosta. Existem algumas entradas pontuais e laterais, mas que rapidamente nos obrigam a recuar ou a realizar uma volta maior para aceder a outros patamares, quer pela diferença de cotas ou pela inacessibilidade imposta pelas rochas. É no seguimento destas circunstâncias que delineámos a nossa estratégia: tornar possível o percurso em redor do Castelo, ao longo da Encosta, sem obstáculos. Desenhámos, construímos maquetes e discutimos. Era importante assegurar um percurso público que ligasse o que se encontrava disperso e sem acesso. Como tal, muitos foram os desenhos em esquisso até ao resultado final (Fig. 139).

Defronte desta estratégia fomos colocados perante novos problemas: o edificado existente na Encosta. Tanto a área Sul (Fig. 140) como Este (Fig. 141) deste espaço apresentam um número de edifícios considerável. No entanto, se na segunda destas áreas os edifícios se acham habitados, na primeira todas as casas correspondem a *ruínas*. Relativamente à zona Norte da Encosta (Fig. 142), não existe nada mais que vegetação não tratada e afloramentos rochosos. Assim, para conseguirmos dar resposta ao nosso objetivo geral, foi necessário perceber quais as casas com condições para serem *requalificadas*. E, naturalmente, quais não se integravam no conjunto, fosse pela sua natureza construída, fosse, igualmente, pelas eventuais, futuras, condições de habitabilidade. Não faria sentido demolir todas as casas que se encontravam em *ruína*, já que sempre foi prioritária a preservação da história e identidade local. Neste sentido, as demolições que propusemos foram pontuais: alguns anexos erguidos recentemente na zona Sul, que se encontram em muito mau estado; e outros na zona Este, também recentes, que, além de em nada se enquadrarem na imagem ‘antiga’ da vila, impossibilitam o percurso em redor do Castelo, à cota intermédia (Fig. 143).

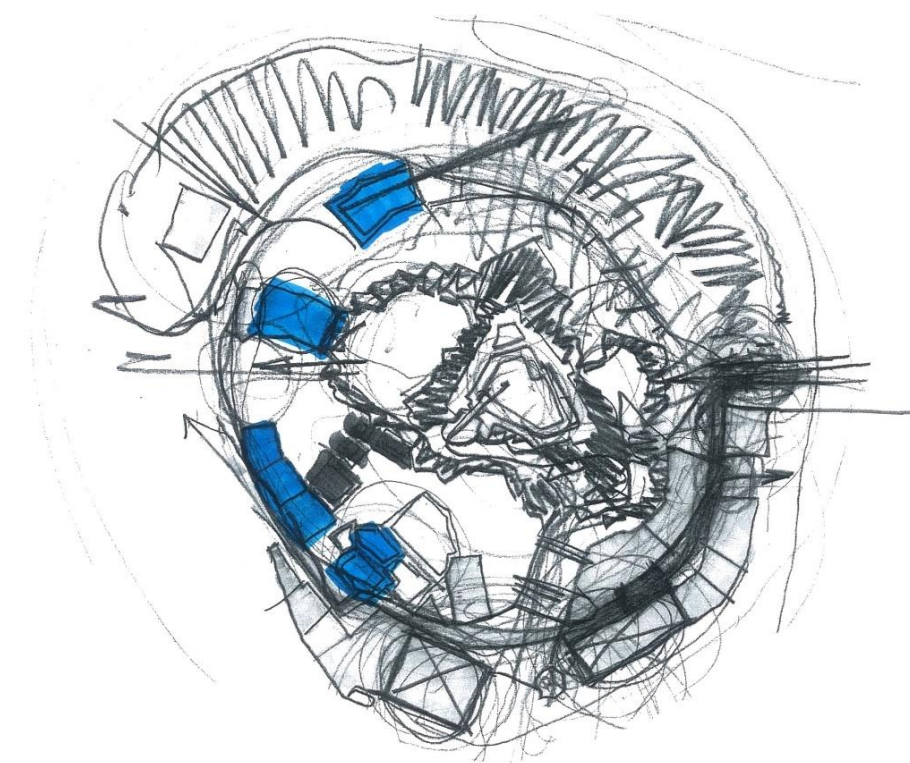


Fig. 144 - Edifícios a requalificar na proposta de intervenção, desenho base de Luís Miguel Correia, edição da autora.



Fig. 145 - Registo fotográfico aéreo do espaço verde lateral à entrada do portão do Castelo (círculo maior) e do muro (círculo menor), 2019.



Fig. 146 - Registo fotográfico das primeiras maquetes de estudo, 2018.

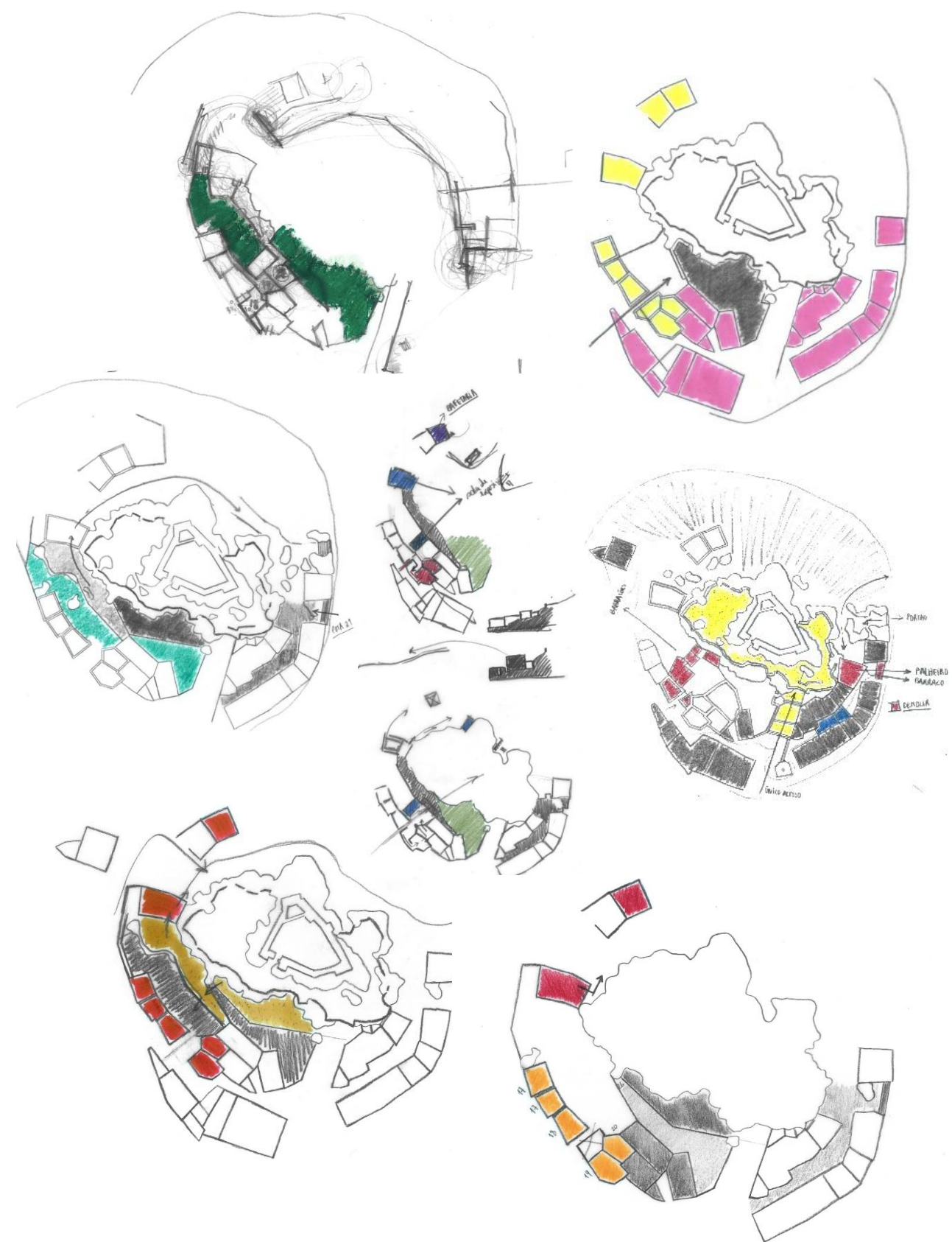


Fig. 147 - Esquços de estudo da autora, relativos à área de intervenção, na fase inicial do projeto.

Após se tomar a decisão de demolir estes edifícios, percebemos que o espaço museológico faria todo o sentido na zona Sul da Encosta, por ser um espaço completamente abandonado e sem nenhuma função ou programa há vários anos. Optou-se então por escolher esta área para a nossa proposta de intervenção relativa ao espaço museológico, *requalificando* assim sete edifícios existentes (Fig. 144).

Foi necessário pensar o desenho do percurso, assumindo-o como guia através do museu e da Encosta. Ele deveria unir o que está desligado por agora. Desde o início, uma das maiores dificuldades, foi o desenho dos acessos. Como fazer a ligação entre os espaços e as cotas, sem alterar drasticamente a imagem deste local? Antes de entrarmos no portão de acesso ao Castelo, existe um espaço verde, lateral, que é acessível e percorrível até certo momento (Fig. 145). Porém, existe um ponto que nos impede a passagem para o outro lado, através de um muro de três metros, imperceptível à primeira vista pela vegetação presente, mas que existe (Fig. 145). Para entendermos de forma mais eficiente o terreno e as diferenças de cotas, procedeu-se à elaboração das primeiras maquetes de estudo (Fig. 146), que se mostraram fundamentais para a percepção acerca do espaço a intervir. De facto, citanto Álvaro Siza Vieira (2009, p. 399):

“A maquete permite representar, de forma compreensível para todos, o essencial da proposta contida nos complexos e para muita gente herméticos desenhos de arquitectura. [...] Permite assim tornar efectivo e consciente o diálogo entre quem necessita de apoio profissional e de quem o presta, eventualmente o encontro de entusiasmos em torno de um projecto - condição indispensável à qualidade da arquitectura”.

Depois de analisarmos o terreno, tentámos resolver esta diferença de cotas. Optámos por desenhar um acesso que permitisse ligar esta ‘plataforma verde’ situada lateralmente ao portão de entrada do Castelo ao patamar inferior, onde se descobrem os edifícios em *ruína*. De facto, foram várias as hipóteses pensadas, passadas para folhas de esquisso (Fig. 147). Ponderámos criar um acesso de escadas, ideia ‘abandonada’ mais tarde, por considerarmos pouco prático ultrapassar três metros de desnível através desta solução. Outra hipótese seria ‘modelar’ esta área verde, criando várias plataformas que nos dirigissem à cota pretendida, de forma gradual, o que também não resultaria, pois, a inclinação da mesma era demasiado acentuada. Foi então que decidimos assumir

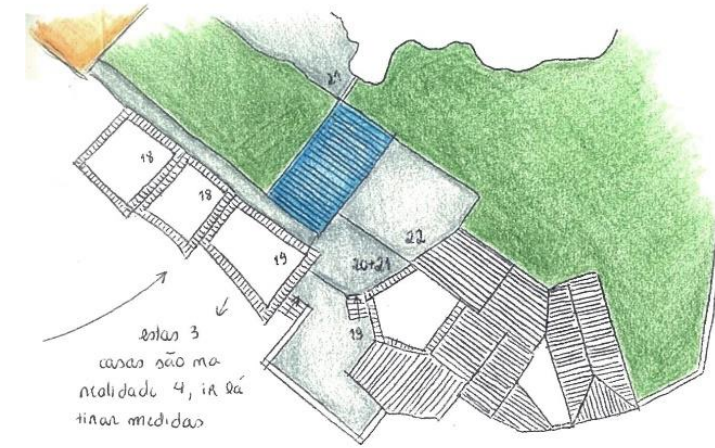


Fig. 148

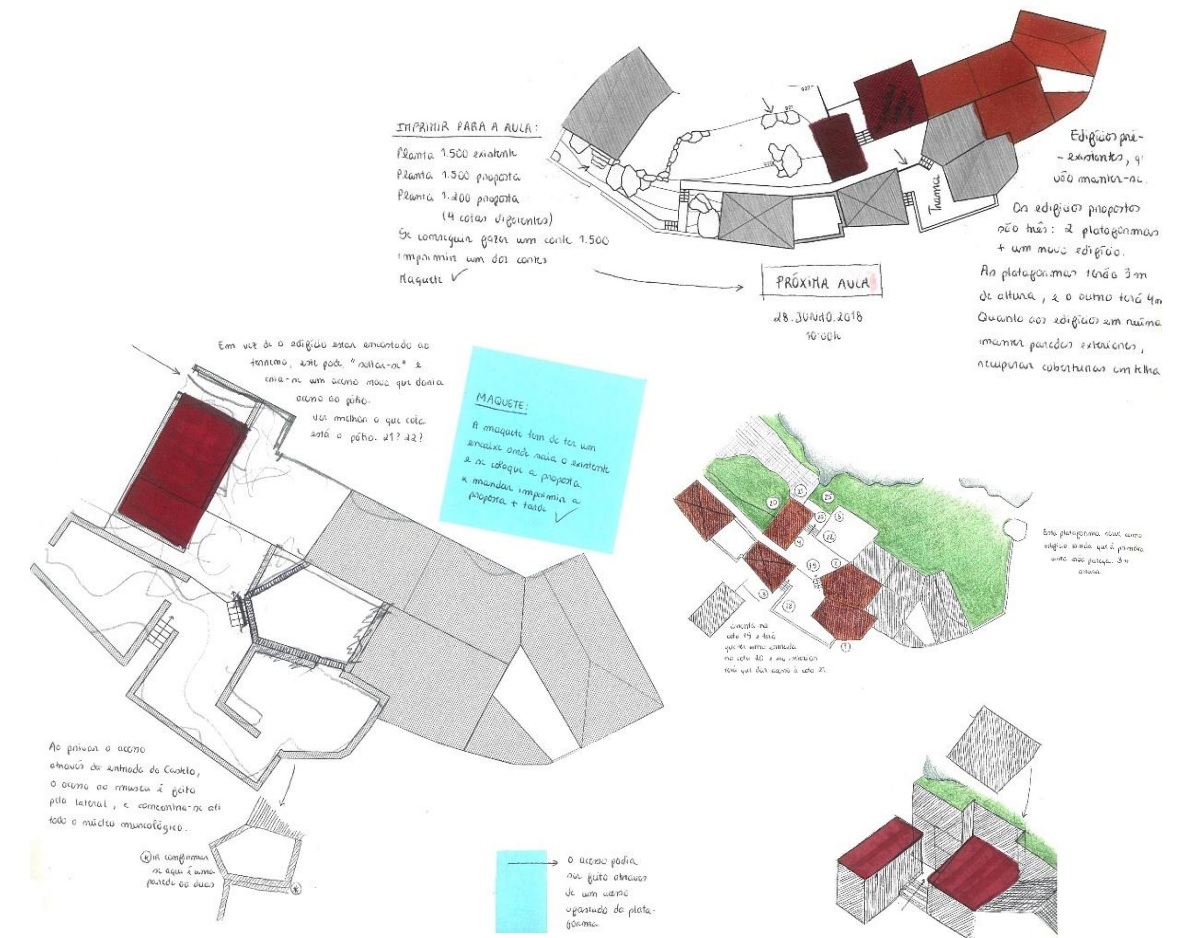


Fig. 149

Fig. 148 - Esquisso de processo da autora.

Fig. 149 - Esquisso de processo da autora.

O problema chave - a necessidade de resolver as diferenças de cotas - acabou por ser o mote para o nosso trabalho. Por outras palavras, decidimos que a nossa proposta de intervenção fosse projetada através de várias plataformas distintas, interligadas entre si. Decidiu-se, então, criar um corpo contemporâneo, o único desenhado de raiz, que se assumisse como centro do museu. Ao mesmo tempo desejámos que se pautasse pela descrição, harmonizando-se com o terreno. Assim, os esboços iniciais apontavam para um edifício cuja forma ‘abraçava’ os volumes envolventes, que decidimos *requalificar* (Fig. 148). A ‘plataforma verde’ à entrada do Castelo, seria ‘estendida’/aumentada e serviria de acesso à cobertura do novo corpo (a azul na fig. 148). Assim, existiria a possibilidade de aceder aos patamares inferiores através deste. Este edifício daria também acesso a uma plataforma, quadrada, apenas acessível através da entrada no mesmo. No entanto, este gesto condicionava o percurso que as pessoas teriam de fazer caso quisessem aceder à cota de um dos edifícios em *ruína* que decidimos *reabilitar* (a laranja na fig. 148), o que não correspondia aos nossos objetivos. Tentou-se, por isso, arranjar um outro desenho que o fizesse. Para tal, mantivemos a ‘plataforma verde’, mas desprendeu-se o edifício proposto, originando no meio de ambos um diferente acesso à cota do edifício referido (Fig. 149). No entanto, considerámos que esta solução não tinha viabilidade porque não haveria justificação para existência de uma plataforma sem programa. Perante tal questão, o novo desenho ambicionava que esta plataforma integrasse em si o edifício principal ‘escondido’ no piso inferior. Assim, a sua cobertura seria verde, onde todas as pessoas podiam circular, entrando no interior do edifício através do ‘pátio’ quadrado, acedível através de umas escadas. Houve sempre o desejo inicial de proporcionar um acesso direto da ‘plataforma verde’ ao espaço das casas em *ruína*. Contudo, esta intenção acabaria por conduzir as pessoas a assumirem este ponto como ‘porta de entrada’ para o museu, o que não valorizaria em nada a Encosta do Castelo, que sempre foi a prioridade do nosso trabalho. O ‘antigo caminho de terra’ que envolve a Encosta é um percurso demasiado importante para não ser incluído no nosso projeto. No panorama atual existem condicionantes na visita ao Castelo. Na verdade, só há um acesso ao *monumento*. O nosso objetivo é exatamente o oposto: conduzir a população/visitantes a outros caminhos desconhecidos, valorizando a zona envolvente. Portanto, tomámos a decisão de assumir a entrada do museu numa

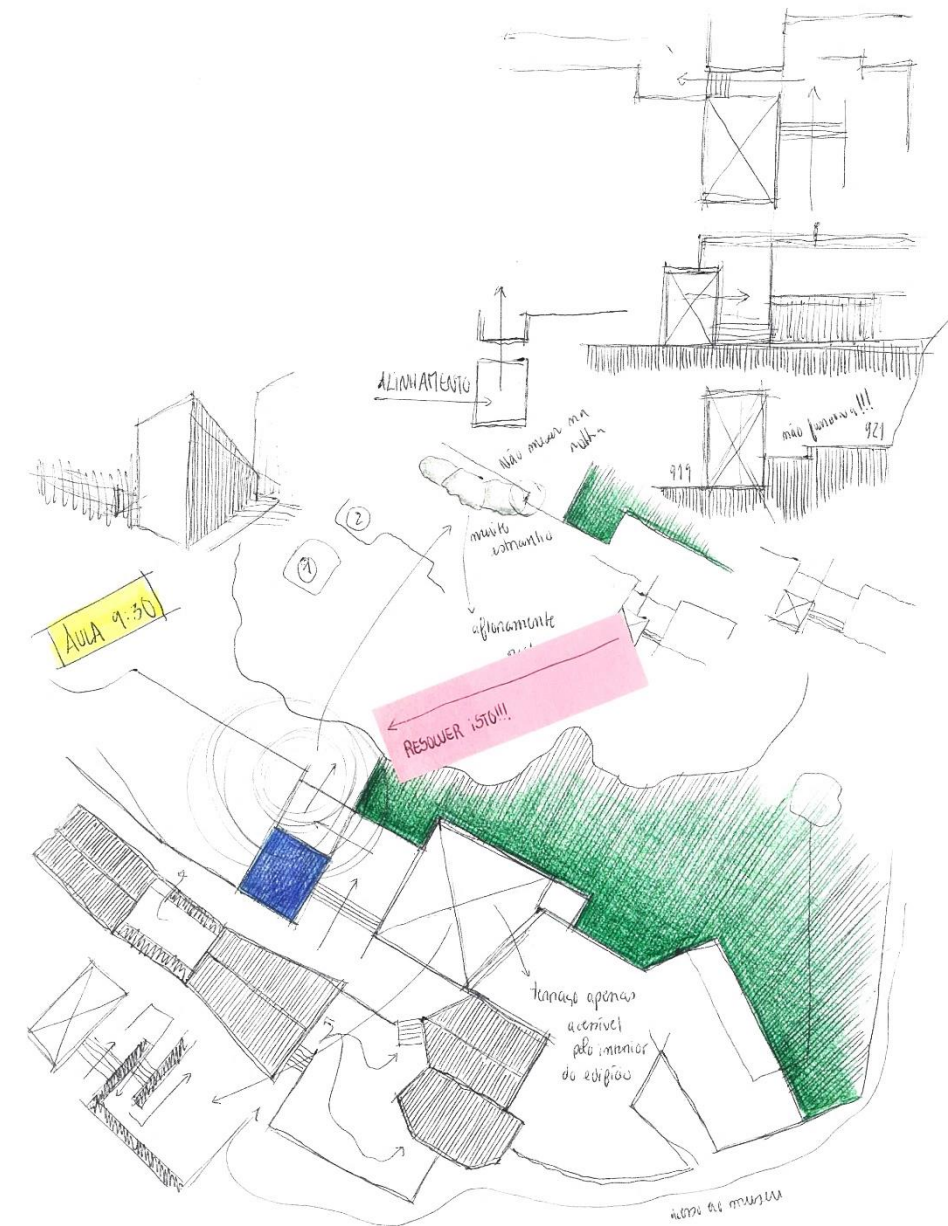


Fig. 150 - Esboço de processo, desenho da autora, 2019.



Fig. 151 - Planta de cobertura da proposta de intervenção, escala 1:1000.

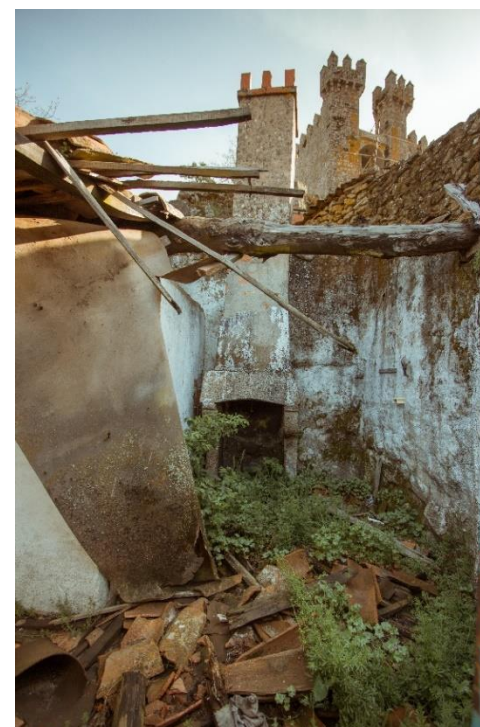


Fig. 152



Fig. 153



Fig. 154

Fig. 152-153 - Registo fotográfico do interior de alguns edifícios em ruína, 2019.

Fig. 154 - Registo fotográfico aéreo de alguns edifícios em ruína, 2019.

zona pouco frequentada e conhecida, deixando de haver ligação direta através da plataforma superior. Contudo, nem todas as ideias anteriores foram abandonadas. A ‘plataforma verde’ continuaria a ser a cobertura de um corpo ‘escondido’. Esta serviria como ‘varanda’, sobre o espaço museológico. Por outro lado, não permitia o acesso direto ao mesmo, direcionando, assim, os visitantes a outros percursos. As respostas a muitas destas questões encontraram-se no próprio lugar. Foram várias as visitas efetuadas ao local. Aí resolvemos a maioria dos problemas. Naturalmente, a ideia das plataformas construídas ganhou maior expressão quando desenhámos os primeiros cortes transversais. Nas plantas organizávamos o programa; ao invés, nos cortes reconstruíamos o lugar, articulando cotas. Através destas últimas peças desenhadas ligámos o Castelo à vila.

Depois de um desenho mais coerente e consolidado, passaríamos a ter não um, mas dois edifícios contemporâneos (Fig. 150). Enquanto que o desenho da plataforma ficou desde cedo estabilizado, o mesmo não se pode dizer do outro corpo. Neste momento de elaboração do projeto, mantinha uma forma quadrada e com dimensões o mais idênticas possível à envolvente. Contudo, como o projeto funciona como um todo, acabaríamos por alterá-la (Fig. 151). Dos setes edifícios em *ruína* que decidimos *requalificar*, todos apresentam um elevado nível de degradação, principalmente no seu interior (Fig. 152-154). As paredes de pedra, apesar do desgaste natural ao longo dos anos, mantêm-se maioritariamente intactas, ao invés das coberturas de telha, que se veem caídas em vários locais. Porém, são espaços que pela sua escala reduzida, pela proximidade que mantêm uns com os outros (pelos acessos estreitos que os envolvem) e pela imagem ‘antiga’ que transmitem, foram vistos como importantes para a proposta.

Antes de procedermos ao desenvolvimento individual de cada um dos edifícios, tornou-se essencial, a certa altura, uma estratégia mais concreta em relação ao programa do museu. Após a conversa com o Presidente da Autarquia, projetou-se assim uma receção, uma pequena loja onde se venderiam produtos tradicionais da vila, espaços de exposição, uma sala para projeção de vídeo e outra com fins educativos e, por fim, uma cafetaria. Com o programa definido, procurámos aproveitar ao máximo as características do lugar. Cada edifício seria autónomo, mas, em simultâneo, funcionaria como parte integrante de um todo. Para uma perceção mais clara dos espaços desenhados, realizámos outra maquete de estudo, essencial no desenvolvimento de trabalho (Fig. 155-161).



Fig. 155

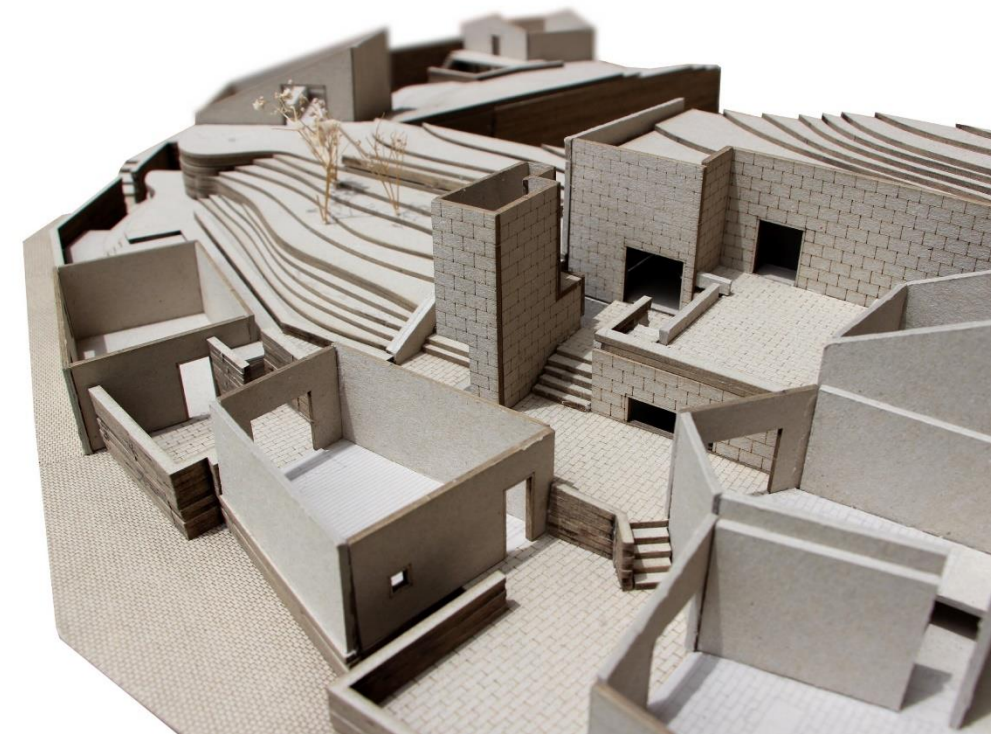


Fig. 156

Fig. 155 - Registo fotográfico da maquete de estudo à escala 1:200, 2019.

Fig. 156 - Registo fotográfico da maquete de estudo à escala 1:200, 2019.



Fig. 157 - Registo fotográfico da maquete de estudo à escala 1:200, 2019.



Fig. 158



Fig. 160



Fig. 159



Fig. 161

Fig. 158 - Registo fotográfico da maquete de estudo à escala 1:200, 2019.

Fig. 159 - Registo fotográfico da maquete de estudo à escala 1:200, 2019.

Fig. 160 - Registo fotográfico da maquete de estudo à escala 1:200, 2019.

Fig. 161 - Registo fotográfico da maquete de estudo à escala 1:200, 2019.



Fig. 162 - Distribuição do programa, fotografia aérea.

De seguida procedemos à distribuição do programa (Fig. 162): a vermelho, a receção, por ser um espaço que, pelas suas dimensões, se adequa a esta função; a roxo a loja do museu. Relativamente aos espaços expositivos, assumimos duas áreas: a laranja e a amarelo. Esta ambivalência baseia-se na intenção de se vivenciar experiências distintas, com edifícios também muito diferentes entre si. Se, por um lado, temos três edifícios requalificados de dimensões reduzidas e com métodos construtivos antigos (laranja), por outro, a amarelo, teremos um edifício novo que é construído de forma contemporânea, oferecendo espaços interiores mais amplos e adequados à função. A verde, trata-se de um edifício que aparentemente é independente do corpo maior, mas que mantém ligação direta com o mesmo, interiormente, e que funciona como corpo de acesso entre os diferentes níveis. A azul vê-se o edifício que receberá as salas de projeção de vídeo e do centro educativo. Por último, mas não menos importante, a rosa encontra-se a cafetaria.

Distribuído o programa pelas diferentes construções (Fig. 163-168/170-171), outras questões se levantaram: as dimensões reduzidas dos/entre os edifícios. A partir do momento em que se decidiu não os demolir, a volumetria reduzida dos elementos existentes acabaria por condicionar a proposta, algo de que estivemos sempre conscientes. Se não foram demolidos e se o objetivo principal seria manter o seu *perfil arquitetónico*, tivemos que ceder à regra imposta pela sua implantação e materialidade. Os acessos entre estes elementos sempre foram bastante reduzidos. Todavia, era essa mesma proximidade que, a cada passo dado, nos permitia experienciar novas *atmosferas*. Apesar destas condicionantes naturais do terreno, definimos as plataformas ambicionadas (Fig. 169). Da cota 917 acede-se à primeira plataforma, um metro acima. Através desta temos acesso à receção, ao primeiro núcleo de exposições permanentes e, por escadas, a vários espaços, quer exterior ou interiormente. Da receção chegamos à loja do museu, à cota 919. É possível aceder a esta mesma cota através de um lance de escadas exteriores ou mesmo pelos próprios edifícios expositivos. Destes últimos, três pequenos volumes abandonados, reconstruiu-se a cobertura de dois, observando o do meio como pátio aberto de ligação entre eles. A cota 919 funciona como espaço distribuidor. Através desta cota, existem várias alternativas para continuarmos o percurso: transporta-nos à cota 920, que corresponde à entrada principal do novo edifício e à cota 921.



Fig. 163



Fig. 164

Fig. 163 - Edifício a *requalificar*, destinado à receção.

Fig. 164 - Edifício a *requalificar*, destinado a espaço expositivo.



Fig. 165



Fig. 167



Fig. 166



Fig. 168

Fig. 165 - Edifício a *requalificar*, destinado a espaço expositivo.

Fig. 166 - Edifício a *requalificar*, destinado a espaço expositivo.

Fig. 167 - Edifício a *requalificar*, destinado à sala de projeção de vídeo e espaço educativo.

Fig. 168 - Edifício a *requalificar*, destinado à cafetaria.

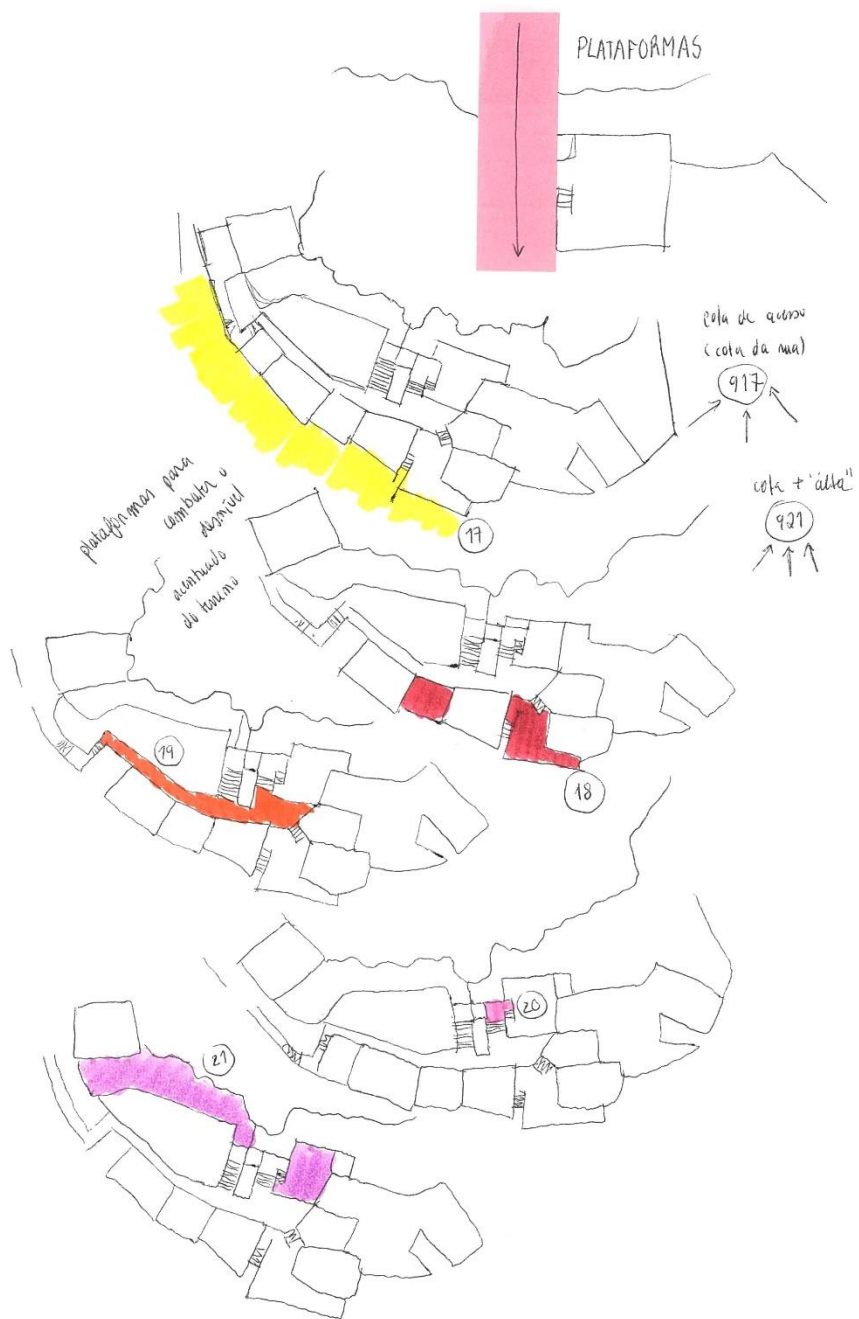


Fig. 169 - Esquisso da autora relativo às diferentes plataformas.



Fig. 170



Fig. 171

Fig. 170 - Acesso existente, mas coberto pela vegetação, 2019.

Fig. 171 - Acesso existente, mas coberto pela vegetação, 2019.

O acesso ao edifício da projeção de vídeo pode ser realizado através de duas cotas distintas: à 918, que conduzirá os visitantes ao espaço de projeção de vídeo; ou à cota 921, onde se acede diretamente ao piso superior do volume, cujo espaço se destina ao desenvolvimento de atividades lúdicas. As ligações entre os vários elementos exigiram um exercício bastante demorado e cauteloso, quer pela fisionomia do próprio terreno quer pelo cuidado que necessitámos na relação interior/exterior. A valorização da envolvente era a nossa maior preocupação. Citando novamente o arquiteto Siza Vieira (2009, p. 16):

“Nem as ligações entre espaços são tão simples que se possam resumir a portas para a gente passar duns para os outros. Sendo assim, é necessário inverter o método de trabalho: conhecer o que se vai passar dentro dum edifício e o que se passa fora dele”.

A totalidade dos edifícios é unida pelo percurso que circunda a Encosta. Apesar de ter várias ramificações, o objetivo é que funcione em conjunto. Este caminho leva, a quem o percorre, a conhecer os espaços distintos do núcleo museológico. O trajeto mantém, praticamente ao longo da sua extensão, dimensões reduzidas. A partir do edifício *reabilitado* para a projeção de vídeo e espaço educativo, regressamos pontualmente ao trajeto exterior para, logo de seguida, alcançarmos um percurso já existente (Fig. 170-171), recuperado e tratado através da nossa proposta. A partir deste momento, ‘saímos’ de uma realidade mais densa, onde existem vários edifícios próximos entre si, para ‘entrarmos’ numa nova experiência onde predomina o contacto com a natureza e a paisagem. Nesta área Oeste/Norte da Encosta, apenas se encontra a cafetaria, que funcionará num edifício muito degradado. Em razão da sua posição no terreno e das vistas que dele se têm, pareceu-nos o edifício mais adequado para o efeito. A zona Norte evidencia-se pela vegetação descuidada e por inúmeros afloramentos rochosos. Por este motivo, a estratégia passou por prolongar o percurso, tratando e repavimentando tão-só aquele que já existia. Valorizou-se, assim, a Encosta em todas as suas particularidades, propondo-se somente a plantação de algumas árvores que ajudariam a tornar este caminho mais intimista. O percurso proposto nesta área não pretende ser demasiado intrusivo, nem tão pouco modificar a imagem existente. Deseja-se que seja ‘natural’ o trajeto circundante ao Castelo e à sua muralha.

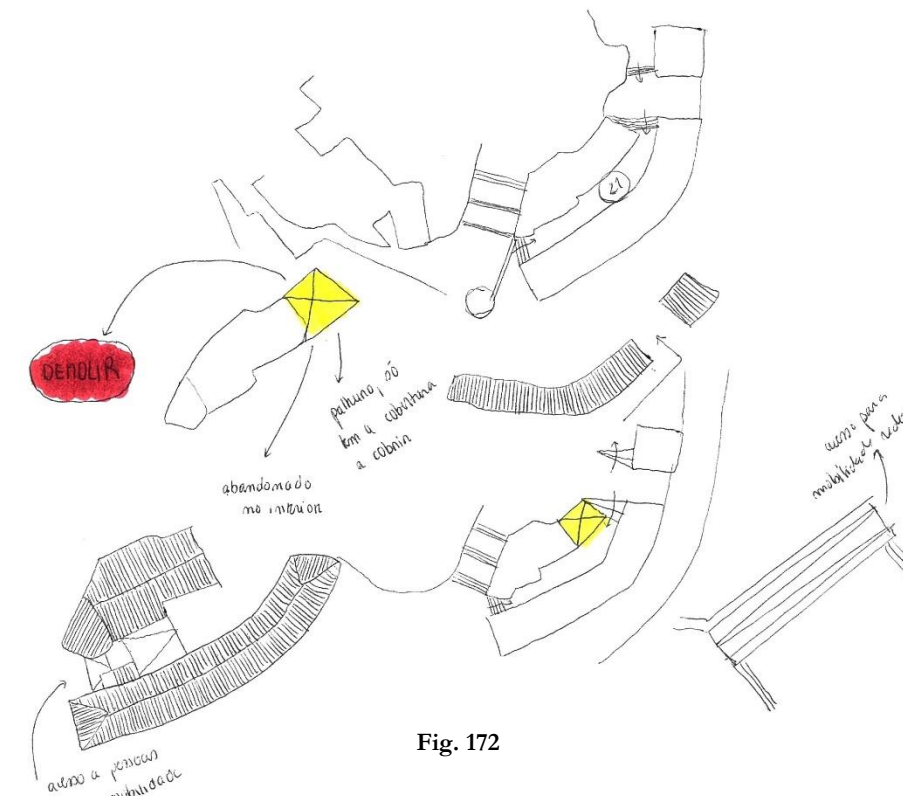


Fig. 172

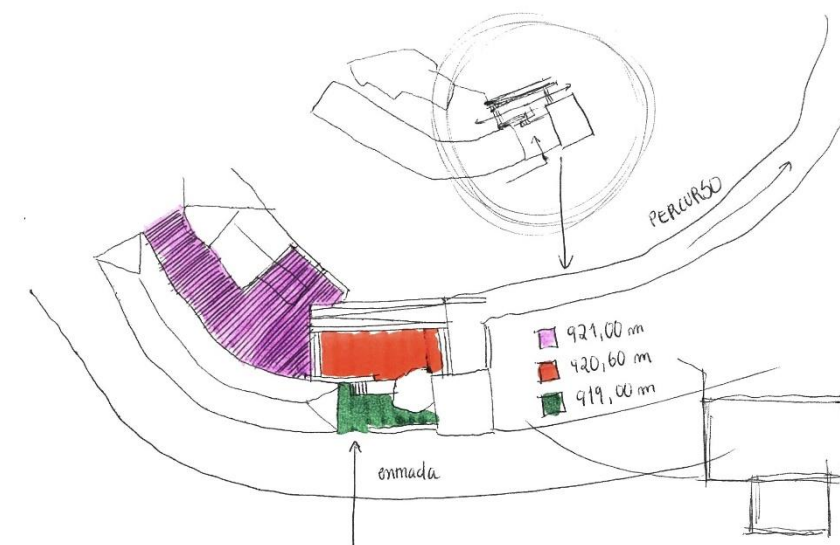


Fig. 173

Fig. 173 - Esquços de estudo relativos ao processo de desenho ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Fig. 173 - Esquisso de processo relativo às plataformas.



Fig. 174 - Registo fotográfico aéreo com a localização dos anexos a demolir na proposta de intervenção, na zona Este da Encosta do Castelo de Penedono, 2019.

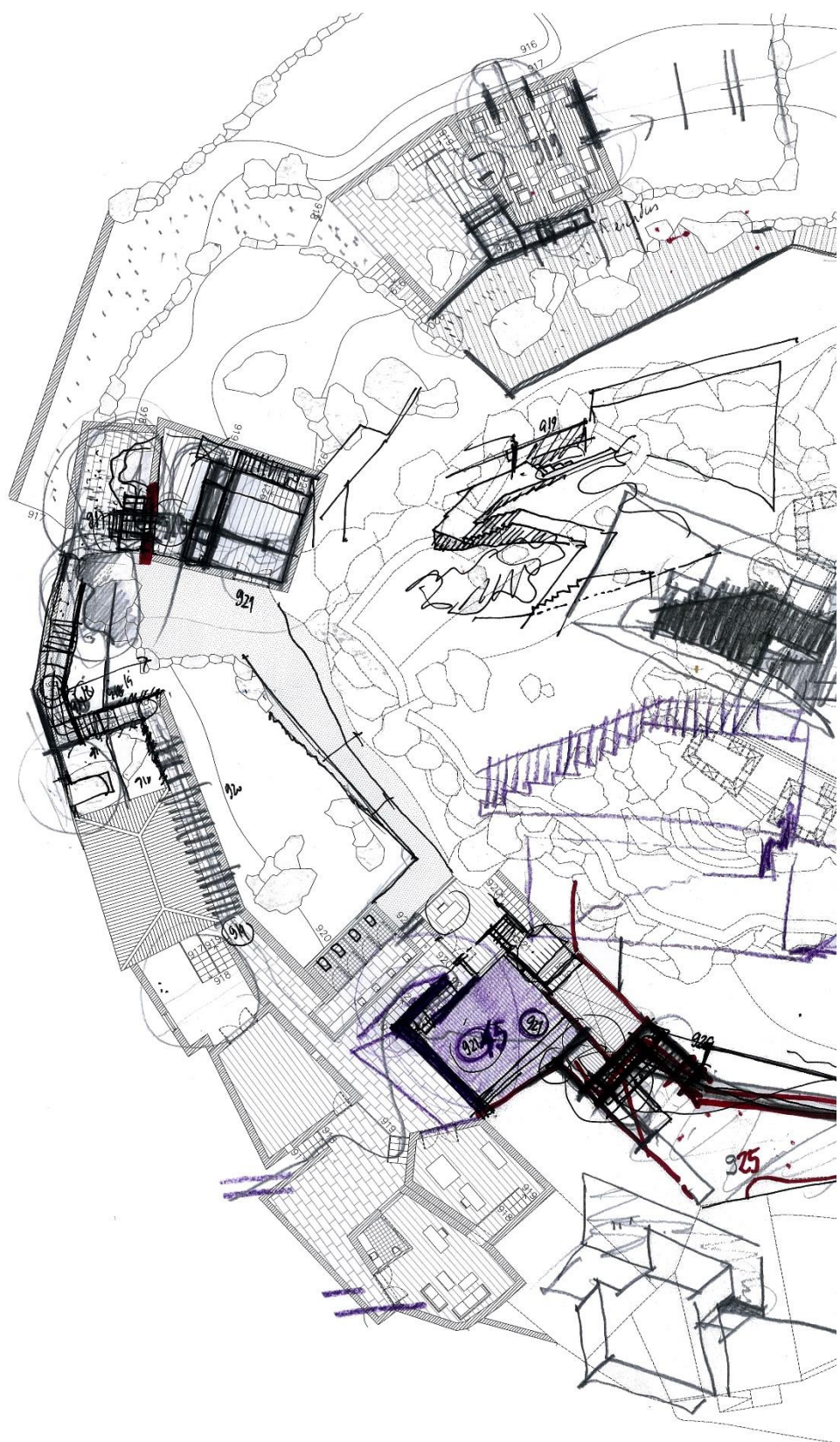


Fig. 175 - Esquisso de aula, da autoria de Luís Miguel Correia.

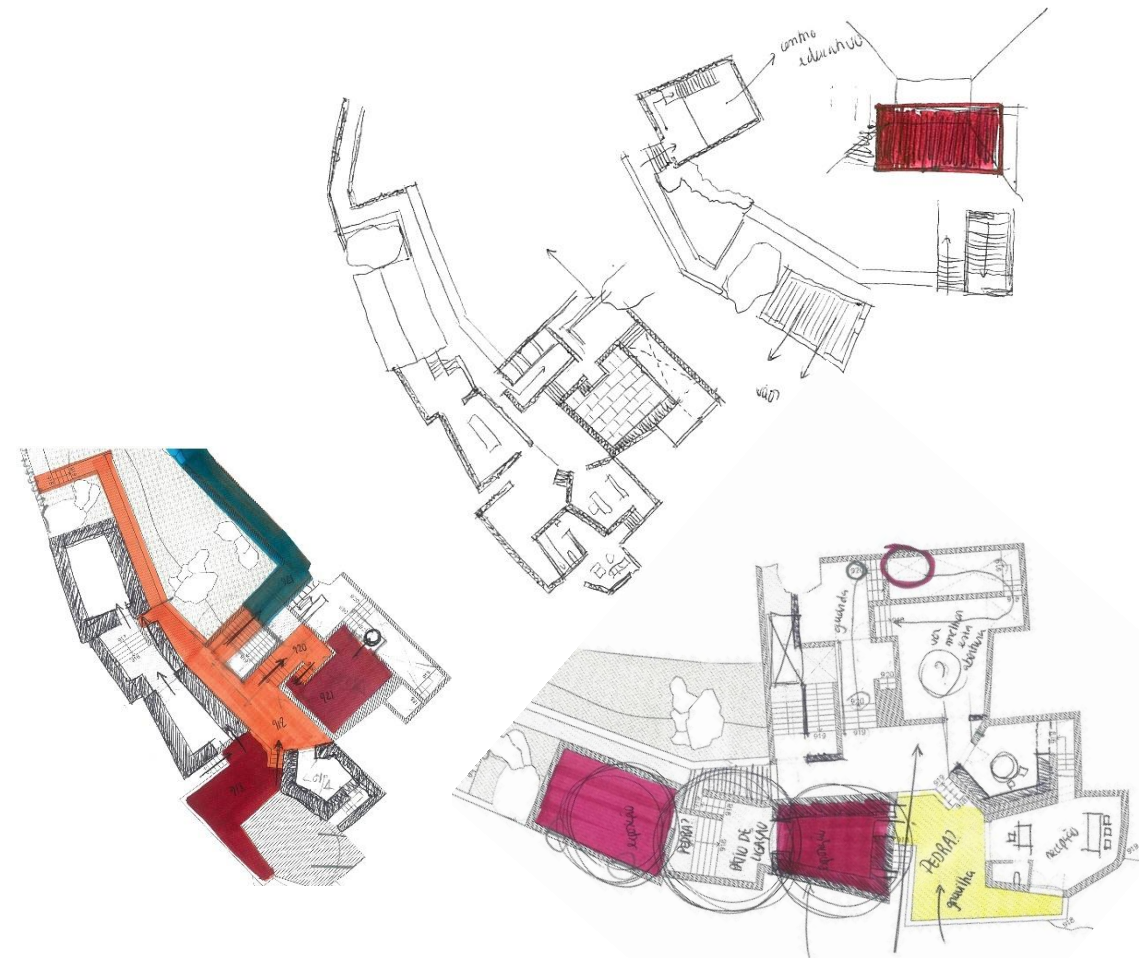


Fig. 176

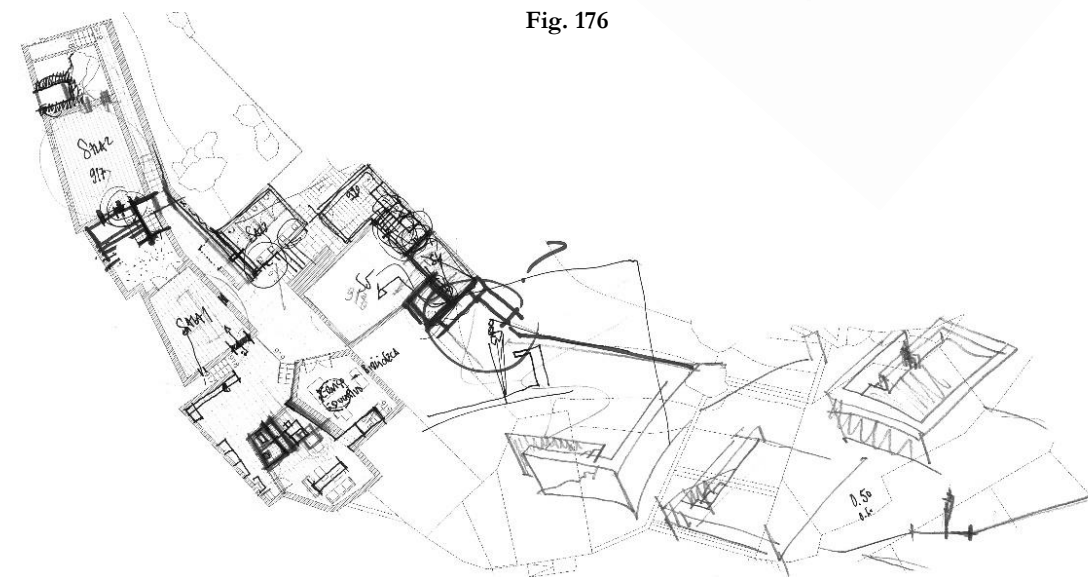


Fig. 177

Fig. 176 - Esquissos de estudo acerca dos interiores dos edifícios, desenho da autora.

Fig. 177 - Esquisso de aula, da autoria de Luís Miguel Correia.

De facto, almeja-se que a nova intervenção, a integrar num espaço com forte componente histórica, seja contínua com o passado do local. Este antigo troço foi redesenhado, sendo nivelado à cota 920 através da utilização de saibro estabilizado. Todavia, este caminho terminava num ‘beco sem saída’, existindo uma quebra de passagem pela existência de muro (Fig. 174). Como a proposta ambicionava um percurso intermédio completo em redor do *monumento*, testaram-se várias soluções por meio de desenhos de estudo (Fig. 172). Por fim, como mencionámos nos parágrafos precedentes, tomou-se a decisão de demolir, além do muro aludido, cinco anexos na zona Este da Encosta (Fig. 174) para que efetivamente o trajeto circundasse toda a Encosta. Assim, o desenho desta área acabaria por resultar, novamente, na introdução de três plataformas que, além de ajudarem a ultrapassar os vários desníveis, também têm funções distintas. A plataforma a verde na Fig. 173, promove um acesso direto ao percurso exterior que envolve a Encosta e o Castelo, oferecendo aos visitantes diversos pontos de entrada/saída, não os condicionando apenas a uma opção. Através de um lance de escadas, acede-se a um espaço de dimensões mais amplas, que nos dirige ao patamar seguinte (a laranja na Fig. 173). Este último, à cota 921, possui um espaço que pretende estimular o convívio, com bancos onde os visitantes se possam sentar (a roxo na Fig. 173). O percurso proposto finaliza à entrada do Castelo.

O nosso discurso desenvolveu-se em concordância com o correspondente método de trabalho. A proposta que apresentámos foi pensada à escala urbana, e nunca somente à escala dos edifícios. Assim, durante o desenvolvimento da proposta, foi natural que o nível de detalhe fosse aumentando, respondendo às necessidades que cada escala exigia. Finda a proposta de intervenção a uma escala mais alargada, seguiu-se o desenho mais rigoroso dos interiores dos edifícios, os novos e os existentes (Fig. 175-177). Porém, tínhamos consciência que as construções a reabilitar não possibilitariam uma liberdade total, nem a integração de muitos equipamentos, tanto pela sua dimensão como pelo pé direito reduzido. Como solução resolvemos equipar estes espaços de acordo com as suas necessidades prioritárias, pensadas caso a caso. Cada edifício antigo apresenta volumetrias irregulares e distintas. Assim sendo, a receção dispõe de uma instalação sanitária e de uma mesa de apoio ao funcionário que estará nesta secção, tendo ligação interior à loja do museu.

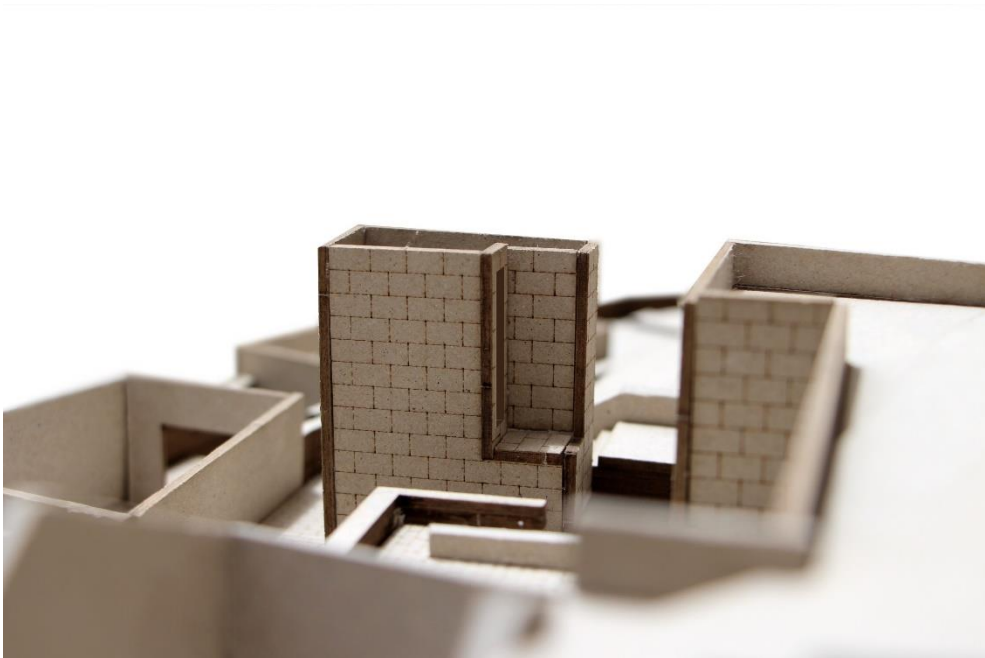


Fig. 178 - Representação, em maquete, do vão envidraçado.

Nesta última, foi desenhado um móvel próprio para os produtos que serão colocados à venda, tal como acontece no edifício de projeção de vídeo/espaço educativo, onde foi pensada uma estrutura específica para responder às exigências da proposta. Em relação aos três volumes que albergam alguns dos espaços expositivos, apenas receberão objetos que possam ser afixados nas paredes, já que a área a intervir é reduzida. Por último, a cafetaria dispõe de um primeiro piso onde se prevê um espaço de apoio à conceção de refeições e um sanitário. Este piso dá acesso a uma esplanada exterior, à mesma cota e ao piso superior, lugar de estar/convívio. Este segundo piso, pode ser acedido interiormente ou pelo exterior, tanto por uma escada localizada na entrada do volume, como através do percurso que circunda o Castelo.

Relativamente aos novos edifícios, ainda que apresentem uma escala superior aos existentes, também não dispõem de grandes áreas expositivas. O seu desenho atende às características do programa a neles se instalar, embora se pretenda que não tenham impacto na paisagem, adaptando-se, por isso, à topografia do terreno e à sua envolvente. Perante uma envolvente histórica, quisemos que os novos edifícios se ‘misturassem’ com os restantes sem ferir a *imagem arquitetónica* deste local. Para tal, tivemos de ter em conta toda a escala urbana. Optámos por desenhar os novos edifícios parcialmente sob plataformas, adequando-as em escala e dimensão às casinhas existentes, a recuperar. Apostámos numa estratégia topográfica que, em alguma medida, já se achava visível na Encosta. As casas adaptam-se à natureza do terreno, nele se integrando as plataformas. A implantação dos novos edifícios dá razão ao conjunto existente, completa-o. No ‘vazio’ entre eles, sugere-se o percurso que nos conduz através da Encosta. Salvaguardando as devidas existências, propusemos uma solução semelhante àquela vista no Moinho de Papel e em Pombal. Três salas expositivas e uma instalação sanitária são integradas no novo corpo maior. Através dele, interiormente, é pensado um trajeto que conduzirá os visitantes ao outro volume novo, de dimensões mais reduzidas. Este edifício possui, apenas, uma caixa de escadas, com o intuito de deslocar, ao patamar superior, os visitantes aquando do final da visita às salas de exposição do volume maior. Com um pé direito de 8 metros, é ‘escavada’ uma pequena ‘massa’ deste corpo paralelepípedo, onde um vão envidraçado deixará ‘espreitar’ uma perspetiva bastante especial da entrada do Castelo de Penedono (Fig. 178).



Fig. 179



Fig. 180

Fig. 179 - Fotografia aérea do estado de degradação da Encosta, 2019.

Fig. 180 - Fotografia dos elementos de pedra existentes, 2019.

O projeto de execução remeteu-nos para duas soluções: uma para os edifícios a *reabilitar* e outra para os corpos construídos de raiz. Conquanto o nosso voluntarismo e vontade de nos aproximarmos da realidade, temos consciência de que a intervenção em edifícios desta natureza material e construtiva, sobretudo os existentes, exigem o acompanhamento de várias especialidades. Tomámos como referência as palavras de Álvaro Siza Vieira (2008, p. 22):

“Recuperar é algo que vai mais para lá do físico e do material. Nunca trabalhei no restauro de um edifício, algo que apenas poderia fazer com uma equipa muito capaz. A minha ideia de “restauro” tem que ver com a consolidação da parte material de um edifício importante, independentemente da sua função”.

Ainda que ao nível do exterior tivéssemos tentado procurar soluções comuns aos mais diversos edifícios, sabemos que as características construtivas e estruturais das ‘velhas’ construções são muito diferentes das novas. A diferença de linguagem é evidente, mas ambas seguem a intenção de se relacionar com a paisagem envolvente. Os métodos adotados foram distintos. Por essa mesma razão, apresentaremos de seguida alguns aspetos relativos à estrutura dos edifícios ‘antigos’ e dos ‘novos’ (fachadas, coberturas e revestimentos interiores). À imagem do *Neues Museum* de *David Chipperfield*, a diferenciação entre o ‘novo’ e o ‘velho’ é maioritariamente sentida no interior, visto que nos novos edifícios também se utiliza a pedra como solução. Garantimos, deste modo, a continuidade material, embora o desenho dos novos corpos se automatize espacial e formalmente. Nas várias visitas efetuadas ao local, percebeu-se que nos edifícios que decidimos *reabilitar* o mais preocupante eram as coberturas (Fig. 179). A estrutura dos mesmos apresenta-se praticamente intacta, necessitando apenas de alguns reforços para melhorar estes elementos existentes (Fig. 180). Relativamente às paredes existentes, propôs-se apenas a substituição da camada superficial das juntas. Nos novos edifícios prevê-se a utilização de uma estrutura em betão armado, revestida a pedra idêntica à das ‘velhas’ casinhas (granito). Esta solução, assegurava as condições necessárias e atualmente exigidas. O isolamento térmico será colocado entre as paredes de betão e o revestimento interior.

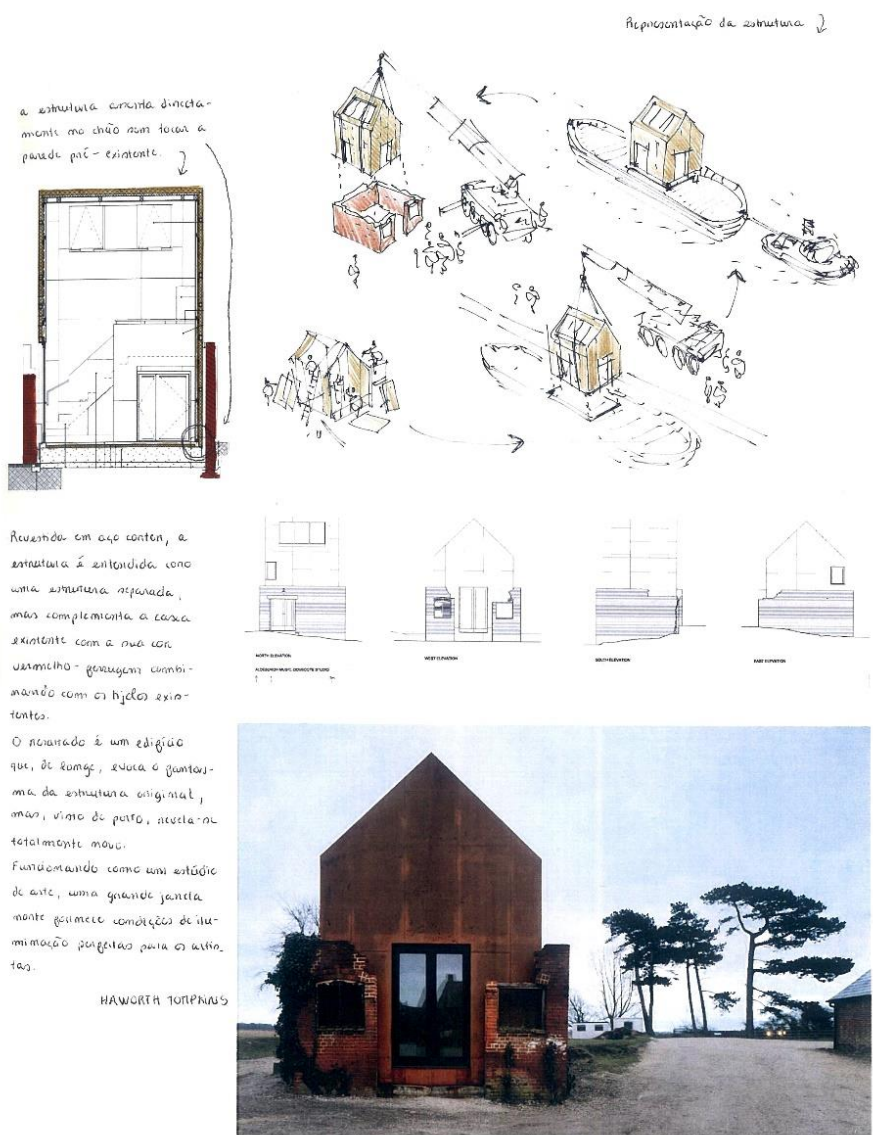


Fig. 181 - Digitalização de uma página do caderno da autora, com apontamentos da mesma acerca da obra *Dovecote Studio*.

PROJECTO DE EXECUÇÃO

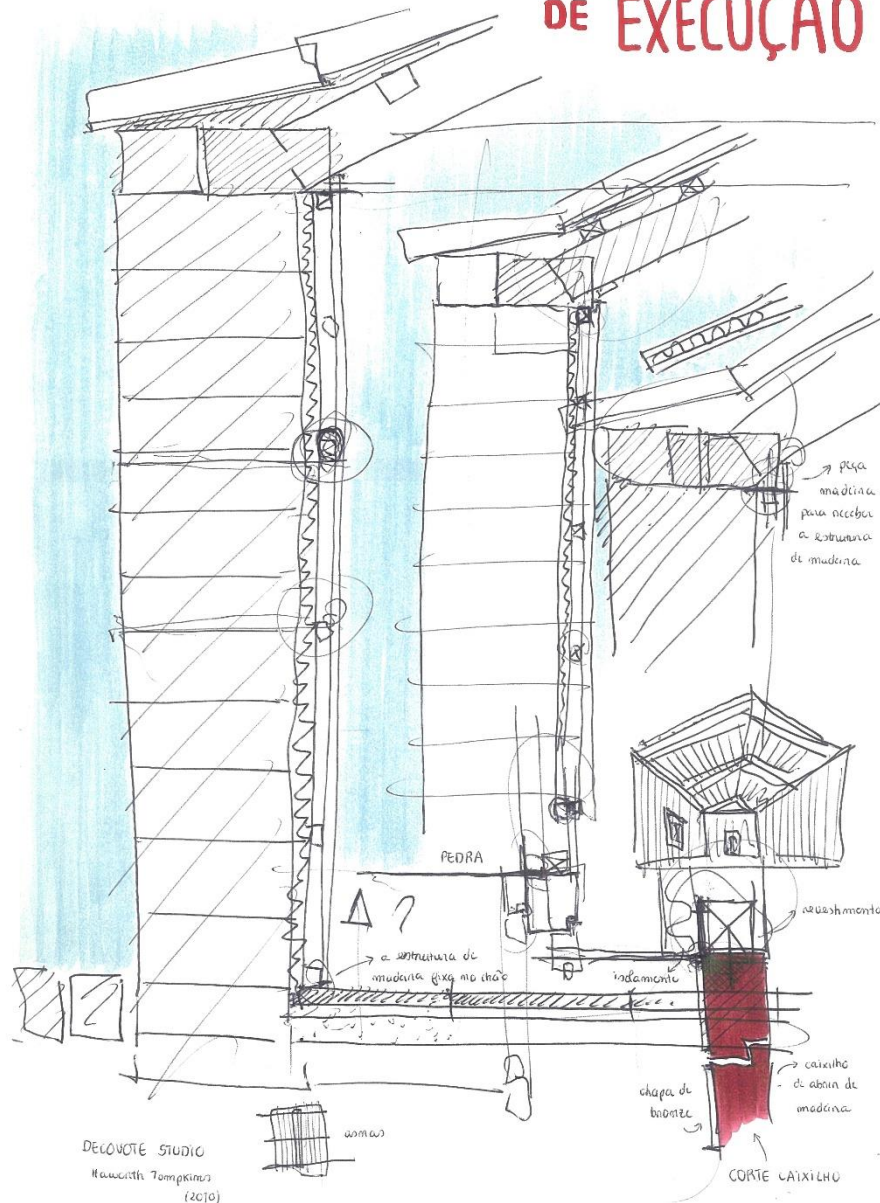


Fig. 182 - Digitalização de uma página do caderno da autora, com desenhos de estudo acerca dos revestimentos interiores dos edifícios reabilitados, da autoria de Luís Miguel Correia.

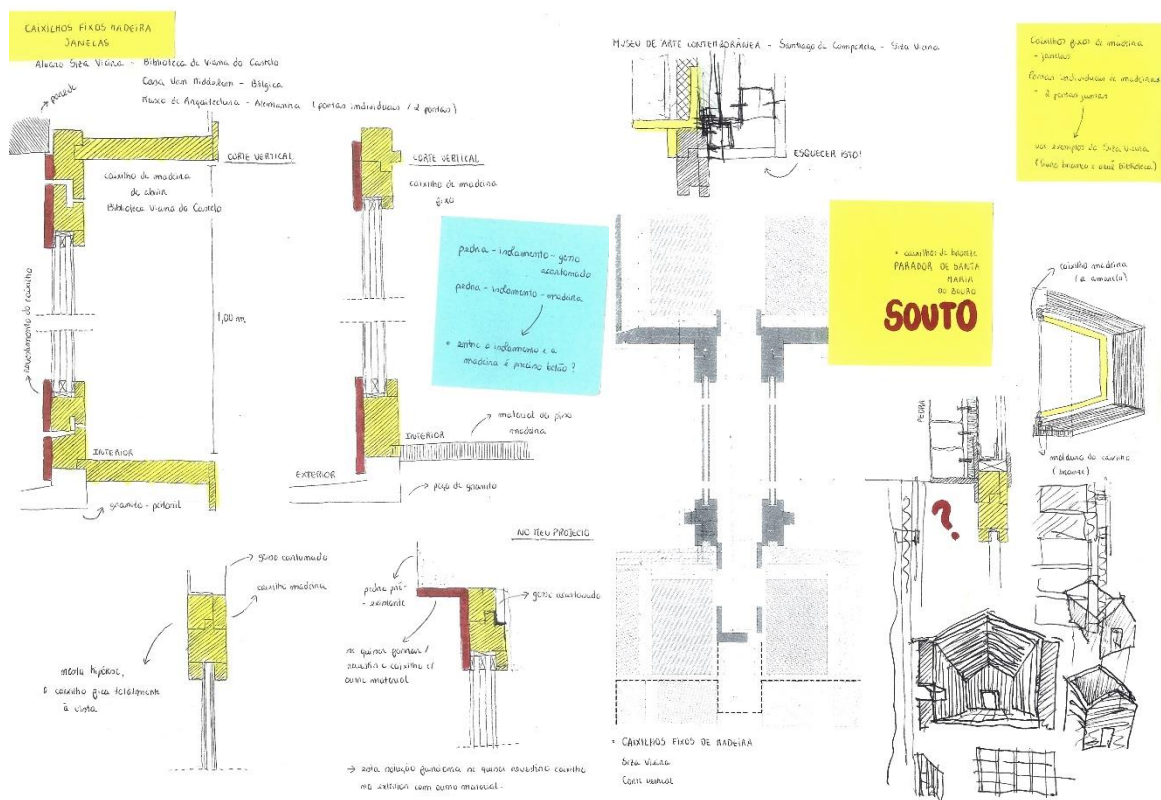


Fig. 183 - Digitalização de uma página do caderno da autora, com apontamentos da mesma acerca do pormenor dos caixilhos em madeira.

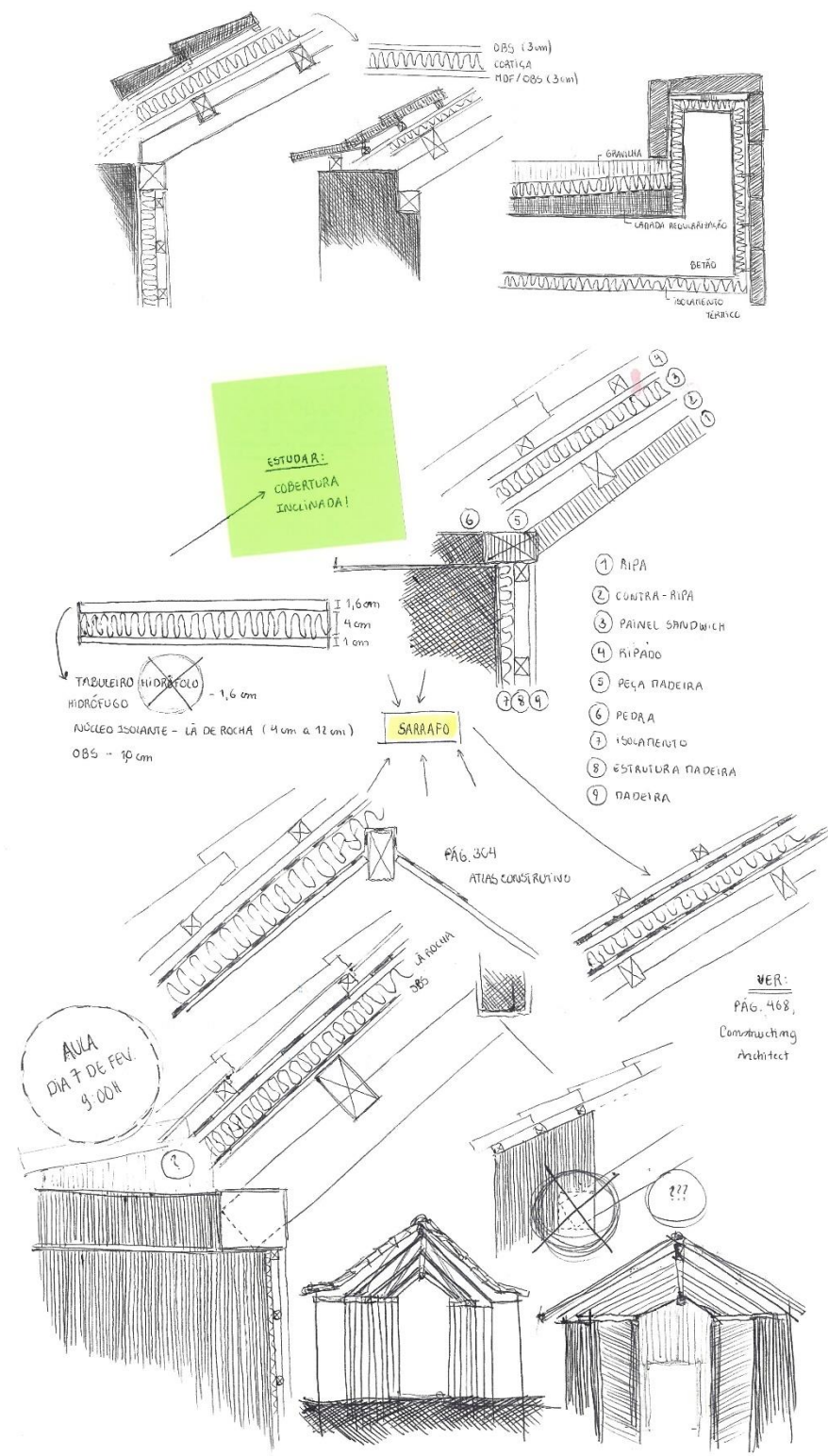


Fig. 184 - Digitalização de uma página do caderno da autora.

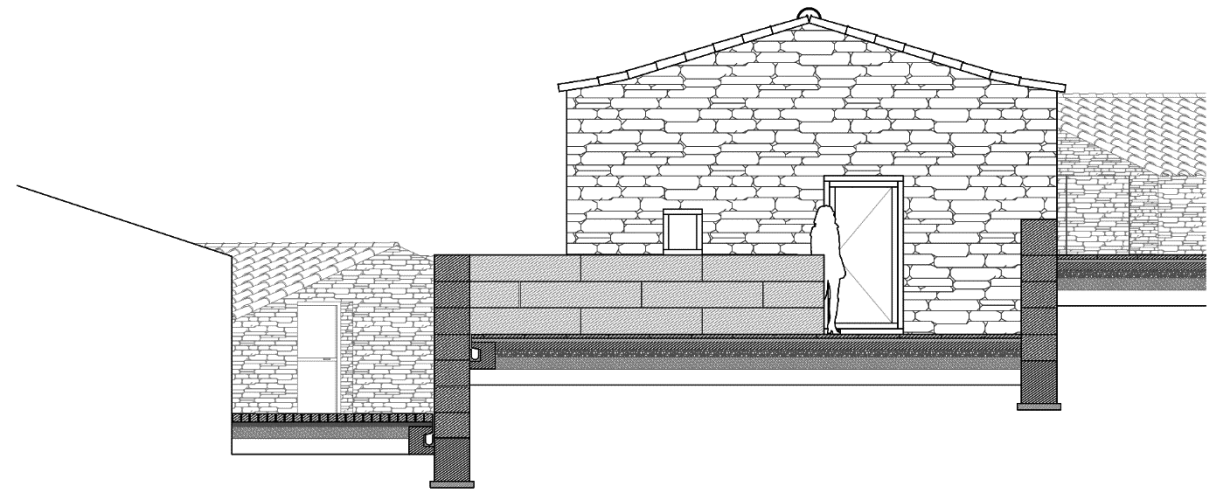


Fig. 185

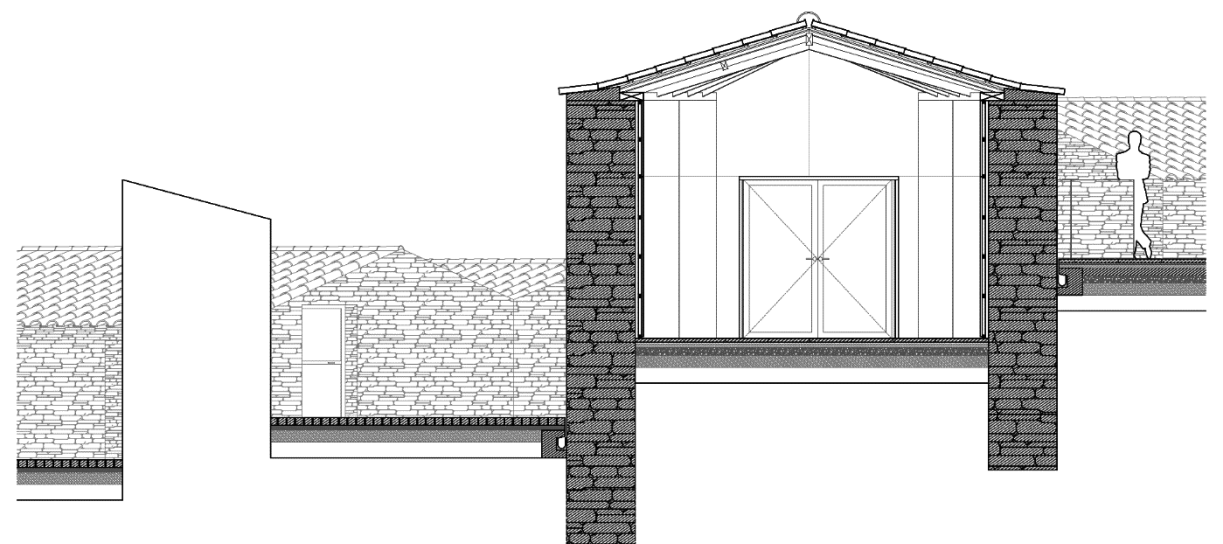
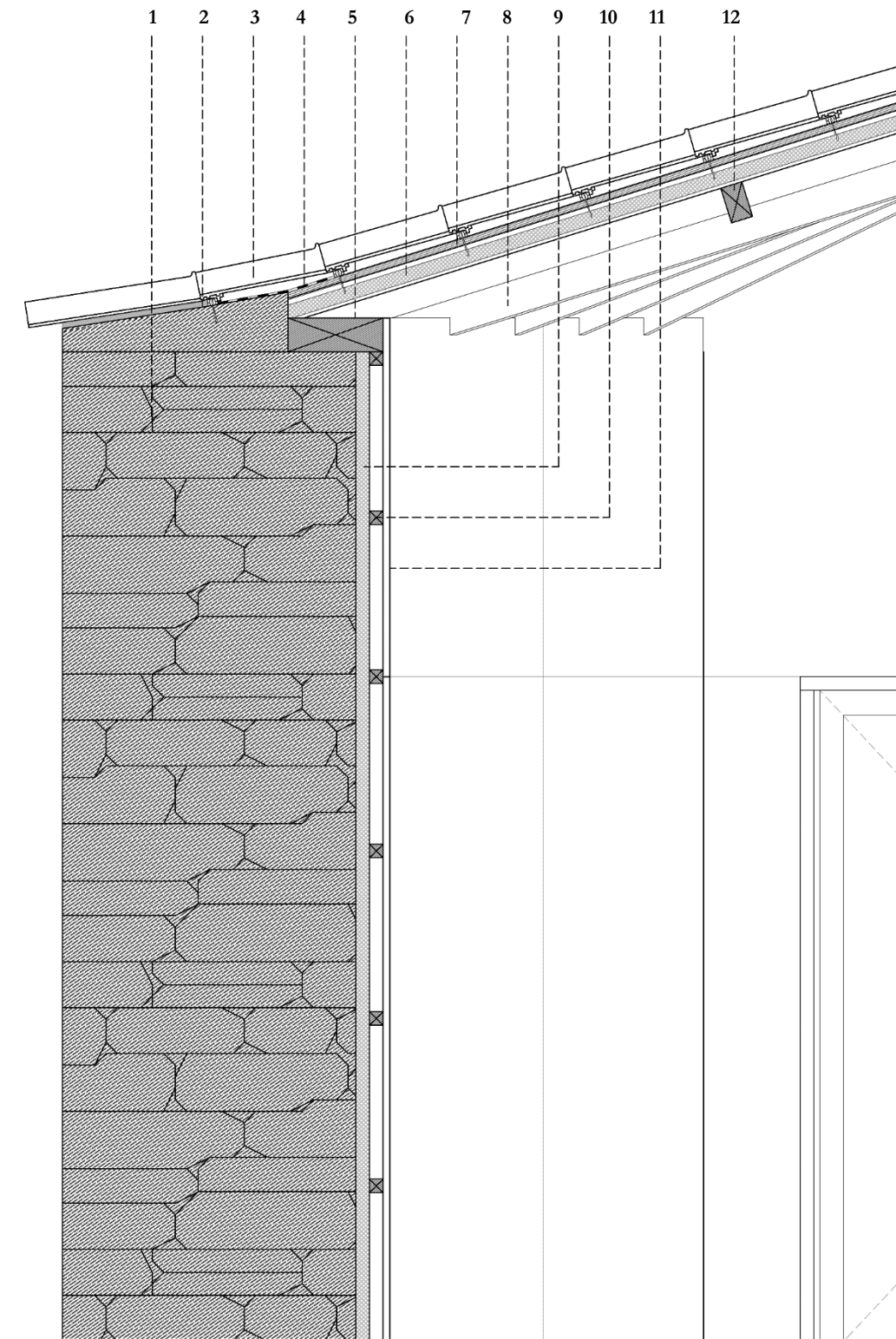


Fig. 186

Fig. 185 - Pormenor da cobertura inclinada, corte pelo exterior, escala 1:100.

Fig. 186 - Pormenor da cobertura inclinada, corte pelo interior, escala 1:100.

Interiormente, intervimos também de modo díspar. Nos volumes existentes, optou-se por um revestimento em painéis de madeira verticais. Esta ideia adveio de uma outra obra estudada: *Devote Studio* (Fig. 181), em Londres. Através da possibilidade construtiva desenhada por *Havorth Tompkins*, percebemos a coabitação/conciliação de uma ideia de *ruína* com o conforto por agora considerado necessário: uma ‘caixa’ de madeira encaixada no invólucro, vazio, existente. Assim, o interior dos edifícios reabilitados foi projetado de acordo com este exemplo, assumindo também a madeira no desenho da cobertura e dos novos caixilhos. Para garantir maior conforto térmico, pensou-se na solução de isolamento feita pelo interior, situado entre a parede existente e o novo revestimento em madeira. Garante-se, por esta via, a aparência exterior dos volumes. A escolha recaiu em placas de poliestireno revestido em folha de alumínio, colado diretamente na parede exterior. Pela sua baixa condutibilidade térmica e por inibir qualquer tipo de condensação pela película de alumínio, assegura-se a desejada correção das condições existentes. A esta placa será encostada uma estrutura em madeira, pregada no piso, onde serão afixados os painéis de revestimento em madeira (Fig. 182). Os caixilhos são substituídos. Para o desenho deste pormenor, recorreu-se ao estudo dos caixilhos de madeira de Álvaro Siza Vieira, na obra *Museu de Arte Contemporânea*, em Santiago de Compostela, adaptando-os e fazendo-os segundo as necessidades exigidas pelos nossos edifícios (Fig. 183). O estado de conservação das coberturas era de facto o mais preocupante. Foi necessário reconstruí-las, tentando, sempre que possível, adotar uma estrutura próxima da original. O desenho passou por várias fases (Fig. 184), sendo que na versão final deixamos a estrutura interior em madeira à vista, admitindo assim uma leitura da ligação entre as vigas, asnas e barrotes. Nas figuras 185-186, apresentamos o exemplo de um dos edifícios reabilitados, correspondente a uma das salas expositivas. A medida entre as duas paredes exteriores não ultrapassa os 4 metros, pelo que foi possível desenhar uma estrutura interior com asnas simples, compostas apenas por duas pernas. No que toca à impermeabilização e ao isolamento térmico, adotaram-se os painéis *sandwich*. O forro da cobertura é igualmente em madeira. A subtalha *Onduline* é fixada superiormente ao painel *sandwich*, através de parafusos, sob a forma de ripas de PVC, para ajudar no travamento das telhas.



- 1 - Pedra existente tratada; 2 - Argamassa; 3 - Telha Lusa; 4 - Tela de impermeabilização;
 5 - Madeira; 6 - Painel Sandwich; 7 - Pregos auto-fixante; 8 - Asna; 9 - Isolamento térmico;
 10 - Montante de madeira; 11 - Revestimento de madeira; 12 - Ripa de madeira.

Fig. 187 - Pormenor da cobertura inclinada, corte pelo interior, escala 1:20.

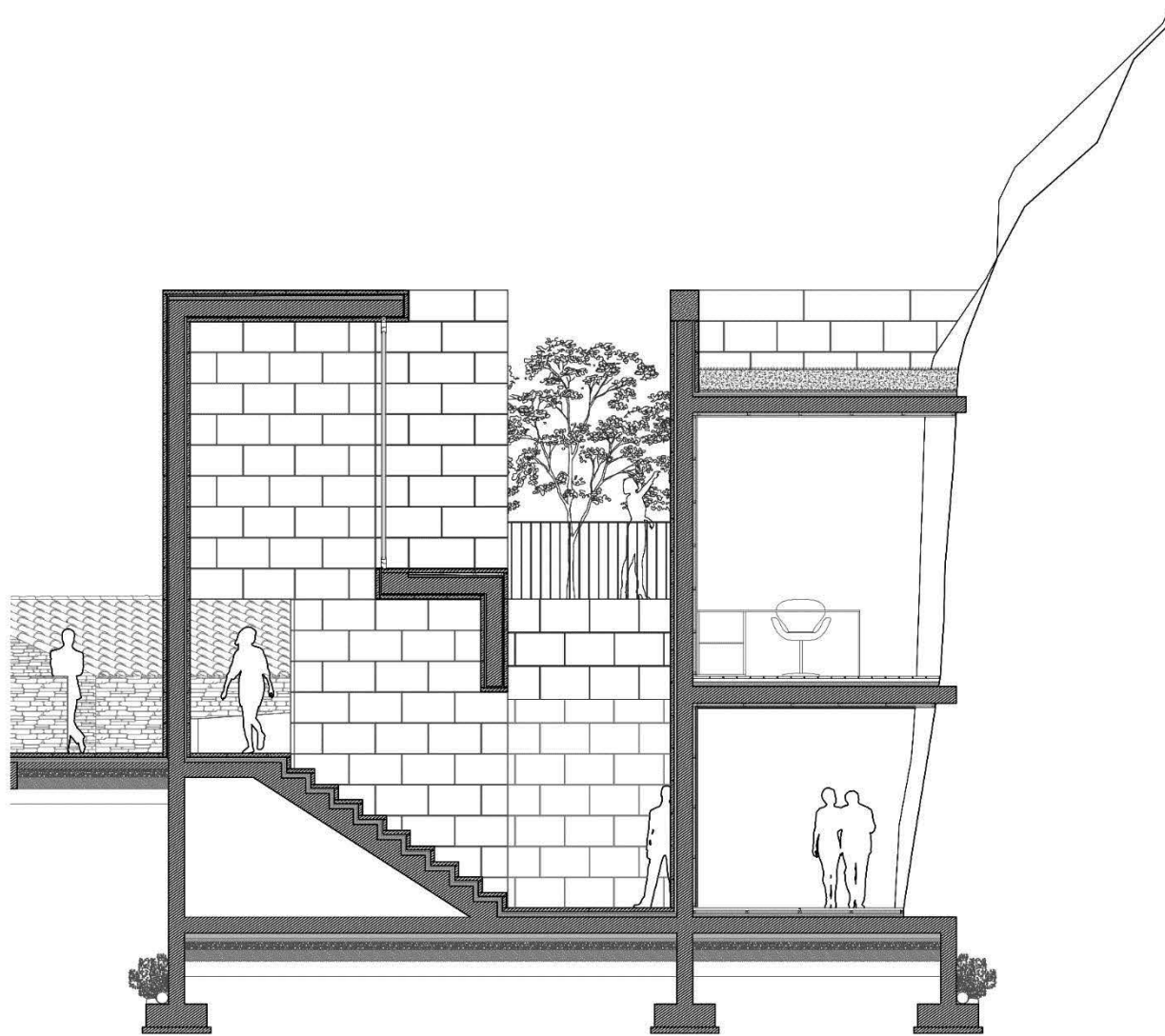


Fig. 188 - Pormenor do novo volume contemporâneo, corte pelo interior, escala 1:100.

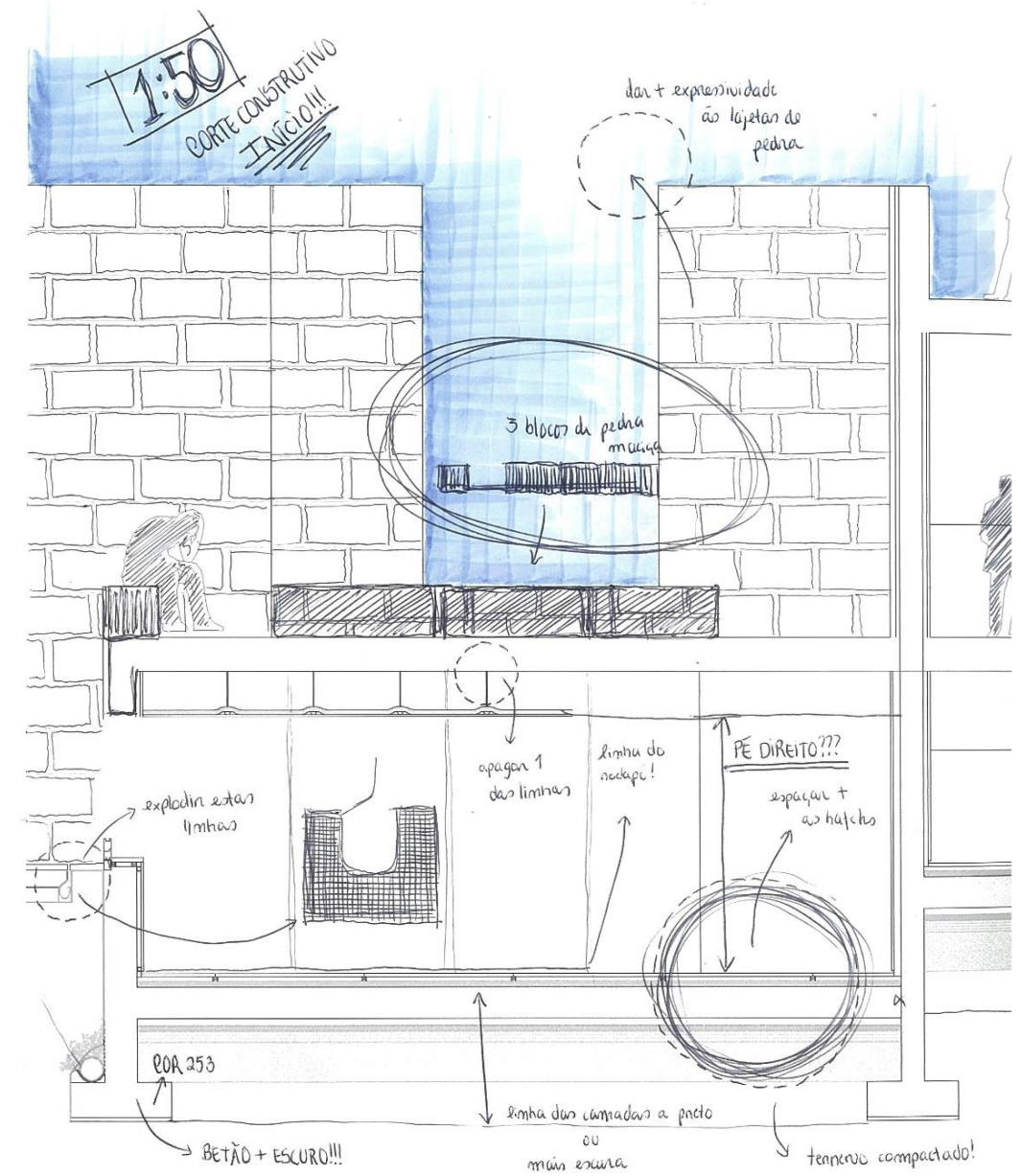


Fig. 189 - Digitalização de uma página do caderno da autora, com estudos da mesma acerca da estrutura e do interior do volume contemporâneo maior.

Reforça a inexistência de pontes térmicas e assegura a colocação direta das telhas sem necessitarmos de colocar uma camada de regularização (Fig. 187). A telha escolhida para todos os edifícios ‘antigos’ foi a Lusa. O pavimento destes volumes é em pedra, assegurando-se a continuidade material com o percurso exterior. Para tal, teve-se em conta a escavação necessária a este processo. Um tecido geotêxtil, uma camada de brita e outra de regularização e o acabamento em placas de pedra compõem esta solução de pavimento.

Para finalizar as intervenções nos edifícios em *ruína*, importa notar que alguns elementos foram também desenhados para os volumes referentes à loja do museu, à sala de projeção de vídeo/espço educativo e à cafetaria. Procedeu-se ao desenho de três equipamentos comuns: no primeiro, propôs-se um móvel, projetado especificamente para aquela volumetria, com estantes abertas permitindo o contato visual entre a recepção e a loja; no segundo, a criação de um elemento em madeira que divide o espaço em dois pisos, que na parte inferior acolhe uma sala fechada de projeção de vídeo e no piso superior é aberto a atividades educativas; e na cafetaria, adota-se a mesma ideia de elemento com diversas funções, através da instalação de um elemento que organizava a cafetaria no primeiro piso e através de umas escadas, permitia a deslocação das pessoas ao andar superior. No espaço inferior/interior das escadas, existe ainda espaço para um sanitário de serviço.

Relativamente ao espaço interior dos novos volumes, também eles apresentam diferenças. O volume mais pequeno, vertical, que tem a função de vencer a diferença de cotas, assume-se como um edifício ‘exterior’. Por outras palavras, não apresenta portas em circunstância alguma, já que no seu interior apenas se encontra uma caixa de escadas. Assim sendo, tanto o seu interior como exterior são revestidos a pedra, sem isolamento térmico (Fig. 188). No entanto, o mesmo método não se pôde adotar no volume maior, pelas mais variadas razões, principalmente por ser um edifício com uma função que exige outras valências construtivas (Fig. 189).

A primeira mudança relativamente aos edifícios ‘antigos’ começa pelo revestimento das paredes. Como se trata de um edifício construído de raiz, não existiu a questão de preservar o existente. Com uma estrutura em betão armado, as paredes seguem o sistema de fachada ventilada, constituída pelo acabamento interior com a respetiva estrutura de encaixe, o isolamento e o revestimento exterior. Esta solução de fachada ventilada baseou-se na vertente sustentável que

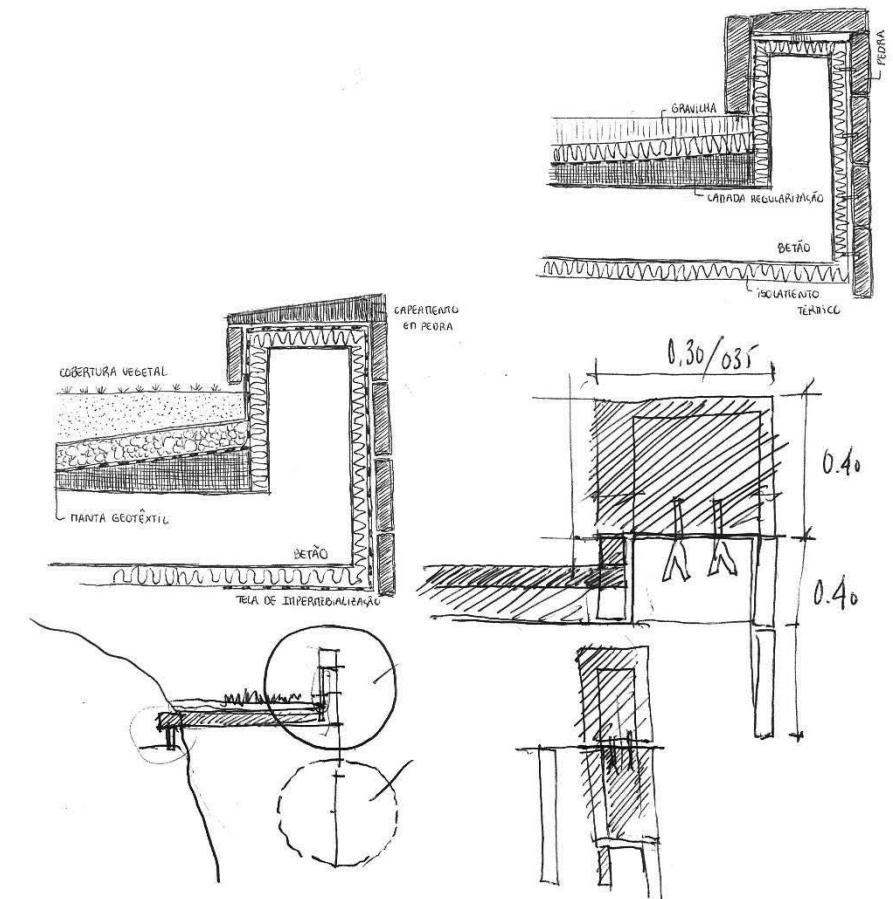


Fig. 190

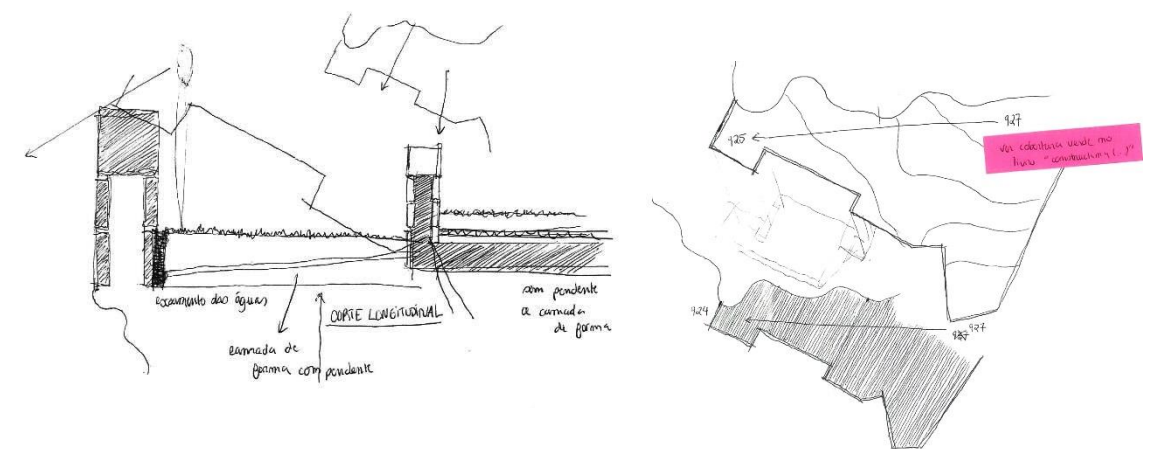
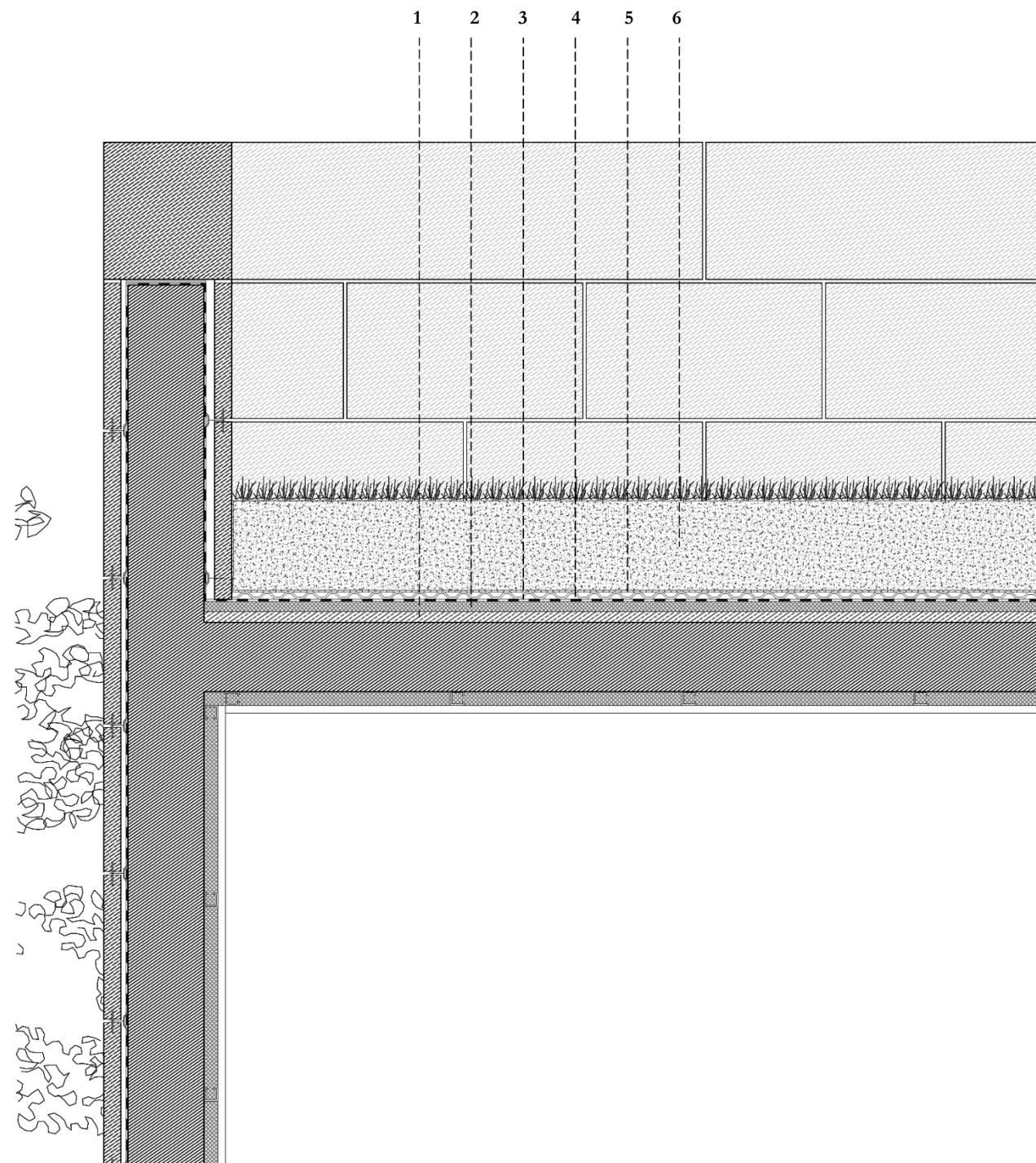


Fig. 191

Fig. 190 - Digitalização de uma página do caderno da autora, com esboços da cobertura verde.

Fig. 191 - Esboço da autora relativo à inclinação do terreno na área da cobertura verde.



1 – Camada de regularização; 2 – Isolamento térmico; 3 - Tela de impermeabilização; 4 - Membrana alveolar; 5 - Geotêxtil; 6 - Cobertura vegetal.

Fig. 192 - Pormenor da cobertura verde, escala 1:20.

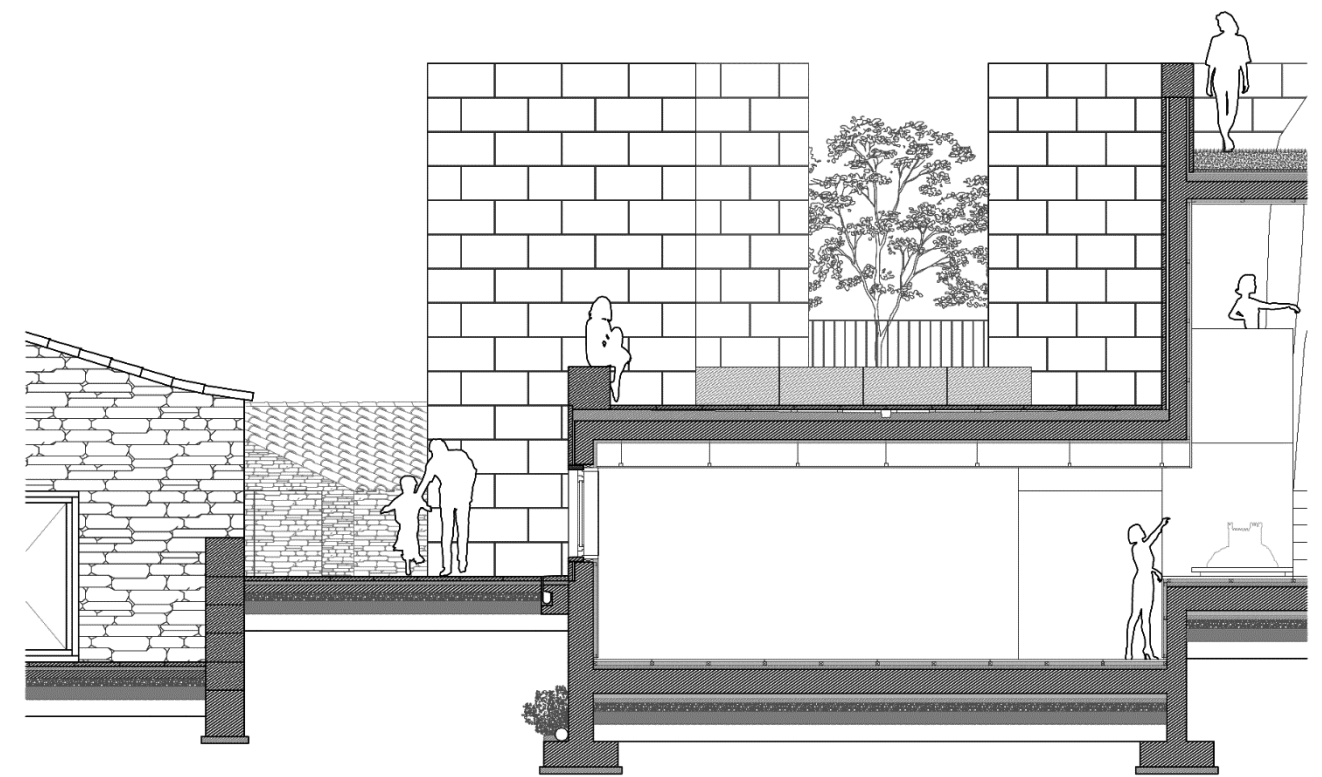


Fig. 193 - Pormenor da sala de exposição sob o terraço exterior, escala 1:100.

lhe está associada. O facto de ser uma solução que evita a humidade, transmite maior conforto térmico e possibilita a utilização do *shaft* para passar instalações, também foram fatores condicionantes na escolha deste método construtivo. Como foi referido, por uma questão de coerência visual, adotou-se a pedra como revestimento exterior, ainda que o acabamento não seja exatamente igual ao das construções existentes. No interior, utilizou-se o gesso cartonado, com o objetivo de garantir espaços com a sensação de maior quantidade de luz. Os caixilhos novos foram também desenhados em madeira, pelo maior conforto que transmitem e por serem aqueles que melhor se adaptam à nossa proposta. Este edifício dispõe de uma ‘cobertura verde’. Desenhou-se uma camada de regularização com a devida impermeabilização. Associada a esta última tela, coloca-se uma camada granular para auxiliar, tanto no escoamento, como na inibição do crescimento de raízes. Só depois destas camadas é que se adicionaria a camada vegetal (Fig. 190). A ‘plataforma verde’ que se estende até à cobertura, tem um sentido descendente da cota 926 até à cota 924. Assim, o sistema de drenagem faz-se na área mais baixa, através do movimento natural das águas (Fig. 191). O contorno do edifício, na cobertura, é rematado com uma ‘guarda’ em todo o seu perímetro, através de blocos de pedra maciça que garantem a segurança necessária (Fig. 192). O pavimento deste novo edifício é totalmente revestido a madeira. O isolamento acústico é garantido através da camada de cortiça colocada entre os barrote de madeira, onde assenta o revestimento. Na sala de exposição intermédia deste volume (Fig. 193), foi necessário colocar um teto falso em placas pré-fabricadas, pelo facto de ser a sala sob o terraço exterior percorrível (Fig. 193). O terraço em pedra, nivelado à superfície, é assente em apoios, pedestais, para o efeito. Estes, de dimensão variável, acompanham a inclinação da camada de forma, de modo a que exista um escoamento correto das águas. Essas águas são recebidas num tubo que se encontra ‘escondido’ no espaço entre a laje de cobertura e a placa que define o teto falso. Todos estes detalhes construtivos, adaptados a cada construção em específico, procuraram, sempre que possível, adotar uma postura comum e coerente ao longo de toda a proposta. A preservação da *memória* e da *tradição* foi o fator base em que sustentámos a nossa intervenção, tentando, numa vertente contemporânea, integrar os novos edifícios a esta realidade. Por fim, voltámos ao ícone responsável pelo desenvolvimento deste trabalho: o Castelo. Na realidade, o maior e mais pertinente problema atual encontra-se na Encosta.



Fig. 194



Fig. 195

Fig. 194 - Pavimento atual do interior do Castelo de Penedono, 2019.

Fig. 195 - Pavimento atual do interior do Castelo de Penedono, 2019.

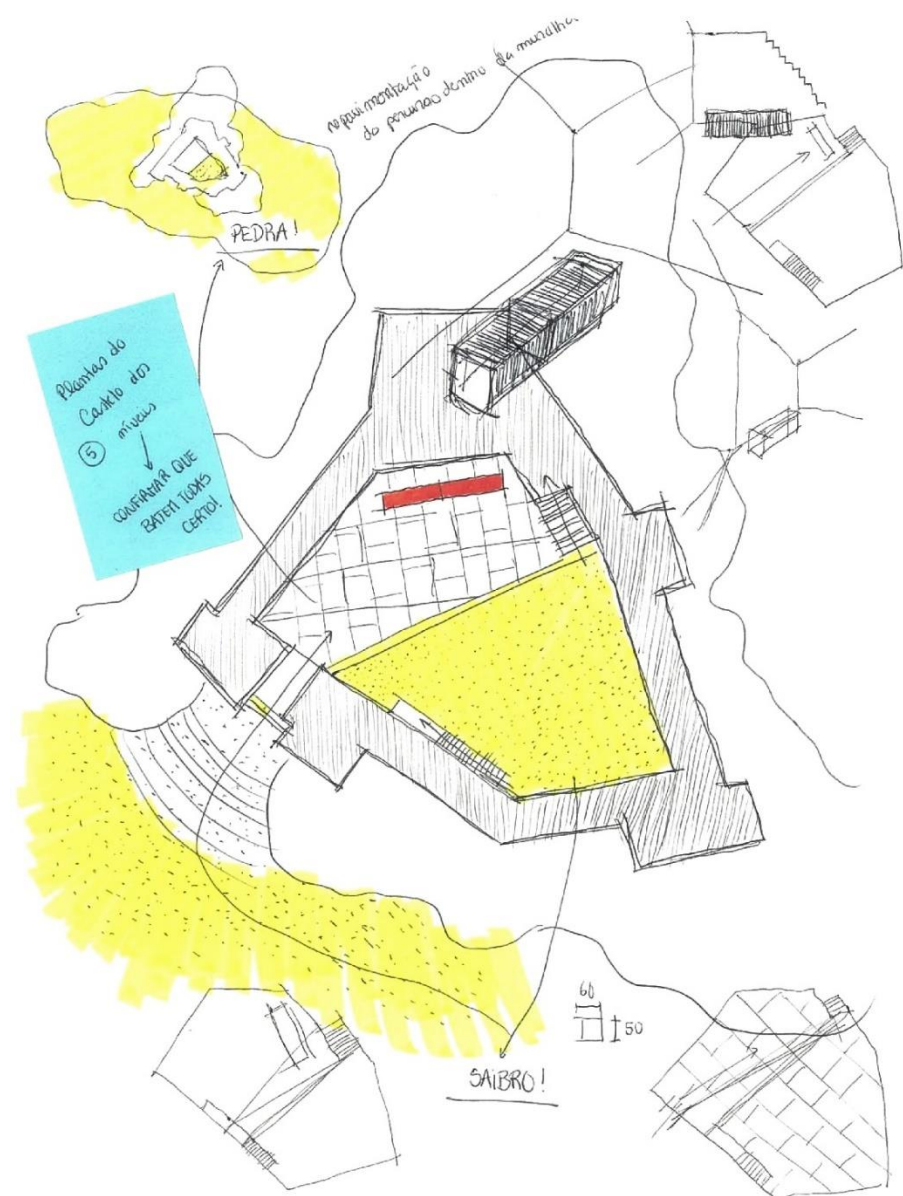


Fig. 196 - Esquisso relativo ao desenho proposto para o novo pavimento.

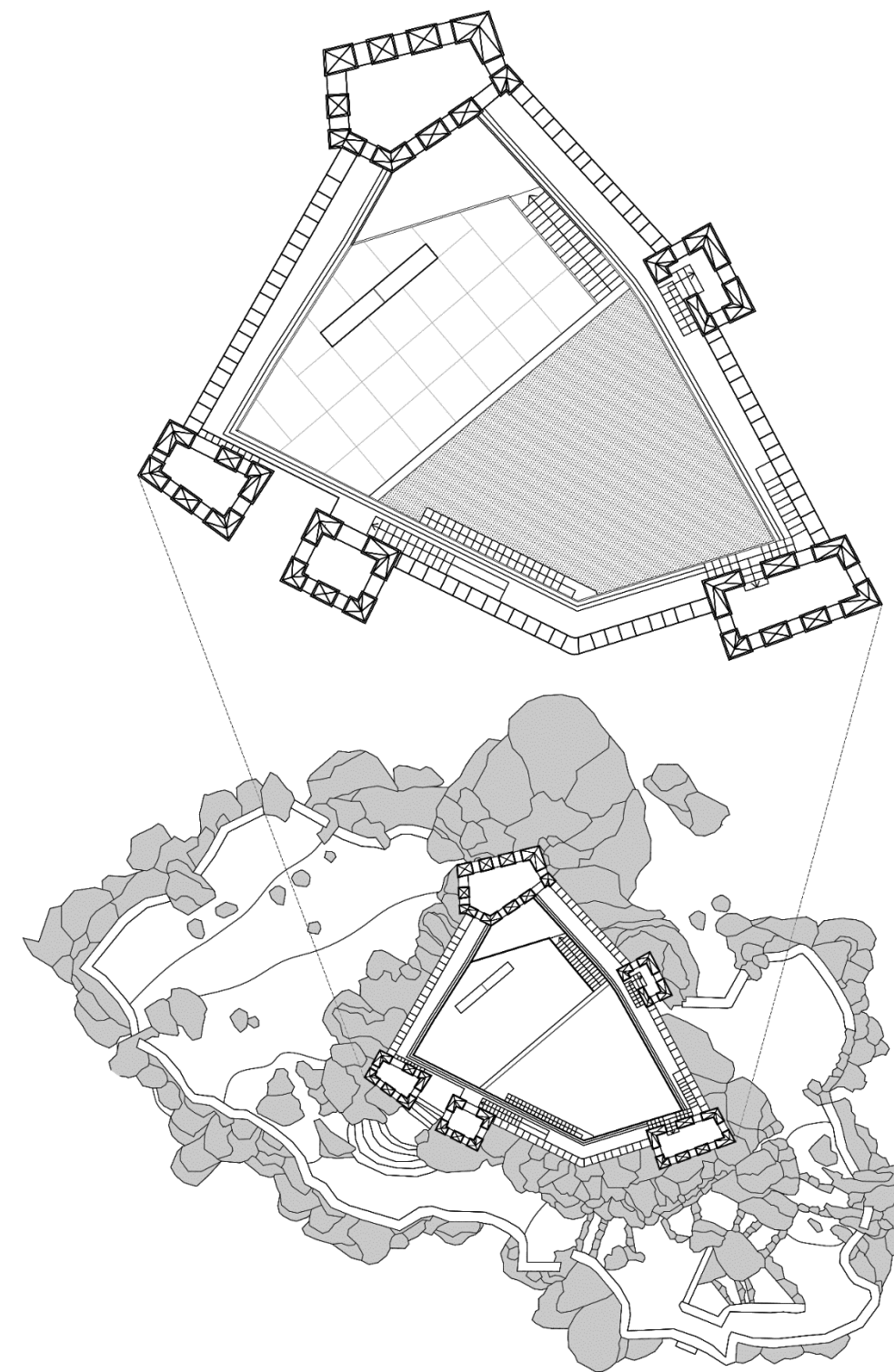


Fig. 197 - Planta do Castelo de Penedono à cota 935m, escala 1:500.

O estado de *ruína* e abandono desta área, em nada valoriza este *monumento*. Por essa mesma razão, foi na sua envolvente que focámos a grande parte da nossa atenção. No entanto, não colocámos o Castelo de parte. Apesar de apresentar uma estrutura sólida e cuidada e de não manifestar sinais preocupantes de degradação, acrescentámos uma pequena intervenção no interior. Atualmente, o pavimento interior do Castelo é de terra batida e bastante irregular (Fig. 194-195). A pequena intervenção que propomos baseia-se na repavimentação desta área, dividindo-a em duas áreas distintas (Fig. 196). Esta divisão pretende distinguir a zona de entrada da área de acesso às duas escadas existentes. Assim, à entrada, propôs-se o nivelamento do terreno, utilizando a pedra. Desenha-se um pequeno banco no mesmo material. No patamar seguinte, apenas 20 centímetros mais alto, utilizou-se a gravilha para garantir remates mais perfeitos no contacto com as escadas. Este pavimento de gravilha, estende-se também a toda a área que envolve o Castelo, dentro da muralha, uniformizando e facilitando o percurso dos visitantes (Fig. 197).

Para concluir este subcapítulo, abordaremos uma questão que nunca esquecemos ao longo deste trabalho: o acesso para pessoas com mobilidade reduzida. Perfeitamente conscientes de que é um assunto com elevado grau de importância, interessa referir que, de facto, a opção de assumir a topografia deste local e de demolir o número mínimo de construções existentes tornou praticamente impossível desenhar estes acessos especiais. O declive acentuado do terreno, aliado aos abundantes afloramentos rochosos e as reduzidas dimensões entre os edifícios, não consentiram, como queríamos, assegurar um acesso completo ao núcleo museológico. Para preservarmos a *história e identidade* deste local, optou-se por intervir da maneira menos radical possível, tentando que a imagem que a população sempre teve da Encosta se mantivesse. No entanto, todo o percurso que desenhámos ao longo da Encosta foi pensado de maneira a ser totalmente percorrível pelas mesmas, através do desenho de rampas e de outros elementos. A cafeteria também adquire condições para ser acessível ao primeiro piso e à esplanada exterior. Assim, consideramos que ainda há um longo percurso a fazer. Este projeto decerto constituiu uma experiência maior e uma possibilidade de contactar com uma realidade que ultrapassa a própria disciplina, a arquitetura.

Considerações Finais

“[...] projectar, planejar, desenhar, não deverão traduzir-se para o arquitecto na criação de formas vazias de sentido, impostas por capricho da moda ou por capricho de qualquer outra natureza. As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a sua visão pessoal e a circunstância que o envolve e para tanto deverá ele conhecê-la intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem”.

De Fernando Távora (1999, p. 86)⁴³ esta citação descreve plenamente aquilo que sentimos ao elaborar esta dissertação. A vontade em realizar este trabalho sustentou-se, desde cedo, na *memória* que guardo deste lugar. Relembrar a minha infância transporta-me imediatamente para este espaço. Lembro-me da vila desde sempre. E do Castelo. Este conjunto nunca perdeu o encanto. Talvez por isso, esta prova tenha sido muito mais do que isso. Tal como Fernando Távora afirma, foi mais do que criar “formas vazias de sentido”. Esta dissertação permitiu, através de uma componente teórica e prática, estudar, desenhar e propor um possível projeto ideal para um lugar que tanto me diz, e tão bem conheço. Ao longo do trabalho procurou-se abordar a importância de temas como a *arquitectura tradicional*, a *reabilitação* e *apropriação* de um determinado espaço, estudando todo o contexto em que se insere a nossa área de intervenção. Como método de trabalho, foi extremamente importante definir etapas: desde o primeiro olhar, procurar a cada passo a descoberta de um novo detalhe que não conhecíamos; refletir e compreender o contexto em que iríamos intervir; e, em último, interpretar de que modo o deveríamos fazer.

O Castelo de Penedono é ‘abraçado’ por uma área que não tem feito parte dos planos de *requalificação urbana* a que a vila tem estado sujeita nos últimos anos. A Encosta deste *monumento* encontra-se abrangida por uma ZEP, o que tem sido um verdadeiro entrave a qualquer tentativa de intervenção neste local.

⁴³ Edição consultada: *Da organização do Espaço* (1999). Edição original: *Da organização do Espaço* (1962).

Assim sendo, este trabalho procurou, inicialmente, fazer uma síntese histórica tanto do Castelo de Penedono, como da sua Encosta. São referidas também algumas obras incluídas na *Área de Reabilitação Urbana*, mais concretamente no *centro histórico* da vila, que têm sido realizadas para o valorizar, reforçando o facto de a área interior ao perímetro da Encosta estar excluída de quaisquer intenções idênticas. Tentou-se, através de dois casos de estudo em particular, fundamentar a nossa proposta, pelas semelhanças que mantinham com a mesma. Por fim, depois de estabelecido um programa que pudesse valorizar a colina e incentivar a visita a este local, desenhou-se a proposta.

Entre *reabilitar* vários dos edifícios existentes e construir outros de raiz, foram muitas as dúvidas. Inicialmente, porque o tema da *reabilitação* é, por si só, uma grande incógnita. Deveríamos adaptar o terreno à nossa proposta? Ou o programa é que deveria ser adaptado aos elementos existentes? De facto, esta questão inicial precisou de uma resposta que definisse todo o nosso processo de desenho. E assim foi. A história, a *memória* e o passado assumiram-se como inspiração para esta prova. Depois do contexto histórico apresentado, optámos por uma intervenção que preservasse ao máximo o existente, com as condicionantes que daí resultariam. Os sete edifícios que decidimos *requalificar* apresentavam volumetrias, pés direitos e dimensões muito diferentes. A degradação era um fator comum, mas, no entanto, todos mantinham características físicas distintas, o que implicou estudos, desenhos e soluções variadas para cada caso. Dos ‘novos’ volumes, a ideia primordial foi integrá-los num contexto histórico, assumindo-os como contemporâneos, mas nunca ‘ferindo’ a identidade deste espaço. A valorização da Encosta engloba, tanto a *reabilitação*/desenho deste novo núcleo museológico, como o percurso que o envolve. Este caminho circundante à muralha do Castelo de Penedono ‘abraça’ todos os edifícios da Encosta. Através de um único gesto, formalizado num percurso percorrível por todos, garante-se a *unidade* do conjunto.

Durante o desenvolvimento do trabalho, foi possível aprofundar diversas escalas: do desenho mais urbano a um possível projeto de execução. As dúvidas foram uma constante, derivadas da aproximação à realidade da obra. Estando conscientes de que na vida real seriam necessárias diversas especialidades articuladas e a trabalhar em conjunto, procedeu-se à proposta possível dentro dos limites que nos estão associados, como (ainda) estudantes de arquitetura.

Todo este processo de pesquisa e procura de respostas ao que não conhecíamos até então, mostrou-se uma enorme e preciosa aprendizagem. Porventura a realização deste trabalho académico incentive uma futura intervenção na Encosta do Castelo de Penedono, esse é o nosso desejo.

Este *monumento*, erigido a mais de 900 metros de altitude, apresenta-se de forma imponente no contexto da vila. De qualquer ponto da mesma se avista o Castelo, com o seu aspeto pitoresco, que remata toda uma envolvente ‘antiga’. À medida que nos aproximamos, o *monumento*, ainda que de pequenas dimensões, permanece majestoso, mas, se percorremos a área que o envolve, o sentimento não é o mesmo. A grande maioria da superfície que o rodeia encontra-se abandonada e degradada. As pequenas casas de pedra, que se mantêm desde o século XX, vão sendo cada vez mais afetadas. Assim, perante tantas obras que visam a valorização do *centro histórico*, é, para nós, incompreensível que não se incorpore a Encosta do Castelo nas mesmas. A nossa proposta de intervenção não ‘vê’ na *Zona Especial de Proteção do Castelo de Penedono* um impedimento. De facto, esta mesma ZEP, foi elaborada com o intuito de proteger esta área. Por essa mesma razão, cremos que uma futura e ponderada intervenção possa contribuir um meio de *salvaguarda* do conjunto.

Finalizamos esta prova de dissertação relembrando algo que nos foi proferido há uns meses atrás e que guardámos até hoje: no final, o que importará para o nosso futuro é *a vontade de querer aprender sempre, e sempre mais*. Este trabalho foi, com a mais firme certeza, uma enorme aprendizagem.

Fonte de imagens

Fig. 1: Encosta do Castelo de Penedono. Fotografia da autora.

Fig. 2: O D'arq. Fotografia da autora, maquete elaborada por Diogo Rodrigues e António Moreno.

Fig. 3: Fotografia aérea do Castelo de Penedono e área envolvente. Fotografia da autora.

Fig. 4: Encosta do Castelo de Penedono. Fotografia da autora.

Fig. 5: Representação do espaço correspondente ao 'vazio urbano' entre a vila e o Castelo. Desenho de Luís Miguel Correia.

Fig. 6: Registo fotográfico da visita realizada ao Castelo de Pombal. Fotografia da autora.

Fig. 7: Registo fotográfico da visita realizada ao Moinho de Papel. Fotografia da autora.

Fig. 8: Fotografia aérea da vila de Penedono. Fotografia cedida pela Câmara Municipal de Penedono.

Fig. 9: Região do Norte no Mapa de Portugal Continental. Desenho da autora.

Fig. 10: Sub-região do Douro no Mapa de Portugal Continental. Desenho da autora.

Fig. 11: Distrito de Viseu no Mapa de Portugal Continental. Desenho da autora.

Fig. 12: Localização do Concelho de Penedono no distrito de Viseu. Desenho da autora.

Fig. 13: Planta do Dólmen. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. s.i.. (s.i.). *IPA.00003691 Dólmen da Capela de Nossa Senhora do Monte. DOLMEN DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DO MONTE* (Proc.º: DOC.00035716; Doc.º: SIPA DES.00009244). SIPA, DGPC, Sacavém. Adaptação da autora.

Fig. 14: Enquadramento da localização do Dólmen. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. s.i.. (s.i.). *IPA.00003691 Dólmen da Capela de Nossa Senhora do Monte. s.i.* (Proc.º: DOC.00011227; Doc.º: SIPA FOTO.00015620). SIPA, DGPC, Sacavém. Adaptação da autora.

Fig. 15: Entrada da antiga capela funerária. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. s.i. (s.i.). *IPA.00003691 Dólmen da Capela de Nossa Senhora do Monte*. s.i. (Proc.º: DOC.00011227; Doc.º: SIPA FOTO.00015613). SIPA, DGPC, Sacavém. Adaptação da autora.

Fig. 16: Corredor do Dólmen. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Teresa Ferreira. (2011). *IPA.00003691 Dólmen da Capela de Nossa Senhora do Monte Corredor do dólmen*. Dólmen da Capela de Nossa Senhora do Monte (Proc.º: DOC.00072502; Doc.º: SIPA FOTO.00930585). SIPA, DGPC, Sacavém. Adaptação da autora.

Fig. 17: Corredor do Dólmen. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Teresa Ferreira. (2011). *IPA.00003691 Dólmen da Capela de Nossa Senhora do Monte Corredor do dólmen*. Dólmen da Capela de Nossa Senhora do Monte (Proc.º: DOC.00072502; Doc.º: SIPA FOTO.00930586). SIPA, DGPC, Sacavém. Adaptação da autora.

Fig. 18: Castelo de Penedono - mil anos de história (capa), de João Ferreira da Fonseca. Retirado de: Fonseca, J. (2014). *Castelo de Penedono - mil anos de história*. Penedono: Quartzo Editora e Município de Penedono.

Fig. 19: Localização territorial dos dez castelos de D. Flâmula Rodrigues. Desenho original em: Fonseca, João. (2014). *Castelo de Penedono - mil anos de história*. Penedono: Quartzo Editora e Município de Penedono. Adaptação da autora.

Fig. 20: Maldito Castelo. Desenho cedido por Luís Miguel Correia, realizado pela DGEMN, recolhido no Forte de Sacavém.

Fig. 21: Castelo de Penedono. Fotografia da autora.

Fig. 22: Foral de Penedono por D. Sancho I (em latim). Retirado de: Peixeira, Luís. (2005). *Penedono no contexto da Reconquista: das origens à afirmação concelbã*. Lisboa: Edições Colibri.

Fig. 23: Esboço do castelo de Penedono dos séculos XI-XII. Retirado de: Fonseca, João. (2014). *Castelo de Penedono - mil anos de história*. Penedono: Quartzo Editora e Município de Penedono.

Fig. 24: Álvaro Gonçalves Coutinho, O Magriço. Retirado de: Alves, A. (2000). *Penedono: Apontamentos de história e de arte - Os Coutinhos*. s.i.: Câmara Municipal de Penedono.

Fig. 25: Capa da revista O Panorama, nº 69. Disponível em:
http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/OPanorama/1838/N69/N69_master/N69.pdf

Fig. 26: Capa da revista O Panorama, nº 70. Disponível em:
http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/OPanorama/1838/N70/N70_master/N70.pdf

Fig. 28: Despacho elaborado por Baltazar da Silva Castro, destinado a Henrique Gomes da Silva, a dar conta da única proposta para as obras no Castelo de Penedono.

Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Baltazar da Silva Castro. (1940). [*Despacho elaborado por Baltazar da Silva Castro, destinado a Henrique Gomes da Silva, a dar conta da única proposta para as obras no Castelo de Penedono*]. Castelo de Penedono (Proc.º: PT DGEMNDSARH-010-194-0005; Doc.º: SIPA TXT.01590291). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 29: Proposta de Manuel de Jesus Cardoso para obras de reparação no Castelo de Penedono.

Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Manuel de Jesus Cardoso. (1953). [*Proposta de Manuel de Jesus Cardoso para obras de reparação no Castelo de Penedono*]. Castelo de Penedono (Proc.º: PT DGEMNDSARH-010-194-0006; Doc.º: SIPA TXT.01590356). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 30: Capa do Boletim n.º 73, referente do Castelo de Penedono.

Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 31: Planta ao nível da entrada antes das obras.

Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 32: Planta superior antes dos trabalhos.

Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 33: Castelo de Penedono - Demolições (amarelo) e construções (vermelho).

Desenho cedido por Luís Miguel Correia.

Fig. 34: Castelo de Penedono - Demolições (amarelo) e construções (vermelho).

Desenho cedido por Luís Miguel Correia.

Fig. 35: Castelo de Penedono - Planta ao nível da cisterna no seu estado atual.

Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 36: Castelo de Penedono - Planta ao nível dos adarves.

Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 37: Castelo de Penedono - Planta ao nível da entrada, depois das obras.

Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 38: Castelo de Penedono - Planta superior depois dos trabalhos.

Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 39: Castelo de Penedono - Planta geral com indicação da muralha da barbacã. Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 40: Castelo de Penedono - fachada principal. Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 41: Castelo de Penedono - Fachada posterior. Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 42: Castelo de Penedono - Fachada Poente. Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 43: Castelo de Penedono - Corte transversal. Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 44: Castelo de Penedono - Corte longitudinal. Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 45: Castelo de Penedono - Fachada principal antes das obras. Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 46: Castelo de Penedono - Fachada principal depois das obras. Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 47: Castelo de Penedono - Fachada Sul e Poente depois das obras. Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 48: Castelo de Penedono - Fachada Nascente e Poente depois das obras. Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 49: Castelo de Penedono - Torreões da fachada Sul antes das obras. Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 50: Castelo de Penedono - Torreões da fachada Sul depois das obras. Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 51: Castelo de Penedono - Torreões da fachada Sul antes das obras. Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 52: Castelo de Penedono - Torreões da fachada Sul depois das obras. Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i..

Fig. 53: Planta referente à Zona Especial de Protecção do Castelo de Penedono. Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 73. s.i. [ZEP, Portaria publicada no DG, I Série, nº 239, de 14-10-1955].

Fig. 54: Desenho referente ao alçado principal do Castelo de Penedono. Desenho cedido por Luís Miguel Correia, realizado pela DGEMN, recolhido no Forte de Sacavém.

Fig. 55: Desenho referente à planta ao nível da entrada do Castelo de Penedono e respetiva barbacã. Desenho cedido por Luís Miguel Correia, realizado pela DGEMN, recolhido no Forte de Sacavém.

Fig. 56: Desenho referente à planta de uma parte da barbacã. Desenho cedido por Luís Miguel Correia, realizado pela DGEMN, recolhido no Forte de Sacavém.

Fig. 57: Desenho referente à planta ao nível da entrada do Castelo de Penedono. Desenho cedido por Luís Miguel Correia, realizado pela DGEMN, recolhido no Forte de Sacavém.

Fig. 58: Desenho referente a um corte longitudinal do Castelo de Penedono. Desenho cedido por Luís Miguel Correia, realizado pela DGEMN, recolhido no Forte de Sacavém.

Fig. 59: Excerto da carta de José Nogueira direccionada à DGEMN. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. José Maria Nogueira. (1979). [Excerto da carta de José Nogueira direccionada à DGEMN]. Castelo de Penedono (Proc.º: PT DGEMNDSARH-010-194-0006; Doc.º: SIPA TXT.01590467). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 60: Planta da proposta de intervenção no Castelo de Penedono. Desenho original de Joaquim dos Santos. Adaptação da autora.

Fig. 61: Corte da proposta de intervenção num dos edifícios em ruína. Desenho de Joaquim dos Santos. Desenho original de Joaquim dos Santos. Adaptação da autora.

Fig. 62: Planta referente ao Plano de Pormenor da Área Urbana Degradada de Penedono. Disponível em:
http://cm-penedono.pt/wp-content/uploads/2017/04/PlanoPormenor_AreaUrbanaDegradada.pdf

Fig. 63: Área de Reabilitação Urbana de Penedono. Fotografia cedida pela Câmara Municipal de Penedono.

Fig. 64: Localização de quatro das propostas da ARU. Desenho da autora.

Fig. 65: Fotografia aérea da *Rua das Fontes*. Fotografia da autora.

Fig. 66: Fotografia aérea do *Largo do Pelourinho*. Fotografia da autora.

Fig. 67: Fotografia aérea do *Centro de Inovação Social e Cultural*. Fotografia da autora.

Fig. 68: Fotografia do *Centro de Mostra e Divulgação*. Fotografia da autora.

Fig. 69: Fotografia aérea do *Largo do Pelourinho*. Fotografia da autora.

Fig. 70: Fotografia aérea da *Rua das Fontes*. Fotografia da autora.

Fig. 71: Memória descritiva da *Zona Especial de Proteção do Castelo de Penedono*. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Luiz Amoroso Valgode Lopes. (1955). [*Memória descritiva da Zona Especial de Proteção do Castelo de Penedono*]. Castelo de Penedono - Processo Administrativo (Proc.º: PT DGEMNDSID-001-018-2339-2-3; Doc.º: SIPA TXT.00797017). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 72: Despacho que propõe, em 1958, a demolição das casas existentes no morro do Castelo. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Luiz Amoroso Valgode Lopes. (1958). [*Despacho que propõe, em 1958, a demolição das casas existentes no morro do Castelo*]. Castelo de Penedono - Processo Administrativo (Proc.º: PT DGEMNDSID-001-018-2339-2-3; Doc.º: SIPA TXT.00797037). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 73: Despacho com o orçamento necessário para as demolições propostas. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Luiz Amoroso Valgode Lopes. (1959). [*Despacho com o orçamento necessário para as demolições propostas*]. Castelo de Penedono - Processo Administrativo (Proc.º: PT DGEMNDSID-001-018-2339-2-3; Doc.º: SIPA TXT.00797046). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 74: Capa da memória descritiva referente ao *Plano de Valorização da Zona Envolvente do Castelo de Penedono, 1972*. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. s.i.. (1972). [*Capa da memória descritiva referente ao Plano de Valorização da Zona Envolvente do Castelo de Penedono, 1972*]. Castelo de Penedono (Proc.º: PT DGEMNDSARH-010-194-0006; Doc.º: SIPA TXT.01590439). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 75: Planta do *Plano de Valorização da Zona Envolvente ao Castelo de Penedono*. Desenho cedido pelo técnico João Reis, do Forte de Sacavém.

Fig. 76: Fotografia dos acessos ao Castelo de Penedono. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. s.i.. (s.i.). *IP.A.00004222 Pelourinho de Penedono*. Castelo de Penedono (Proc.º: 00016856; Doc.º: SIPA FOTO.00081040). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 77: Fotografia dos acessos ao Castelo de Penedono. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. s.i. (s.i.). *IPA.00023848 Núcleo urbano da vila de Penedono - Rua central de acesso ao castelo.* Castelo de Penedono (Proc.º: 00016856; Doc.º: SIPA FOTO.00081187). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 78: Estado de degradação das construções existentes. Fotografia da autora.

Fig. 79: Estado de degradação das construções existentes. Fotografia da autora.

Fig. 80: Curral na Encosta do Castelo de Penedono. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. s.i. (s.i.). *IPA.00023848 Núcleo urbano da vila de Penedono - Zona envolvente: currais.* Castelo de Penedono (Proc.º: 00016856; Doc.º: SIPA FOTO.00081182). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 81: Curral na Encosta do Castelo de Penedono, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 82: Habitação na Encosta do Castelo de Penedono. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. s.i. (s.i.). *IPA.00023848 Núcleo urbano da vila de Penedono - Zona envolvente: habitações.* Castelo de Penedono (Proc.º: 00016856; Doc.º: SIPA FOTO.00081183). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 83: Ruína na Encosta do Castelo de Penedono, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 84: Habitação na Encosta do Castelo de Penedono. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. s.i. (s.i.). *IPA.00003681 Castelo de Penedono / Castelo do Magriço.* Castelo de Penedono (Proc.º: 00016856; Doc.º: SIPA FOTO.00081156). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 85: Ruína na Encosta do Castelo de Penedono, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 86: Habitação na Encosta do Castelo de Penedono. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. s.i. (s.i.). *IPA.00003681 Castelo de Penedono / Castelo do Magriço.* Castelo de Penedono (Proc.º: 00016856; Doc.º: SIPA FOTO.00081154). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 87: Ruína na Encosta do Castelo de Penedono, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 88: Habitação na Encosta do Castelo de Penedono. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. s.i. (s.i.). *IPA.00023848 Núcleo urbano da vila de Penedono - Zona envolvente: habitações.* Castelo de Penedono (Proc.º: 00016856; Doc.º: SIPA FOTO.00081184). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 89: Ruína na Encosta do Castelo de Penedono, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 90: Curral na Encosta do Castelo de Penedono. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. s.i. (s.i.). *IPA.00023848 Núcleo urbano da vila de Penedono - Zona envolvente: curral.* Castelo de Penedono (Proc.º: 00016856; Doc.º: SIPA FOTO.00081185). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 91: Edifício abandonado na Encosta do Castelo de Penedono, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 92: Recriação da planta do *Plano de Valorização da Zona Envolvente ao Castelo de Penedono*. Desenho original cedido pelo técnico João Reis, do Forte de Sacavém. Adaptação da autora.

Fig. 93: *Largo do Pelourinho*. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. s.i.. (s.i.). *IPA.00003681 Castelo de Penedono / Castelo do Magriço - Zona envolvente*. Castelo de Penedono (Proc.º: 00016856; Doc.º: SIPA FOTO.00081018). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 94: *Largo do Pelourinho*, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 95 Panorama atual da Encosta do Castelo de Penedono, a Sul.
Fotografia da autora.

Fig. 96: Panorama atual da Encosta do Castelo de Penedono, a Oeste e a Norte.
Fotografia da autora.

Fig. 97: Digitalização de uma página do caderno da autora, referente à conversa com o Presidente da Câmara Municipal de Penedono sobre um possível programa.
Desenho da autora.

Fig. 98: Fotografia da visita ao Castelo de Pombal. Fotografia da autora.

Fig. 99: Fotografia da visita ao Moinho de Papel. Fotografia da autora.

Fig. 100: Françoise Choay (1935).

Disponível em: <https://tecnico.ulisboa.pt/en/events/francoise-choay-awarded-the-title-of-doctor-honoris-causa/>

Fig. 101: Eugène Viollet-Le-Duc (1814-1879).

Disponível em: <https://www.sonria.com/glossary/eugene-viollet-le-duc/>

Fig. 102: John Ruskin (1819-1900).

Disponível em: <https://www.ft.com/content/5b5c8318-3e79-11e9-9499-290979c9807a>

Fig. 103: Camillo Boito (1835-1914).

Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.086/3049>

Fig. 104: *L'urbanisme face aux villes anciennes*, de Gustavo Giovannoni.

Disponível em:

https://booknode.com/l_urbanisme_face_aux_villes_anciennes_035327/covers#gallery

Fig. 105: Alois Riegl (1858-1905).

Disponível em: <http://www.keywordbasket.com/YWxvaXMgcmlZ2w/>

Fig. 106: *O Culto dos Monumentos*, de Alois Riegl.

Disponível em: <http://www.livrosnainternet.com.br/livro/29135/O-Culto-Moderno-dos-Monumentos-9788527310055.html>. Adaptação da autora.

Fig. 107: Álvaro Siza Vieira (1933).

Disponível em: <https://www.comunidadeculturaearte.com/alvaro-siza-vieira-a-construcao-de-uma-carreira-unica/>. Adaptação da autora.

Fig. 108: Cartazes relativos a alguns eventos assistidos ao longo da prova de dissertação. Imagens cedidas por Hugo Silva e Luís Miguel Correia.

Fig. 109: Fotografia de grupo na viagem realizada à Alemanha, *Wohnhaus Schlesisches Tor - Bonjour Tristesse*, Berlim, 2018. Fotografia da autora.

Fig. 110: Fotografia de grupo na viagem realizada à Alemanha, *Brandenburger Tor*, Berlim, 2018. Fotografia da autora.

Fig. 111: Fotografias da visita à obra *Neues Museum*, Berlim, 2018.

Fotografia da autora.

Fig. 112: Fotografias da visita à obra *Neues Museum*, Berlim, 2018.

Fotografia da autora.

Fig. 113: Fotografias da visita à obra *Neues Museum*, Berlim, 2018.

Fotografia da autora.

Fig. 114: Fotografias da visita à obra *Neues Museum*, Berlim, 2018.

Fotografia de Inês Lopes.

Fig. 115: Fotografias da visita à obra *Gallery Building Am Kupfergraben*, Berlim, 2018.

Fotografia da autora.

Fig. 116: Fotografias da visita à obra *Gallery Building Am Kupfergraben*, Berlim, 2018.

Fotografia da autora.

Fig. 117: Fotografias da visita à obra *Gallery Building Am Kupfergraben*, Berlim, 2018.

Disponível em: https://www.flickr.com/photos/asli_aydin/16729462242. Adaptação da autora.

Fig. 118: Fotografias da visita à obra *Gallery Building Am Kupfergraben*, Berlim, 2018.

Disponível em: <https://eumiesaward.com/work/160>. Adaptação da autora.

Fig. 119: *Atmosferas*, de Peter Zumthor. Retirado de: Zumthor, P. (2006). *Atmosferas*.

Barcelona, Espanha: Editorial Gustavo Gili, SL.

Fig. 120: Desenhos da visita ao Castelo de Pombal, Pombal, 2019. Desenhos da autora.

Fig. 121: Fotografia da visita ao Castelo de Pombal. Fotografia da autora.

Fig. 122: Fotografia da visita ao Castelo de Pombal. Fotografia da autora.

Fig. 123: Fotografia da visita ao Castelo de Pombal. Fotografia da autora.

Fig. 124: Fotografia da visita ao Castelo de Pombal. Fotografia da autora.

Fig. 125: Desenho de Luís Miguel Correia referente à época da obra. Desenho de Luís Miguel Correia.

Fig. 126: Planta topográfica do castelo antes das obras e restauração. Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1940) [Setembro]. Castelo de Pombal. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 21. s.i..

Fig. 127: Planta topográfica do castelo depois das obras e restauração. Retirado de: Portugal. MOP. DGEMN (Ed.). (1940) [Setembro]. Castelo de Pombal. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 21. s.i..

Fig. 128: Planta da Zona Especial de Protecção do Castelo de Pombal. Retirado de: Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. s.i.. (s.i.). *Castelo de Pombal: Monumento Nacional: Planta da Zona de Protecção* [ZEP, Portaria publicada no DG, II Série, nº 12, de 15-01-1947]. Castelo de Pombal (Proc.º: DOC.00039719; Doc.º: SIPA DES.00040965). SIPA, IHRU, Sacavém.

Fig. 129: Desenhos da visita ao Moinho de Papel, Leiria, 2019. Desenhos da autora.

Fig. 130: Fotografia da visita ao Moinho de Papel. Fotografia da autora.

Fig. 131: Fotografia da visita ao Moinho de Papel. Fotografia da autora.

Fig. 132: Desenhos da visita ao Moinho de Papel, Leiria, 2019. Desenhos da autora.

Fig. 133: Fotografia da visita ao Moinho de Papel. Fotografia da autora.

Fig. 134: Fotografia da visita ao Moinho de Papel. Fotografia da autora.

Fig. 135: Levantamento realizado antes da intervenção de Álvaro Siza Vieira. Fotografia da autora a um desenho afixado numa das salas expositivas do Moinho de Papel.

Fig. 136: Novo volume projetado por Álvaro Siza Vieira. Retirado de: Siza, Álvaro (2009). Projecto de Execução. In Divisão da Cultura e Gestão de Espaços Culturais; Divisão de Museus e Património; Maria de Fátima Bentes, Anabela Carvalho e Sofia Carreira (Coord.). *Moinho de Papel* (p. 13-25). Leiria: Município de Leiria - Câmara Municipal. Adaptação da autora.

Fig. 137: Planta referente à distribuição do programa no Moinho de Papel. Disponível em: <https://arquitecturaportuguesa.com/moinho-do-papel-de-leiria/>. Adaptação da autora.

Fig. 138: Esquisso de aula, da autoria de Luís Miguel Correia. Desenho de Luís Miguel Correia.

Fig. 139: Esquissos de estudo da autora, na fase inicial do projeto. Desenhos da autora.

Fig. 140: Área Sul da Encosta. Desenho original de Luís Miguel Correia. Adaptação da autora.

Fig. 141: Área Este da Encosta. Desenho original de Luís Miguel Correia. Adaptação da autora.

Fig. 142: Área Norte da Encosta. Desenho original de Luís Miguel Correia. Adaptação da autora.

Fig. 143: Demolições propostas. Desenho original de Luís Miguel Correia. Adaptação da autora.

Fig. 144: Edifícios a reabilitar na proposta de intervenção. Desenho original de Luís Miguel Correia. Adaptação da autora.

Fig. 145: Registo fotográfico aéreo do espaço verde lateral à entrada do portão do Castelo (círculo maior) e do muro (círculo menor). Fotografia da autora.

Fig. 146: Registo fotográfico das primeiras maquetes de estudo. Fotografia da autora.

Fig. 147: Esquícios de estudo da autora, relativos à área de intervenção, na fase inicial do projeto. Desenhos da autora.

Fig. 148: Esquisso de processo da autora. Desenho da autora.

Fig. 149: Esquisso de processo da autora. Desenho da autora.

Fig. 150: Esquisso de processo da autora. Desenho da autora.

Fig. 151: Planta de cobertura da proposta de intervenção, escala 1:1000. Desenho da autora.

Fig. 152: Registo fotográfico do interior de alguns edifícios em *ruína*. Fotografia da autora.

Fig. 153: Registo fotográfico do interior de alguns edifícios em *ruína*. Fotografia da autora.

Fig. 154: Registo fotográfico aéreo de alguns edifícios em *ruína*. Fotografia da autora.

Fig. 155: Registo fotográfico da maquete de estudo à escala 1:200. Fotografia da autora.

Fig. 156: Registo fotográfico da maquete de estudo à escala 1:200. Fotografia da autora.

Fig. 157: Registo fotográfico da maquete de estudo à escala 1:200. Fotografia da autora.

Fig. 158: Registo fotográfico da maquete de estudo à escala 1:200. Fotografia da autora.

Fig. 159: Registo fotográfico da maquete de estudo à escala 1:200. Fotografia da autora.

Fig. 160: Registo fotográfico da maquete de estudo à escala 1:200. Fotografia da autora.

Fig. 161: Registo fotográfico da maquete de estudo à escala 1:200. Fotografia da autora.

Fig. 162: Distribuição do programa, fotografia aérea. Fotografia da autora.

Fig. 163: Edifício a requalificar, destinado à receção. Fotografia da autora.

Fig. 164: Edifício a requalificar, destinado a espaço expositivo. Fotografia da autora.

Fig. 165: Edifício a requalificar, destinado a espaço expositivo. Fotografia da autora.

Fig. 166: Edifício a requalificar, destinado a espaço expositivo. Fotografia da autora.

Fig. 167: Edifício a requalificar, destinado à sala de projeção de vídeo e espaço educativo. Fotografia da autora.

Fig. 168: Edifício a requalificar, destinado a cafetaria. Fotografia da autora.

Fig. 169: Esquisso da autora relativo às diferentes plataformas. Desenho da autora.

Fig. 170: Acesso existente, mas coberto pela vegetação. Fotografia da autora.

Fig. 171: Acesso existente, mas coberto pela vegetação. Fotografia da autora.

Fig. 172: Esquissos de estudo da autora, relativos ao processo de desenho ao longo do desenvolvimento do trabalho. Desenho da autora.

Fig. 173: Esquissos de processo relativo às plataformas. Desenho da autora.

Fig. 174: Registo fotográfico aéreo com a localização dos anexos a demolir na proposta de intervenção, na zona Este da Encosta do Castelo de Penedono. Fotografia da autora.

Fig. 175: Esquisso de aula, da autoria de Luís Miguel Correia. Desenho de Luís Miguel Correia.

Fig. 176: Esquisso da autora. Desenho da autora.

Fig. 177: Esquisso de aula, da autoria de Luís Miguel Correia. Desenho de Luís Miguel Correia.

Fig. 178: Representação, em maquete, do vão envidraçado, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 179: Fotografia aérea do estado de degradação da Encosta. Fotografia da autora.

Fig. 180: Fotografia dos elementos de pedra existentes. Fotografia da autora.

Fig. 181: Digitalização de uma página do caderno da autora, com apontamentos da mesma acerca da obra *Dovecote Studio*. Desenho da autora.

Fig. 182: Digitalização de uma página do caderno da autora, com desenhos de estudo acerca dos revestimentos interiores dos edifícios reabilitados. Desenho de Luís Miguel Correia.

Fig. 183: Digitalização de uma página do caderno da autora, com apontamentos da mesma acerca do pormenor dos caixilhos em madeira. Desenho da autora.

Fig. 184: Digitalização de uma página do caderno da autora. Desenho da autora.

Fig. 185: Pormenor da cobertura inclinada, corte pelo exterior, escala 1:100. Desenho da autora.

Fig. 186: Pormenor da cobertura inclinada, corte pelo interior, escala 1:100. Desenho da autora.

Fig. 187: Pormenor da cobertura inclinada, corte pelo interior, escala 1:20. Desenho da autora.

Fig. 188: Pormenor do novo volume contemporâneo, corte pelo interior, escala 1:100. Desenho da autora.

Fig. 189: Digitalização de uma página do caderno da autora, com estudos da mesma acerca da estrutura e do interior do volume contemporâneo maior. Desenho da autora.

Fig. 190: Digitalização de uma página do caderno da autora, com esboços da cobertura verde. Desenho da autora.

Fig. 191: Esboço da autora relativo à inclinação do terreno na área da cobertura verde. Desenho da autora.

Fig. 192: Pormenor da cobertura verde, escala 1:20. Desenho da autora.

Fig. 193: Pormenor da sala de exposição sob o terraço exterior, escala 1:50. Desenho da autora.

Fig. 194: Pavimento atual do interior do Castelo de Penedono. Fotografia da autora.

Fig. 195: Pavimento atual do interior do Castelo de Penedono. Fotografia da autora.

Fig. 196: Esboço relativo ao desenho proposto para o novo pavimento. Desenho da autora.

Fig. 197: Planta do Castelo de Penedono à cota 935m, escala 1:500. Desenho da autora.

Referências bibliográficas

- Aguiar, José.** (2002). *Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: Faup Publicações.
- Alves, Alexandre.** (2000). *Penedono apontamentos de História e de Arte - Os Coutinhos*. Penedono: Câmara Municipal de Penedono.
- Bastos, Rui.** (2005). *Penedono e o seu Concelho*. Penedono: Câmara Municipal de Penedono.
- Boito, Camillo.** (2002). *Os Restauradores* [Trad. de Paulo Muyagar Kühl e Beatriz Muyagal Kühl]. São Paulo: Ateliê Editorial. (Edição original de 1884).
- Câmara Municipal de Penedono.** (2014). *Área de reabilitação urbana*. Penedono: Câmara Municipal de Penedono.
- Câmara Municipal de Penedono.** (2016). *Plano da área de reabilitação urbana*. Penedono: Câmara Municipal de Penedono.
- Câmara Municipal de Penedono.** (1995). *Plano de pormenor da área urbana degradada de Penedono*. Penedono: Câmara Municipal de Penedono.
- Câmara Municipal de Penedono.** (2004). *Plano diretor municipal*. Penedono: Câmara Municipal de Penedono.
- Caminhos do Património.** Lisboa: D.G.E.M.N; Livros Horizonte.
- Camões, Luís.** (2002). *Os Lusíadas - Canto V*. Lisboa: Rei dos Livros. (Edição original de 1572).
- Choay, Françoise.** (2000). *A alegoria do património* [Trad. Teresa Castro]. Lisboa: Edições 70. (Edição original de 1982).
- Correia, Luís.** (2011d). A construção da identidade do território a partir dos monumentos. O lugar do contemporâneo. In *Estudos do Século XX: fazer história contemporânea*. (n.º 11, p. 167-199). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Correia, Luís.** (2007a). *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*. (Tese de mestrado. FCTUC).
- Correia, Luís.** (2016a). *Monumentos, Território e Identidade no Estado Novo - da definição de um projecto à memorização de um legado*. (Tese de doutoramento. FCTUC).

- Correia, Miguel; Lopes, Flávio.** (2004). *Património arquitectónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Figueiredo, Ana; Santos, Maria.** (2002). *Intervenções em áreas urbanas na envolvente de edifícios classificados*. Património Estudos 2. Lisboa: IPPAR.
- Fonseca, João.** (2014). *Castelo de Penedono - Mil anos de história*. Penedono: Quartzzo Editora e Município de Penedono.
- Giovannoni, Gustavo.** (1932). *Consiglio Superiore per le antichità e bell arti norme per il restauro dei monumenti - Carta Italiana del Restauro (1932)*. Recuperado a 9 de julho, 2019: https://www.unirc.it/documentazione/materiale_didattico/597_2010_253_8833.pdf
- Giovannoni, Gustavo.** (1998). *L'urbanisme face aux villes anciennes*. s.i.: Points. (Edição original de 1931).
- Glendinning, Miles.** (2013). *The Conservation Movement: a history of architectural preservation*. New York: Rotledge.
- Instituto Nacional de Estatística (2011).** Censos 2011. Lisboa: INE.
- Jokilehto, Jukka.** (1986). *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Butterworth Heinemann.
- Kühl, Beatriz.** (2013). Gustavo Giovannoni: *Textos escolhidos*. Brasil: Ateliê Editorial.
- Mattoso, José.** (1981). *A Nobreza Medieval Portuguesa - A Família e o Poder*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Peixeira, Luís.** (2005). *Penedono no contexto da Reconquista: das origens à afirmação concelhia*. Lisboa: Edições Colibri.
- Portas, Nuno.** (1986). *Notas sobre a intervenção na cidade existente, Sociedade e Território*. Porto: Edições Afrontamento.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Francisco Pinto Loureiro. (1940). *Proposta de ajuste particular relativa à execução de diversos trabalhos de restauro no Castelo de Penedono*. Castelo de Penedono (Proc.º: PT DGEMNDSARH-010-194-0005; Doc.º: SIPA TXT.01590289 e SIPA TXT.01590290). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Carlos Augusto d'Arrochela Lobo. (1941). *Obras de restauro no Castelo de Penedono*. Castelo de Penedono (Proc.º: PT DGEMNDSARH-010-194-0005; Doc.º: SIPA TXT.01590295). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Baltazar da Silva Castro. (1941). s.i.. Castelo de Penedono (Proc.º: PT DGEMNDSARH-010-194-0005; Doc.º: SIPA TXT.01590301). SIPA, DGPC, Sacavém.

- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Baltazar da Silva Castro. (1942). s.i.. Castelo de Penedono (Proc.º: PT DGEMNDSARH-010-194-0005; Doc.º: SIPA TXT.01590317). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Baltazar da Silva Castro. (1943). s.i.. Castelo de Penedono (Proc.º: PT DGEMNDSARH-010-194-0005; Doc.º: SIPA TXT.01590327). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Álvaro da Silva Bessa. (1949). s.i.. Castelo de Penedono - Processo Administrativo (Proc.º: PT DGEMNDSID-001-018-2339-1; Doc.º: SIPA TXT.00796905). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Luiz Amoroso Valgode Lopes. (1953). *Castelo de Penedono*. Castelo de Penedono - Processo Administrativo (Proc.º: PT DGEMNDSID-001-018-2339-1; Doc.º: SIPA TXT.00796911). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Manuel de Sá e Melo. (1955). *Repartição de Estudos de Urbanização*. Castelo de Penedono - Processo Administrativo (Proc.º: PT DGEMNDSID-001-018-2339-2-3; Doc.º: SIPA TXT.00797012). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Luiz Amoroso Valgode Lopes. (1958). s.i.. Castelo de Penedono - Processo Administrativo (Proc.º: PT DGEMNDSID-001-018-2339-2-3; Doc.º: SIPA TXT.00797017). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Luiz Amoroso Valgode Lopes. (1955). *Castelo de Penedono Viseu*. Castelo de Penedono - Processo Administrativo (Proc.º: PT DGEMNDSID-001-018-2339-2-3; Doc.º: SIPA TXT.00797044). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Luiz Amoroso Valgode Lopes. (1959). *Castelo de Penedono Viseu*. Castelo de Penedono - Obras (Proc.º: PT DGEMNDSID-001-018-2339-2-1; Doc.º: SIPA TXT.00796960). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Fernando Augusto Ferreira. (1960). *Limpeza do Castelo desta vila*. Castelo de Penedono (Proc.º: PT DGEMNDSARH-010-194-0006; Doc.º: SIPA TXT.01590395). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. (assinatura ilegível). (1960). s.i.. Castelo de Penedono (Proc.º: PT DGEMNDSARH-010-194-0006; Doc.º: SIPA TXT.01590396). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Luiz Amoroso Valgode Lopes. (1960). *Obras de conservação*. Castelo de Penedono - Zona de Protecção. Proc.º: PT DGEMNDSID-001-018-2339-2-2; Doc.º: SIPA TXT.00796994). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Mário Pinto Alves Fernandes. (1971). *Castelo de Penedono*. Castelo de Penedono (Proc.º: PT DGEMNDSARH-010-194-0006; Doc.º: SIPA TXT.01590442). SIPA, DGPC, Sacavém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. (assinatura ilegível). (1972). *Castelo de Penedono - valorização da sua envolvente*. Castelo de Penedono (Proc.º: PT DGEMNDSARH-010-194-0006; Doc.º: SIPA TXT.01590428 a SIPA TXT.01590439). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Baltazar da Silva Castro. (1972). s.i.. Castelo de Penedono (Proc.º: PT DGEMNDSARH-010-194-0006; Doc.º: SIPA TXT.01590445). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Luiz Amoroso Valgode Lopes. (1979). s.i.. Castelo de Penedono (Proc.º: PT DGEMNDSARH-010-194-0006; Doc.º: SIPA TXT.01590475 e SIPA TXT. 01590476). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Lucia Costa Pessoa. (1983). *Trabalhos diversos de consolidação e beneficiação*. Castelo de Penedono (Proc.º: PT DGEMNDSARH-010-194-0006; Doc.º: SIPA TXT. 01590504). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. João Manuel Rodrigues de Carvalho. (1987). s.i.. Castelo de Penedono (Proc.º: PT DGEMNDSARH-010-194-0006; Doc.º: SIPA TXT.01590556). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Florindo Belo Marques. (1987). s.i.. Castelo de Penedono (Proc.º: PT DGEMNDSARH-010-194-0006; Doc.º: SIPA TXT.01590559). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Florindo Belo Marques. (1987). s.i.. Castelo de Penedono (Proc.º: PT DGEMNDSARH-010-194-0006; Doc.º: SIPA TXT.01590559). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Portugal.** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. s.i. (s.i.). *Castelo de Pombal: Monumento Nacional: Planta da Zona de Protecção* [ZEP, Portaria publicada no DG, II Série, nº 12, de 15-01-1947]. Castelo de Pombal (Proc.º: DOC.00039719; Doc.º: SIPA DES.00040965). SIPA, IHRU, Sacavém.
- Portugal. MOP. DGEMN** (Ed.). (1953) [Setembro]. Castelo de Penedono. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 73*.
- Portugal. MOP. DGEMN** (Ed.). (1940) [Setembro]. Castelo de Pombal. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 21*.
- Riegl, Alois.** (2014). *O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem* [Trad. Werner Rothschild Davisohn e Anat Falbel]. São Paulo: Perspectiva. (Edição original de 1903).
- Ruskin, John.** (1989). *The Seven Lamps of Architecture*. Berkeley: University of California. (Edição original de 1949).
- Salgueiro, Teresa.** (1992). *A cidade em Portugal: Uma geografia Urbana*. Porto: Edições Afrontamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sistema de Informação para o Património Arquitectónico em:
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx

Siza, Álvaro. (2008). *Álvaro Siza - Imaginar a evidência*. Porto: Civilização Editora.

Siza, Álvaro. (2009). *01 Textos*. Porto: Civilização Editora.

Siza, Álvaro (2009). Projecto de Execução. In Divisão da Cultura e Gestão de Espaços Culturais; Divisão de Museus e Património; Maria de Fátima Bentes, Anabela Carvalho e Sofia Carreira (Coord.). *Moinho de Papel* (p. 13-25). Leiria: Município de Leiria - Câmara Municipal.

Távora, Fernando. (1996). *Da organização do espaço*. Porto: FAUP publicações.

Ustárroz, Alberto. (1997). *La lección de las Ruinas - Presencia del pensamiento griego y del pensamiento romano en la arquitectura*. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos.

Viollet-le-Duc, Eugène. (1866-1868). *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI au XVI Siècle*. Paris: A. Morel.

Zumthor, P. (2006). *Atmosferas* [Trad. Astrid Grabow]. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Zumthor, P. (2006). *Pensar a arquitectura* [Trad. Astrid Grabow]. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Anexos

Tema de Seminário de Investigação em Arquitetura

Registo fotográfico da maquete final



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Faculdade de Ciências e Tecnologia
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA

SEMINÁRIO DE INVESTIGAÇÃO EM ARQUITETURA LABORATÓRIO DE TEORIA 2017-2018

**Cidade e reabilitação urbana:
entre o planeamento institucional e as ações de cidadania**

Docente: Margarida Relvão Calmeiro

A reabilitação urbana é hoje um tema incontornável para as cidades, tanto por razões de salvaguarda e conservação do património e da identidade local, como para a coesão económica, para a competitividade das cidades, para o desenvolvimento sustentável, para o planeamento do território ou para a coesão social. No entanto e apesar de nos últimos anos se terem multiplicado as vozes apelando à reabilitação urbana, este conceito tem sido reduzido às questões da imagem, limitando-se à manutenção e conservação de edifícios. Todavia pelo menos desde os anos de 1960 que se tem vindo a ampliar o âmbito do conceito de reabilitação urbana para dar resposta às exigências da vida contemporânea, nomeadamente integrando as questões sociais, económicas, ambientais, culturais e de sustentabilidade, para além da conservação e manutenção do património arquitectónico. Neste contexto a reabilitação urbana tornou-se um processo de desenvolvimento urbano complexo que envolve de forma integrada todas as políticas urbanas e que depende não apenas do conhecimento dos técnicos e peritos mas também do contributo da comunidade, responsável pela vivificação do património.

Objetivos

O Seminário de Investigação em Arquitetura e o Laboratório de Teoria subordinados ao tema **Cidade e reabilitação urbana: entre o planeamento institucional e as ações de cidadania**, têm como objetivo geral a elaboração de um conjunto de dissertações de mestrado que problematizem e analisem criticamente o planeamento e as políticas de reabilitação e requalificação urbana já experimentadas ou em curso em Portugal. Estes estudos podem incidir em ações decorrentes do planeamento institucional, de natureza *top-down*, como em ações resultantes de processos mais ou menos informais, tipo *bottom-up*, de grupos de cidadãos, de arquitetos ou de coletivos de arquitetura que desenvolvem, à margem ou em colaboração com os poderes instituídos, um conjunto de ações capazes de promover a reabilitação urbana, nomeadamente de reconversão de espaços públicos ou de edifícios de utilização coletiva da comunidade local. Pretende-se não só avaliar o que se tem feito, as suas vantagens, limitações e principais desafios, mas também formular hipóteses de metodologia e estratégias de intervenção ou mesmo planear ações concretas em contextos específicos propostos pelos alunos ou pelo docente.

Abordagens

Atendendo à amplitude do conceito e das intervenções de reabilitação urbana é possível abordar o tema de múltiplas perspetivas de acordo com as motivações dos alunos, desde que abordando um dos âmbitos propostos, do planeamento institucional emanado pelos poderes locais e centrais ou da iniciativa de cidadãos. Propõe-se também que os estudos se centrem na análise de experiências de reabilitação de cidades médias ou de pequenos núcleos do território nacional. A título de exemplo e sem limitar as

preferências dos alunos, apresentam-se algumas abordagens possíveis que deverão ser desenvolvidas durante as aulas de seminário:

1. **Instrumentos de planeamento e regulação urbana** (ex. análise crítica de processos e de programas de reabilitação e revitalização urbana, como é o caso do Programa Polis)
2. **Princípios e a metodologia da intervenção** (ex. análise da atuação de Sociedades de Reabilitação Urbana ou de Gabinetes Técnicos Locais)
3. **A habitação como pilar da reabilitação urbana** (ex. análise das políticas de incentivo à reabilitação para habitação)
4. **O turismo e o lazer, impulsionadores da reabilitação urbana** (ex. programa das aldeias históricas de Portugal)
5. **A cultura como motor da revitalização urbana** (ex. eventos - feiras temáticas, festivais, etc.; novos equipamentos culturais - museus, centros culturais e bibliotecas; cidade criativa)
6. **Participação e inclusão nos processos de reabilitação urbana** (ex. processos de participação pública existentes no país e na Europa)
7. **Cidade participada** (modelos alternativos à prática de arquitetura, processos colaborativos de intervenção comunitária e desenvolvimento local, desafios e oportunidades de experiências de arquitetos e coletivos (Ateliernob, Artéria, Arrebita!Porto, FAZ- Fundo Arquitetura Social ou Há Baixa), ou a proposta de um processo colaborativo incluindo a definição da estratégia a adotar para a sua implementação num contexto específico.

Bibliografia base recomendada

- BANDARIN, Francesco, Oers, R.V. (2012). *The historic urban landscape*. Oxford: Wiley-Blackwell
- BANDARIN, Francesco, Oers, R.V. (ed.) (2015). *Reconnecting the City: the Historic Urban Landscape approach and the future of urban heritage*. Oxford: Wiley-Blackwell
- CHOAY, Françoise (1992). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- CHOAY, Françoise (2009). *As Questões do Património. Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- JONES, Peter, PETRESCU, D., TILL, J. (ed) (2005). *Architecture and participation*. New York: Spon Press
- LEFEBVRE, Henri (1968). *O direito à cidade*. Lisboa : Estúdio : Livraria Letra Livre, 2012.
- LOPES, A. F. M., & Correia, M. B. (2004). *Património arquitectónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- PICKARD, Robert (ed.) (2001). *Management of Historic Centers*. London, New York: Spon Press.

RODERS, Ana (2013). "Managing change: integrating impact assessments", in ALBERT, M. T.; BERNECKER, R.; RUDOLFF, B. (ed.). *Understanding Heritage, Perspectives in Heritage Studies*. Berlin: De Gruyter

ROSSA, Walter (2015). "Urbanismo ou o discurso da cidade". In ROSSA, W, RIBEIRO, M.C. (ed), *Patrimónios de Influência Portuguesa: Modos de olhar*, 477-519. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

SCHOFIELD, J., Fairclough, G., HARRISON, R., & JAMESON JNR, J. (eds) (2008). *The Heritage Reader*. New York: Routledge

UNESCO (2011). *Recommendation on the Historic Urban Landscape*. Paris: UNESCO.

TERÁN, Fernando de (2009). *El pasado activo: del uso interesado de la historia para el entendimiento y la construcción de la ciudad*. Madrid: Akal

World Heritage Centre (2016). *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris: UNESCO.

Obs.: Durante o desenvolvimento das investigações e de acordo com cada tema serão indicadas outras referências bibliográficas específicas.



